As Institutas

ou
Tratado da Religião Cristã

vol. 1

Edição clássica (latim)

João Calvino

Í N D I C E

CAPÍTULO VI

PARA QUE ALGUÉM CHEGUE A DEUS O CRIADOR É NECESSÁRIO QUE A ESCRITURA SEJA SEU GUIA E MESTRA

CAPÍTULO VII

POR QUE É NECESSÁRIO QUE SE ESTABELEÇA O TESTEMUNHO EM PROL DA ESCRITURA PARA QUE SUA AUTORIDADE SEJA INDUBITÁVEL: EVIDENTEMENTE, DO ESPÍRITO. DAÍ SER ÍMPIA FALSIDADE SUSTENTAR QUE SUA CREDIBILIDADE DEPENDE DO ARBÍTRIO DA IGREJA

CAPÍTULO VIII

ATÉ ONDE LEVA A RAZÃO HUMANA, HÁ PROVAS SUFICIENTEMENTE SÓLIDAS PARA ESTABELECER A CREDIBILIDADE DA ESCRITURA

CAPÍTULO IX

OS FANÁTICOS QUE, POSTA DE PARTE A ESCRITURA, ULTRAPASSAM A REVELAÇÃO E SUBVERTEM A TODOS OS PRINCÍPIOS DA PIEDADE

CAPÍTULO X

PARA CORRIGIR TODA SUPERSTIÇÃO, A ESCRITURA CONTRAPÕE TODOS OS DEUSES DOS PAGÃOS EXCLUSIVAMENTE O DEUS VERDADEIRO

CAPÍTULO XI

É UMA ABOMINAÇÃO ATRIBUIR FORMA VISÍVEL A DEUS, E GERALMENTE SE APARTAM DO DEUS VERDADEIRO QUANTOS ESTABELECEM ÍDOLOS PARA SI

CAPÍTULO XII

IMPORTA QUE DEUS SEJA DISTINGÜIDO DOS ÍDOLOS, PARA QUE SE CULTUE INTEGRALMENTE SOMENTE ELE

CAPÍTULO XIII

NAS ESCRITURAS, DESDE A PRÓPRIA CRIAÇÃO, SE ENSINA UMA ESSÊNCIA ÚNICA DE DEUS, QUE EM SI CONTÉM TRÊS PESSOAS

CAPÍTULO XIV

ATÉ MESMO NA PRÓPRIA CRIAÇÃO DO MUNDO E DE TODAS AS COISAS, COM INCONFUNDÍVEIS MARCAS A ESCRITURA DISTINGUE O DEUS VERDADEIRO DOS FALSOS DEUSES

CAPÍTULO XV

COMO O HOMEM FOI CRIADO: ONDE SE TRATA DAS FACULDADES DE SUA ALMA, DA IMAGEM DE DEUS, DO LIVRE-ARBÍTRIO E DA INTEGRIDADE ORIGINAL DE SUA NATUREZA

CAPÍTULO XVI

DEUS, POR SEU PODER, SUSTENTA E PRESERVA O MUNDO POR ELE CRIADO, E POR SUA PROVIDÊNCIA ELE REGE CADA UMA DE SUAS PARTES

CAPÍTULO XVII

ATÉ ONDE E A QUE PROPÓSITO SE DEVE APLICAR ESTA DOUTRINA, PARA QUE SEU PROVEITO SE NOS EVIDENCIE

CAPÍTULO XVIII

DEUS DE TAL MODO USA AS OBRAS DOS ÍMPIOS E A DISPOSIÇÃO LHES VERGA A EXECUTAR SEUS JUÍZOS, QUE ELE PRÓPRIO PERMANECE LIMPO DE TODA MÁCULA

PREFÁCIO À 1ª EDIÇÃO

Indiscutivelmente, é João Calvino o pensador máximo da Reforma e sua famosa obra, as chamadas ***Institutas***, o ***magnum opus*** não apenas de seus escritos, mas de toda a literatura produzida pelos Reformadores. Verdadeira aberração histórica, de um lado, deplorável lacuna teológica, de outro, mais até, pasmosa expressão da incúria ou displicência da liderança eclesiástica, esta obra monumental ainda não existe em português decorridos quatro séculos de existência da fé reformada! O presbiterianismo brasileiro, entretanto, de longa data vem clamando pela tradução das ***Institutas***. Iniciativa tomada neste sentido, passados já duas décadas e mais de um lustro, ainda não parece haver vindo ao encontro desse ***desideratum***. Em1970, se me não trai a memória, o Congresso de Homens Presbiterianos reunido no Recife dirigiu à direção da Igreja Presbiteriana do Brasil pedido formal a que providenciasse essa desejada, mas retardada tradução. Presente ao conclave, fui instado pelo então Presidente do Supremo Concílio a assumir essa tarefa, fazendo a tradução diretamente do latim, ao invés de o ser da versão francesa. Foi só em 1973, entretanto, que, gozando de um estágio nos Estados Unidos, mercê da deferência da Christian Reformed Church, pude tentar atender à incumbência. De fato, nesse período traduzi todo o livro I. Escrevi, porém, ao Presidente do Supremo Concílio que a tradução exigiria muito mais tempo e se faria de mister reduzir-se-me-ia o trabalho de docente no Seminário, que eu então exercia. Retornando ao Brasil, absorvido pelas obrigações do magistério e voltado à redação de meu ***Manual de Grego***, descontinuei a tradução até 1979, quando, já agora professor da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), consegui que a tradução fosse aceita como correspondendo ao trabalho de pesquisa exigida dos professores dessa egrégia instituição de ensino. Revi a tradução já feita do livro Igreja e prossegui por um terço do livro II, quando, discutindo a matéria com o professor Franz Leonard Schalkwijk, do Seminário Presbiteriano do Recife, concluí que a obra assumira caráter excessivamente acadêmico, seja na linguagem demasiado erudita, seja nas notas inclusas, dada a forma do original latino para cada frase e cláusula. Resolvi, pois, não só refazer a redação, mas também reduzir ao mínimo necessário as referências e notas explicativas. É esta tradução revista que, com muitas graças ao Senhor, carinhosamente ofereço agora aos estudiosos, no desejo sincero de enriquecer-lhes a vida espiritual e legar à Igreja um tesouro precioso para a obra de doutrinação e aprofundamento teológico. Praza a Deus abençoa-la, para que alcance esse alvo, motivo de minhas orações e recompensa máxima de meus esforços.

Uma palavra de explicação se impõe. Ante um documento histórico dessa importância e de teor tão distanciado da forma vernácula, um dilema se interpunha: ou apegar-me ao texto, buscando-lhe a máxima fidelidade, ou, com vistas à clareza da tradução, afastar-me sensivelmente do original. Optei pela primeira alternativa, deixando a futuros expositores a incumbência de interpretar e afeiçoar a expressão de Calvino a moldes mais comunicativos e a forma de fato mais vernácula, mais livre e atualizada, parafraseada até. Logo, em ser literal, busquei reter, tanto quanto exeqüível, o exato sentido do original latino, quiçá a própria terminologia, se não a fraseologia, pois estou que a primeira e principal qualidade de uma boa tradução é a máxima fidelidade ao que diz o autor. Se, por vezes, a linguagem parece algo obscura e especiosa, isso se deve à própria natureza do latim e ao estilo de Calvino, que não parece azado modificar. Todavia, inserem-se, em colchetes, palavras e expressões que, não parte do original, visam a tornar mais clara a tradução. Ademais, aduzem-se explicações e variantes ou alternativas à forma adoptada, facilitada, assim, a compreensão do texto. Entretanto, é uma obra que tem de ser lida de forma pausada, refletida, cuidadosa, sem sofreguidão nem açodamento, a atenção voltada para com o contexto e a tônica da matéria enfocada.

Afigurou-se proveitoso cotejar a tradução presente com outras de fácil acesso. Destarte, fiz uso da Edição Francesa, texto atualizado de Pierre Marcel e Jean Cadier, de 1955 (abreviatura: EF), da valiosa tradução para o inglês de Ford Lewis Battles, edição de 1961 (abreviatura: B), da tradicional tradução de John Allen, 7ª. edição americana, de 1936 (abreviatura: A), da versão alemã de Karl Muller, edição de 1928 (abreviatura: KM) e da espanhola de Cipriano de Valera, na forma da revisão de 1967 (abreviatura: CR). Até onde possível, verifiquei as referências feitas aos acervos da ***Patrologia Latina de Magne*** (PLM) e sua congênere, a ***Patrologia Grega*** (PGM), bem como à ***Loeb Classical Library*** (LCL) e ao ***Corpus Scriptorum Ecclesiasticorum Latinorum*** (CSEL), de outra sorte citados conforme se mencionam nas versões cotejadas.

Ponto que merece esclarecimento é o referente às citações de textos bíblicos. Mantive a forma adoptada pelo próprio Calvino. Não é o texto da Vulgata, pelo menos na Versão Clementina, dela divergindo, por vezes, sensivelmente. É matéria para interessante consideração da Crítica Textual. Ademais, parece Calvino modifica-los, alterá-los, adapta-los, fundindo passagens ou fracionando-as, conforme o a que visava, proceder longe de estranhável em uma época em que a moderna divisão capitular e versicular ainda não era generalizada, muito menos estereotipada, nem os cânones critico-textuais fixados e reconhecidos como hoje. Este é, portanto, um aspecto em que se há de atualizar ou revisar o texto ao aplica-lo em moldes correntes. A fidelidade histórica, entretanto, não permitiria referi-los em termos das traduções modernas ou do texto agora vigente.

Muito e a muitos teria de registrar meu profundo agradecimento para que pudesse levar a cabo esta para mim venturosa empreitada. Primeiramente, a Deus, Pai Amantíssimo, que me conservou com vida e conferiu a capacidade para esta delicada e morosa tarefa; à Christian Reformed Church o propiciar-me período de estudos que me facultaram o contacto primeiro com o esforço de tradução, bem como o interesse na presente edição, objetivando em valioso subsídio financeiro; ao Dr. Peter de Klerk, bibliotecário do Calvin College, Grand Rapids, Michigan, a valiosa colaboração prestada no uso de obras de seu acervo e informações fornecidas posteriormente; assim, ao Rev. Júlio Andrade Ferreira que, generosamente, tanto me assistiu com livros de que tive necessidade ao longo de todo o demorado labor da tradução; à Unicamp o sólido apoio à iniciativa, expresso na aceitação deste trabalho como parte dos encargos exigidos dos docentes; ao professor Rodolfo Ilari, colega de docência, a inestimável ajuda na consecução desse apoio; ao Rev. Celsino da Cunha Gama, Diretor Executivo de Luz Para o Caminho, o empenho em fazer com que a obra viesse a lume, assumindo de começo a dura tarefa de publicação; ao presbítero Glaycon Andrade Ferreira, que se desdobrou na revisão primeira da composição; ao presbítero Dr. Paulo Breda Filho, Presidente do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil, ao presbítero Antonio Ribeiro Soares, Diretor Superintendente da Casa Editora Presbiteriana, e ao Rev. Sabatini Lalli, o interesse em ter a obra publicada sob o patrocínio da Igreja Presbiteriana do Brasil, como sempre desejamos. Ao Rev. Sabatini, ademais, o penoso trabalho de revisão final e as oportunas sugestões feitas na parte redacional. À minha nobre esposa, Amélia Stephan Luz, a dedicação e ajuda prestadas de mil e uma formas, sem o que não teria eu tido condições de levar a cabo a árdua empreitada. Aos estudantes do Seminário Presbiteriano de Campinas e a muitos colegas o generoso estímulo, demonstrado vezes tantas e de tantas maneiras. De reconhecimento especial, finalmente, é credora a Comissão Calvino, constituída de ilustres irmãos do Norte, centralizados no Recife, que me respaldaram o esforço com sugestões preciosas, certa ajuda financeira até que assumi a docência com tempo integral na Universidade, leal incentivo e muita oração.

Que lhes recompense a todos a nobreza de alma o grande Senhor Nosso. E que seja este esforço, fruto de intenso labor e especial carinho, ricamente abençoado por Deus de sorte que dele possam muitos auferir grande proveito espiritual e muito estímulo para testemunhar eficazmente de Cristo e seu Evangelho.

Campinas, junho de 1984

Waldyr Carvalho Luz

PREFÁCIO À 2ª EDIÇÃO

É fato assaz auspicioso que a primeira edição das *Institutas* em nossa língua portuguesa haja sido toda vendida em pouco mais de uma década de sua publicação. Por um lado, demonstra que nosso meio cultural, apesar de tantas limitações e carências, se esmera em cultivar e aprofundar seus conhecimentos teológicos, não desdenhando uma obra que, embora produzida no século 16, é de imensa atualidade, não somente porque representa a *magnum opus* da Reforma Protestante, documento histórico de real grandeza, mas também porque é uma sistematização da doutrina bíblica de invulgar profundidade e acuracidade hermenêutica irretorquível, fundamento essencial do pensamento protestante clássico. Por outro lado, revela uma visão compreensiva e ampla do mundo teológico, o mais das vezes afeito a vultos e obras ditas modernas, modismos efêmeros e superficiais, de pouca duração e mesmo raízes.

A presente edição difere da anterior em que não mais se aduzem as repetidas notas de rodapé que registravam variantes comparativas de tradução verificadas em duas versões do inglês, da alemã, da espanhola e, mesmo, da francesa. Também, a critério dos editores, retiram-se os colchetes que assinalavam termos e formas que, não encontradas no texto latino original, o tradutor inseriu para efeitos de clareza e expressão, como é o caso dos artigos definido e indefinido e do pronome da terceira pessoa, ausentes na língua latina, que nós, falantes luso-brasileiros adaptamos do demonstrativo *ille, illã, illud*, em sua forma acusativa. Tais aduções bem que poderiam aparecer em itálico ou negrito. Tratando-se de documento de tal vulto, ao traduzirmo-lo, procuramos, sem sermos literais, ater-nos ao estilo e terminologia de Calvino o mais possível, pelo que nem sempre a tradução é clara e fluente como seria de desejar-se. Os editores, para tornar o texto mais lúcido e acessível, tomaram a liberdade de fazer certos ajustes e alterações, registrando, porém, em nota de rodapé a forma integral da tradução de nossa lavra na primeira edição. É preciso que o leitor tenha em mãos exatamente o que o teólogo de Genebra escreveu, sem deturpações ou falseamento do teor, exatidão necessária em documento desse jaez e importância.

Congratulamo-nos com a Editora Cultura Cristã pela arrojada, mas oportuna, iniciativa de reeditar as *Institutas* e alegramo-nos em poder continuar facultando ao estudioso Calvino falado em nosso idioma.

Abençoe o Senhor este nobre empreendimento.

Campinas, setembro de 2003
Waldyr Carvalho Luz

CARTA AO REI FRANCISCO I

Ao Mui Poderoso e Ilustre Monarca,
FRANCISCO,
Cristianíssimo Rei dos Franceses,
seu Príncipe,
JOÃO CALVINO
Roga Paz e Salvação em Cristo

1. Circunstâncias em que a obra foi inicialmente escrita

Quando, de início, tomei da pena para *redigir* esta obra, de nada menos cogitava, ó mui preclaro Rei, que escrever *algo* que, depois, houvesse de ser apresentado perante tua majestade. O intento era apenas ensinar certos rudimentos, mercê dos quais fossem instruídos em relação à verdadeira piedade quantos são tangidos de algum zelo de religião. E este labor *eu o* empreendia principalmente *por amor* a nossos *compatrícios* franceses, dos quais a muitíssimos percebia famintos e sedentos de Cristo, pouquíssimos, porém, via *que fossem* devidamente imbuídos pelo menos de modesto conhecimento. Que esta me foi a intenção proposta, no-lo diz o próprio livro, composto *que é* em uma forma de ensinar simples e, por assim dizer, superficial.

Como, porém, me apercebesse de até que ponto tem prevalecido em teu reino a fúria de certos degenerados, de sorte que não há neles lugar nenhum à sã doutrina, dei-me conta da importância da obra que estaria para fazer, se, mediante um mesmo tratado, não só lhes desse um compêndio de instrução, mas ainda pusesse diante de ti uma confissão *de fé*, mercê da qual possas aprender de que natureza é a doutrina que, com fúria tão desmedida, se inflamam esses tresloucados que, a ferro e fogo, conturbam hoje teu reino. Pois nem me envergonharei de confessar que compendiei aqui quase que *toda* a súmula dessa mesma doutrina que aqueles vociferam deveria ser punida com o cárcere, o exílio, o confisco, a fogueira, que deveria ser exterminada por terra e mar.

2. Defesa dos fiéis perseguidos

Sei perfeitamente de quão atrozes denúncias teriam *eles* enchido teus ouvidos e mente, no afã de tornar nossa causa diante de ti a mais odiosa possível. Mas, em função de tua clemência, isto deve ser-te cuidadosamente ponderado, se é suficiente

haver acusado, que nenhuma inocência haverá de subsistir, nem nas palavras, nem nas ações.

Se no interesse de suscitar ódio, porventura alguém alegue que esta doutrina, da qual estou tentando dar-te a razão, já por muitos tem sido condenada pelo veredicto de todos os Estados, solapada por muitas sentenças peremptivas dos tribunais, outra *coisa* não estará a dizer senão que, em parte, *ela tem sido* violentamente pisoteada pela facciosidade e prepotência dos adversários; em parte, insidiosa e fraudulentamente oprimida por suas falsidades, invencionices *e* calúnias.

Constitui arbitrariedade o fato de que, não facultada oportunidade de defesa a uma causa, contra ela se passem sanguinárias sentenças; é dolo que, à parte de *qualquer* delito, *ela* seja acusada de *fomentar* sedições e *promover* malefícios.

Para que não pense alguém que estamos a queixar-nos dessas coisas injustamente, *tu* mesmo, ó Rei nobilíssimo, podes ser-nos testemunha de com que mentirosas calúnias *ela* é diariamente trazida diante de ti, como se a outro fim não disponha senão arrebatar das mãos dos reis os cetros, pôr por terra todos os tribunais e normas judiciárias, subverter a todas as instituições e estruturas político-administrativas, perturbar a paz e a tranqüilidade públicas, anular todas as leis, desmantelar domínios e posses, enfim, promover total ruína de tudo. E, no entanto, o que ouves é *apenas* uma parcela mínima. Pois que certas *coisas* horrendas se espalham entre o povo, *coisas* que, se fossem verdadeiras, deveria o mundo inteiro, com merecida razão, julgá-la digna, juntamente com seus autores, de mil fogueiras e cruzes.

Quem a esta altura haveria de surpreender-se de que, onde se dá crédito a essas civilizações profundamente iníquas, contra ela se tem inflamado o ódio público?

Eis por que todas as suas classes, *de comum acordo*, concordam e cooperam em nossa condenação, bem como de nossa doutrina, arrebatados por esta paixão, quantos se assentam *nos tribunais* para exercer o juízo, em lugar de sentenças *reais*, pronunciam os preconceitos que trouxeram de casa. E julgam haver-se criteriosamente desincumbido de suas funções, se a ninguém ordenam *que* seja levado ao suplício, a não ser que *seja* incriminado por confissão direta ou por sólidos testemunhos.

Mas, de que crime? Dessa doutrina condenada, dizem-*no*. Mas, *em bases* de que direito foi *ela* condenada? Ora, isto deveria ser a essência da defesa, *a saber*, não repudiar a própria doutrina, ao contrário, havê-*la* por verdadeira. Aqui, *no entanto*, *nos* é vedado até mesmo o direito de falar em surdina!

3. APELO EM FAVOR DOS FIÉIS OPRIMIDOS

E assim, não sem justa razão, ó Rei invictíssimo, rogo-te que empreendas cabal investigação desta causa, *causa* que até agora tem sido tratada desordenadamente,

quando não de todo tumultuada, e sem nenhuma sistemática de direito, e mais sob a *agitação* do impulso de seriedade condigna do judiciário.

Nem julgues que estou aqui arquitetando minha defesa pessoal, mercê da qual me resulte seguro regresso à pátria, da qual, embora *a* ame tanto quanto é próprio do sentimento humano, no pé em que estão as coisas atualmente não deploro profundamente estar dela distanciado. Antes, estou a abraçar a *causa* comum de todos os piedosos, que outra não é senão a própria causa de Cristo que, de todos os modos, jaz hoje em teu reino lacerada e espezinhada, dir-se-ia reduzida a desesperada condição, isto, por certo, mais em decorrência da tirania de certos fariseus do que de teu querer.

Aqui, porém, a nada leva denunciar como isso acontece. O certo é que *esta causa* está sofrendo *dura* opressão. Isto, pois, os ímpios têm conseguido: que a verdade de Cristo, se não é aniquilada como que em debandada e destroço, por certo que será ostentada como que enxovalhada e vilipendiada. E a pobrezinha da Igreja está ou devastada por cruéis morticínios, ou arruinada por banimentos, ou ralada por ameaças e terrores, que nem sequer ousa alçar a voz. E, ainda agora, com a costumeira insânia e ferocidade, investem desabusados contra a muralha que já está a desmoronar-se, e prontos *a levar a plena consumação* a devastação a que se acostumaram. Entrementes, ninguém vem à frente para opor-se, em sua proteção, a tais explosões de violência. E se *alguns há* que desejam ser tidos *como* a favorecer especialmente a verdade, são *eles* de parecer que se devam ignorar o erro e a imprudência de homens incultos. Assim, pois, falam homens comedidos, chamando de erro e imprudência o que sabem ser a plena verdade de Deus; e chamando de homens incultos, *aqueles* cuja inteligência vêem não ter sido, de modo algum, desprezível a Cristo, uma vez que ele *os* teve por dignos dos mistérios de sua celestial sabedoria! A tal ponto, todos se envergonham do evangelho!

Cumprir-te-á, portanto, ó Rei sereníssimo, não apartares os ouvidos, nem a mente de tão justa defesa, mormente quando está em jogo questão de tão alta importância, a saber: como se fará patente na terra o caráter intocável da glória de Deus, como sua dignidade retenha a verdade de Deus, como entre nós o reino de Cristo permanecerá íntegro e inabalável. Matéria *essa* digna de tua atenção, digna de teu conhecimento, digna de teu juízo!

Com efeito, certamente esta consideração faz o verdadeiro rei: reconhecer-se um ministro de Deus na gestão do reino. Aquele que assim não reina para o serviço da glória de Deus não exerce o reino; ao contrário, exerce a usurpação. Ademais, *muito* se engana quem espera a prosperidade diária do reino que não é regido pelo cetro de Deus, isto é, por sua santa Palavra, quando não pode falhar o oráculo celeste em que se proclamou, a saber, onde haja faltado a profecia, haverá de espalhar-se o povo [Pv 29.18].

Tampouco deve privar-te desse esforço o menosprezo de nossa humildade. De quão insignificantes somos, e abjetos homúnculos, na verdade disso estamos honestamente cônscios. Sim, diante de Deus, míseros pecadores; à vista dos homens, absolutamente desprezíveis, escória e lixo do mundo; se *o* queres, ou qualquer outra coisa que de mais vil se possa, porventura, referir. De sorte que nada resta de que nos possamos gloriar diante de Deus, senão tão-somente de sua misericórdia [2Co 10.17, 18], mercê da qual, à parte de qualquer mérito nosso [Tt 3.5], fomos admitidos à esperança da eterna salvação, nem mesmo diante dos homens nos sobra senão nossa impotência [2Co 11.30; 12.5, 9], o que, a mera admissão, sequer com um aceno, é entre eles suprema ignomínia.

Nossa doutrina, porém, sublime acima de toda glória do mundo, invicta acima de todo poder, importa que seja enaltecida, pois não é nossa, mas do Deus vivo e de seu Cristo, a quem o Pai constituiu Rei, para que domine de mar a mar e desde os rios até os confins do orbe das terras [Sl 72.8]. E de tal forma, em verdade, deve *ele* imperar, que, percutida só pela vara de sua boca, a terra toda, com seu poder de ferro e bronze, com seu resplendor de ouro e prata, ele a despedaçará como se outra coisa não fosse senão diminutos vasos de oleiro, na exata medida em que os profetas vaticinam acerca da magnificência de seu reino [Dn 2.34; Is 11.4; Sl 2.9].

Nossos adversários, é verdade, vociferam em contrário que nos servimos aleivosamente da Palavra de Deus, da qual, *a seu ver*, seríamos os mais depravados corruptores. Esta, na verdade, não só é uma calúnia por demais maldosa, mas ainda é um deslavado despudoramento; *tu* próprio, ao leres *esta* nossa confissão, em virtude da prudência que te assiste, *o* poderás julgar. Aqui também será bom dizer alguma coisa, a qual te provoque ou desejo e atenção, ou pelo menos te abra algum caminho para lê-la.[1]

Quando Paulo quis que toda profecia fosse conformada à analogia da fé (Rm 12.6), estabeleceu uma regra extremamente segura, pela qual deva ser testada a interpretação da Escritura. Portanto, se *a doutrina* nos é esquadrinhada à base desta regra de fé, nas mãos *nos* está a vitória. Pois, que melhor se coaduna com a fé e mais convenientemente do que reconhecer *que somos* despidos de toda virtude, para que sejamos vestidos por Deus; vazios de todo bem, para que sejamos por ele plenificados; escravos do pecado, para que sejamos por ele libertados; cegos, para que sejamos por ele iluminados; coxos, para que sejamos por ele restaurados; fracos, para que sejamos por ele sustentados; despojando-nos de todo motivo de glória pessoal, para que somente ele seja glorioso e nós nele nos gloriemos? [1Co 1.31; 2Co 10.17].

Quando dizemos estas e outras *coisas* desta espécie, interrompem-*nos* eles e

1. Primeira edição: "Contudo, algo se impõe ainda aqui dizer que à própria leitura ou te desperte o desejo e a atenção, ou, certamente, o caminho [para isso te] aplane."

protestam com veemência, *dizendo* que, desse modo, se subvertem não sei que cega luz da natureza, pretensas preparações, além do livre-arbítrio e das obras meritórias da salvação eterna, com suas supererrogações. *É* que não podem suportar que em Deus residam o pleno louvor e a glória de todo bem, virtude, justiça *e* sabedoria.

Com efeito, não lemos que fossem repreendidos *os* que da fonte da água viva (Jo 4.14) tenham bebido sobejamente. Ao contrário, sofrem pesadas censuras *os* que cavaram para si cisternas rotas e que não conseguem reter água (Jr 2.13). Por outro lado, que mais se coaduna com a fé do que assegurar-se que Deus nos seja Pai propício onde a Cristo é reconhecido *como* irmão e propiciador; do que esperar todas as *coisas* alegres e prósperas confiadamente da parte desse *Deus* cujo inenarrável amor para conosco a tal ponto chegou que não poupou ao próprio Filho, entregando-o por nós [Rm 8.32]; que aquiescer a segura expectação da salvação e da vida eterna, quando se tem em conta que Cristo nos foi dado pelo Pai, em quem todos os tesouros estão escondidos?

A esta altura, agarram-nos e bradam que não falta a essa certeza da fé arrogância e presunção. Como, porém, nada *devemos presumir* de nós *próprios*, assim de Deus se deve presumir tudo. Nem por outra razão nos despojamos de vanglória, senão para que aprendamos a gloriar-nos no Senhor [2Co 10.17; 1Co 1.31; Jr 9.23, 24].

Que mais direi?

Passa em rápida revista, ó mui poderoso Rei, todos os elementos de *nossa* causa e considera-nos mais execrável que qualquer espécie de homens celerados, se não verificares, com cristalina clareza, que nisto nos afadigamos e sofremos apróbrios, porque depositamos nossa esperança no Deus vivo [1Tm 4.10], porque cremos ser esta a vida eterna: conhecer ao único Deus verdadeiro e *àquele* a quem ele enviou, Jesus Cristo [Jo 17.3]. Em razão desta esperança, alguns dentre nós são confinados em grilhões, outros fustigados com varas, outros levados de um lado para outro como objeto de ridículo e zombaria; uns forçados ao exílio, outros torturados com extrema crueldade; outros, alijados pela fuga. Todos nos vemos oprimidos pela angústia da situação, apostrofados com terríveis execrações, lacerados de infâmias, tratados de maneiras as mais afrontosas.

Atenta, agora, para nossos adversários (falo da classe dos sacerdotes, a cujo arbítrio e talante os demais exercitam hostilidades para conosco, e por um momento pondera comigo de que são levados pelo zelo).

4. Escritura e tradição

Permitem, com pronta facilidade, tanto a si *mesmos* como aos outros, ignorar, negligenciar, desprezar a verdadeira religião, que foi transmitida pelas Escrituras e que deveria ser mantida constante entre todos. E pensam pouco importar que al-

guém creia ou deixe de crer acerca de Deus e de Cristo, desde que, pelo que chamam *fé implícita*, submeta o entendimento ao arbítrio da Igreja. Nem se preocupam muito se ocorre que se conspurque a glória de Deus com vociferantes blasfêmias, contanto que ninguém levante um dedo contra o primado da sé apostólica e a autoridade da Santa Madre Igreja.

Por que, afinal, lutam com tão acirrada virulência e ferocidade em favor da missa, do purgatória, das peregrinações e baboseiras tais, a ponto de negarem que tem de haver sã piedade, sem, por assim dizer, fé mais explícita nestas *coisas*, quando, entretanto, nada dessas *coisas* provam *eles* ser da Palavra de Deus?

Por quê, senão porque Deus é seu ventre [Fp 3.19], a religião a cozinha, privados dos quais não só crêem que não serão cristãos, mas, realmente, nem *ainda* seres humanos? Ora, embora uns se empanturrem regaladamente, outros roam frágeis migalhas, todos, entretanto, vivem do mesmo caldeirão que, sem esses subsídios, não se esfriaria, não se congelaria de todo. Por isso, já que pelo *próprio* ventre cada um desses está extremamente solícito, assim *cada qual* se mostra acérrimo batalhador por sua fé. Enfim, todos à uma a isto se votam: ou preservar incólume o poder, ou abarrotar o ventre. Ninguém, *contudo*, dá sequer a mínima demonstração de zelo sincero.

5. Libelo adversário

Nem ainda assim cessam de investir contra nossa doutrina e de invectivá-la e infamá-la com quantas alcunhas possam, no empenho de torná-la ou odiosa ou suspeita. Dizem *ser ela doutrina* nova e originada não há muito. Ridicularizam-na de ser duvidosa e incerta. Indagam de que milagres tenha sido confirmada. Perguntam se porventura é procedente que *ela* prevaleça contra o consenso de tantos santos pais e *contra* o uso mui antigo. Insistem *dizendo* que confessamos ser *ela* cismática, uma vez que move guerra contra a Igreja, ou que *declaramos* que a Igreja esteve semimorta por muitos séculos, durante os quais nada parecido se fez ouvir.

Finalmente, ponderam que não se faz necessário farta cópia de argumentos, pois o que *ela* é se pode julgar pelos próprios frutos, visto que tem engendrado tão avultado acervo de seitas, cifra tão elevada de tumultos sediciosos, tão desbragada licenciosidade.

Certamente que lhes é muito fácil vituperar uma causa desassistida perante a multidão crédula e ignara. Entretanto, se a nós também fossem facultadas mútuas oportunidades de arrazoar, digo que de pronto *lhes* seria estancada a fervura desta acrimônia com que, nesse tom, de boca cheia, e tão viciosa quanto impunemente, espumejam contra nós.

6. De fato é doutrina recente ou nova?

Em primeiro lugar, que *a* tacham de nova, fazem sério agravo a Deus, cuja Sagrada Palavra não merecia *ser* rotulada de novidade. Por certo que estou bem longe de duvidar que seja nova àqueles a quem Cristo tanto é novo quanto novo é o evangelho. Quantos, porém, sabem ser antiga essa proclamação de Paulo, *a saber*, que Jesus Cristo morreu por nossos pecados *e* ressuscitou para nossa justificação [Rm 4.25], entre nós não encontrarão nada novo. Que *ela*, por tão longo tempo, *ficou* desconhecida e confinada, *que* esteve obscurecida, é culpa da impiedade humana. Agora, quando pela bondade de Deus, *ela* nos é restaurada, se deveria reconhecer a antigüidade, ao menos por direito pós-liminar.

Da mesma fonte de ignorância *a* têm por duvidosa e incerta. É precisamente isso *o* de que se queixa o Senhor por meio de seu Profeta: Que o boi conhece seu possuidor e o jumento, o estábulo de seus donos; ele, porém, não é conhecido de seu povo [Is 1.3]. Em verdade, por mais que motejem da incerteza de nossa doutrina, se tivessem de selar sua *doutrina* com o próprio sangue e às expensas da *própria* vida, seria oportuno ver de quanto valor ela haja de ser estimada! Muito outra é nossa confiança, a qual não teme nem os terrores da morte, nem mesmo o próprio tribunal de Deus.

7. Funções dos milagres

O fato de exigirem de nós milagres, agem de má fé. Ora, não estamos a forjar algum evangelho novo; ao contrário, retemos aquele mesmo à confirmação de cuja verdade servem todos os milagres que outrora operaram assim Cristo como os apóstolos. Acima de nós, eles têm isto de singular, que podem confirmar sua fé mediante constantes milagres até o presente dia! Contudo, *o fato é que* estão antes a invocar milagres que se prestam a perturbar o espírito doutra sorte inteiramente sereno, a tal ponto são *eles* ou frívolos e ridículos, ou fúteis e falsos! Todavia, nem mesmo se *esses alegados milagres* fossem mui prodigiosos, certamente que não seriam contra a verdade de Deus, quando importa que o nome de Deus por toda parte e a todo tempo seja santificado, quer através de portentos, quer mediante a ordem natural das coisas.

Talvez mais deslumbrante poderia ser *esse* aparente matiz, não fora que a Escritura nos adverte quanto ao legítimo propósito e uso dos milagres. Ora, os sinais que acompanharam a pregação dos apóstolos, *no-lo* ensina Marcos [16.20], foram operados para sua confirmação. De igual modo, também Lucas narra que o Senhor deu testemunho da palavra de sua graça, quando foram operados sinais e portentos pelas mãos dos apóstolos [At 14.13]. Ao que se torna muito semelhante esta *palavra* do Apóstolo: Anunciado o evangelho, a salvação foi confirmada, testemunhando jun-

tamente com *eles* o Senhor, mediante sinais, portentos e muitos atos de poder [Hb 2.4; Rm 15.18, 19].

Quando, pois, ouvimos que eles constituem marcas do evangelho, porventura os converteremos em destruição da autoridade do evangelho? *Quando ouvimos* que foram destinados simplesmente à autenticação da verdade, porventura os acomodaremos à confirmação de mentiras? Portanto, é conveniente examinar e investigar, em primeiro lugar, a doutrina, a qual o evangelista diz ter precedência *sobre os milagres*; *doutrina* que, se for aprovada, só então deve, por fim, de direito, receber a confirmação dos milagres.

Entretanto, a marca distintiva da boa doutrina, da qual o autor é Cristo, é esta: ela não se inclina a buscar a glória dos homens, mas a de Deus [Jo 7.18; 8.50]. Quando Cristo declara *que* esta *é* a comprovação da doutrina, os milagres são visualizados em falsa luz, os quais são levados a outro *propósito* que não é o de glorificar o nome do Deus único. E convém que tenhamos sempre em mente que Satanás tem seus milagres, os quais, embora sejam *falazes* prestidigitações, antes que genuínos prodígios, entretanto são de tal natureza, que podem seduzir os desavisados e simplórios [2Ts 2.9, 10]. Mágicos e encantadores sempre se destacaram por *seus* milagres. A idolatria sempre foi nutrida por milagres de causar pasmo. Contudo, *eles* não legitimam nossa superstição, nem dos magos, nem dos idólatras.

E com este aríete, os donatistas, outrora, abusavam da simplicidade da população, de que eram poderosos em milagres. Portanto, agora respondemos a nossos adversários, o mesmo que Agostinho *respondeu* então aos donatistas: o Senhor nos acautelou contra esses milagreiros quando predisse que haveriam de vir falsos profetas, os quais, em virtude de sinais mentirosos e prodígios vários, induziriam os eleitos ao erro, se *isso* pudesse acontecer [Mt 24.24]. E Paulo advertiu que o reino do Anticristo haverá de vir com todo poder, e sinais, e prodígios enganosos [2Ts 2.9].

Mas, insistem *eles*, esses milagres não são operados por ídolos, nem por mistificadores, nem por falsos profetas, mas pelos santos. Como se na verdade não soubéssemos que esta é a artimanha de Satanás: transformar-se em anjo de luz [2Co 11.14]. Em tempos idos, os egípcios cultuaram a Jeremias, sepultado em seu meio, com sacrifícios e outras honras divinas. Porventura não estavam abusando do santo profeta de Deus para o*s fins de sua* idolatria? E no entanto com tal veneração de *seu* sepulcro chegavam ao ponto de pensar que, como justa recompensa disso, eram curados da picada de serpentes! Que diremos, senão que sempre foi esta, e haverá de sempre ser, a mui justa punição de Deus: enviar a eficácia do erro àqueles que não têm recebido o amor da verdade, para que creiam na mentira [2Ts 2.11]?

Portanto, de modo nenhum nos faltam milagres, e esses não são passíveis de dúvida, nem suscetíveis a zombarias. *Aqueles*, porém, aos quais eles apelam em seu

abono, são meros embustes de Satanás, uma vez que desviam o povo do verdadeiro culto de seu Deus para o engano.

8. O testemunho dos patrísticos

Além disso, os patrísticos se nos opõem cavilosamente (refiro-me aos escritores antigos e, além disso, de uma era melhor), como se os tivessem por sufragadores de sua impiedade, por cuja autoridade a contenda pudesse ser dirimida e se nos inclinaria, para falar até com extremada modéstia, a melhor parte da vitória.

De fato, ainda que muitas *coisas* tenham sido escritas por esses patrísticos, com admirável descortino e reconhecida excelência, em certos *casos,* contudo tem-lhes acontecido *o* que só costuma *acontecer* aos homens, isto é, estes filhos piedosos, com a agudeza de espírito, de discernimento e de compreensão, com que são *dotados,* deles só cultuam os lapsos e erros. *Aquilo, entretanto,* que com acerto disseram, ou não *o* observam, ou *o* dissimulam, ou *o* deturpam, de sorte de possas dizer que sua única preocupação tem sido catar esterco em meio ao ouro.

Então, contra nós investem com ímpios brados como *sendo nós* desprezadores e inimigos dos patrísticos. Nós, porém, tão longe estamos de desprezá-los que, se fosse esse *nosso* presente propósito, de nenhuma dificuldade me seria possível comprovar-*lhes* com as próprias opiniões a maior parte daquilo que estamos hoje afirmando. Contudo, em tais moldes lhes versamos os escritos que temos de ter sempre *isto* em mente [1Co 3.21-23]: tudo é nosso para servir-nos, não para dominar *sobre nós,* e nós *somos* de um, Cristo, a quem se deve, sem exceção, em tudo obedecer. Quem não observa esta distinção, na fé nada terá de sólido, uma vez que muita *coisa* ignoraram estes santos varões, não raro discreparam entre si, por vezes até a si mesmos se contradisseram.

Não sem razão, frisam *eles* que somos admoestados por Salomão [Pv 22.28] a não ultrapassarmos os marcos antigos que nossos pais estabeleceram. Mas, a norma não é a mesma em *se tratando de* limites de glebas e em *questão de* obediência da fé. Mais apropriada é esta que se estabelece nestes termos: “esqueça seu povo e a casa de seu pai” [Sl 45.10]. Se, porém, com tanto ardor se regozijam em ἀλληγορεῖν [*allēgŏreîn – alegorizar*], por que não adotem os apóstolos como pais, antes que a qualquer outro, cujos termos prescritos não é lícito remover? Ora, assim interpretou Jerônimo, cujas palavras *eles* inseriram em seus cânones. E se querem que sejam fixos os limites destes a quem entendem *por pais,* por que *eles* próprios tão impiedosamente os ultrapassam, quantas vezes *lhes* apraz?

Do elenco dos patrísticos eram *aqueles* dos quais um disse que nosso Deus não come, nem bebe, e assim não tem necessidade de cálices, nem de pratos; outro, que os *ritos* sagrados não requerem ouro, nem com ouro se fazem aceitáveis *as coisas*

que com ouro não se compram. Ultrapassam, portanto, *esse* limite, quando em *seus* cerimoniais tão efusivamente se deleitam com o ouro, a prata, o marfim, o mármore, as pedras preciosas, as sedas, nem pensam que Deus só é devidamente adorado se o for através de tudo o que derive em requintado esplendor, ou, melhor, em extravagante pompa.

Patrístico era *aquele* que sentenciou que, por isso, sem reservas, fazia uso de carne no dia em que os demais dela se abstinham: que era cristão. Desse modo, eles ultrapassam os limites, quando com terríveis *exprobrações* execram a alma que tenha provado carne durante a quaresma.

Patrísticos eram *esses* dos quais um declarou que o monge que não trabalhasse com as próprias mãos fosse julgado igual ao assaltante, ou, se *o* preferes, ao ladrão; o outro, que não era próprio aos monges viverem do alheio, mesmo se fossem assíduos nas contemplações, nas orações, nos estudos. Também este limite *eles* têm violado, quando encerraram em prostíbulos e bordéis os ociosos e bojudos ventres dos monges, para que se cevassem dos bens alheios.

Patrístico era quem afirmou ser horrenda abominação ver-se pintada em templos de cristãos a imagem, seja de Cristo, seja de qualquer santo. Tampouco foi isto pronunciado pela voz de um único homem, mas até decretado por um concílio eclesiástico: que não se pinte em paredes *o* que se adora. Muito longe está de que se contenham dentro destes limites, quando não deixam *sequer* um canto vazio de imagens.

Aconselhou outro patrístico que, após havermos cumprido o dever de humanidade para com os mortos, em sepultando-os, os deixássemos descansar. *Eles* rompem totalmente estes limites quando incutem a perpétua solicitude dos mortos.

Do elenco dos patrísticos era *aquele* que testifica que a substância do pão e do vinho permanecem assim na Santa Ceia, e não cessam, como em Cristo, o Senhor, a substância e natureza humana subsistem unidas à divina. Desse modo, ultrapassam o limite quantos imaginam que, recitadas as palavras do Senhor, cessa a substância do pão e do vinho, para que se transubstancie em corpo e sangue.

Patrísticos eram *os* que, como exibiam a toda a Igreja uma só Eucaristia, e como, ademais, excluíam *dela* os dissolutos e os criminosos, assim drasticamente condenavam a todos aqueles que, presentes, dela não participassem. Eles removeram esses limites para bem longe, quando não apenas os templos, mas até as casas particulares, enchem com suas missas, a cuja participação a todo mundo admitem, por mais vis e degenerados que sejam, e a cada um com tanto maior prazer quanto maior é a gorjeta? A ninguém convidam à fé em Cristo e à genuína comunhão dos sacramentos, antes, mercadejam sua *própria* obra como sendo a graça e o mérito de Cristo!

Patrísticos eram *os dois* dos quais um decretou que fossem de todo excluídos da participação da Santa Ceia de Cristo quantos, satisfeitos em tomarem um dos elementos, do outro se abstinham; o outro contende acirradamente que não se deve negar ao povo cristão o sangue de seu Senhor, a cuja confissão seu *próprio* sangue ordena que seja derramado. *Eles* subverteram também estes limites, quando, em virtude de lei inviolável, determinaram exatamente o mesmo que aquele punia com excomunhão, *e* este com válida razão condenava.

Patrístico era *o* que, se tratando de matéria obscura, asseverou ser temeridade decidir por uma ou outra das partes sem testemunhos claros e evidentes da Escritura. *Eles* se esqueceram deste limite quando, à parte de qualquer palavra de Deus, promulgam tantas constituições, tantos cânones, tantas determinações magisteriais.

Patrístico era *aquele* que, entre outras heresias, reprovou a Montano por ter sido o primeiro a impor leis *acerca* de jejuns. Também a este limite *o* excederam em muito quando, mediante leis extremamente estritas, sancionaram os jejuns.

Patrístico era *aquele* que sustentou que não se deve proibir o matrimônio aos ministros da Igreja, *e* declarou *ser* castidade a coabitação com a própria esposa. E Patrísticos eram *aqueles* que anuíram à sua opinião. Destes limites se distanciaram *eles* quando, com extremo rigor, impuseram a seus sacerdotes o celibato.

Patrístico era *aquele* que sentenciou que se deve ouvir a um só, Cristo, de quem foi dito: "A ele ouvi" [Mt 17.5]; nem se deve atentar para *o* que, antes de nós, outros ou disseram, ou fizeram, mas para *o* que Cristo preceituou, que é de todos o primeiro. Este limite *eles* próprios nem eles mesmos prescrevem, nem permitem que outros o prescrevam, quando, antes, constituem *por* mestres a quem quer que sejam, e não a Cristo, tanto para si *próprios* quanto para os demais.

Patrístico era *aquele* que contende que não se deve antepor a Igreja a Cristo, visto que ele sempre julga segundo a verdade dos fatos, mas que os juízes eclesiásticos, como os *demais* homens, se equivocam na maior parte das vezes. Rompido totalmente também este limite, não hesitam em afirmar que toda a autoridade da Escritura depende do arbítrio da Igreja.

Os patrísticos todos, em unânime consenso, abominaram e a uma voz apostrofaram o contaminar-se a santa Palavra de Deus com as sutilezas dos sofistas e o enredilhar-se nas disputas dos dialéticos. Porventura eles se contêm dentro destes limites, quando, em toda a vida, não engendram outra coisa senão toldar e prejudicar a simplicidade da Escritura com infindas discussões e querelas mais do que sofísticas, de tal sorte que, se os patrísticos voltassem agora à vida, e ouvissem esse gênero de debate a que esses chamam de teologia especulativa, nada haveriam menos de crer que se tratar de troca de opiniões acerca de Deus?

Na verdade *esta* nossa oração teria de ser derramada para além de *seus* justos

limites, se *eu* quisesse passar em revista quão petulantemente estes sacodem *de sobre si* o jugo dos patrísticos, de quem desejam parecer filhos obedientes. Não me seriam suficientes meses, realmente anos até.

E, não obstante, *eles* são de *tão* desabusada e deplorável impudência, que ousam invectivar-nos de que não hesitamos em transgredir os limites antigos!

9. O valor do costume

Ora, se nos evocam o costume, certamente que nada conseguem, pois se agiria mui injustamente conosco se tivéssemos que ceder ao costume. Sem dúvida que, se os juízes dos homens fossem retos, se fazia necessário buscar o costume dos bons. Contudo, não poucas vezes costuma acontecer mui diferentemente, pois o que se vê praticado por muitos logo adquire o foro de costume. Além disso, dificilmente em algum tempo as coisas humanas estejam tão bem que o melhor agrade à maioria. Portanto, o erro público quase sempre resultou dos vícios particulares de muitos, ou, melhor, o consenso comum dos vícios, que agora estes bons varões querem que seja tido por lei.

Que *aqueles* que têm olhos vejam que não *apenas* um oceano de males tem inundado o orbe, que numerosas pestes ameaçadoras o têm invadido, que tudo se precipita à ruína, de tal sorte que, ou haverá de desesperar-se inteiramente quanto à situação humana, ou fazer frente a tão grandes males que às vezes é preciso aplicar a força. E o remédio é rejeitado não por outra razão, mas porque já de muito nos acostumamos aos males.

Todavia, ainda que o erro público tenha lugar na sociedade dos homens, no reino de Deus, contudo, o que se ouve e se observa é só sua eterna verdade, à qual *não* se pode impor a injunção de alguma extensão de tempo, de algum costume, de alguma conjuração. Assim, outrora ensinava Isaías aos eleitos de Deus que não dissessem: Conspiração, em referência a tudo *aquilo* em que o povo dizia: Conspiração [Is 8.12]. Isto é, que *eles* próprios não conspirassem compartilhando do sentimento ímpio do povo, nem temessem deles o que temiam, nem se espantassem, mas, ao contrário, se santificassem ao Senhor dos Exércitos e este fosse para eles o temor e espanto.

Agora, pois, que lancem eles exemplos diante de nós, como queiram, não apenas os séculos sucessivos, mas ainda os *tempos* atuais. Se santificarmos o Senhor dos Exércitos, não seremos grandemente espantados. Ora, ainda que muitos séculos tenham anuído à mesma impiedade, poderoso é *aquele* que exerce vingança até a terceira e quarta geração [Ex 20.5; Nm 14.18; Dt 5.9]; ainda que, a um só tempo, o orbe inteiro conspire na mesma maldade perversa, pela experiência *ele nos* ensinaram qual seja o fim daqueles que transgridem com a multidão, quando a todo o gênero

humano destruiu pelo dilúvio, preservando *apenas* Noé com *sua* reduzida família, o qual, por sua fé, *e esta* de um só, condenasse ao mundo todo [Hb 11.7; Gn 7.1].

Afinal, o mau costume outra coisa não é senão uma como que peste pública, em que não menos sucumbem quantos tombam na multidão. Ademais, conviria que ponderasse *o* que em certo lugar diz Cipriano: Aqueles que pecam por ignorância, embora não podem ser eximidos de toda culpa, contudo podem parecer de certo modo escusáveis. *Aqueles*, porém, que obstinadamente rejeitam a verdade oferecida pela benevolência de Deus nada têm que possam pretextar.

10. CONCEPÇÕES ERRÔNEAS QUANTO À NATUREZA DA IGREJA

Com seu dilema, não tão prementemente nos arrocham que *nos* forcem a confessar, ou que a Igreja esteve por algum tempo semimorta, ou que agora estejamos nós em conflito com a Igreja. A Igreja de Cristo certamente tem estado viva, e viva continuará por quanto tempo Cristo reinar à destra do Pai, por cuja mão é *ela* sustentada, por cuja proteção é guardada, por cujo poder *ela* retém sua intangibilidade. Pois ele cumprirá, indubitavelmente, *o* que uma vez prometera, *a saber*, que haverá de estar com os seus até a consumação do mundo [Mt 28.20]. No momento não sustentamos contra ela nenhuma luta, uma vez que, em pleno consenso com todo o corpo dos fiéis, cultuamos e adoramos ao Deus único e a Cristo, o Senhor [1Co 8.6], nos moldes em que tem sido sempre adorado por todos os piedosos. Entretanto, *eles* não se desviam pouco da verdade, quando não reconhecem nenhuma Igreja senão aquela que descortinam pela visão natural e a tentam circunscrever aos limites a que, de modo algum, foi *ela* confinada.

A controvérsia gira nestes gonzos: primeiro, que *eles* contendem dizendo que a forma da Igreja é sempre concreta e visível; segundo, que identificam a própria forma com a sé da igreja romana e a ordem de seus prelados. Nós afirmamos, em contrário, não só que a Igreja pode subsistir sem nenhuma expressão visível, nem que *ela* contém a forma nesse esplendor externo que estultamente admiram, mas, em marca bem diferente, a saber, na pregação pura da Palavra de Deus e na legítima administração dos sacramentos.

Eles se exasperam quando nem sempre podem apontar a Igreja com o dedo. Quão freqüentemente, porém, aconteceu de ela deformar-se ante o povo judeu a tal ponto que não podia ser distinguida por nenhuma aparência? Que forma pensamos haver *ela* refulgido, quando Elias deplorava por ter ficado sozinho? [1Rs 19.14]. Quanto tempo, desde a vinda de Cristo, *ela* ficou obscura e sem forma? Quantas vezes, desde essa época, *ela* foi de tal modo oprimida por guerras, por revoltas, por heresias, que em parte alguma fosse contemplada com esplendor? Se porventura tivessem vivido nesse tempo, teriam crido existir *então* alguma Igreja? Elias, po-

rém, ouviu que foram conservados sete mil homens que não tinham dobrado os joelhos diante de Baal [1Rs 19.18]. Tampouco nos deve pairar alguma dúvida de que Cristo sempre reinou na terra, desde que subiu ao céu. Com efeito, se então os piedosos houvessem requerido alguma forma perceptível aos olhos, porventura não teriam prontamente cedido ao desânimo?

Aliás, já em seu século, Hilário havia considerado ser um mal superlativo que, tomados de estulta admiração pela dignidade episcopal, não se apercebiam que se ocultava por debaixo dessa máscara mortífera e sinistra, porque assim fala contra Auxêncio: "De uma *coisa vos* advirto: Guardai-vos do Anticristo! Pois é mal *que* de vós se haja apoderado o amor às paredes, mal que venerais a Igreja de Deus em tetos e edifícios, mal que sob essas *coisas* introduzis o nome de paz. Porventura é passível de dúvida que nestes o Anticristo haverá de assentar-se? A mim mais seguros são as montanhas, as florestas, os lagos, os cárceres e as furnas. Pois nestes, profetiza o Profeta, ou habitam, ou *são* lançados."

Entretanto, o que hoje o mundo venera em seus bispos cornudos, senão que presume serem santos prelados da religião *aqueles* a quem vê presidirem às cidades de maior renome?

Fora, portanto, com tão estulta admiração! Antes, pelo contrário, uma vez que só ele sabe quem são os seus [2Tm 2.19], permitamos ao Senhor isto: às vezes ele até mesmo priva a visão dos homens da percepção exterior de sua Igreja. Confesso que isso é o que merece a impiedade dos homens; por que porfiamos *nós* em opor-nos à justa vingança de Deus? Em moldes como esses, o Senhor puniu em tempos idos a ingratidão dos homens. Ora, visto que não quiseram obedecer-lhe à verdade, e sua luz extinguiram, quis ele que, tornando-se cegos em seu entendimento, não só fossem enganados por falsidades absurdas, mas ainda imersos em trevas profundas, de tal sorte que não se evidenciasse nenhuma expressão exterior da verdadeira Igreja. Contudo, em todo o tempo em que ela foi extinta, ele preservou os seus, *ainda que* não só dispersos, mas até mesmo submersos em meio aos erros e às trevas. Nem *é* de admirar, pois, que soube preservá-*los* tanto na própria confusão de Babilônia, quanto na chama da fornalha ardente.

Entretanto, o fato de quererem julgar a forma da Igreja em função de não sei que vã pompa, o quanto isso é perigoso, e para que a exposição não se prolongue desmedidamente, o indicarei em poucas *palavras,* em vez de tecer-*lhe* longa consideração.

O pontífice, insistem, que ocupa a sé apostólica, e quantos foram por ele ungidos e consagrados sacerdotes, uma vez que sejam assinalados por *suas* mitras e báculos, representam a Igreja e devem ser tidos como a Igreja. Por isso eles não podem errar. Por quê? Porque são pastores da Igreja e consagrados ao Senhor.

E porventura Arão e os demais guias de Israel não eram pastores? Contudo Arão e seus filhos, já investidos sacerdotes, no entanto erraram quando forjaram o bezer-

ro [Ex 32.4]. Segundo este raciocínio, por que não teriam representado a Igreja aqueles quatrocentos profetas que mentiam a Acabe? [1Rs 22.11, 12]. A Igreja, porém, estava do lado de Micaías, por certo um *homem* sozinho e desprezível, de cuja boca, entretanto, procedia a verdade.

Porventura os profetas não levavam diante de si não só o nome, como também a forma da Igreja, quando à uma se insurgiram contra Jeremias e, ameaçadores, se jactavam de que não era possível que a lei perecesse ao sacerdote, o conselho ao sábio, a palavra ao profeta? [Jr 18.18]. Jeremias é enviado sozinho contra toda *essa* horda de profetas, para que da parte do Senhor denunciasse que acontecerá que a lei perecerá ao sacerdote, o conselho ao sábio, a palavra ao profeta! [Jr 4.9].

Por acaso não refulgia tal esplendor naquela assembléia que os sacerdotes, os escribas e os fariseus reuniram a fim de captar pareceres acerca de como tirariam a vida a Cristo? [Mt 26.3, 4; Jo 11.47-53; 12.10]. Que se vão agora e se apeguem à máscara exterior, e assim se façam cismáticos a Cristo e a todos os profetas de Deus; por outro lado, que façam dos ministros de Satanás órgãos do Espírito Santo!

Ora, se estão falando a sério, respondam-me em boa fé: entre que agentes e lugares pensam que a Igreja residia depois que, por decreto do Concílio de Basiléia, Eugênio foi deposto e alijado do pontificado e Amadeu investido em seu lugar? Ainda que se arrebentem, não podem negar que, no que tange à exterioridade, *esse* Concílio foi legítimo, além de tudo convocado não apenas por um pontífice, mas por dois. Eugênio foi ali condenado de cisma, rebelião *e* contumácia, juntamente com todo o bando de cardeais e bispos que haviam com ele maquinado a dissolução do Concílio. Entretanto, mais tarde apoiado no favor dos príncipes, recuperou integralmente o pontificado. Em fumaça se desfez essa eleição de Amadeu, solenemente consumada *que fora* pela autoridade de um sínodo geral e sacrossanto, exceto que o supracitado *Amadeu* foi aplacado em virtude de um chapéu cardinalício, como um cão a ladrar *se cala* quando lhe é tirado naco de carne. Do grêmio desses hereges rebeldes e contumazes procedeu tudo quanto em seguida tem havido de papas, cardeais, bispos, abades, padres.

Neste ponto, impõe-se agarrá-los e imobiliza-los. Pois, a qual das duas facções conferirão o nome de Igreja? Porventura negarão que foi *esse* um Concílio Geral, de nada carecendo quanto à majestade exterior, já que, em verdade, *foi* solenemente convocado por duas bulas, consagrado mediante o legado da sé romana a presidi-*lo*, em todas as coisas devidamente conformado às normas regulamentares, a conservar-se sempre na mesma dignidade até o fim? Declararão Eugênio cismáticos com toda sua coorte, pela qual foram todos consagrados?

Portanto, ou definam a forma da Igreja em outros termos, ou, por mais numerosos que sejam, serão por nós tidos *como* cismáticos quantos, cônscia e deliberadamente, foram ordenados por hereges.

E se nunca antes se fizesse evidente que a Igreja não se prende a pompas externas, *eles* próprios podem dizer-nos que *disso* constitui prova abundante, visto que, sob esse pomposo nome de Igreja, por tanto tempo orgulhosamente se apregoaram ao mundo, quando, entretanto, não passavam de pestes mortíferas à Igreja. Não estou me referindo a *seus* costumes e àqueles atos hediondos de que empanturra o viver de todos, quando, *como* os fariseus, dizem que devem ser ouvidos, não imitados [Mt 23.3].

Se devotares um pouco de teu lazer a ler *estas* nossas *ponderações*, sem sombra de dúvida reconhecerás que a própria, *sim*, a própria doutrina, à base da qual argúem que devem ser tidos como sendo a Igreja, não passa de mortífero matadouro de almas, tocha *incendiária*, ruína e destruição da Igreja.

11. Alegam que os tumultos resultam da pregação reformada

Finalmente, agem não com pouca malícia quando, com despeitada virulência, rememoram quão vultosas perturbações da ordem, tumultos *e* contendas tem a pregação de nossa doutrina trazido consigo e que frutos ora está produzindo em muitos. Ora, injustamente deriva-se contra ela a culpa desses males, *culpa* que se deveria lançar à perfídia de Satanás. Esta é como que uma admissível propriedade da divina Palavra: que ela jamais vem à tona sem que Satanás se desperte e se assanhe. Eis aqui a mais segura marca, e particularmente fiel, em virtude da qual se distingue das falsas doutrinas, que se divulgam com facilidade, enquanto recebem de todos ouvidos atenciosos e são ouvidas por um mundo que as aplaude.

Desse modo, por alguns séculos, durante os quais todas *as coisas* estiveram submersas em profundas trevas, quase todos os mortais dedicavam seu passatempo e divertimento a esse senhor do mundo, em coisa alguma diferindo de algum Sardanápalo, repousava e se deliciava em completa tranqüilidade. Afinal de contas, que outra *coisa havia a fazer*, senão folgar e divertir-se, na serena e imperturbada posse de *seu* reino? Quando, porém, refulgindo das alturas, sua luz dissipou bastante as trevas, quando o reino daquele valente [Lc 11.22] foi perturbado e abalado, então, na verdade, *ele* começou a sacudir seu costumeiro torpor e a correr às armas.

Aliás, primeiramente incitou o poder dos homens, por cuja instrumentalidade, de forma violenta, oprimisse a verdade que aclarava. Como nada lograsse por esse meio, voltou-se para as ciladas. Excitou, através de seus catabatistas e outros portentos de embusteiros, dissídios e contentas doutrinárias, com os quais a obscurecesse e, por fim, a extinguisse. E agora teima em assediá-la com ambos *esses* engenhos de guerra. Com efeito, não apenas tenta, pela força e pela mão dos homens, arrancar essa semente genuína, mas ainda, quanto possa, se esforça por sufocá-la com suas cizânias, para que não medre e frutifique. Entretanto, tudo isso lhe será

baldado, se dermos ouvidos ao Senhor *como nosso* monitor, *o* qual, há muito, não só nos pôs a descoberto *suas* artimanhas, para que não *nos* viesse a apanhar desprevenidos, mas ainda *nos* armou com defesas bastante sólidas contra todas as suas máquinas *de guerra*.

Além disso, quão desmedida é a perversidade de assacar o ódio contra a própria Palavra de Deus, seja das sedições que contra *ela* atiçam os réprobos e rebeldes, seja das seitas que *engendram* os impostores! Todavia, isso não é novidade! Interrogado foi Elias, se porventura não era *ele* aquele que perturbava a Israel [1Rs 18.17]. Para os judeus, Cristo era um sedicioso [Lc 23.5; Jo 19.7]. Aos apóstolos impingiram o crime de sublevação do povo [At 24.5-9]. Que outra *coisa* estão a fazer *aqueles* que hoje nos imputam todos os distúrbios, tumultos *e* contendas que contra nós efervescem? Ora, Elias nos ensinou a resposta que se deva dar a tais *acusadores* [1Rs 18.17, 18]: não somos nós que semeamos os erros ou incitamos os tumultos; ao contrário, *são* os mesmos que lutam contra o poder de Deus!

Aliás, uma vez que baste esta *resposta* para conter-lhes a temeridade, assim, por outro lado, será *suficiente para* ir ao encontro da obtusidade de outros, que não raro acontece que se deixem abalar com tais escândalos e assim fiquem perturbados, cedendo à vacilação. Portanto, para que com esta confusão não percam eles o ânimo, e *não* sejam alijados do pedestal *em que se firmam*, saibam *esses* que as mesmas *coisas* que hoje nos sobrevêm, os apóstolos as experimentaram em seu *próprio* tempo. Havia indoutos e inconstantes que, para sua própria perdição, como *no-lo* diz Pedro [2Pe 3.16], corrompiam *o* que fora divinamente escrito por Paulo. Havia desprezadores de Deus que, em ouvindo haver proliferado o pecado para que a graça superabundasse, de imediato postulavam: “Permaneçamos no pecado para que a graça se enriqueça” [Rm 6.1]; em ouvindo que os fiéis não estão debaixo da lei, de pronto vociferavam: “Pequemos, porquanto não estamos debaixo da lei, mas sob a graça” [Rm 6.15]. Havia *aqueles* que o acusavam de instigador do mal. Infiltravam-se muitos falsos apóstolos para destruir as igrejas que ele edificara [1Co 1.10-13; 2Co 11.3, 4; 12, 13; Gl 1.6, 7]. Alguns pregavam o evangelho por inveja e porfia, não em sinceridade [Fp 1.15]; até mesmo por espírito de contenda, pensando agravar-lhe a pressão dos grilhões [Fp 1.17]. Em outras partes, não era muito o progresso do evangelho. Todos buscavam o próprio proveito, não o de Jesus Cristo [Fp 2.21]. Outros voltavam atrás *como* cães a seu vômito e porcos a *seu* espojadouro de lama [2Pe 2.22]. Muitos pervertiam a liberdade do Espírito em licença da carne [2Pe 2.18, 19]. Falsos irmãos se insinuavam, dos quais, mais tarde, ameaçavam os piedosos com perigos [2Co 11.3, 4]. Entre os próprios irmãos suscitavam-se variados desencontros.

Nessas circunstâncias, que haveriam os apóstolos de fazer? Porventura não deveriam ter dissimulado por um tempo, ou, antes, posto de parte e renegado esse

evangelho que viam ser a sementeira de tantos litígios, motivo de tantos perigos, ocasião de tantos escândalos? Mas, em meio a tribulações dessa ordem, vinha-*lhes* à lembrança que Cristo era uma pedra de tropeço e rocha de escândalo [Rm 9.33; 1Pe 28; Is 8.14], posto para a queda e soerguimento de muitos e por sinal de contradição *a outros* [Lc 2.34]. Armados desta certeza, avançavam ousadamente por entre todos os riscos de tumultos e agravos.

Com o mesmo pensamento convém também *que* nos fortaleçamos, uma vez que Paulo testifica ser este o perpétuo gênio do evangelho: que seja aroma de morte para morte aos que perecem [2Co 2.16], embora *ele* nos tenha sido destinado antes a este propósito: que fosse o aroma de vida para a vida e o poder de Deus para a salvação dos fiéis [Rm 1.16]. *Isso* mesmo *é o* que também certamente experimentaríamos, se não corrompêssemos com nossa ingratidão este benefício de Deus tão singular, e para nossa ruína pervertêssemos *o* que nos deveria ser nossa única garantia de salvação.

12. Conclusão

Mas, volvo-me a ti, ó Rei. Em nada te movam essas vãs cavilações com que nossos adversários porfiam por infundir-te pavor, *a saber*, que, mercê deste novel evangelho, pois assim *o* chamam, não se procura nem se busca outra coisa, senão ocasião para tumultos e impunidade para todos os desmandos. Pois, tampouco nosso Deus é autor de divisão, mas de paz [1Co 14.33]; nem o Filho de Deus, que veio para destruir as obras do diabo [1Jo 3.8], é ministro do pecado [Gl 2.17].

E nós estamos sendo imerecidamente acusados de tais intenções, das quais, certamente, jamais temos dado sequer a mínima *razão de* suspeita. Se tais fôssemos nós, como dizem, que premeditamos a subversão de reinos, *nós* de quem nenhuma palavra facciosa jamais se ouviu, e *cuja* vida, a todo tempo que vivíamos sob teu cetro, foi sempre conhecida *como* pacata e singela, e que ainda agora, escorraçados de *nossos* lares, contudo não cessaríamos de suplicar em oração toda prosperidade a ti e a teu reino. Nós que afoitos buscamos desenfreada liberdade *para toda sorte* de desregramentos; *nós* de quem, ainda que nos costumes muitas *coisas* possam ser censuradas, entretanto nada *há* digno de tão veemente censura. Nem tão insatisfatório progresso temos, pela graça de Deus, experimentando no evangelho, que a esses detratores não possa nossa vida ser exemplo de castidade, de generosidade, de misericórdia, de moderação, de paciência, de sobriedade e de toda e qualquer virtude.

Que de fato tememos e adoramos a Deus com sinceridade é coisa de si mesma perfeitamente evidente, uma vez que buscamos que seu nome lhe seja santificado, quer através de *nossa* vida, quer através de nossa morte [Fp 1.20]. E da inocência e da integridade cívica, o próprio ódio tem sido obrigado a dar testemunho em favor

de alguns de nós, em quem se punia de morte exatamente o que se deveria revestir de singular louvor.

Ora, se *há* quem, sob pretexto do evangelho, promove distúrbio, até aqui não se verificou que esses existem em teu reino; se *há* quem acoberta a permissividade de seus desregramentos com a liberdade da graça de Deus, muitíssimos dos quais conheço, há leis e penalidades legais com que devam ser severamente reprimidos, conforme o que merecem. Entrementes, de modo algum o evangelho de Deus não tenha mau nome por causa da maldade de homens degenerados.

Tens, ó Rei, sobejamente exposta, em farta cópia de exemplos, a virulenta iniqüidade de *nossos* caluniadores, para que a suas cavilações não te inclines com ouvido desmedidamente crédulo. Arreceio-me até de haver-me estendido excessivamente, uma vez que este prefácio já se avizinha da escala de quase completa apologia, com que, *no entanto*, não diligenciei por tecer uma defesa, mas simplesmente predispor-te o espírito, a que dês ouvidos à própria apresentação de *nossa* causa, *espírito*, na verdade, ora de nós averso e alienado, acrescento-*o*, até inflamado, cuja graça, não obstante, confiamos poder reaver, se esta nossa confissão, que desejamos seja diante de tua majestade *nossa* defesa, sereno e desapaixonado, uma vez *a* leres.

Se deveras, ao contrário, a tal ponto os sussurros dos malévolos te ocupam os ouvidos, que aos acusados nenhuma ocasião sucede, além de tudo, de falarem em seu *próprio* favor, mercê de tua conivência estejam sempre essas fúrias intratáveis a exercer sua sanha pertinaz, mediante encarceramentos, flagelações, torturas, mutilações, fogueiras, então nos veremos reduzidos ao extremo máximo. Todavia, assim *será* que em nossa paciência possuamos nossas almas [Lc 21.19] e na forte mão de Deus esperemos, *mão* que, fora de dúvida, a *seu* tempo se manifestará, e armada se estenderá, tanto para livrar aos pobres de *sua* aflição, quanto ainda para punir os desprezadores que, com tão segura confiança, estão agora a exultar.

O Senhor, Rei dos reis, te firme o trono na justiça [Pv 25.5] e o solidifique na eqüidade, ó mui ilustre Rei.

Em Basiléia, 1º de Agosto do ano de 1536

PREFÁCIO À EDIÇÃO DE 1559

JOÃO CALVINO AO ELEITOR

Na primeira edição desta nossa obra, porquanto mui longe estava *eu* de esperar esse êxito que, por sua imensa bondade, *lhe* propiciou o Senhor, *eu* me houvera, como costuma acontecer em obras de pequeno porte, o mais das vezes de forma sucinta. Como, porém, percebesse que a mesma fora recebida com esse favor por quase todos os piedosos, que eu jamais teria ousado desejar, muito menos esperar, sentia de alma que muito mais me fora conferido do que *eu* havia merecido. E assim concluí que eu seria muitíssimo ingrato se não tentasse, pelo menos até onde meus parcos recursos me permitissem, ir ao encontro dos anseios tão generosamente a mim dispensados, e que forte diligência estava a me desafiar.

Não o tentei apenas na segunda edição. Pelo contrário, quantas vezes, posteriormente, tem sido a obra reimpressa, enriquecida tem sido de algum acréscimo. Se, porém, não deplorava o labor então despendido, contudo jamais me satisfiz até que *ela* veio a ser arranjada nesta ordem que ora se propõe. Confio haver agora provido *o* que porventura aprove o julgamento de todos vós.

Com quão grande esforço, na verdade, me apliquei ao afã de prestar à Igreja de Deus este serviço, luminoso testemunho *me* é possível apresentar, visto que, no inverno passado, enquanto pensava que através da febre quartã a morte se *me* desenhava, quanto mais pressionava a enfermidade, tanto menos me poupei, até que deixasse um livro a sobreviver-*me* que recompensasse, em certa medida, tão benigna acolhida dos piedosos.

Por certo que teria preferido *havê-lo feito* bem antes. Todavia, bem cedo se faz aquilo que se faz bem. Mas, havê-*lo*-ei de julgar *como* que tendo aparecido em ocasião oportuna, então, quando venha a sentir que terá trazido à Igreja de Deus fruto ainda mais copioso doravante do que até agora. *É* este meu único desejo. E bastante mal andariam as coisas comigo, a não ser que, satisfeito com a aprovação de Deus unicamente, desprezasse quer os *pareceres* tolos e pervertidos de homens insipientes, quer as opiniões iníquas e malignas dos réprobos. Ora, ainda que de todo Deus me tenha movido o espírito ao zelo não só de propagar-lhe o reino, mas também de servir ao bem público, e ademais, honestamente cônscio estou, *e* tenha os anjos *por minhas* testemunhas de que, desde quando assumi o ofício docente na Igreja, nada me propus senão ser útil à Igreja, ministrando o sincero ensino da piedade, contudo penso que ninguém há que de mais calúnias seja atacado, mordido, lacerado.

Quando esta nota já estava no prelo de Augsburgo, onde se reunia a Dieta Imperial, recebi notícias confirmadas de que se havia espalhado o boato de meu retorno às hostes papais, e *de que* nos paços dos príncipes *fora esse boato* recebido com bem maior favor do que devera. Esta é, em verdade, a recompensa *que me outorgam* aqueles a quem, por certo, não são desconhecidas as múltiplas evidências de minha constância, *evidências* que, assim como repelem calúnia tão vil, dela também deveriam me ter defendido diante de todos os juízes probos e humanos. Engana-se, porém, o Diabo com toda sua caterva se pensa que, com investir contra mim com pútridas mentiras, haver-me-ei de tornar, por causa dessa vilania, mais quebrantado ou mais moroso, porquanto confio que Deus, em sua imensa bondade, haver-me-á de conceder que persevere no curso de sua santa vocação com paciência constante, de que nova mostra exijo aos leitores piedosos na presente edição.

Ademais, neste labor, este tem sido meu propósito: preparar e instruir de tal modo os candidatos à sagrada teologia, para a leitura da divina Palavra, que não só lhe tenham fácil acesso, mas ainda possam nesta escalada avançar sem tropeços. Ora, estou ciente que a tal ponto abrangi, em todas as *suas* partes, a suma da religião, e também em tal ordem *a* dispus, que, se alguém a haja aprendido de forma correta, não será difícil ajuizá-lo não só o que especialmente buscar na Escritura, mas ainda a que fim deva atribuir tudo quanto nela se contém.

Portanto, aplanado, por assim dizer, este caminho, se vier eu mais tarde a publicar quaisquer exposições da Escritura, uma vez que não terei necessidade de elaborar extensas discussões acerca de assuntos doutrinários e fazer longas divagações em torno de lugares comuns, sempre com parcimônia as haverei de condensar. Por essa razão, aliviado será o leitor piedoso de grande aborrecimento e enfado, se *à Escritura* se achega premunido do conhecimento da presente obra como de um instrumento necessário. Uma vez, porém, o conteúdo deste tratado, como em espelhos, em tantos comentários meus claramente se reflete, prefiro declarar qual seja *esse propósito* mediante o próprio conteúdo, a proclamá-lo em palavras.

Felicidades, leitor amigo, e se d*estes* meus labores colheres algum fruto, ajuda-me com tuas preces diante de Deus, nosso Pai.

Genebra, 1 de agosto do ano 1559

* * *

Aqueles cuja intenção fora com modesto livreto defender,

Vultoso volume o fizeram com *seu* esforço de aprender.

* * *

Agostinho, Epístola VII: "Eu me confesso ser do número daqueles que, aprendendo, escrevem; e aprendem, escrevendo."

PREFÁCIO À EDIÇÃO FRANCESA DE 1541 E SUBSEQÜENTES, NESSA LÍNGUA

PROPÓSITO DESTA OBRA

Para que possam os leitores auferir maior proveito da presente obra, dir-lhes-ei, em poucas palavras, *qual* o benefício que lhes advirá do uso deste livro. Porquanto, ao proceder assim, mostrar-lhes-ei *qual* o propósito ao qual se deverão ater e ao qual dirigir a atenção ao lê-lo. Embora a Santa Escritura contenha uma doutrina perfeita, à qual nada se pode acrescentar, porque aprouve a nosso Senhor nela revelar os infinitos tesouros de sua sabedoria, entretanto a pessoa que não for bastante experimentada em seu manuseio e entendimento necessita de certa orientação e ajuda, para saber o que deva nela buscar a fim de não vaguear incerta, antes alcance rota segura que lhe faculte atingir sempre o fim a que a convoca o Santo Espírito.

É que o dever daqueles que têm recebido mais ampla iluminação de Deus que os outros é vir em socorro dos símplices neste particular e que lhes dêem a mão para os conduzir e os ajudar a encontrar a plenitude do que Deus nos quis ensinar em sua Palavra. Ora, isso melhor não se pode fazer que mediante as Escrituras, focalizando-se os temas principais e conseqüentes que são compreendidos na filosofia cristã. Pois quem desses conhecimentos se assenhoreia estará em condições de aproveitar na escola de Deus mais em um dia do que outro em três meses, na medida em que sabe, com relativa precisão, a que reportar cada sentença e é possuidor dessa regra para dispor com acerto tudo quanto se lhe apresenta.

Vendo, pois, quão grande era a necessidade de assim assistir àqueles que anseiam por ser instruídos na doutrina da salvação, esforcei-me, segundo a capacidade que me tem dado o Senhor, por dedicar-me a este mister. E para este fim escrevi a presente obra. Redigi-a primeiramente em latim, para que pudesse servir a todos os estudiosos, de qualquer país que fossem, então, em seguida, almejando comunicar o que daí poderia advir de proveito à nossa gente francesa, traduzi-a também para nossa língua.

Não ouso arrogar-lhe testemunho demasiado lisonjeiro, nem pronunciar-me quanto a quão proveitosa lhe possa ser a leitura, temendo parecer que à minha obra atribuo valor excessivo. Todavia, posso bem prometer que poderá isto ser como que uma chave e entrada que a todos os filhos de Deus outorgue acesso a correta e cabal compreensão da Santa Escritura.

Daí, se a partir de agora e para o futuro, conceder-me o Senhor meios e oportunidades para escrever alguns comentários, serei o mais sucinto possível, porquanto não se farão necessárias longas digressões, visto que, nesta obra, já focalizei extensamente quase todos os artigos que dizem respeito à fé cristã.

E já que forçoso nos é reconhecer que de Deus procedem toda verdade e sã doutrina, ousarei, um tanto presunçosamente, afirmar, com singeleza, a opinião que nutro desta obra: é ela mais de Deus que de mim próprio. Portanto, se algum louvor houver ela de suscitar, a Deus se deve ela render.

Exorto, pois, a todos quantos nutrem reverência para com a Palavra do Senhor, a que a leiam e, com diligência, a entesourem na mente; se almejam possuir, primeiro, um sumário da doutrina cristã, em segundo lugar, um meio de fruir real proveito da leitura tanto do Antigo quanto do Novo Testamentos. Quando assim o tiverem feito, saberão por experiência que não os tenho tentado seduzir mediante palavreado improcedente. Se alguém não lhe puder alcançar todo o conteúdo, não se desespere por isso; prossiga, sem arrefecimento, na segura expectativa de que uma passagem lhe haja de projetar mais luzes sobre a outra. Acima de tudo, insistiria nesta recomendação: importa em tudo quanto exponho recorrer ao testemunho da Escritura, que evoco para ajuizar da procedência e justeza do que afirmo.

CAPÍTULO I

O CONHECIMENTO DE DEUS E *O CONHECIMENTO* DE NÓS *MESMOS* SÃO COISAS CORRELATAS E SE INTER-RELACIONAM

1. O conhecimento de nós mesmos nos conduz ao conhecimento de Deus

Quase toda a soma de nosso conhecimento, que de fato se deva julgar *como* verdadeiro e sólido conhecimento, consta de duas partes: o conhecimento de Deus e *o conhecimento* de nós *mesmos*. Como, porém, se entrelaçam com muitos elos, não é fácil, entretanto, discernir qual *deles* precede ao outro, e ao outro origina.

Em primeiro lugar, visto que ninguém pode sequer mirar a si próprio sem imediatamente volver o pensamento à contemplação de Deus, em quem vive e se move [At 17.28], por isso longe está de obscuro o fato de que os dotes com que somos prodigamente investidos de modo algum provêm de nós mesmos. Mais ainda, nem é nossa própria existência, na verdade, outra *coisa* senão subsistência no Deus único.

Em segundo lugar, por estas mercês que do céu, gota a gota, sobre nós se destilam, somos conduzidos à fonte como por pequeninos regatos. Aliás, já de nossa *própria* carência melhor se evidencia aquela infinidade de recursos que residem em Deus. Particularmente, esta desventurada ruína em que nos lançou a defecção do primeiro homem *nos* compele a alçar os olhos para o alto, não apenas para que, jejunos e famintos, daí roguemos *o* que nos falte, mas ainda *para que*, despertados pelo temor, aprendamos a humildade.

Ora, como no homem se depara um como que mundo de todas as misérias, e desde que fomos despojados de *nosso* divino adereço, vergonhosa nudez põe a descoberto imensa massa de torpezas, do senso da própria infelicidade deve necessariamente cada um ser espicaçado para que chegue pelo menos a algum conhecimento de Deus.

E assim na consciência de *nossa* ignorância, fatuidade, penúria, fraqueza, enfim, de *nossa* própria depravação e corrupção, reconhecemos que em nenhuma outra parte, senão no Senhor, se situam a verdadeira luz da sabedoria, a sólida virtude, a plena abundância de tudo que é bom, a pureza da justiça, e daí somos por nossos *próprios* males instigados à consideração das excelências de Deus. Nem podemos aspirar a ele com seriedade antes que tenhamos começado a descontentar-nos de nós mesmos. Pois quem dos homens *há* que em si prazerosamente não descanse,

quem na verdade *assim* não descanse, por quanto tempo é a si *mesmo* desconhecido, isto é, *por quanto tempo* está contente com seus dotes e ignorante ou esquecido de sua miséria?

Conseqüentemente, pelo conhecimento de si *mesmo* cada um é não apenas aguilhoado a buscar a Deus, mas até como que conduzido pela mão a achá-lo.

2. O CONHECIMENTO DE DEUS NOS LEVA AO CONHECIMENTO DE NÓS MESMOS

Por outro lado, é notório que o homem jamais chega ao puro conhecimento de *si mesmo* até que haja antes contemplado a face de Deus, e da visão dele desça a examinar-se a si próprio. Ora, sendo-nos o orgulho a todos ingênito, sempre *a nós mesmos* nos parecemos justos, e íntegros, e sábios, e santos, a menos que, em virtude de provas evidentes, sejamos convencidos de nossa injustiça, indignidade, insipiência e depravação. Não somos, porém, *assim* convencidos, se atentamos apenas para nós mesmos e não também para o Senhor, que é o único parâmetro pelo qual se deve aferir este juízo. Pois, uma vez que somos todos por natureza propensos à hipocrisia, por isso qualquer vã aparência de justiça nos satisfaz amplamente em lugar da real justiça. E porque dentro de nós ou a *nosso* derredor nada se vê que não seja contaminado de crassa impureza, por todo tempo que confinamos nossa mente aos limites da depravação humana, *aquilo* que é um pouco menos torpe *a nós* nos sorri como *coisa* da mais refinada pureza. Exatamente como se dá com um olho diante do qual nada se põe de outras cores senão o preto: julga-se alvíssimo *o* que, entretanto, é de brancura um tanto esfumada, ou até mesmo tisnado de certa tonalidade fosca.

Ademais, dos *próprios* sentidos do corpo *nos* é possível discernir ainda mais de perto quanto nos enganamos ao avaliarmos os poderes da alma. Ora, se em pleno dia ou baixamos a vista ao solo,ou fitamos *as coisas* que em torno de nós se patenteiam ao olhar, parecemo-nos dotados de mui poderosa e penetrante acuidade. Quando, porém, alçamos os olhos para o sol e *o* miramos diretamente, esse poder *de visão* que sobre a terra se fazia ingente prontamente se suprime e confunde com fulgor tão intenso, de sorte a sermos forçados a confessar que essa nossa habilidade em contemplar *as coisas* terrenas, quando para o sol se voltou, é mera ofuscação.

Assim também se dá ao estimarmos nossos recursos espirituais. Pois, por tanto tempo quanto não lançamos a vista além da terra, mui fantasiosamente nos lisonjeamos *a nós mesmos*, de todo satisfeitos com *nossa* própria justiça, sabedoria *e* virtude, e nos imaginamos pouco menos que semideuses. Mas, se pelo menos uma vez começamos a elevar o pensamento para Deus e a ponderar quem é ele, e quão completa a perfeição de sua justiça, sabedoria *e* poder, a cujo parâmetro *nos* importa conformar-nos, *aquilo* que antes em nós sorria sob a aparência ilusória de justiça,

logo como plena iniqüidade se enxovalhará; *aquilo* que mirificamente se impunha sob o título de sabedoria exalará como extremada estultícia; *aquilo* que se mascarava de poder se argüirá ser a mais deplorável fraqueza.

Portanto, longe está de conformar-se à divina pureza *o* que em nós se afigura como que absolutamente perfeito.

3. O HOMEM ANTE A MAJESTADE DIVINA

Daqui esse horror e espanto com que, a cada passo, apregoa a Escritura terem os santos sido tocados e afligidos, sempre que sentiam a presença de Deus. Quando, pois, vemos aqueles que, não lhe considerando a presença, seguros e firmes se mostravam, *mas*, em manifestando ele sua glória, tão abalados e aterrados se quedavam, como se fossem prostrados pelo pavor da morte, mais até, a tragá-los, e quase aniquilados, deve concluir-se daí que o homem *não* é jamais tangido e afetado suficientemente pelo senso de sua indignidade, senão depois de comparar-se com a majestade de Deus.

E desta consternação temos numerosos exemplos, tanto em Juízes quanto nos Profetas. Tanto assim, que essa expressão veio a tornar-se costumeira entre o povo de Deus: "Morreremos, pois que nos apareceu o Senhor." De igual modo, também a história de Jó, com o fito de quebrantar os homens pelo reconhecimento de sua estultícia, fraqueza *e* corrupção, sempre o argumento mais importante é extraído da descrição da divina sabedoria, poder *e* pureza [Jó 38.1–40.5]. E não sem razão, pois vemos como Abraão melhor se reconhece como sendo terra e pó desde que se chegou mais próximo à contemplação da glória do Senhor [Gn 18.27]; como Elias não ousa, de face descoberta, atentar para a manifestação [1Rs 19.13], tanto a presença *divina* o moveu de terror!

E que haja de fazer o homem, podridão [Jó 13.28] e verme *que é* [Jó 4.7; Sl 22.6], quando até mesmo os próprios querubins deviam cobrir o rosto, *movidos* desse pavor? [Is 6.2]. É isto com efeito *o* que diz o Profeta Isaías: "Enrubescer-se-á o sol e confundir-se-á a lua, quando o Senhor dos Exércitos vier a reinar" [Is 24.23], isto é, quando revelar seu fulgor, e mais perto *o* trouxer, diante dele se cobrirá de trevas tudo quanto de mais esplêndido *exista* [Is 2.10, 19].

CAPÍTULO II

EM QUE CONSISTE CONHECER A DEUS
E A QUE FIM LHE TENDE O CONHECIMENTO

1. PIEDADE É O REQUISITO PARA SE CONHECER A DEUS

Portanto, de fato entendo *como* conhecimento de Deus *aquele* em virtude do qual não apenas concebemos que Deus existe, mas ainda apreendemos *o* que nos importa dele conhecer, *o* que lhe é relevante à glória, enfim, *o* que é proveitoso *saber a seu respeito*. Ora, falando com propriedade, nem diremos que Deus é conhecido onde nenhuma religiosidade há, nem piedade. E aqui ainda não abordo essa modalidade de conhecimento pela qual os homens, em si perdidos e malditos, apreendem a Deus *como* Redentor, em Cristo, o Mediador. Ao contrário, estou falando apenas desse *conhecimento* primário e singelo, a que nos conduziria a própria ordem da natureza, se Adão se conservasse íntegro.

Ora, se bem que nesta ruinosa situação do gênero humano já ninguém sentirá a Deus, seja *como* Pai, seja *como* autor da salvação, seja *como* de qualquer maneira propício, até que Cristo se interponha *como* agente mediador para apaziguá-lo em relação a nós, todavia uma *coisa* é sentirmos que Deus, *como* nosso Criador, nos sustenta com seu poder, nos governa em *sua* providência, nos provê em sua bondade e *nos* cumula de toda sorte de bênçãos; outra, porém, é abraçarmos a graça da reconciliação *que* nos *é* proposta em Cristo.

Portanto, uma vez que o Senhor se mostra, em primeiro lugar, tanto na estrutura do mundo, quanto no ensino geral da Escritura, simplesmente *como* Criador, *e* então na face de Cristo [2Co 4.6] *como* Redentor, daí emerge dele duplo conhecimento, de que se *nos* impõe tratar agora do primeiro. O outro se seguirá, na devida ordem.

Mas, embora nossa mente não possa apreender a Deus sem que lhe renda alguma expressão cultual, não bastará, contudo, simplesmente sustentar que ele é um e único, a quem importa ser de todos cultuado e adorado, se não estamos também persuadidos de que ele é a fonte de todo bem, para que nada busquemos de outra parte senão nele.

Eu *o* recebo nestes termos: não só que uma vez ele criou este mundo, e de tal forma o sustém por *seu* imenso poder; *o* regula por *sua* sabedoria; *o* preserva por *sua* bondade; rege com *sua* justiça e eqüidade especialmente ao gênero humano; suporta-*o* em *sua* misericórdia; guarda-*o* em *sua* proteção; mas, ainda que em parte

alguma se achará uma gota ou de sabedoria e de luz, ou de justiça, ou de poder, ou de retidão, ou de genuína verdade, que dele não emane e de que não seja *ele* próprio a causa; de sorte que aprendamos a realmente dele esperar e *nele* buscar todas essas *coisas*; e, *após* recebidas, a atribuir-*lhas* com ação de graças.

Ora, este senso dos poderes de Deus nos é mestre idôneo da piedade, da qual nasce a religião. Chamo ***piedade*** à reverência associada com o amor de Deus que *nos* faculta o conhecimento de seus benefícios. Pois, até que os homens sintam que tudo devem a Deus, que são assistidos por seu paternal cuidado, que é ele o autor de todas as *coisas* boas, daí nada se deve buscar fora dele, jamais se lhe sujeitarão em obediência voluntária. Mais ainda: a não ser que ponham nele sua plena felicidade, verdadeiramente e de coração nunca se lhe renderão por inteiro.

2. Confiança e reverência são fatores do conhecimento de Deus

Portanto, simplesmente se recreiam em frívolas especulações quantos se propõem insistir nesta pergunta: Que é Deus? quando devemos antes interessar saber qual é sua natureza e o que lhe convém à natureza.

Pois, de que vale, segundo Epicuro, confessar um Deus que, pondo de parte o cuidado do mundo, só se apraz no ócio? Afinal, que ajuda *traz* conhecer a um Deus com quem nada temos a ver? Antes, pelo contrário, seu conhecimento nos deve valer, em primeiro lugar, que nos induza ao temor e à reverencia; segundo, tendo-o por guia e mestre, aprendamos a buscar nele todo o bem e, em recebendo-*o*, a ele tudo creditar.

Ora, como pode subir-te à mente o pensamento de Deus, sem que, ao mesmo tempo, logo reflitas: uma vez que és feitura dele, pelo próprio direito de criação foste sujeitado e vinculado a seu domínio, que *lhe* deves a vida, que convém atribuir-lhe tudo quanto fazes?

Se assim é, então segue-se necessariamente, uma vez que sua vontade nos deve ser a lei do viver, que inexoravelmente a vida te é corrompida, se não a pões ao serviço dele. Por outro lado, nem o podes visualizar com clareza, sem que reconheças ser *ele* a fonte e origem de todas as *coisas* boas, donde deveria nascer não só o desejo de se apegar a ele, mas ainda de depositar nele sua confiança, se o homem não desviasse sua mente da reta investigação para sua depravação.

Ora, para começar, a mente piedosa não sonha para si um Deus qualquer; ao contrário, contempla somente o *Deus* único e verdadeiro; nem lhe atribui coisa alguma que lhe ocorra à imaginação, mas se contenta com tê-*lo* tal qual *ele* mesmo se manifesta, e com a máxima diligência sempre se acautela, para que não venha, mercê de ousada temeridade, a vaguear sem rumo, indo além dos limites de sua vontade.

Conhecido *Deus* desta forma, visto saber que *ele* a tudo governa, confia ser ele

seu guia e protetor, e assim se entrega a toda sua guarda; porque entende ser *ele* o autor de todo bem, se algo *o* oprime, se algo *lhe* falta, de pronto a sua proteção se recolhe, dele esperando assistência; visto que está persuadido de que *ele* é bom e misericordioso, nele repousa com segura confiança, nem duvida que a todos os seus males em sua clemência haverá de ter sempre preparado o remédio; visto que *o* reconhece *por* Senhor e Pai, também o julga digno de toda sua atenção, em todas *as coisas*, para sua soberania, reverenciar sua majestade, procurar promover sua glória, seus preceitos obedecer; porque percebe ser *ele* justo juiz e armado de sua severidade para punir os crimes, tem sempre diante dos olhos seu tribunal, e no temor que por ele nutre, se retrai e coíbe de provocar-lhe a ira. Todavia, não significa que a tal ponto se deixa apavorar pelo senso de seu juízo que, embora *lhe* seja patente o meio de evadir-se, ainda que o queira. Antes, não menos o abraça *como* o juiz dos maus quanto *é ele* o benfeitor dos piedosos; uma vez que compreende que tanto pertence à glória *de Deus* dar aos ímpios e perversos o castigo que merecem, como também aos justos o dom da vida eterna. Além disso, refreia-se de pecar não só pelo temor do castigo, mas porque ama e reverencia a Deus como Pai; honra-o e cultua-o como Senhor; e mesmo que não existisse nenhum inferno, ainda assim treme só à idéia da ofensa.

Eis no que consiste a religião pura e real: fé aliada a sério temor de Deus, de modo que o temor não só em si contém reverência espontânea, mas ainda traz consigo a legítima adoração, a qual está prescrita na lei. E isto se deve observar com mais diligência: enquanto todos veneram a Deus de maneira vaga e geral, pouquíssimos o reverenciam *de verdade*; enquanto, por toda parte, grande é a ostentação em cerimônias, rara, porém, é a sinceridade de coração.

CAPÍTULO III

O CONHECIMENTO DE DEUS FOI POR NATUREZA INSTILADO NA MENTE HUMANA

1. Universalidade do sentimento religioso

Que existe na mente humana, e na verdade por disposição natural, certo senso da divindade, consideramos como além de qualquer dúvida. Ora, para que ninguém se refugiasse no pretexto de ignorância, Deus mesmo infundiu em todos certa noção de sua divina realidade, da qual, renovando constantemente a lembrança, de quando em quando instila novas gotas, de sorte que, como todos à uma reconhecem que Deus existe e é seu Criador, são por seu próprio testemunho condenados, já que não só não lhe rendem o culto *devido*, mas ainda não consagram a vida a sua vontade.

Certamente, se em algum lugar se haja de procurar ignorância de Deus, em nenhuma parte é mais provável encontrar exemplo disso que entre os povos mais retrógrados e mais distanciados da civilização humana. E todavia, como *o* declara aquele pagão,[2] não há nenhuma nação tão bárbara, nenhum povo tão selvagem, no qual não esteja profundamente arraigada esta convicção: Deus existe! E *mesmo aqueles* que em outros aspectos da vida parecem diferir bem pouco dos seres brutos, ainda assim retêm sempre certa semente de religião. Tão profundamente penetrou *ela* às mentes de todos, que este pressuposto comum se apegou tão tenazmente às entranhas de todos!

Portanto, como desde o princípio do mundo nenhuma região, nenhuma cidade, enfim nenhuma casa tenha existido que pudesse prescindir da religião, há nisso uma tácita confissão *de que* no coração de todos *jaz* gravado o senso da divindade.

Aliás, até a *própria* idolatria é ampla evidência desta noção. Pois sabemos de quão mau grado se humilha o homem para que admire a outras criaturas acima de si *mesmos*. Desse modo, quando prefere render culto à madeira e à pedra, antes que seja considerado como não tendo nenhum deus, claramente se vê que esta impressão tem uma força e vigor prodigiosos, visto que de forma alguma pode ser apagada do entendimento do homem,[3] de modo que é mais fácil que as inclinações naturais

---

2. Cícero: *Da Natureza dos Deuses*, livro I, 16.

3. Primeira edição: “salta à vista veementíssima ser esta impressão acerca da divindade, que, por isso, não há obliterar-se da mente do homem ...”

se quebrantem, *as quais*, desta forma, na realidade se quebrantam quando, de seu arbítrio, o homem desce daquela altivez natural às *coisas* mais inferiores para que *assim* possa adorar a Deus.

2. Religião não é invencionice gratuita

Isto posto, é inteiramente gratuito *o* que se ouve de alguns, *isto é*, que a religião foi engendrada pela sutileza e argúcia de uns poucos, para com esta artimanha manterem em sujeição o populacho simplório, ao mesmo tempo em que, entretanto, nem os mesmos que foram os inventores da adoração de Deus para os outros creriam existir algum Deus!

Sem dúvida confesso que, a fim de manterem o espírito mais obediente a si, homens astutos têm inventado muita *coisa* em *matéria de* religião, para com isso infundirem reverência ao poviléu e inculcar-*lhe* temor. Isso, no entanto, em parte alguma teriam conseguido não fosse que já antes a mente humana tivesse sido imbuída dessa firme convicção acerca de Deus, da qual, como de uma semente, emerge a propensão para a religião.

E por certo não é de crer-se que tenham carecido totalmente do conhecimento de Deus os mesmos que, sob pretexto de religião, habilidosamente exploravam aos menos esclarecidos. Pois, ainda que no passado tenham existido alguns, e hoje eles não são poucos, que neguem existir Deus, contudo, queiram *ou* não queiram, de quando em quando acode-lhes certo sentimento *daquilo* que desejam ignorar.

Em parte alguma se lê de ter existido um desprezo mais incontido ou desenfreado pela divindade do que em Gaio Calígula. Entretanto, ninguém tremeu mais miseravelmente sempre que se patenteava alguma manifestação da ira divina. Desse modo, malgrado seu, fremia de pavor diante de Deus, a quem publicamente porfiava por desprezar. Isso, aqui e ali, se sobrevem também aos que lhe fazem páreo; portanto, quem é mais petulante em desprezar a Deus, de fato também, ao mero ruído de uma folha que cai, desmedidamente se perturba [Lv 26.36].

Donde vem isso senão da ação vingadora da divina majestade, que tanto mais cruciantemente lhes espicaça a consciência, à media que dele mais tentam fugir?

É verdade que volvem-se para todos os esconderijos em que procuram ocultar-se da presença do Senhor, e de novo da memória a apagam, contudo, *quer* queiram, *quer* não queiram, *nela* sempre se conservam enredilhados. *E* por mais que por vezes pareça desvanecer-se por algum momento, no entanto logo depois surge, e com novo ímpeto irrompe, de sorte que, se *porventura* têm eles alívio dessa ansiedade da consciência, não será *ela* muito diferente do sono dos ébrios ou dos frenéticos, os quais na verdade, *mesmo* dormindo, não repousam tranqüilamente, visto que são continuamente acossados por sonhos terríveis e apavorantes.

Portanto, até os próprios ímpios são exemplos de que vigora sempre na alma de todos os homens alguma noção de Deus.

3. IMPOSSIBILIDADE DE ATEÍSMO REAL

Isto, sem dúvida, será sempre evidente aos que julgam com acerto, *ou, seja*, que está gravado na mente humana um senso da divindade que jamais se pode apagar. Mais: esta convicção de que há algum Deus não só é a todos ingênita por natureza, mas ainda que lhes está encravada no íntimo, como que na própria medula, que a contumácia dos ímpios é testemunha qualificada, a saber, lutando furiosamente, contudo não conseguem desvencilhar-se do medo de Deus.

Ainda que Diágoras, e tantos como ele, através de todos os séculos, zombeteiramente motejem de tudo quanto diz respeito à religião, e como Dionísio tem ridicularizado o juízo celeste, esse não passa de um riso sardônico, pois que em seu interior o verme da consciência rói mais pungente que todos os cautérios.

Não digo *o* que Cícero *dizia*, que com o correr do tempo os erros se tornam obsoletos; *enquanto* que, com o passar dos dias, mais cresce e melhor se faz a religião. Ora, o mundo, como pouco adiante se haverá de dizer, tenta quanto está em seu poder alijar para bem longe o conhecimento de Deus, e de todos os modos corrompe-lhe o culto. Afirmo simplesmente isto: enquanto na mente se lhes enlanguesce *essa* obstinada dureza que os ímpios avidamente evocam para repudiarem a Deus, no entanto cobra viço, e por vezes medra vigoroso, *esse* senso da divindade que, tão ardentemente, desejariam *fosse ele* extinto. Donde concluímos que esta não é uma doutrina que se aprende na escola, mas que cada um, desde o ventre materno, deve ser mestre dela para si próprio, e da qual a própria natureza não permite que alguém esqueça, ainda que muitos há que põem todo seu empenho nessa tarefa.[4]

Portanto, se todos nascem e vivem com essa disposição de conhecer a Deus, e o conhecimento de Deus, se não chega até onde eu disse, é caduco e fútil, é claro que todos aqueles que não dirigem quanto pensam e fazem a esta meta, degeneram e se apartam do fim para o qual foram criados.[5] Isto não foi desconhecido nem aos próprios filósofos. Ora, Platão[6] não quis dizer outra *coisa*, visto que amiúde ensinou que o sumo bem da alma é semelhança com Deus, quando, apreendido o conheci-

---

4. Primeira edição: “Donde concluímos que não é matéria que se haja primeiro de aprender nas escolas, mas de que desde o ventre cada um é mestre a si [próprio] e de que não sofre a própria natureza alguém se esqueça, inda que, com todas as forças, muitos isso intentem.”

5. Primeira edição: “Logo, se todos foram nascidos e vivem nesta condição, [isto é,] para conhecerem a Deus, mas, a não ser que a este ponto hajam [ele] de chegar, difuso e evanescente é o conhecimento de Deus, é evidente que da lei de sua criação aberram todos estes que a este escopo não destinam os pensamentos e ações todos de sua vida.”

6. *Fedon e Tecleto*.

mento dele, toda nele se transforma. Daí, muito a propósito, nos escritos de Plutarco arrazoa também Grilo, quando afirma que os homens, uma vez que a religião lhes seja ausente da vida, não só em nada excedem aos animais, mas até em muitos aspectos lhes são muito mais dignos de lástima, porquanto, sujeitos a tantas espécies de males, levam de contínuo uma vida tumultuária e desassossegada.

Portanto, o que os faz superiores é tão-somente o culto de Deus, mediante o qual se aspira à imortalidade.

CAPÍTULO IV

ESTE MESMO CONHECIMENTO É SUFOCADO OU CORROMPIDO, EM PARTE PELA IGNORÂNCIA, E EM PARTE PELA DEPRAVAÇÃO

1. Superstição

Mas, assim como a experiência atesta em todos ser a semente da religião divinamente implantada, assim também dificilmente se encontra um em cem que faça medrar o que lhe foi gerado no coração, porém nenhum em quem chegue à maturação, muito menos que fruto apareça a seu tempo [Sl 1.3].

De fato, seja que uns em suas *próprias* superstições se perdem, seja que outros, de propósito firmado, de Deus impiamente se alienam, afinal todos se degeneram de seu verdadeiro conhecimento. E assim resulta que no mundo não subsiste nenhuma piedade genuína.

Entretanto, ao afirmarmos que alguns que foram traduzidos à superstição pelo erro resvalam, não quero com isso dizer que sua *ingênua* insipiência os isente de culpa, porquanto a cegueira em que laboram está quase sempre emaranhada não só de arrogante vaidade, mas ainda de *insolente* contumácia. Nisso se percebe vaidade, e certamente aliada ao orgulho, a saber, que, buscando a Deus, os desventurados seres humanos não sobem além de si mesmos, como seria necessário, antes o medem em conformidade com o padrão de sua obtusidade carnal, e negligenciando a sólida investigação, movidos de curiosidade, andam em volta de vãs especulações. Por isso não *o* apreendem como *ele* se apresenta; ao contrário, *o* imaginam justamente como em sua temeridade *o* forjaram.

Escancarada esta voragem, para qualquer lado que movam o pé, à ruína fatalmente haverão sempre de precipitar-se. Ora, tudo quanto intentam em seguida para o culto ou serviço de Deus, nenhum peso podem atribuir-lhe, porquanto não estão adorando *a ele* mesmo, mas, antes, em vez dele, *adoram* a fantasia e sonho de seu coração. Paulo frisa esta depravação eloqüentemente, ao dizer que se fizeram fúteis, quando aspiravam ser sábios [Rm 1.22]. *Já* antes dissera [Rm 1.21] que se fizeram fúteis em suas cogitações; mas, para que ninguém os eximisse de culpa, acrescenta que vieram, com justiça, a ser cegos, porquanto, não contentes com a sobriedade, ao contrario, arrogando-se mais do que é próprio, fazem com que por si mesmos *lhes* sobrevenham trevas; ainda mais: em *sua* vã e ruinosa petulância, se tornaram estultos. Donde se segue que a estultícia não lhes é justificável, cuja causa não é simples-

mente vã curiosidade, mas o desejo de saber mais do que convém, aliado à falsa presunção.

2. APOSTASIA

Quanto, porém, ao que sentencia Davi [Sl 14.1; 53.1]: que os ímpios e insanos sentem no coração que Deus não existe, restringe-se, em primeiro plano, como *o* veremos de novo pouco mais adiante, àqueles que, sufocada a luz da natureza, deliberadamente a si mesmos se fazem estúpidos. Assim vemos que muitos, após se tornarem empedernidos pela insolência e constância em pecar, repelem furiosamente a toda lembrança de Deus, a qual, no entanto, lhes é espontaneamente sugerida no íntimo pelo *próprio* senso natural.

Ora, para que sua sandice se torne mais abominável, *Davi* os apresenta *como* a negarem terminantemente que Deus existe. Não que o privem de sua essência, mas que, despojando-o de seu juízo e providência, *o* enclausuram ocioso no céu. Ora, como nada é menos próprio de Deus que, posto de parte, permitir à sorte o governo do mundo, *e* fechar os olhos às impiedades dos homens, para que se entreguem impunemente a todos os desregramentos; qualquer um que, eliminado o temor do julgamento celeste, cede despreocupado à prática do que lhe vem ao talante, está a negar que Deus existe.

E esta é a justa punição de Deus: cobre-*lhes* de gordura o coração, de sorte que os ímpios, depois de fecharem os olhos, vendo, não vêem [Mt 13.14, 15; Is 6.9, 10; Sl 17.10]. E Davi é o melhor intérprete de sua afirmação, em outro lugar [Sl 36.1; 10.11], onde diz que não há temor de Deus diante dos olhos dos ímpios; *e*, de igual modo, porque se persuadem de que Deus não *o* vê, orgulhosamente se aplaudem em *seus* desmandos.

Portanto, embora sejam compelidos a reconhecer um Deus, contudo esvaziam sua glória, tentando privá-lo do poder, pois, conforme Paulo *o* atesta [2Tm 2.13], assim como Deus não pode negar a si próprio, de modo que permanece perpetuamente imutável em seu ser, assim *também* estes, ao forjarem um ídolo inerte e inútil, na verdade estão dizendo que negam a Deus. Neste ponto, é preciso notar que, por mais que lutem contra *seu* próprio sentimento e almejem não só daí alijar a Deus, mas até *mesmo* aboli-lo do céu, entretanto jamais a tal limite prevalece sua obtusidade, que Deus não os arraste com freqüência à *barra de* seu tribunal. Mas, uma vez que *não* se deixam dominar de nenhum temor, e assim se arremetem violentamente contra Deus, certo é que, por quanto tempo assim os arrebata cego furor, neles reina animalesco olvido de Deus.

3. Idolatria

Assim rui desmantelada essa frívola defesa com que muitos costumam acobertar a própria superstição. Pois pensam que é bastante nutrir *mero* zelo pela religião, seja qual for sua natureza *e* por mais falsa que seja. Não levam em conta, porém, que a verdadeira religião deve ser conformada ao arbítrio de Deus como a uma norma perpétua: que Deus, em verdade, permanece sempre imutável em seu ser; que *ele* não é um espectro ou fantasma, que se transmuda ao talante de cada um. E pode-se ver meridianamente de quão enganosas aparências a superstição zomba de Deus enquanto intenta render-*lhe* preito aprazível. Pois, apegando-se quase exclusivamente àquelas *coisas* que *Deus* tem testificado não serem de seu interesse, *a superstição* ou tem com desdém ou então não rejeita dissimuladamente *aquelas* que *ele* prescreve e ensina que lhe são do agrado.

Portanto, a seus *próprios* delírios cultuam e adoram quantos a Deus alçam *seus* ritos inventados, pois de modo algum assim ousariam gracejar com Deus, se já antes não tivessem moldado um Deus congruente com os absurdos de suas ridicularias. E assim o Apóstolo sentencia ser ignorância de Deus essa vaga e errônea opinião com respeito à divindade: "Quando desconhecíeis a Deus", diz *ele*, "servíeis aos que por natureza não eram deuses" [Gl 4.8]. E, em outro lugar [Ef 2.12], ensina que os efésios haviam vivido sem Deus durante o tempo em que se achavam distanciados do reto conhecimento do Deus único. Tampouco vem muito ao caso, pelo menos neste ponto, se porventura concebes a um só Deus ou a muitos, porque sempre te apartas do Deus verdadeiro e *dele* careces quando, deixado *ele* de parte, nada te resta senão um ídolo execrável.

Portanto, com Lactâncio nos impõe concluir que nenhuma religião genuína existe, a menos que esteja em harmonia com a verdade.

4. Hipocrisia

Acresce ainda um segundo pecado, *a saber*: que jamais tomam a Deus em consideração, a não ser que *a isso* sejam constrangidos; nem dele se aproximam até que, a despeito de sua resistência, sejam *até ele* arrastados. Nem ainda então se imbuem do temor espontâneo que emana da reverência à divina majestade, mas apenas de *um temor* servil e forçado que lhes arranca o juízo de Deus, do qual, já que dele não podem fugir, sentem alarmante pavor, e inclusive até chegam a abominá-lo.

Com efeito, o que diz Eustáquio, poeta pagão, se aplica muito bem à impiedade, ou, seja, que o temor foi o primeiro a dar origem aos deuses no mundo.[7] Quantos

7. Primeira edição: "Com efeito, à impiedade, e a ela somente, bem se ajusta aquele [dito] de Estáquio de que o medo primeiro deu origem aos deuses no mundo."

têm a mente alienada da justiça de Deus desejam desmesuradamente *que seu* tribunal seja subvertido, os quais sabem que ele subsiste para punir suas transgressões. Com disposição desse gênero pelejam acirradamente contra o Senhor, o qual não pode prescindir do juízo. Enquanto, porém, reconhecem que sobre si paira ameaçadora a potestade inevitável, já que não *a* conseguem rechaçar, nem dela fugir, encolhem-se diante dela apavorados. E assim, para que por toda parte não pareçam desprezar aquele cuja majestade os acossa, exercitam algo que tenha a aparência de religião. Não obstante, entrementes não cessam de contaminar-se com toda sorte de vícios e de amontoar abominações sobre abominações, até que de todas as formas violem a santa lei do Senhor e dissipem toda sua justiça. Ou, ao menos, não são a tal ponto contidos por esse pretenso temor de Deus, que deixem de refestelar-se deleitosamente em seus pecados, e *neles* se lisonjeiam, e preferem esbaldar-se na intemperança da própria carne a deixar que o Espírito Santo a coíba com freios.

Entretanto, uma vez que esta é uma sombra vã e falaz de religião, que nem sequer merece *ser* chamada de sombra, outra vez daqui facilmente se infere quanto a piedade difere desse confuso conhecimento de Deus, a qual só nos peitos dos fiéis se instila e da qual exclusivamente nasce a religião. E contudo, por sinuosos rodeios, os hipócritas se propõem chegar a isto: insinuar que estão perto de Deus, de quem, *no entanto*, estão a fugir. Pois, quando o teor da obediência lhes deveria ser perpétuo em toda a vida, eles se rebelam acintosamente contra ele em quase todos os atos, diligenciando por aplacá-lo simplesmente por meio de uns paupérrimos sacrifícios; quando o deveriam servir, com santidade de vida e inteireza de coração, engendram ridicularias frívolas e observâncias mesquinhas de nenhum valor, mercê das quais possam conciliá-lo consigo. Pior ainda, confiam poder desincumbir-se de seus deveres meramente através de risíveis atos expiatórios. Daí, quando nele deveria estar plantada sua confiança, relegando-o a segundo plano, escondem-se atrás de si *próprios* ou das criaturas. Afinal, eles se enredilham em tão avultada soma de erros, que o negror da depravação sufoca neles, e por fim extingue, aquelas centelhas que fulgiam para visualizar-se a glória de Deus.

Permanece, todavia, essa semente que de modo algum se pode erradicar totalmente, *a saber*, que há uma divindade; *semente* essa, porém, a tal ponto corrompida que de si nada produz senão os piores frutos. Ainda mais, *o* que estou presentemente sustentando, *a saber*, que o senso da divindade está inerentemente gravado nos corações humanos, com certeza maior disto se evidencia: que até a necessidade arranca confissão *forçada* até aos próprios réprobos. Quando as coisas *lhes transcorrem* tranqüilas, motejam acintosamente de Deus; são até mordazes e desabusados em minimizar-lhe o poder. Se, de qualquer forma, os aperta o desespero, os acicata a buscá-lo e *lhes* dita preces superficiais, do que se patenteia que não são totalmente ignorantes de Deus, porém *o* que deveria aflorar mais cedo *lhes* foi reprimido pela obstinação.

CAPÍTULO V

O CONHECIMENTO DE DEUS FULGE NA OBRA DA CRIAÇÃO DO MUNDO E EM SEU CONTÍNUO GOVERNO

1. Inescusabilidade do homem

Além de tudo isso, visto que no conhecimento de Deus está posto a finalidade última da vida bem-aventurada, para que a ninguém fosse obstruído o acesso à felicidade, não só implantou *Deus* na mente humana essa semente de religião a que nos temos referido, mas ainda de tal modo se revelou em toda a obra da criação do mundo, e cada dia nitidamente se manifesta, que *eles* não podem abrir os olhos sem se verem forçados a contemplá-lo. Por certo que sua essência transcende a compreensão, de sorte que sua plena divindade escapa totalmente aos sentidos humanos. Entretanto, em todas as suas obras, uma a uma, imprimiu marcas inconfundíveis de sua glória, e na verdade tão claras e notórias, que por mais brutais e obtusos *que sejam*, tolhida *lhes* é a alegação de ignorância.

Daí, com mui procedente razão exclama o Profeta [Sl 104.2] que ele se veste de luz como de um manto; como se quisesse dizer que a partir de então começara a mostrar-se de forma insigne em ornato visível: desde o instante em que, na criação do mundo, exibiu seus adereços, em virtude dos quais agora, quantas vezes volvemos os olhos para qualquer lado, sua glória nos é patente. Ainda nesta mesma passagem, com admirável arte, o mesmo Profeta compara os céus, como se acham expandidos, a seu régio pavilhão; diz que nas águas fincou os vigamentos de *suas* recâmaras; que as nuvens lhe são carruagens; que sobre as asas dos ventos cavalga; que os ventos e os relâmpagos lhe são os mensageiros velozes. E visto que mais plenamente nas alturas lhe refulge o esplendor do poder e da sabedoria, em várias ocasiões o céu é chamado de seu palácio.

E, em primeiro lugar, para todo e qualquer rumo a que dirijas os olhos, nenhum recanto há do mundo, por mínimo *que seja*, em que não se vejam a brilhar ao menos algumas centelhas de sua glória. Nem podes, realmente, de um só relance contemplar quão amplamente se estende esta vastíssima e formosíssima engrenagem, que não te sintas de todos os lados totalmente esmagado pela imensa intensidade de *seu* fulgor.

Essa é a razão por que, com finura e arte, o autor da Epístola aos Hebreus [11.3] chama aos mundos de expressões visíveis das coisas invisíveis, já que *essa* ordem

tão admiravelmente estruturada do universo nos serve de espelho em que podemos contemplar ao Deus *que* de outra sorte *seria* invisível. Razão pela qual o Profeta atribui [Sl 19.1] às criaturas celestiais uma linguagem desconhecida a toda e qualquer nação, visto que aí se patenteia com mais evidência a comprovação da divindade do que deve escapar à consideração de qualquer pessoa, por mais retrógrada *seja ela*. O Apóstolo, expondo isso mais explicitamente [Rm 1.19], diz haver sido revelado aos homens *o* que se fazia necessário para o conhecimento de Deus, visto que todos à uma contemplam suas *coisas* invisíveis, até seu eterno poder e divindade, dados a conhecer desde a criação do mundo.

2. Visibilidade da sabedoria divina

Inumeráveis são, tanto no céu quanto na terra, as evidências que lhe atestam a mirífica sabedoria. Não apenas aquelas *coisas* mais recônditas, a cuja penetrante observação se destinam a astronomia, a medicina e toda a ciência natural, senão também *aquelas* que saltam à vista a qualquer um, *ainda* o mais inculto e ignorante, de sorte que nem mesmo podem abrir os olhos e já se vêem forçados a ser-lhes testemunhas.

De fato, quantos nessas artes liberais à farta se abeberaram, ou mesmo *apenas* de leve *as* experimentaram, ajudados por sua contribuição, são levados muito mais longe na penetração dos segredos da divina sabedoria. Todavia, ninguém, ao ignorá-las, é impedido de ver nas obras de Deus bastante – e mais do que bastante! – de arte donde *se possa* arrojar-se à admiração do Artífice.

Sem dúvida que para investigar os movimentos dos astros, determinar-*lhes* as posições, medir as distâncias, notar as propriedades, requer-se arte e a mais rigorosa aplicação. Como, ao serem essas coisas perscrutadas, mais explicitamente se projeta a providência divina, assim, para contemplar-lhe a glória, impõe-se à alma que se eleve um tanto mais alto. Quando, porém, *nem mesmo* a pessoa mais simples e as de cultura mais elementar, que foram ensinadas só pelo recurso dos olhos, não podem ignorar a excelência da divina arte a revelar-se profusamente nesta incontável e, além do mais, particularmente distinta e harmoniosa variedade da milícia celestial, salta à vista que não existe ninguém a quem o Senhor não manifeste sobejamente sua sabedoria.

De igual modo, perscrutar na estrutura do corpo humano, com essa perspicácia que Galeno aplica, a correlação, a simetria, a beleza, o funcionamento, é *tarefa* de exímia habilidade. E todavia, confessam-*no* todos, o corpo humano revela composição tão engenhosa que, à sua vista, com razão, quão admirável se julgará ser o Artífice.

3. O ser humano é evidência máxima da sabedoria divina

E por isso alguns dentre os filósofos, outrora, designaram o homem, não sem razão, de μικρόκοσμον (*mikrŏkŏsmŏn – microcosmos*), porquanto é *ele* raro exemplo do poder, da bondade e da sabedoria de Deus, em si contém bastante de milagres para ocupar-nos a mente, desde que não *nos* enfademos de dar-*lhes* atenção.

Por essa razão, Paulo, onde advertiu [At 17.27] que Deus pode ser conhecido até dos cegos que tateiam, em seguida acrescenta que *ele* não deve ser buscado como se estivesse longe, pois na verdade, dentro *de* cada um, *todos* sentem, indubitavelmente, a celeste graça, da qual obtêm alento.

Ora, se para apreendermos a Deus não é necessário sairmos fora de nós *mesmos*, que para aquele que se fizer moroso em descer em seu íntimo para aí descobrir a Deus, sua negligência merecerá perdão? Essa também é a mesma razão por que Davi, onde sucintamente celebrou o admirável nome de Deus e *sua* glória, que por toda parte refulgem, imediatamente exclama: “Que é o homem para que dele te lembres?” [Sl 8.4]. E ainda: “Da boca dos pequeninos e dos que são amamentados estabeleceste a força” [Sl 8.2]. E assim não apenas postula que no gênero humano reside nítido espelho das obras de Deus, mas também que as criancinhas, ainda a penderem do seio materno, têm línguas bastante eloqüentes para proclamar sua glória, de tal modo que não se requer nenhum outro orador. Daí também não hesita em trazer-lhes à liça a palavra, como sendo cabalmente adestrada para refutar a demência daqueles que, em função de seu orgulho diabólico, desejariam que o nome de Deus fosse totalmente extinto. Do quê também vem à tona o que Paulo cita de Arato [At 18.28], ou, seja, que somos geração de Deus, visto que, exortando-nos sobre tão sublime excelência, atestou ser nosso Pai, assim como também, à base do senso comum e segundo ditava sua experiência, os poetas profanos foram chamados pai dos homens. Aliás, tampouco alguém se renderá em sujeição a Deus, de vontade espontânea e decidida, a não ser que, provando seu amor de pai, tenha, por sua vez, de ser atraído a amá-lo e cultuá-lo.

4. A ingratidão humana em relação a Deus

Aqui**,** porém, se faz patente a execrável ingratidão dos homens que, enquanto encerram dentro de si nobre oficina com incontáveis obras de Deus, e ao mesmo tempo uma loja abarrotada de produtos de inestimável abundância, quando deveriam irromper em seus louvores, com orgulho muito maior contra *ele* se inflam e intumescem. Eles têm consciência dos modos tão extraordinários que Deus opera neles; igualmente, quão ampla variedade de dons possuem de sua liberalidade, e como lhes foi ensinado seu próprio uso. São obrigados a reconhecer que essas *coisas* são sinais da Divindade, queiram *ou* não queiram. Contudo os abafam em seu

íntimo. Na verdade não é preciso que saíam para fora de si mesmos, desde que, não arrogando *para si próprios o* que *lhes* foi dado dos céus, *não* escondam debaixo da terra *o* que à sua mente reluz para que vejam a Deus claramente.

Antes, *ainda* hoje a terra sustenta muitos espíritos monstruosos que, para apagar o nome de Deus, não hesitam em desviar do propósito toda a semente da Deidade disseminada na natureza humana. Pergunto, pois, quão detestável é esta sandice, que o homem achando a Deus cem vezes em seu *próprio* corpo e alma, sob este mesmo pretexto de excelência, negue que ele existe? Não dirão que se distinguem dos seres brutos por *obra do* acaso. Todavia, sobreposto o véu da natureza, a qual lhes é o artífice de todas as coisas, alijam a Deus. Percebem tão refinado lavor em cada um de seus membros, desde a boca e os olhos até a ponta dos pés. *Contudo*, também aqui no lugar de Deus colocam a natureza. Mas, em especial, tão lestos movimentos da alma, tão preclaras faculdades, tão raros dotes, pressupõem uma Deidade que não permite facilmente ser obscurecida, salvo se os epicureus, como os ciclopes, dessa altura movessem mais insolentemente guerra contra Deus.

Por isso, para governar um vermezinho de cinco pés *de estatura* serão indispensáveis todos os tesouros da celeste sabedoria? E desta prerrogativa carecerá a totalidade do universo? Em primeiro plano, reconhecer algo orgânico na alma que *lhe* corresponda a cada uma das partes, afinal em nada contribui para toldar a glória de Deus, pois, ao contrário, a ilumina!

Que responda Epicuro, dizendo que o concurso de átomos, a cozinhar o que se come e bebe, *o* digere, parte em resíduos, parte em sangue, e *de tal modo* opera, que cada membro tenha tão admirável proficiência para realizar *sua* função, como se tantas almas quantos membros regessem de comum acordo o corpo a um só corpo?[8]

5. Confusão de criatura e Criador

Entretanto, por ora não vou tratar desse atoleiro de suínos. Ataco antes esses que, entregues a sutilezas contraditórias, de maneira oblíqua, invocariam deliberadamente esse insípido parecer de Aristóteles, tanto para anular a imortalidade da alma, quanto para arrebatar seu direito a Deus. Ora, dado que tenha a alma faculdades orgânicas, com esse pretexto a ligam ao corpo de tal modo que sem este *aquela* não subsiste. Ademais, com *seus louvores* à natureza, suprimem o nome de Deus quanto lhes é possível. Entretanto, longe está que os poderes da alma se confinem às funções que servem ao corpo.

8. Primeira edição: "Responda Epicuro quê concurso de átomos, a cozinhar o que se come e bebe, [o] digere, parte em resíduos, parte em sangue, e [de tal modo] opera, que cada membro tenha tão admirável proficiência para realizar [sua] função, como se, em comum consenso, a um só corpo tantas almas regessem?"

Que *tem* isto a ver com o corpo – que meças o céu, contes o número de estrelas, determines a grandeza de cada uma, saibas quanto distam entre si, com que celeridade ou lentidão completam seus cursos, quantos graus se inclinam para cá ou para lá? Indubitavelmente confesso que, se o estudo dos astros é de algum proveito, contudo estou apenas mostrando que nesta investigação tão elevada das coisas celestes não existe correção orgânica; ao contrário, a alma tem suas propriedades distintas do corpo.

Propus apenas um exemplo, do qual aos leitores será fácil deduzir os demais. Indubitavelmente, a multiforme agilidade da alma, com que perscruta o céu e a terra, liga as *coisas* passadas às que estão por vir, retém em lembrança as *coisas* que há muito ouviu, até mesmo para si pinta o que bem lhe apraz, assim também a habilidade com que imagina coisas incríveis, e que é a matriz de tantas invenções admiráveis, são seguros sinais da Deidade no homem.

Por que, enquanto *a pessoa está* dormindo, *a alma* não só vagueia e divaga em redor, mas ainda concebe muitas *coisas* úteis, cogita acerca de muitas *questões*, até adivinha *fatos* futuros? O que aqui se haverá de dizer senão que não se podem apagar os sinais da imortalidade que foram impressos no homem? Ora, que razão admitirá que o homem seja divino e contudo não reconheça seu Criador? Com efeito, nós, em função da capacidade judicatória que nos foi outorgada, faremos distinção entre o justo e o injusto, porém nenhum juiz no céu haverá? A nós, até mesmo durante o sono, nos remanescerá certo resíduo de entendimento; Deus nenhum, *porém*, estará de vigia a reger o mundo? De tantas artes e coisas úteis nos julgaremos inventores em moldes tais que Deus seja defraudado de seu louvor, quando, entretanto, a experiência suficientemente ensina que, em modos desiguais, o que temos nos é distribuído *oriundo* de outra procedência?

Quanto, porém, ao que alegam certos *indivíduos* acerca de uma inspiração secreta que anima a todo o universo, não só é destituído de consistência, mas inclusive é totalmente profano. Agradam-lhes as celebradas palavras de Vergílio:

"Primeiramente, céu e terra e os campos de água fluentes,
E o fulgente globo lunar, e as estrelas titânias,
Um espírito interiormente *os* alimenta, e, pelos membros infusa,
A toda a massa uma mente movimenta, e ao grande corpo se mistura.
Daí a raça de homens e animais, e o alento dos seres voláteis,
E os monstros que o mar produz sob a marmórea superfície;
De fogo lhes é o alento e celeste a origem" etc.[9]

9. *A Eneida*, livro VI.

Na realidade, assim *é* que o universo, que foi criado para manifestação da glória de Deus, é seu próprio criador!

Ora, em outro lugar, seguindo a noção comum a gregos e latinos, assim *decanta* o mesmo *autor*:

"Têm as abelhas, disseram, uma porção da mente divina,
E haustos etéreos. Pois, por toda a terra Deus se estende,
E pelas vastidões do oceano, e pelo céu profundo.
Daqui os rebanhos, os armentos, os homens, toda espécie de feras,
Cada um, ao nascer, tênue da vida a si aufere.
Isto é, a seguir, tudo aí retorna e, desfeito, se reintegra;
Nem lugar há à morte, mas, vivos, evolam
Às hostes sidéreas e ascendem do céu às alturas."[10]

Eis a que vale para gerar e fomentar a piedade no coração do homem essa infrutífera especulação acerca da mente universal que anima e vivifica ao mundo! Isso até transparece melhor das sacrílegas palavras d*esse* cão impuro, Lucrécio, que foram deduzidas desse princípio. Isto, afinal, é forjar uma deidade fantasma, de sorte que o Deus verdadeira para longe se afaste, a quem devíamos temer e adorar.

Certamente confesso que isto pode ser dito com reverência, desde que proceda de um espírito piedoso: que a natureza é Deus. Contudo, visto ser uma expressão dura e imprópria, já que a natureza é antes a ordem prescrita por Deus, em questões de tão grande peso e em que se deve especial reverência, é prejudicial envolver a Deus ambiguamente com o curso inferior de suas obras.

6. A soberania de Deus sobre a criação

Lembremo-nos, portanto, sempre que cada um *de nós* atenta à sua *própria* natureza, de que há um Deus, que de tal modo governa a todas as naturezas, que quer que volvamos para ele os olhos; *que quer* que para ele dirijamos nossa fé; *que quer* que o adoremos e o invoquemos como nosso Senhor, porquanto nada *há* mais contrário do que desfrutar de tão excelentes dádivas, as quais em nosso íntimo comprovam a Deidade, e negligenciarmos o Autor que no-las prodigaliza à mera súplica.

Quanto ao *seu* poder, de quão cristalinos exemplos sua consideração nos arrebata! Salvo se, porventura, nos possa ser desconhecido de quanto poder se faz necessário para, *só* por sua palavra, sustentar esta infinita massa de céu e terra; por *seu* simples arbítrio, ora a abalar o céu com o fragor dos trovões, abrasar de raios tudo quanto *lhe* apraza, riscar o ar com relâmpagos; ora a conturbá-lo com variadas for-

10. *Geórgicas*, IV.

mas de tempestades, e *então* de pronto, a seu bel-prazer, num momento serená-lo; o mar, que parece, com sua elevação, ameaçar a terra com constante devastação, como que forçá-*lo a manter-se* suspenso no ar; e ora, mercê do tumultuoso ímpeto dos ventos, em horrenda forma excitar, ora, acalmadas as ondas, torná-*lo* plácido novamente.

Aqui os louvores pertencem ao poder de Deus que a cada passo ocorrem dos testemunhos da *própria* natureza; de modo especial, na verdade, no livro de Jó e em Isaías, os quais intencionalmente por ora deixo de considerar, porquanto acharão lugar mais apropriado em outra parte onde, à base das Escrituras, discorrerei acerca da criação do mundo. No presente, tive apenas em mira afirmar que esta maneira de buscar a Deus é comum a estranhos e a membros da família: seguem os delineamentos que, em cima e em baixo, lhe desenham viva imagem.

S*eu* próprio poder já nos conduz a cogitar sua eternidade, visto que tem necessariamente de ser eterno e ter de si próprio o princípio donde todas *as coisas* derivam a origem. Ademais, se *porventura* se busca a causa, em virtude da qual não só foi *ele* uma vez levado a criar todas as *coisas*, mas ainda é agora movido a preservá-*las*, só em sua bondade acharemos estar sua causa. E, afinal, mesmo que seja esta a *causa* única, contudo mais do que suficiente deve ser para nos atrair ao seu amor, quando nenhuma criatura há, como *o* assinala o Profeta [Sl 145.9], em quem sua misericórdia não lhe seja derramada.

7. O GOVERNO E O JUÍZO DE DEUS

Também na segunda classe de suas obras, isto é, *aquelas* que ocorrem além do curso ordinário da natureza, as evidências de seus poderes são, em muitos aspectos, muitíssimo claras.[11] Ora, ao dirigir a sociedade humana, de tal modo regula sua providência que, embora seja, de inúmeras maneiras, benigno e benévolo para com todos, declara ainda, mediante provas manifestas e diárias, que sua clemência para com os piedosos e *sua* severidade para com os iníquos não são dúbias, de modo que não se demonstra obscuramente ser protetor, e até mesmo vingador da inocência, enquanto, em virtude de sua bênção, faz próspera a vida dos bons, os socorre em suas necessidades, os alivia e os mitiga em suas dores, os atenua em suas adversidades e em tudo os encaminha à salvação.

Sem dúvida, tampouco deve toldar-lhe a perpétua norma da justiça *o fato de* que, mui freqüentemente, permite por certo tempo que os iníquos e malfeitores exultem impunes, além de tolerar que os probos e inocentes sejam abalados por muitas coisas adversas, até mesmo oprimidos pela maldade e iniqüidade dos ímpios. Antes, pelo contrário, deve acudir-nos à mente pensamento muito diverso: quan-

11. Primeira edição: "... em nada mais obscuras se exibem as evidências de Seus poderes."

do, contra um só ato mau, sua ira se volta em evidente manifestação, *é que* a todos aborrece; quando a muitos deixa passar sem castigo, *é que* outro juízo haverá para os *atos maus* que devem ser punidos.

Igualmente, nos fornece farta matéria para que consideremos sua misericórdia, quando muitas vezes não deixa de outorgar por tanto tempo sua misericórdia a pobres e miseráveis pecadores, até que, vencendo sua maldade com sua doçura e brandura mais que paternal, os atrai a si![12]

8. O soberano domínio de Deus sobre a vida humana

A este propósito, evocando o *Salmo 107* que, em situações desesperadas, de forma repentina e de modo maravilhoso, e além de toda expectativa, Deus socorre aos desgraçados e quase perdidos que, ou vagando por lugares ermos *os* protege de animais ferozes e por fim *os* reconduza ao caminho [vs. 4-7]; ou, desvalidos e famintos, lhes providencie o alimento [v. 9]; ou, encarcerados, *os* livre de sombrias masmorras e férreas cadeias [vs. 10-16]; ou, náufragos, incólumes ao porto *os* guie [vs. 23-30]; ou, semimortos, *os* cure das enfermidades [vs. 17-20]; ou, de calor e sequidão calcine a terra ou *a* fecunde pela secreta irrigação da graça [vs. 33-38]; ou, da multidão exalte aos mais desprezados, ou do elevado pedestal de *sua* dignidade derribe a vultos de projeção [vs. 39-41], o Profeta colhe exemplos como esses, *ou, seja*, que os *fatos* que se consideram ser eventos casuais são outros tantos testemunhos da providência celestial, na verdade especialmente da clemência paterna. E daqui se dá aos piedosos motivo de alegria; aos ímpios, porém, e aos réprobos se *lhes* tapa a boca [v. 42].

Mas porque, atolada em seus erros, cega, em meio a tão magnífico teatro, a maioria se mostra, exclama *ele*, que de rara e singular sabedoria é o ponderar judiciosamente essas obras de Deus [v. 43], de cuja *simples* contemplação nada aproveitam *aqueles* que, de outra sorte, sagacíssimos parecem ser. E de fato, por mais que refulja a glória de Deus, dificilmente um em cem lhe é verdadeiro espectador.

O mesmo podemos dizer de seu poder e sabedoria, que tampouco estão escondidos em trevas, porque seu poder se mostra admiravelmente cada vez que o orgulho dos ímpios que, conforme ao que pensam ser comumente invencível, fica num instante desfeito, sua arrogância abatida, seus fortíssimos castelos demolidos, suas espadas e dardos feitos em pedaços, suas forças rotas, tudo quanto maquinam, destruído; seu movimento que subia até o céu é confundido no mais profundo da terra;

12. Primeira edição: "De igual modo, quão farta matéria nos provê para considerar-se-lhe a misericórdia, enquanto, ainda mais amiúde, a míseros pecadores persegue com [sua] incansável benignidade, até que, com cercá[-los] de benefícios [e] com por mais do que paternal indulgência a Si trazê[-los] de volta, a impiedade lhes haja de quebrantar?

e, ao contrário, quando os humildes são elevados do pó; os necessitados, do esterco [Sl 113.7];[13] de angústias extremas são arrancados os oprimidos e aflitos; a boa esperança é restaurada aos desolados; sobre os *bem* armados, os desprovidos de armas arrebatam a vitória; os poucos, sobre os muitos; os fracos, sobre os fortes.

Também a sabedoria, na verdade, manifestamente excede quando, na melhor ocasião, dispensa a cada coisa, uma a uma, confunde a toda e qualquer sutileza do mundo [1Co 1.20], apanha os astutos em sua astúcia [1Co 3.19]; e finalmente ordena todas as coisas conforme a melhor ordem possível.[14]

9. DEUS MELHOR VISUALIZADO EM SUAS OBRAS DO QUE EM ESPECULAÇÕES DA RAZÃO

Vemos não ser necessário longa nem laboriosa demonstração para descobrir evidências que servem para ilustrar e afirmar a divina majestade, uma vez que, das poucas que havemos ligeiramente experimentado, para onde quer que te voltes, claro se faz que são tão imediatamente óbvias, que podem facilmente ser com os olhos divisadas e com os dedos apontadas.

E aqui, uma vez mais, deve observar-se que somos convidados ao conhecimento de Deus, não *àquele* que haverá de ser sólido e frutuoso, se é por nós retamente percebido e estabelecido no coração. Ora, o Senhor se manifesta por meio de seus poderes, *e* uma vez que sentimos sua força dentro de nós, e usufruímos de seus benefícios, necessário é que sejamos muito mais vividamente afetados por esse conhecimento do que se imaginássemos um Deus de quem nenhum senso chegasse a nós.

Do que compreendemos ser esta a via mais direta de buscar a Deus e o processo mais apropriado de conhecê-lo: que não tentemos, através de ousada curiosidade, penetrar à investigação de sua essência, a qual é antes para ser adorada do que para ser meticulosamente inquirida; ao contrário, que o contemplemos em suas obras, em virtude das quais ele se nos torna próximo e familiar, e de algum modo se *nos* comunica. Ao que o Apóstolo contemplava quando dizia [At 17.27, 28] que *ele* não deve ser buscado ao longe, uma vez que, por seu poder bem presente, habita em cada um de nós. Por isso Davi [Sl 145], tendo antes confessado sua inenarrável grandeza [v. 3] após descer à menção de suas obras, declara que fará menção dela [vs. 5, 6].

---

13. Primeira edição: "[Nem] em nada mais em trevas se [lhe] escondem, seja o poder, seja a sabedoria, dos quais aquele claramente se alteia, quando a sanha dos ímpios, na opinião de todos insuperável, em um momento se reprime, a arrogância se [lhes] doma, os mais fortes baluartes se [lhes] derruem, em frangalhos se [lhes] fazem os dardos e as armaduras, quebrantam-se[-lhes] as forças, as maquinações se subvertem e cedem ao próprio peso, a audácia que acima dos céus se alçava até o centro da terra se prosterna [e], em contrário, do pó se erguem os humildes e os necessitados se levantam do monturo."

14. Primeira edição: "nada, enfim, dispõe que [o] não [seja] pela melhor razão [possível].

Portanto, também a nós se *nos* impõe que nos apliquemos a essa investigação de Deus, a qual de tal modo *nos* mantenha o espírito suspenso de admiração, e ao mesmo tempo nos deixemos ser profundamente tocados com eficaz sentimento. E como, em certo lugar, ensina Agostinho,[15] já que, como que a desfalecer sob sua grandeza, não o podemos apreender, convém que atentemos bem para suas obras, para que nos recreemos em sua bondade.

10. Propósito deste conhecimento

Daí, conhecimento como este deve não só incitar-nos à adoração de Deus, mas ainda despertar-*nos* e alçar-*nos* à esperança da vida futura. Quando, porém, atentamos *para o fato de* que os exemplos que o Senhor oferece, tanto de *sua* clemência, quanto de sua severidade, são meramente rudimentares e incompletos, convém que reputemos, não dubiamente, que ele assim preludia *coisas ainda* maiores, cuja manifestação e plena exibição são deferidas à outra existência.

Por outro lado, quando vemos os piedosos acossados pelas aflições provenientes dos ímpios, espicaçados de injúrias, oprimidos de calúnias, lacerados de insultos e vitupérios, enquanto, em contrário, os iníquos florescem, prosperam, alcançam lazer com dignidade, e isso impunemente, conclui-se imediatamente que haverá outra vida na qual lhes está reservada não só a punição pela iniqüidade, mas ainda a recompensa pela justiça. Ademais, quando observamos que os fiéis são quase sempre castigados pelas varas do Senhor, sem dúvida, com certeza ainda maior, *nos* é necessário estabelecer que muito menos haverão os ímpios um dia de escapar de seus látegos. Ora, conhecido é este *dito* de Agostinho:[16] “Se agora fosse todo pecado punido por castigo público, poder-se-ia pensar que nada fica reservado ao Juízo Final. Por outro lado, se Deus *não* punisse agora claramente a nenhum pecado, poder-se-ia crer que não existe nenhuma providência divina.”

Portanto, é preciso confessar que nas obras de Deus, uma a uma, de modo especial, porém em sua totalidade, estão estampados, como que em painéis, os poderes operativos de Deus, mercê dos quais seu conhecimento, e daí a verdadeira e plena felicidade, é convidado e atraído todo o gênero humano. E ainda que as virtudes de Deus estejam retratadas ao vivo e se mostrem em todo o mundo, só entendemos ao que elas tendem, quanto valem e para que servem, quando penetramos em nós mesmos e consideramos os caminhos e modos em que o Senhor descerra para nós sua vida, sabedoria e virtude, e exerce em nós sua justiça, bondade e clemência.[17]

---

15. *Sobre o Salmo 144.*

16. *A Cidade de Deus*, livro I, capítulo 8.

17. Primeira edição: “Por lucidíssimos que aí se evidenciem [os poderes de Deus], contudo, a que principalmente propendem, a que se prestem, a que fim devam ser de nós reputados, então, por fim, apreendemos quando descemos a nós mesmos e consideramos de que modos o Senhor revela em nós Sua vida, sabedoria, poder [e] para conosco exerce Sua justiça, bondade, clemência.”

Ora, ainda que, com justiça, se queixa Davi [Sl 92.5, 6] de que os incrédulos se mostram destituídos de entendimento, já que não ponderam os desígnios profundos de Deus no governo do gênero humano, contudo mui verdadeiro é o que, em outro lugar [Sl 40.12], diz o mesmo *Davi*, a saber, a admirável sabedoria de Deus neste ponto excede aos cabelos de nossa cabeça. Como, porém, se haverá de tratar deste argumento mais adiante e de maneira pormenorizada, no devido lugar, deixo de fazê-*lo* agora.

11. Cegueira humana ante a evidência de Deus na criação

Ainda que no espelho de suas obras o Senhor se represente com tão grande clareza, não apenas a si *próprio*, mas também a seu reino imortal, entretanto, como é nossa obtusidade, sempre nos revelamos lerdos em relação a evidências tão claras, elas se nos tornam sem qualquer proveito. Ora, quanto respeita à estrutura e disposição do universo, tão formosas, quem de nós, ao erguer os olhos para o céu ou ao estendê-los para as diversas regiões da terra, se lembra do Criador e não se põe a contemplar suas obras, sem fazer caso dele?[18] Aliás, no que diz respeito àquelas *coisas* que se processam diariamente além da ordem do curso natural, quantos não imaginam que os homens são antes rodopiados e voluteados pelo cego capricho do acaso, do que governados pela providência de Deus?

Pois, se por vezes, mediante a condução e direção dessas coisas, somos levados à consideração de Deus, *o* que necessariamente a todos acontece, entretanto, quando, de forma fortuita, concebemos o senso de alguma divindade, prontamente decaímos outra vez nos delírios ou insanos desvarios de nossa carne e, mercê de nossa fatuidade, corrompemos a pura verdade de Deus.

Sem dúvida, nisto *somos todos* diferentes, *a saber*, em que cada um, por sua vez, suscita para si algum erro peculiar; todavia, nisto são muito semelhantes, *a saber*, em que à uma, por meio de absurdas ridicularias, todos nos desgarramos do Deus único e verdadeiro. Desta enfermidade são afetados, não apenas os espíritos vulgares e obtusos, mas ainda os mais ilustres e dotados de outra sorte de habilidade singular.

Neste particular, quão prodigamente toda a ordem dos filósofos tem sua fatuidade e inépcia! Ora, para que poupemos aos demais, os quais muito mais absurdamente engendram despautérios, Platão, entre todos o mais religioso e particularmente sóbrio, também *ele* próprio se perde em seu globo esférico. E que não haveria de

18. Primeira edição: "Ora, quanto respeita à estrutura e formosíssima disposição do universo, quão poucos há dentre nós que, ou em volvendo os olhos para o céu, ou em [os] circunvagando pelas variadas regiões da terra, volte a mente à lembrança do Criador e não antes, preterido o autor, ocioso se assente à contemplação das obras?"

acontecer com os outros, quando os mais destacados, a quem caberia iluminar o caminho aos demais, assim desvairam e tropeçam?

Semelhantemente, quando o governo das coisas humanas claramente dá testemunho da providência de Deus, de tal sorte que não se pode negar, os homens, contudo, não se aproveitam desse fato mais que se dissesse que a Fortuna dispõe tudo sem ordem nem concerto algum – tanta é nossa inclinação natural ao erro![19]

Falo sempre em relação aos mais respeitáveis, não a esses *indivíduos* vulgares, que tudo fazem para profanar a verdade de Deus.

12. A SUPERSTIÇÃO HUMANA E O ENGANO DOS FILÓSOFOS CONSTITUEM OBSTÁCULOS À MANIFESTAÇÃO DIVINA

Daqui esse imenso lamaçal de erros do qual todo o orbe se encheu e se cobriu. Ora, pode-se dizer que a mente de cada um é um labirinto, de sorte que não é de admirar que nações, uma a uma, tenham sido arrastadas a múltiplas falsidades. E não só isso, mas também que os seres humanos, quase que um a um, têm tido seus próprios deuses. Porque, como à ignorância e às trevas se adicionam a temeridade e a petulância, dificilmente um só jamais se achou que não fabricasse para si um ídolo ou imagem no lugar de Deus. Na verdade, exatamente como as águas borbulham de vasta e ampla fonte, imensa turba de deuses tem promanado da mente dos homens, enquanto cada um, a divagar com excessiva licença, erroneamente inventa isso ou aquilo acerca do próprio Deus.

Contudo, nem é necessário elaborar aqui um catálogo das superstições em que o mundo se tem enredilhado, pois não chegaria nunca ao fim, e ainda que nenhuma palavra se articulasse, *à luz* de tantas corruptelas se faz sobejamente evidente quão horrível é a cegueira da mente humana.

Deixo de considerar o populacho rude e indouto. Entre os filósofos, porém, que têm tentado penetrar o céu pela razão e pelo conhecimento, quão vergonhosa é a diversidade! Quanto mais cada um é dotado de profundo entendimento, e polido pela arte e pelo conhecimento, tanto mais procurou revestir de matizes sua opinião, *matizes* esses, entretanto, se examinados mais de perto, verificarás que não passam de aparências evanescentes.

Pensaram os estóicos que haviam feito uma grande descoberta quando disseram que de todas as partes da natureza podiam extrair diversos nomes de Deus, sem que com isso a essência divina se dissociasse ou sofresse demérito.[20] Como se já não

19. Primeira edição: "Semelhantemente, onde o governo das cousas humanas, mais manifestamente do que se possa negar, argúi a providência. Em nada, entretanto, daí mais se aproveita do que se houvessem todas [as cousas] de crer-se revolvidas em caótica desordem pela caprichosa vontade do acaso, tão grande é nossa propensão para com a fatuidade e o erro!"

20. Primeira edição: "Houveram-se os Estóicos por assaz engenhosos com sentenciarem que de todas as

fôssemos, de fato, mais do que suficientemente inclinados à fatuidade, sem que nos ponham diante dos olhos uma infinidade de deuses, que nos arraste ao erro *ainda* mais profunda e violentamente!

Até mesmo a teologia esotérica dos egípcios mostra que todos diligenciaram nisso com afinco, de sorte que não parecessem ensandecer-se sem razão. E talvez, ao primeiro relance, algo como que provável houvesse de enganar aos símplices e incautos; nada, contudo, jamais inventou qualquer dos mortais que não corrompesse torpemente a religião.

E esta diversidade tão confusa incrementou a ousadia aos epicureus e a outros crassos desprezadores da piedade para que rejeitassem a todo senso de Deus. Pois, quando viam os mais sábios, todos e cada um, digladiar-se com opiniões contrárias das divergências destes e do ensino fútil e mesmo absurdo de cada um, não hesitaram em concluir que, desnecessária e estultamente, os homens trazem tormento sobre si quando se põem a investigar um Deus que não existe. E isso julgaram que fariam impunemente, visto ser preferível que se *lhes* afigurasse negar inteiramente a *existência de* Deus, imaginando deuses discutíveis, e em conseqüência suscitando contendas que não chegam a nenhum fim. É verdade que esses tais arrazoam sem razão nem juízo; ou, melhor dizendo, abusam da ignorância dos homens, como de uma capa para cobrir sua impiedade; pois de forma alguma nos é lícito obscurecer a glória de Deus.[21] Como, porém, todos confessam não haver coisa alguma acerca da qual a um tempo doutos e indoutos discordam em grau tão elevado, daqui se conclui que as mentes dos homens, que tanto erram na investigação de Deus, são mais do que obtusas e cegas em se tratando dos mistérios celestes.

Louvada é por outros a resposta de Simônides, que, interpelado pelo tirano Hierão quem seria Deus, pediu lhe fosse concedido um dia para pensar. Quando, no dia seguinte, o tirano fez a mesma *pergunta*, solicitou *ele* mais dois dias; e depois de duplicado o número de dias mais vezes, finalmente respondeu: “Quanto mais tempo reflito, tanto mais obscuro o assunto me parece.” Prudentemente, sem dúvida, suspendeu ele o parecer acerca de matéria *que* lhe *era tão* obscura. Todavia, daqui se põe à mostra *que*, se os homens fossem ensinados só mediante a natureza, nada extrairiam de seguro, ou sólido, ou preciso; ao contrário, os que adoram um Deus desconhecido só se prendem a princípios confusos [At 17.23].

---

partes da natureza se podem extrair vários nomes de Deus, contudo, nem por isso fragmentar-se o Deus uno.”

21. Primeira edição: “E, certamente, com suma insipiência arrazoam esses, ou, antes, da ignorância dos homens uma nuvem induzem para acobertar sua impiedade, [ignorância] da qual nada há de modo algum, para detrair a Deus o que quer que seja.”

13. AO ESPÍRITO SANTO É ABOMINÁVEL TODA E QUALQUER RELIGIÃO DE PROCEDÊNCIA HUMANA

Ora, é preciso advertir também que todos quantos se afastam do Deus único adulteram a religião pura, como necessariamente sucede a quantos se entregam à sua *própria* opinião. É verdade que se jactarão *dizendo* ter em mente *coisa muito* diversa; mas pouco importa o que têm em mira, ou do que se persuadem, uma vez que o Espírito Santo pronuncia serem apóstatas todos quantos, em virtude da cegueira da própria mente, colocam os demônios no lugar de Deus [1Co 10.20].

Por esta razão, Paulo sentencia [Ef 2.12] que os efésios estiveram sem Deus até que aprendessem do evangelho o que seria adorar ao Deus verdadeiro. Nem se deve restringir isso a uma só nação, visto que, em outro lugar [Rm 1.21], *ele* afirma em termos generalizados que, depois que a majestade do Criador lhes fora manifesta na *própria* estrutura do universo, todos os mortais se fizeram fúteis em suas cogitações.

E, por isso, para dar lugar ao Deus verdadeiro e único, a Escritura [Hc 2.18-20] condena como sendo falsidade e mentira tudo quanto à Divindade foi outrora celebrado entre os povos, nem deixa qualquer outra deidade senão no Monte Sião, onde florescia o conhecimento peculiar de Deus.

Sem dúvida, dentre os gentios do tempo de Cristo, os samaritanos pareceram achegar-se bem próximo à verdadeira piedade. Entretanto, ouvimos da boca de Cristo [Jo 4.22] que eles não sabiam *o* que adoravam. Donde se segue que haviam *eles* sido enganados por erro fútil.

Afinal, mesmo que nem todos hajam laborado em vícios crassos, ou resvalado a idolatrias francas, *nem* ainda assim houve alguma religião pura e aprovada que se fundamentasse apenas no senso comum. Pois ainda que uns poucos não tenham cedido à insânia do vulgo, no entanto permanece firme o ensino de Paulo [1Co 2.8], *a saber*, que a sabedoria de Deus não foi apreendida pelos príncipes deste mundo. Ora, se até os mais excelentes viveram todos em trevas, que se haverá de dizer da própria escória?

Portanto, não surpreende se o Espírito Santo repudie como degenerescências a todos os cultos inventados pelo arbítrio dos homens, porque, *em se tratando* dos mistérios celestes, a opinião humanamente concebida, ainda que nem sempre engendre farto amontoado de erros, não obstante é a mãe do erro. E quando nada pior acontece, contudo isto não é falta leve: adorar, ao acaso, a um Deus desconhecido [At 17.23]. Entretanto, nessa culpa incidem, segundo *o* sentencia *o próprio* Cristo [Jo 4.22], todos quantos não foram ensinados pela lei que é a Deus *que* importa cultuar.

E na verdade *aqueles* que têm sido os mais sublimados legisladores, não têm avançado além disto: que a religião teria se fundamentado no consenso público.

Assim é que, em Xenofonte, Sócrates louva a resposta de Apolo pela qual preceituou que cada um adorasse aos deuses à maneira dos antepassados e conforme o costume da própria cidade. Mas, que direito têm os mortais de definir com base em sua *própria* autoridade *o* que ultrapassa ao mundo em grande medida? Ou, quem poderia a tal grau aquiescer às determinações dos ancestrais ou às ordenanças do povo, que, sem hesitação, receba a um deus que lhes é impingido em bases *puramente* humanas? Antes de sujeitar-se à opinião alheia, cada um deve persistir em seu *próprio* parecer.

Portanto, uma vez que, para seguir-se a adoração de Deus, nimiamente fraco e frágil vínculo da piedade é a praxe da cidade, ou o consenso da antigüidade, resta que o próprio Deus forneça do céu testemunho de si mesmo.

14. Insuficiência da manifestação de Deus na ordem natural

Em vão, pois, nos resplendem na obra da criação do mundo tantas lâmpadas acesas para enaltecer a glória do Autor, as quais de todos os lados nos cercam de sua efulgência em moldes tais que, não obstante, de modo algum podem por si só conduzir ao reto caminho. Sem dúvida que emitem algumas centelhas, todavia elas são sufocadas antes que emitam mais pleno fulgor. Razão pela qual o Apóstolo, no mesmo lugar em que chamou aos mundos de sinais das coisas invisíveis [Hb 11.1-3], diz também que pela fé se entende que os mesmos foram formados pela Palavra de Deus, significando com isso que de fato em tais manifestações externas se representa a divindade invisível, todavia que não temos olhos para contemplá-la, salvo se, mercê da revelação interior de Deus, mediante a fé, *eles* sejam iluminados.

Tampouco Paulo, onde ensina [Rm 1.19] que *o* que se deve conhecer de Deus se faz patente na criação do mundo, se refere a uma manifestação que se pode apreender pela perspicácia dos homens, senão que mostra, antes, que ela não está tão afastada, que os torne indesculpáveis. O mesmo *Apóstolo* também, embora em outro lugar [At 17.27] negue que Deus deva ser buscado ao longe, visto que habita dentro de nós, no entanto ensina, em outra passagem [At 14.16, 17], algo que se aproxima disto: “O qual nos tempos passados deixou que todas as nações andassem em seus próprios caminhos. E contudo não se deixou a si mesmo sem testemunho, beneficiando-vos lá do céu, dando-vos chuvas e tempos frutíferos, enchendo vossos corações de mantimento e de alegria.”

E assim, conquanto o Senhor não careça de testemunho, enquanto, mercê de sua imensa e variada benignidade, brandamente atrai os homens ao seu conhecimento, contudo, a despeito disso, não deixam de seguir seus *próprios* caminhos, ou, seja, *seus* erros fatais.

15. INESCUSABILIDADE FINAL DO HOMEM

Mas, embora careçamos de capacidade natural para podermos chegar ao puro e líquido conhecimento de Deus, entretanto, porque o defeito dessa obtusidade está dentro de nós, somos impedidos de toda e qualquer escusa. Pois não temos direito a tergiversação, nem justificativa alguma, porque não podemos pretender tal ignorância sem que nossa própria consciência nos convença de negligência e ingratidão.[22]

Uma defesa sem dúvida digna de admitir-se *seria esta*: se o homem alega que lhe faltaram ouvidos para ouvir a verdade, quando para declará-la às criaturas mudas sobejam vozes mais do que canoras; se pleiteia que com os olhos não pode ver *o* que *lhe* mostram as criaturas não dotadas de visão; se como escusa evoca a deficiência do entendimento, quando *o* ensinam todas as criaturas destituídas de razão!

Daí com razão sermos sumariamente excluídos de toda escusa, visto que, sem rumo e desgarrados, nos extraviamos, quando todas *as coisas nos* apontam a trilha certa. Entretanto, por mais que se deva imputar à depravação dos homens *o fato de* que depressa corrompem a semente do conhecimento de Deus instilada em sua mente pela admirável operação da natureza, de sorte que não alcance *ela* a boa e pura frutificação, contudo é mui verdadeiro que, de modo algum, somos nós suficientemente instruídos por essa testificação clara e singela que é magnificantemente atribuída pelas criaturas à glória de Deus. Pois, no mesmo instante em que, da contemplação do universo, degustamos ligeiro sorvo da Deidade, preterindo o Deus verdadeiro, erigimos-lhe em lugar os sonhos e fantasias de nosso cérebro, e da própria fonte transferimos para alguém ou para algo o louvor da justiça, da sabedoria, da bondade, do poder. Ademais, seus feitos diários de tal modo *os* obscurecemos ou *os* invertemos mediante juízo pervertido, que não só lhes arrebatamos a glória que é dele, mas ainda o louvor que se deve a *seu* autor.

---

22. Primeira edição: "Pois, nem se [nos] permite ignorância assim pretextar que nos não esteja sempre a convencer tanto de indolência quanto de ingratidão até a própria consciência."

CAPÍTULO VI

PARA QUE ALGUÉM CHEGUE A DEUS O CRIADOR É NECESSÁRIO QUE A ESCRITURA SEJA SEU GUIA E MESTRA

1. O verdadeiro conhecimento de Deus na Bíblia

Portanto, ainda que esse fulgor, que aos olhos de todos se projeta no céu e na terra, mais que suficientemente despoje de todo fundamento a ingratidão dos homens, serve também para envolver o gênero humano na mesma incriminação. Deus a todos, sem exceção, exibe sua divina majestade debuxada nas criaturas, contudo é necessário adicionar outro e melhor recurso que nos dirija retamente ao próprio Criador do universo. Portanto, *Deus* não acrescenta em vão a luz de sua Palavra para que a salvação se fizesse conhecida. E considerou dignos deste privilégio *aqueles* a quem quis atrair para mais perto e mais íntimo.

Ora, visto que ele via a mente de todos ser arrastada para cá e para lá em agitação errática e instável, depois que elegeu os judeus para si por povo peculiar, cercou-os de sebes, de todos os lados, para que não se extraviassem à maneira dos demais. Nem em vão nos retém *ele*, mediante o mesmo remédio, no puro conhecimento de si mesmo; pois, de outra sorte, bem depressa se diluiriam até mesmo *aqueles* que, acima dos demais, parecem manter-se firmes. Exatamente como *se dá com* pessoas idosas, ou enfermas dos olhos, e tantos quantos sofram de visão embaçada, se puseres diante delas mesmo um vistoso volume, ainda que reconheçam ser algo escrito, contudo mal poderão ajuntar duas palavras; ajudadas, porém, pela interposição de lentes, começarão a ler de forma distinta. Assim a Escritura, coletando-nos na mente conhecimento de Deus que de outra sorte seria confuso, dissipada a escuridão, nos mostra em diáfana clareza o Deus verdadeiro.

É esta, portanto, uma dádiva singular, quando, para instruir a Igreja, Deus não apenas se serve de mestres mudos, mas ainda abre seus sacrossantos lábios, não simplesmente para proclamar que se deve adorar a um Deus, mas ao mesmo tempo declara ser esse *Aquele* a quem se deve adorar; nem meramente ensina aos eleitos a atentarem para Deus, mas ainda se mostra *como Aquele* para quem devem atentar. Ele tem mantido esse proceder para com sua Igreja desde o princípio, para que, afora essas evidências comuns, também aplicasse a Palavra, a qual é a mais direta e segura marca para reconhecê-lo.

Não carece de dúvida que Adão, Noé, Abraão e os demais patriarcas tenham,

mercê deste recurso, atingido íntimo conhecimento *dele*, o qual, de certo modo, os distinguia dos incrédulos. Não estou ainda falando da doutrina apropriada pela fé pela qual foram iluminados para a esperança da vida eterna. Ora, para que passassem da morte para a vida, foi-*lhes* necessário conhecer a Deus não apenas *como* Criador, mas ainda *como* Redentor, de sorte que chegaram seguramente a um e outro *desses dois conceitos* à base da Palavra.

Ora, na ordem, veio primeiro aquela modalidade de conhecimento mediante o qual fora dado alcançar quem é esse Deus por quem o mundo foi criado e é governado. Acrescentou-se depois a outra, interior, a única que vivifica as almas mortais, por meio da qual se conhece a Deus não apenas *como* Criador do universo e único Autor e Árbitro de todas *as coisas* que existem, mas ainda, na pessoa do Mediador, *como* Redentor. Entretanto, visto que ainda não chegamos à queda do mundo e à corrupção da natureza, deixo também de tratar de seu remédio.

Portanto, os leitores se lembrarão de que ainda não irei fazer considerações a respeito daquele pacto mediante o qual Deus adotou para si os filhos de Abraão, bem como daquela parte da doutrina por meio da qual os fiéis sempre foram devidamente separados das pessoas profanas, pois que *ele* se fundamentou em Cristo, doutrina essa que será abordada na seção ***cristológica***, mas somente *enfocarei* como se deve aprender da Escritura que Deus, que é o Criador do mundo, se distingue, por marcas seguras, de toda a multidão forjada de deuses. Oportunamente, mais adiante, a própria seqüência nos conduzirá à Redenção. Mas, embora tenhamos de derivar do Novo Testamento muitos testemunhos, outros também da lei e dos profetas, onde se faz expressa menção de Cristo, contudo todos tendem a este fim: que Deus, o Artífice do universo, se nos patenteia na Escritura; e *o* que dele se deva pensar, *nela* se expõe, para que não busquemos por veredas ambíguas alguma deidade incerta.

2. A Bíblia, a Palavra de Deus escrita

Contudo, seja porque Deus se fez conhecido aos patriarcas através de oráculos e visões, seja porque, mediante a obra e ministério de homens, ele deu a conhecer *o* que depois, pelas *próprias* mãos, houvessem de transmitir aos pósteros, porém está fora de dúvida que a firme certeza da doutrina foi gravada em seu coração, de sorte que fossem persuadidos e compreendessem que o que haviam aprendido procedera de Deus. Pois, através de sua Palavra, Deus fez para sempre com que a fé não fosse dúbia, *fé esta* que houvesse de ser superior a toda *mera* opinião. Por fim, para que em perpétua continuidade de doutrina, a sobreviver por todos os séculos, a verdade permanecesse no mundo, *esses* mesmos oráculos que depositara com os patriarcas *ele* quis que fossem registrados como que em instrumentos públicos. Neste propósito, a lei foi promulgada, a qual mais tarde os profetas foram acrescentados *como* intérpretes.

Ora, visto que o uso da lei foi múltiplo, como se verá melhor no devido lugar, na

verdade foi especialmente outorgada a Moisés e a todos os profetas *a incumbência de* ensinar o modo de reconciliação entre Deus e os homens, donde também Paulo chama Cristo o fim da lei (Rm 10.4). Contudo, outra vez *o* reitero, além da doutrina apropriada da fé e do arrependimento, que apresenta Cristo *como* o Mediador, a Escritura adorna de marcas e sinais inconfundíveis ao Deus único e verdadeiro, porquanto criou o mundo e *o* governa, para que ele não se misture com a espúria multidão de divindades.

Portanto, por mais que ao homem, com sério propósito, convenha volver os olhos a considerar as obras de Deus, uma vez que foi colocado neste esplendíssimo teatro para que fosse seu espectador, todavia, para que fruísse maior proveito, convém-lhe, sobretudo, inclinar os ouvidos à Palavra. E por isso não é de admirar que, mais e mais, em sua insensibilidade se façam empedernidos *aqueles* que nasceram nas trevas, porquanto pouquíssimos se curvam dóceis à Palavra de Deus, de sorte que se contenham dentro de seus limites; ao contrário, antes exultam em sua futilidade.

Mas, para que nos reluza a verdadeira religião, é preciso considerar isto: que ela tenha a doutrina celeste como seu ponto de partida; nem pode alguém provar sequer o mais leve gosto da reta e sã doutrina, a não ser *aquele* que se faz discípulo da Escritura. Donde também provém o princípio do verdadeiro entendimento: quando abraçamos reverentemente *o* que Deus quis testificar nela acerca de si mesmo. Ora, não só a fé consumada, ou completada em todos os seus aspectos, mas ainda todo reto conhecimento de Deus nascem da obediência *à Palavra*. E, fora de toda dúvida, neste aspecto, com singular providência, Deus em todos os tempos teve em consideração os mortais.

3. A BÍBLIA É O ÚNICO ESCUDO A PROTEGER DO ERRO

Com efeito, se refletirmos bem quão acentuada é a tendência da mente humana para com o esquecimento de Deus; quão grande sua inclinação para com toda sorte de erro; quão pronunciado o gosto de a cada instante forjar novas e fantasiosas religiões, poder-se-á perceber quão necessária foi tal autenticação escrita da doutrina celestial, para que não desvanecesse pelo ouvido, ou se dissipasse pelo erro, ou fosse corrompida pela petulância dos homens.

Como sobejamente assim se evidencia, Deus proveu o subsídio da Palavra a todos aqueles a quem quis, a qualquer tempo, instruir eficientemente, porque antevia ser pouco eficaz sua efígie impressa na formosíssima estrutura do universo. Portanto, necessário se *nos* faz trilhar por esta reta vereda, caso aspiremos, com seriedade, à genuína contemplação de Deus.

Afirmo que importa achegar-se à Palavra onde, de modo real e ao vivo, Deus nos é descrito em função de suas obras, enquanto *essas* próprias obras *aí* se apreciam, não conforme a depravação de nosso julgar, mas segundo a norma da verdade

eterna. Se dela nos desviamos, como há pouco frisei, ainda que nos esforcemos com extrema celeridade, entretanto, uma vez que a corrida será fora da pista, jamais conseguirá *ela* atingir a meta. Pois assim se deve pensar: o resplendor da face divina, o qual o Apóstolo proclama *ser* inacessível [1Tm 6.16], nos é inextricável labirinto, a não ser que pelo Senhor sejamos dirigidos através dele pelo fio da Palavra, visto ser preferível claudicar ao longo desta vereda a correr a toda brida fora dela.

Assim é que, não poucas vezes [Sl 93, 96, 97, 99 e afins], ensinando que importa alijar do mundo as superstições para que floresça a religião pura, Davi representa Deus a reinar, significando pelo termo ***reinar*** não o poder do qual *Deus* se acha investido e o qual exerce no governo universal da natureza, mas a doutrina pela qual para si reivindica soberania legítima, porquanto os erros jamais podem ser arrancados do coração humano, enquanto não for *nele* implantado o verdadeiro conhecimento de Deus.

4. A superioridade revelacional da Bíblia sobre a criação

Por isso, o mesmo Profeta, onde trouxe à lembrança que a glória de Deus é proclamada pelos céus, que as obras de suas mãos são anunciadas pelo firmamento, que sua majestade é apregoada pela seqüência regular dos dias e das noites [Sl 19.1, 2], em seguida desce à menção da Palavra: "A lei do Senhor" diz *ele*, "*é* sem defeito, reanimando as almas; o testemunho do Senhor *é* fiel, dando sabedoria aos pequeninos; os atos de justiça do Senhor *são* retos, alegrando os corações; o preceito do Senhor *é* límpido, iluminando os olhos" [Sl 19.7, 8]. Ora, embora ele inclua ainda outros usos da lei, contudo assinala, de modo geral, porquanto em vão Deus convida a si a todos os povos pela contemplação do céu e da terra, afirmando que esta é a escola especial dos filhos de Deus*:* ***a Escritura***.

Idêntica é a perspectiva do Salmo 29, no qual o Profeta, após discursar a respeito da voz terrível de Deus, a qual sacode a terra com trovões, ventanias, chuvas, furacões e tempestades, faz tremer as montanhas, despedaça os cedros, contudo no final acrescenta que seus louvores são entoados no santuário, porquanto os incrédulos são surdos a todas as vozes de Deus que ressoam nos ares. De igual modo, assim *ele* conclui em outro dos Salmos, onde descreveu as ondas espantosas do mar: "Mui fiéis são teus testemunhos; a santidade convém a tua casa, para sempre" [Sl 93.5] Daqui também promana aquilo que Cristo dizia à mulher samaritana [Jo 4.22]: que seu povo e todos os demais povos adoravam *o* que desconheciam; e que somente os judeus exibiam o culto verdadeiro de Deus.

Ora, já que, em razão de sua obtusidade, de modo algum a mente humana pode chegar a Deus, salvo se *for* assistida e sustentada por sua Santa Palavra, então todos os mortais – excetuados os judeus –, visto que buscavam a Deus sem a Palavra, lhes foi inevitável que vagassem na futilidade e no erro.

CAPÍTULO VII

POR QUE É NECESSÁRIO QUE SE ESTABELEÇA O TESTEMUNHO EM PROL DA ESCRITURA PARA QUE SUA AUTORIDADE SEJA INDUBITÁVEL: EVIDENTEMENTE, DO ESPÍRITO. *DAÍ* SER ÍMPIA FALSIDADE *SUSTENTAR* QUE SUA CREDIBILIDADE DEPENDE DO ARBÍTRIO DA IGREJA

1. A autoridade da Bíblia provém de Deus, não da Igreja

Antes, porém, que se avance mais, é conveniente inserir certas *considerações* quanto à autoridade da Escritura, *considerações* que não só preparem os espíritos à sua reverência, mas também que dissipem toda dúvida. Ora, quando o que se propõe é a Palavra de Deus, é evidente que ninguém demonstrará petulância tão deplorável que ouse abolir a fé *naquele* que *nela* fala, salvo se, talvez, *for* destituído não só de bom senso, mas até mesmo da própria humanidade.

Como, porém, não se outorguem oráculos dos céus quotidianamente, e só subsistem as Escrituras, na qual aprouve ao Senhor consagrar sua verdade e perpétua lembrança, elas granjeiam entre os fiéis plena autoridade, não por outro direito senão aquele que emana do céu onde foram promulgadas, e, como sendo vivas, nelas se ouvem as próprias palavras de Deus.

Certamente que esta é matéria mui digna não só que seja tratada mais a fundo, mas que seja ponderada ainda mais precisamente. Que me perdoem, porém, os leitores, se atento mais para o que dita o propósito da obra encetada do que para o que requer a amplitude deste assunto.

Entre a maioria, entretanto, tem prevalecido o erro perniciosíssimo de que o valor que assiste à Escritura é *apenas* até onde os alvitres da Igreja concedem. Como se de fato a eterna e inviolável verdade de Deus se apoiasse no arbítrio dos homens! Pois, com grande escárnio do Espírito Santo, assim indagam: "Quem porventura nos pode fazer crer que essas *coisas* provieram de Deus?" Quem, por acaso, *nos* pode atestar que *elas* chegaram até nossos dias inteiras e intatas? Quem, afinal, *nos* pode persuadir de que este livro deve ser recebido reverentemente, excluindo um outro de *seu* número, a não ser que a Igreja prescrevesse a norma infalível de todas essas *coisas*?"

Depende, portanto, da determinação da Igreja, dizem, não só que se deve reverência à Escritura, como também que livros devam ser arrolados em seu cânon. E

assim, homens sacrílegos, enquanto, sob o pretexto da Igreja, visam a implantar desenfreada tirania, não fazem caso dos absurdos em que se enredam a si próprios e aos demais com tal poder de fazer crer às pessoas simples que a Igreja tudo pode.[23] Ora, se assim é, que acontecerá às pobres consciências que buscam sólida certeza da vida eterna, se todas e quaisquer promessas que existem a seu respeito subsistam embasadas unicamente no julgamento dos homens? Porventura, recebida uma resposta como essa, deixarão *elas* de vacilar e tremer? Em contrapartida, que ocasião damos aos infiéis de fazer troça e escárnio de nossa fé, e quantos a têm por suspeita caso se cresse que tem sua autoridade como prestada pelo favor dos homens![24]

2. A Igreja está fundamentada na Bíblia

Mas, palradores desse gênero se refutam sobejamente com apenas uma palavra do Apóstolo. Categoriza ele [Ef 2.20] que a Igreja se sustém no fundamento dos profetas e dos apóstolos. Se o fundamento da Igreja é a doutrina profética e apostólica, é necessário que esta doutrina tenha sua inteira infalibilidade antes que a Igreja começasse a existir.[25] Nem procede *o* que sofisticamente arrazoam, *a saber*, ainda que daqui derive a Igreja sua origem e começo, a não ser que se interponha o arbítrio da própria Igreja, permanece em dúvida quais *coisas* se devam atribuir aos profetas e aos apóstolos. Ora, se de início a Igreja Cristã foi fundada nos escritos dos profetas e na pregação dos apóstolos, onde quer que esta doutrina se encontre, sua aceitação, sem a qual a própria Igreja jamais teria existido, indubitavelmente precedeu à Igreja.

Portanto, mui fútil é a ficção de que o poder de julgar a Escritura está na alçada da Igreja, de sorte que se deva entender que do arbítrio desta, ***a Igreja***, depende a certeza daquela, ***a Escritura***. Conseqüentemente, enquanto *a* recebe e com sua aprovação a sela, *a Igreja* não *a* converte de duvidosa em autêntica, ou de outro modo seria controvertida; ao contrário, visto que *a* reconhece como sendo a verdade de seu Deus, por injunção da piedade, a venera sem qualquer restrição.

Quanto, porém, ao que perguntam: Como seremos persuadidos de que *as Escrituras* provieram de Deus, a não ser que nos refugiemos no decreto da Igreja? É exatamente como se alguém perguntasse: de onde aprenderemos a distinguir a luz das trevas, o branco do preto, o doce do amargo? Pois a Escritura manifesta plenamente evidência não menos diáfana de sua veracidade, que de sua cor as coisas brancas e pretas, de *seu* sabor, as doces e amargas.

---

23. Primeira edição: "nada se lhes dá em que de absurdos a si [mesmos], e aos outros, se emeranham, contanto que precisamente isto à força arranquem entre os símplices: nada [haver] que a Igreja não possa."

24. Primeira edição: "Ademais, a que chacotas dos ímpios se nos sujeita a fé, a quão grande suspeita é entre todos induzida, se se crê que pelo beneplácito dos homens tem [a Escritura sua] autoridade, [uma autoridade] não mais do que precária?"

25. Primeira edição: "impõe-se a esta haver assistido certeza própria antes que aquela começasse a existir."

3. Agostinho não contraria esta tese

Sei suficientemente bem ser comumente citada a declaração de Agostinho[26] na qual ele só creria no evangelho se a autoridade da Igreja o movesse isso.[27] Entretanto, é fácil de depreender, pelo próprio contexto, quão errônea e cavilosamente é *ele* citado neste sentido. O fato é que ele estava envolvido com os maniqueus, os quais desejavam ser cridos sem controvérsia, quando protestavam, sem que *o* comprovasse, que tinham a verdade. De fato, visto que, para fomentarem confiança em seu Mani, apelavam para o evangelho, pergunta *Agostinho*: que haveriam *eles* de fazer se porventura se defrontassem com um homem que realmente não cresse no evangelho? Com que gênero de argumentação haveriam de conduzi-lo a seu ponto de vista? Acrescenta, a seguir: "Eu, na verdade, não creria no evangelho" etc., querendo *com isso* dizer que, enquanto era estranho à fé, não poderia ser levado de outra maneira a abraçar o evangelho como a verdade infalível de Deus se não fosse compelido pela autoridade da Igreja. E porventura surpreende se alguém, quando ainda não conhece a Cristo, se deixa levar pelo respeito humano?

Portanto, Agostinho não está aqui ensinando que a fé dos piedosos está fundada na autoridade da Igreja, nem entende que daí dependa a certeza do evangelho. Mas está simplesmente *ensinando* que para os infiéis não haveria nenhuma certeza do evangelho, para que sejam daí ganhos para Cristo, a não ser que o consenso da Igreja os force. E isto *ele* confirma um pouco antes não de forma obscura, falando assim: "Quando eu tiver louvado *o* que creio e tiver escarnecido *o* que crês, o que pensas que devamos julgar, ou que devamos fazer, senão desertarmos àqueles que nos convidam a conhecer *coisas* seguras, e depois ordenam que creiamos *coisas* incertas e sigamos aqueles que antes nos convidam a crer *o* que ainda não somos capacitados a ver, de sorte que, feitos mais ousados pela própria fé, façamos jus a entender *o* que cremos, estando a firmar e iluminar-nos interiormente não mais o espírito dos homens, mas o próprio Deus?"

São estas, textualmente, as palavras de Agostinho, das quais qualquer um pode concluir prontamente que o santo varão não tivera esta intenção: que fizesse pendente da autoridade ou do arbítrio da Igreja a fé que temos nas Escrituras; ao contrário, que apenas indicasse, *o* que também confessamos ser verdadeiro, que aqueles que ainda não foram iluminados pelo Espírito de Deus são induzidos à docilidade pela reverência à Igreja, para que porfiem em aprender do evangelho a fé em Cristo. E assim *é* que, desse modo, a autoridade da Igreja é, *a seu ver*, a preparação pela qual somos predispostos para a fé do evangelho. Portanto, como estamos vendo, ele quer que a certeza dos piedosos se assente em fundamento bem diverso.

---

26. *Contra a Epístola Fundamental*, capítulo V.

27. Primeira edição: "Sei de sobejo que se cita comumente a declaração de Agostinho em que nega houvesse de crer no Evangelho, a não ser que [a tanto] o movesse a autoridade da Igreja."

Por outro lado, não estou negando que, não raro, no empenho de afirmar *a autoridade da* Escritura, a qual esses tais repudiavam, pressiona aos maniqueus com o consenso da Igreja inteira. Donde aquela *sua* exprobração contra Fausto, visto que *ele* não se submetia à verdade do evangelho, *que era* tão firme, tão sólida, celebrada com glória tão imensa e recomendada por sólidas sucessões desde o tempo dos apóstolos. Mas, em lugar algum ele pretendia ensinar que a autoridade que deferimos às Escrituras deva depender da definição ou do decreto de homens. Apenas traz à baila o parecer universal da Igreja, em que levava manifesta vantagem sobre os adversários, porque no caso muito *lhe* valia.

Se alguém deseja uma comprovação mais plena disto, leia seu livreto ***A Utilidade do Crer***, onde verificarás que ele não recomenda nenhuma outra disposição de crer, senão unicamente aquela que nos faculte acesso e seja oportuno começo da investigação, como *ele* próprio *o* diz, contudo, que não se deve aquiescer à *mera* opinião, mas arrimar-se na segura e sólida verdade.

4. O testemunho interior do Espírito é superior a toda prova

É necessário reafirmar *o* que referi pouco atrás: a credibilidade da doutrina não se firma antes que ela nos persuada além de toda dúvida de que seu autor é Deus. Daí, a suprema prova da Escritura se estabelece reiteradamente da pessoa de Deus falando *nela*. Os profetas e os apóstolos não alardeiam, seja sua habilidade, sejam quaisquer *elementos* que granjeiam credibilidade aos que falam, nem insistem em razões, mas invocam o sagrado nome de Deus, mediante o qual todo mundo seja compelido à obediência. Cumpre, pois, agora ver como se poderá discernir, e não por uma opinião aparente, mas pela verdade, que o nome de Deus não seja usurpado temerariamente, nem com astúcia e engano.[28] Ora, se almejamos o que seja melhor para as consciências, para que não venha a ser perpetuamente levadas em derredor pela dúvida instável, ou cedam à vacilação, para que nem ainda hesitem diante de quaisquer questiúnculas de somenos importância, deve-se buscar esta convicção para além das razões, dos juízos, ou das conjeturas humanas, ou, seja, do testemunho íntimo do Espírito.

É sem dúvida verdadeiro que, se quiséssemos continuar à base de argumentos, muitas *coisas* poderiam ser trazidas à consideração, *aquelas* que evidenciam facilmente que, se há algum Deus no céu, a lei, as profecias e o evangelho dimanaram dele. Ademais, ainda que se insurjam contra homens doutos e possuídos de profundíssimo discernimento e nesta disputa apliquem e ostentem todos os poderes da inteligência, contudo, a não ser que se endureçam despudorada e extremamente,

28. Primeira edição: "Cumpre ver-se agora como não de opinião apenas provável, mas de líquida verdade, o nome de Deus se evidencia ser invocado não temerária, nem enganosamente."

esta confissão lhes será arrancada: que sinais de Deus se verão manifestados na Escritura, a falarem *nela*, dos quais se patenteia que a doutrina aí contida é de teor celestial. E, pouco adiante, veremos que todos os livros da Sagrada Escritura em muito excedem a quaisquer outros escritos. Logo, se volvermos para eles olhos puros e sentidos íntegros, a majestade de Deus prontamente *nos* será manifesta, à qual, subjugada *nossa* ousadia de contraditá-la, somos compelidos à obediência.

Entretanto, às avessas agem quantos porfiam por firmar a sólida credibilidade da Escritura através de discussões. De minha parte, já que *não* me destaco nem pela sublimada aptidão, nem pela eloqüência, entretanto, se houvesse de travar luta com os mais ardilosos desprezadores de Deus, um a um, os quais anseiam por mostrar-se solertes e refinados em sua depreciação da Escritura, confio que não me seria difícil calar-lhes as vozes estridentes. E, se fosse proveitoso o trabalho de refutar suas *vãs* cavilações, não haveria grande dificuldade em lhes pulverizar as jactanciosas expostulações que em surdina murmuram pelos cantos. Contudo, se alguém desvencilha a Sagrada Palavra de Deus das depreciações dos homens, nem ainda assim lhes será infundida, imediatamente no coração, a certeza que a piedade busca.

Uma vez que aos homens profanos a religião parece firmar-se apenas na opinião, para que estulta ou levianamente não creiam em algo, desejam e requerem que lhes seja provado pela razão que Moisés e os profetas falaram movidos por Deus. Não obstante respondo que o testemunho do Espírito é superior a toda razão. Ora, assim como só Deus é idônea testemunha de si *mesmo* em sua Palavra, também assim a Palavra não logrará fé nos corações humanos antes que seja *neles* selada pelo testemunho interior do Espírito. Portanto, é necessário que o mesmo Espírito que falou pela boca dos profetas penetre em nosso coração, para que *nos* persuada de que *eles* proclamaram fielmente *o* que *lhes* fora divinamente ordenado. E esta correlação é expressa com muita propriedade por Isaías, nestas palavras: “Meu Espírito que está em ti e as palavras que pus em tua boca e *na* de tua progênie jamais falharão” [Is 59.21].

Certos *espíritos* nobres se deixam apoquentar de que não há à mão comprovação clara, enquanto os ímpios vociferarem impunemente contra a Palavra de Deus. Na verdade, é como se o Espírito não fosse chamado, respectivamente, selo e penhor [1Co 1.22] para com isso confirmar a fé aos piedosos; porquanto, até que *ele* ilumine as mentes, *elas* sempre flutuam em meio a muitas incertezas!

5. A Bíblia é autenticada pelo Espírito

Portanto, que se tome isto por estabelecido: *aqueles* a quem o Espírito Santo interiormente ensinou aquiescem firmemente à Escritura, e esta é indubitavelmente αὐτόπιστον [*autŏpistŏn – autenticada por si mesma*]; nem é justo que ela se sujeite

a demonstração e arrazoados, porquanto a certeza que ela merece de nossa parte a obtemos do testemunho do Espírito. Pois, ainda que, de sua *própria* majestade, evoque espontaneamente reverência para si, todavia por fim nos afeta seriamente, visto que nos foi selada no coração através do Espírito. Portanto, iluminados por seu poder, já não cremos que a Escritura procede de Deus por nosso *próprio* juízo, ou pelo *juízo* de outros; ao contrário, com a máxima certeza, não menos se contemplássemos nela a majestade do próprio Deus, concluímos, acima do juízo humano, que *ela* nos emanou diretamente da boca de Deus, através do ministério humano.

Não buscamos argumentos, nem evidências comprobatórias, sobre os quais se firme nosso critério. Pelo contrário, sujeitamos-*lhe* nosso juízo e entendimento como algo que está além do processo aleatório do juízo. Isto certamente *o fazemos*, não da maneira como às vezes *alguns* costumam sofregamente agarrar uma coisa desconhecida, a qual, tão logo examinada a fundo, acaba *lhes* desagradando, mas porque somos plenamente cônscios de que estamos diante da verdade inexpugnável. Nem *tampouco* à maneira como *certos* homens dignos de lástima costumam fazer à mente cativa de superstições; ao contrário, porque sentimos que aí medra e respira o poder indubitável da divina majestade, pelo qual somos atraídos e inflamados a obedecer, na verdade, cônscia e deliberadamente, contudo mais vívida e efetivamente que por força, seja da vontade, seja do saber humano.

E assim, com mui procedente razão Deus proclama, pela instrumentalidade de Isaías [43.10], que os profetas, juntamente com todo o povo, eram suas testemunhas, porque, instruídos por predições, sustentavam com plena certeza que, sem engano ou ambigüidade, Deus havia falado.

Portanto, aqui está uma ***convicção*** que não requer razões; um ***conhecimento*** ao qual assiste a mais sublimada razão; na verdade, no qual a mente descansa mais firme e constantemente que em quaisquer razões; enfim, um ***sentimento*** que não pode nascer senão de revelação celestial. Não estou falando de outra coisa *senão do* que em si experimenta cada um dos fiéis, exceto que as palavras ficam muito abaixo de uma justa explicação da matéria.

Deixo, por ora, de mencionar mais *coisas*, porquanto em outra parte se oferecerá lugar para tratar-se novamente deste assunto. Por ora saibamos apenas que, afinal, fé verdadeira é *aquela* que o Espírito de Deus sela em nosso coração. Simplesmente com esta razão, entretanto, o leitor despretensioso e dócil se contentará: Isaías [54.13] promete que discípulos de Deus haverão de ser todos filhos da Igreja renovada. Nisto, Deus julga dignos de privilégio singular unicamente os eleitos, aos quais *assim* distingue da humanidade como um todo.

Com efeito, qual é o princípio da verdadeira doutrina senão a pronta disposição de ouvir a voz de Deus? Assim é que, pela boca de Moisés, Deus requer ser ouvido, segundo foi escrito: “Não digas em teu coração: Quem subirá ao céu?, ou: Quem

descerá ao abismo? Eis que a palavra está em tua boca” [Dt 30.12, 14; Sl 107.26]. Se Deus quis que fosse reservado a seus filhos este *rico* tesouro de conhecimento, não *é* de admirar nem é absurdo se no comum dos homens se manifesta tão grande ignorância e obtusidade. Chamo de ***comum*** *dos homens* até mesmo alguns *vultos* destacados, enquanto não forem inseridos no corpo da Igreja.

Acrescenta que Isaías, advertindo que não só aos estranhos, mas até mesmo aos judeus que querem ser considerados os membros da família, o ensino profético haveria de ser desacreditado, adiciona ao mesmo tempo a causa: porque o braço de Deus não se revelará a todos [Is 53.1].

Portanto, sempre que a exigüidade *do número* dos que crêem nos conturbe, em contraste *nos* venha à mente que ninguém pode compreender os mistérios de Deus senão *aqueles* a quem foi dado *entendê-los.*

CAPÍTULO VIII

ATÉ ONDE LEVA A RAZÃO HUMANA, HÁ PROVAS SUFICIENTEMENTE SÓLIDAS PARA SE ESTABELECER A CREDIBILIDADE DA ESCRITURA

1. Superioridade da Bíblia em relação a toda a sabedoria humana

A menos que esteja presente esta certeza, não apenas mais alta, mas até mais forte que todo e qualquer juízo humano, em vão se fortificará a autoridade da Escritura por meio de argumentos, ou se estabelecerá em função do consenso da Igreja, ou se confirmará à base de outros recursos, porque, salvo se for lançado este fundamento, *essa autoridade* permanece sempre duvidosa. De igual modo, em contrapartida, quando, devotamente e consoante a dignidade *de que ela se reveste*, uma vez *a* temos abraçado *como* separada da sorte comum *das coisas, esses elementos* que até então não assumiam relevância para infundir-nos e fixar-nos na mente sua sólida credibilidade, são agora subsídios mui apropriados.

Pois é certamente maravilhoso quanto de confirmação recebe essa consideração quando, com diligência mais intensa, ponderamos quão bem ordenada e disposta aqui se estampa a dispensação da sabedoria divina, quão celeste em todos os aspectos, e sua doutrina nada tendo de terreno, quão esplêndida a harmonia de todas as partes entre si, e do mesmo modo os demais *elementos* que se conjugam para conferir grandiosidade aos escritos. Então, na verdade, ainda mais solidamente nosso coração se solidifica, quando refletimos que somos arrebatados de admiração, mais pela dignidade do conteúdo que pela graça da linguagem. Ora, isso não se deu sem a exímia providência de Deus, *ou, seja,* que os sublimes mistérios do reino celeste fossem, em larga medida, transmitidos em termos de linguagem singela e sem realce, para que, se fossem *eles* adereçados de eloqüência mais esplendorosa, os ímpios não alegassem cavilosamente que aqui impera apenas força desse gênero.

Ora, quando essa simplicidade não burilada e quase rústica provoca maior reverência de si que qualquer eloqüência de oradores retóricos, como há de julgar-se, senão que a pujança da verdade da Sagrada Escritura se manifesta de forma tão sobranceira, que necessidade nenhuma há do artifício das palavras? Portanto, o Apóstolo argúi, não sem razão, que a fé dos coríntios estava fundamentada no poder de Deus, não na sabedoria humana, porque por entre eles sua pregação se tornara recomendável não em virtude de palavras persuasivas do saber humano, mas em demonstração do Espírito e de poder, porque a verdade se dirime de toda dúvida

quando, não se apoiando em suportes alheios, por si só *ela* própria é suficiente para suster-se.

Quão peculiar, porém, é esse poder à Escritura, transparece claramente disto: que dos escritos humanos, por maior que seja a arte com que são burilados, nenhum sequer nos consegue impressionar de igual modo. Basta ler a Demóstenes ou a Cícero; a Platão ou a Aristóteles, ou a quaisquer outros desse plantel: em grau admirável, reconheço-*o*, são atraentes, deleitosos, comoventes, arrebatadores. Contudo, se te transportares dali para esta sagrada leitura, queiras ou não, tão vividamente te afetará, a tal ponto te penetrará o coração, de tal modo se te fixará na medula, que, ante a força de tal emoção, aquela impressividade dos retóricos e filósofos quase que se desvanece totalmente, de sorte que é fácil perceber que as Sagradas Escrituras, que em tão ampla escala superam a todos os dotes e graças da indústria humana, respiram algo de divino.

2. Beleza estilística de certas porções da Bíblia

Com efeito confesso que alguns profetas têm um modo de dizer elegante e polido, até mesmo esplendoroso, de modo que sua eloqüência não é inferior à dos escritores profanos. E, com tais exemplos, o Espírito Santo quis mostrar que não lhe faltava eloqüência, enquanto em outros lugares fez uso de um estilo não burilado, nem pomposo. Entretanto, quer leias Davi, Isaías e outros, a quem a palavra flui suave e aprazível; quer Amós, um vaqueiro, Jeremias e Zacarias, cuja linguagem, mais áspera, tem o sabor da rusticidade, por toda parte se evidenciará essa majestade do Espírito a que me referi.

Nem me passa despercebido que Satanás é em muitos *aspectos* um imitador de Deus, a fim de, mediante enganosa similaridade, melhor insinuar-se à mente dos simplórios. Daí, com um linguajar desataviado e quase bárbaro, semeou *ele* habilidosamente erros ímpios, com os quais enganava míseras criaturas humanas, e não raro fez uso *até* de formas obsoletas de discurso, para, sob esta máscara, encobrir suas imposturas. Todavia, todos *quantos* são dotados *mesmo* de discernimento mediato percebem quão vazia e repulsiva afetação é *essa*.

Quanto, porém, respeita à Sagrada Escritura, ainda que, muitas vezes, indivíduos petulantes *a* tentem corroer, entretanto se faz claro que *ela* está repleta de idéias que não poderiam ser concebidas em bases estritamente humanas. Tenha-se em vista a cada um dos profetas: não se achará sequer um que não haja excedido em muito à capacidade humana, de forma que, todos os que não acham sua doutrina saborosa, são homens que perderam o paladar e são totalmente néscios.[29]

---

29. Primeira edição: "assim que se devem considerar a de todo carecerem de paladar [aqueles] a quem insípido lhes é o ensino."

3. A ANTIGÜIDADE DA BÍBLIA

Outros já trataram deste assunto de forma mui exaustiva, resultando disso que, no presente, é bastante abordar apenas de leve uns poucos *pontos* que contribuam de modo especial à síntese de toda a matéria. Além daqueles *aspectos* que já abordei, não é de pouco peso que desfruta a própria antigüidade da Escritura. Ora, por mais que os escritores gregos falem muitas *coisas* a respeito da teologia egípcia, contudo não subsiste nenhum registro de qualquer religião que não seja muito posterior à era de Moisés.

Nem está Moisés a inventar um novo Deus. Ao contrário, *apenas* menciona *o* que, transmitido pelos patriarcas, como que de mão em mão, no longo decurso dos tempos, haviam os israelitas recebido a respeito do Deus eterno. Pois, que outra *coisa* faz, senão reencaminhá-los ao pacto iniciado com Abraão [Gn 17.7]? Ora, se *ele* houvesse apresentado coisa inaudita, nenhuma aceitação haveria. Entretanto, teria sido um fato a todos conhecido e corriqueiro o livramento da servidão em que estavam sendo retidos, de sorte que, ao ouvir-lhe a menção, de pronto levantaria o ânimo de todos. Ademais, não é menos provável que houvessem sido *por ele* instruídos quanto ao término dos quatrocentos anos [Gn 15.13; Ex 12.40; Gl 3.17].

Ora, se Moisés, que entretanto *ele* próprio supera por espaço tão grande de tempos a todos os outros escritores, reivindica a transmissão de seu ensino desde um começo tão remoto, é preciso considerar quanto a Sagrada Escritura sobressai em antigüidade entre todas as demais.

4. A FIDEDIGNIDADE DE MOISÉS

A não ser que, porventura, se queira dar crédito aos egípcios, os quais crêem que sua antigüidade se estende até seis mil anos antes de *ser* o mundo criado! No entanto, uma vez que sua bazófia tem sido sempre motivo de chacota até mesmo a todos os *escritores* profanos, não há por que me dê ao trabalho de refutá-la. Além disso, Josefo cita, contra Ápion, de escritores antiqüíssimos, testemunhos dignos de ser lembrados, dos quais se pode concluir que desde os séculos mais extremos a doutrina da lei foi renomada no consenso de todos os povos, ainda que *ela* não tenha sido nem lida e nem realmente conhecida.

Ora, para que não só não se suscitasse suspeita entre os maldosos, mas ainda nem os ímpios tivessem pretexto de cavilar, com ótimos remédios Deus recorreu a um e outro *desses* perigos. Enquanto Moisés menciona [Gn 49.5-9] que, por celeste inspiração, Jacó, quase trezentos anos antes, pronunciara acerca de seus descendentes, como engrandece *ele* sua tribo? Na verdade a estigmatiza com perene infâmia na pessoa de Levi, dizendo: “Simão e Levi *são* vasos de iniqüidade: que minha alma não entre em seu conselho, nem minha língua em seu lugar secreto” [Gn 49.5, 6]. Por certo que teria podido passar em silêncio essa ignomínia, não só para que pou-

passe a seu pai, mas ainda para que não conspurcasse a si próprio e toda sua família com parte da mesma ignomínia.

Como poderá ser suspeito quem, pregando que o primeiro genitor da família de que era oriundo fora de todo abominável ao oráculo do Espírito Santo, nem consulta a seus próprios interesses particulares, nem recusa sofrer ressentimento entre os de sua parentela, a quem, sem dúvida alguma, isto era molesto?

Quando, também, recorda o ímpio murmurar de Arão, *seu* irmão íntimo, e de Miriã, *sua* irmã [Nm 12.1], porventura diremos que ele fala segundo o sentimento de sua carne, ou em obediência ao imperativo do Espírito Santo?

Além disso, quando sua autoridade era suprema, por que a seus filhos não deixa ao menos o direito do sumo sacerdócio, ao contrário, os relega ao último lugar?

Dentre muitos, escolho apenas uns poucos *exemplos*. Entretanto, na própria lei, aqui e ali, muitas provas ocorrerão que vindiquem plena certeza de que Moisés se adianta, incontestavelmente, como um anjo de Deus *vindo* do céu.

5. Os milagres reforçam a autoridade de Moisés, o mensageiro divino

Então, na verdade tantos e tão insignes milagres que *Moisés* menciona são outros tantos endossos da lei por *ele* próprio outorgada e da doutrina *por ele* comunicada. Ora, visto que foi *ele* conduzido ao monte em uma nuvem; que aí esteve segregado do convívio humano até o quadragésimo dia [Ex 24.18]; que na própria promulgação da lei a face lhe brilhava como se com raios solares [Ex 34.29]; que, de todos os lados, relâmpagos refulgiam; trovões e estrondos se faziam ouvir por todo o ar; até uma trombeta ressoava soprada por nenhuma boca humana [Ex 19.16]; que a entrada do tabernáculo se mantinha vedada à vista do povo, mercê da nuvem que se *lhe* antepunha [Ex 40.34]; que, pelo horrendo fim de Coré, Datã e Abirão, e de toda a ímpia facção, a autoridade *lhe* foi tão mirifacamente vindicada [Nm 16.1-35]; que a rocha golpeada pela vara de pronto lançou de si um rio [Nm 20.10, 11; Ex 17.6; 1Co 10.4]; que, ante sua oração, o maná choveu do céu [Nm 11.9; Ex 16.13; 1Co 10.3] – porventura Deus não estava a recomendar do céu precisamente a este *homem* como seu indubitável Profeta?

Se *porventura* alguém objeta *dizendo* que estou assumindo como fatos admidos *coisas* que não são passíveis de controvérsia, é fácil a solução para esta cavilação. Ora, uma vez que Moisés proclamou todas essas *coisas* perante a congregação, que ocasião houve para simulação diante das próprias testemunhas oculares dos eventos que ele realiza? Isto é, *Moisés* ter-se-ia apresentado no meio *deles* e, acusando o povo de infidelidade, contumácia, ingratidão e de outros atos incrimináveis, teria se vangloriado de que a doutrina lhe fora autenticada sob seus próprios olhos, por esses milagres que *eles* mesmos jamais haviam contemplado!

6. Incontestabilidade dos milagres mosaicos

Ademais, também isto é digno de ser levado em conta: sempre que *Moisés* trata de milagres, unem-se ao mesmo tempo, detestavelmente, *coisas* que poderiam excitar todo o povo a vociferar em contrário, caso tivesse sequer a mínima ocasião. Do quê transparece que foram levados a subscrevê-*los* não de outra forma, senão porque estavam mais do que suficientemente convencidos pela própria experiência.

Contudo, uma vez que a matéria era mais notória do que teria sido possível aos escritores profanos negar, *isto é*, que milagres haviam sido operados por Moisés, o pai da mentira sugeriu-lhes a calúnia, atribuindo-os a artes mágicas. Mas, em que pressuposto acusam de haver sido mágico *aquele* a quem tanto abomina a esta superstição, que ordena que fosse apedrejado *até a morte* quem simplesmente consultasse a mágicos e adivinhos? Certamente que, com *suas* ilusionices, nenhum impostor engana caso não se esforce por extasiar o espírito do povo rude no empenho de granjear fama. No entanto, que *faz* Moisés? Proclamando que ele *próprio* e seu irmão Arão nada eram, ao contrário, que apenas executavam *o* que Deus lhes havia prescrito [Ex 16.7], suficientemente expurga todo e qualquer ar de suspeita.

Daí, se os próprios fatos forem levados em conta, que espécie de encantamento pode fazer com que o maná, a chover do céu cada dia, fosse *em quantidade* suficiente para alimentar o povo; *e*, se alguém o recolhesse mais do que a justa medida, aprendia do próprio apodrecimento que sua incredulidade fora divinamente castigada [Ex 16.19, 20]? Acresce que Deus permitiu que seu servo fosse de tal forma testado por muitas e sérias provas, e que agora, alterando *contra ele* a voz, os réprobos nada alcançam. Pois, como lhes pode escapar ao furor mediante artifícios mágicos, toda vez, arrogante e petulantemente, ora se insurgiu o povo, ora alguns, a conspirar entre si, tentaram prostrar o santo servo de Deus? Em suma, o fato em si nos mostra claramente que, por determinados meios, sua doutrina ficou confirmada para sempre.[30]

7. Cumprimentos das profecias mosaicas

Além disso, quem nega que foi na pessoa do patriarca Jacó que se atribuiu o principado à tribo de Judá [Gn 49.10], mediante o espírito profético,[31] principalmente se sujeitamos à nossa consideração o próprio fato como veio a ser comprovado pela eventuação? Assume que é Moisés o primeiro autor d*este* vaticínio. Entretanto, desde que relegou este escrito à memória, quatrocentos anos se passam, du-

30. Primeira edição: "E a [própria] eventuação ensina manifestamente que lhe foi deste modo confirmada para todos os séculos a doutrina."

31. Primeira edição: "Além disso, que, na pessoa do patriarca Jacó, prescreva o principado à tribo de Judá [Gn 49.10], quem nega que [isto] se fez pelo espírito profético..."

rante os quais *não se faz* nenhuma menção de cetro na tribo de Judá. Após a investidura de Saul [1Sm 11.15], o poder real parece residir na tribo de Benjamim. Quando Davi é ungido por Samuel [1Sm 16.13], que razão transparece de este *poder* ser transferido? Quem teria esperado que um rei haveria de sair do humilde lar de um criador de ovelhas? E quando ali estavam sete irmãos, quem teria destinado a dignidade ao mais jovem? Em que base chegou *ele*, mais tarde, à esperança do reino? Quem pode dizer que a unção *lhe* foi governada por arte humana, ou diligência, ou sabedoria, e que não foi antes o cumprimento de vaticínio celeste?

De modo semelhante, *as coisas* que prediz, ainda que em termos um tanto obscuros, quanto a haverem os gentios de ser admitidos ao pacto de Deus, como se viram a realizar depôs de quase dois mil anos, porventura não fazem evidente haver *ele* falado por inspiração divina?

Deixo de mencionar outras predições, que de maneira tão notória assim respiram a divina revelação, que aos homens íntegros seja patente ser Deus quem *nelas* está a falar. Em suma, seu único cântico constitui espelho lúcido em que Deus se mostra em meridiana clareza [Dt 32]!

8. CUMPRIMENTO DE PREDIÇÕES DE OUTROS PROFETAS

Nos demais profetas, porém, isto se vê ainda muito mais claramente. Respigarei apenas uns poucos exemplos, porquanto seria excessivo o labor de coligir a todos.

No tempo de Isaías, quando o reino de Judá estava em paz, quando até pensava que nos caldeus algo de proteção lhe havia depositado, Isaías pregava publicamente acerca da queda da cidade e do exílio do povo [Is 39.6, 7]. Concedamos que predizer, com muita antecedência, *fatos* que pareciam inacreditáveis então, *mas* por fim vieram a mostrar-se verdadeiros, ainda não fosse evidência bastante clara de inspiração divina. Entretanto, os vaticínios que, ao mesmo tempo, emite acerca do livramento *do povo*, diremos que procederam de outra fonte, e não de Deus?

Chama Ciro pelo nome [Is 45.1], através de quem os caldeus haveriam de ser subjugados e o povo restaurado à liberdade. Decorridos foram mais de cem anos desde que o Profeta assim vaticinou antes de Ciro nascer, pois que este afinal nasceu no centésimo ano, ou por volta *disso*, após a morte daquele. Ninguém podia, então, adivinhar que algum Ciro viesse a existir, que haveria de entrar em guerra com os babilônios, que, submetida a seu poder tão poderosa monarquia, poria fim ao exílio do povo de Israel. Não evidencia, porventura, claramente esta desataviada narrativa, sem qualquer ornato de palavras, que as *coisas* que Isaías profere são oráculos inconfundíveis de Deus, não conjeturas de homem?

Outra vez, quando Jeremias [25.11, 12], certo tempo antes de o povo ter sido levado embora, fixava em setenta anos o tempo do cativeiro e anunciava o retorno e

a liberdade, porventura não se impõe que a língua lhe fora governada pelo Espírito de Deus?

Não seria grande descaramento negar que a autoridade dos profetas foi confirmada com tais testemunhos, e que de fato se cumpriu o que eles afirmam, para que se desse crédito às suas palavras, a saber:[32] "Eis que as primeiras coisas já se cumpriram, e as novas eu vos anuncio, e, antes que venham à luz, vo-las faço ouvir" [Is 42.9]?

Deixo de considerar *o fato de* que Jeremias e Ezequiel, embora estivessem separados por tão grande distância, contudo profetizando na mesma época, em tudo que diziam concordavam exatamente, como se, mutuamente, um houvesse ditado as palavras ao outro!

Que *dizer* de Daniel? Porventura não tece assim profecias quanto às coisas futuras, *coisas que se estendiam* quase por seiscentos anos, como se estivesse a escrever uma história acerca de fatos passados e por toda parte conhecidos?

Se os homens piedosos meditarem devidamente essas coisas, estarão sobejamente equipados para conter os ladridos dos homens ímpios, pois esta demonstração é clara demais para que seja suscetível a quaisquer cavilações.

9. Preservação e transmissão da lei

Sei *o* que certos biltres vociferam pelas esquinas, com o fito de ostentar a capacidade de sua genialidade em investir contra a verdade de Deus. Perguntam, pois, quem nos terá dado certeza de que essas coisas que sob seus nomes se lêem foram escritas por Moisés e pelos profetas? Ademais, ousam até levantar a questão, se porventura algum Moisés teria realmente existido. Mas, se alguém puser em dúvida que jamais existiu um Platão, ou *um* Aristóteles, ou *um* Cícero, quem não haverá de dizer que tal insânia deve ser castigada com bofetadas ou com açoites?

A lei de Moisés foi maravilhosamente preservada, mais pela providência celestial do que pelo cuidado de homens. E, embora por negligência dos sacerdotes *ela* jazera sepultada por breve período, desde que o piedoso rei Josias a encontrou [2Rs 22.8; 2Cr 34.15] tem sido compulsada entre os homens, através das contínuas sucessões dos tempos. Na verdade Josias não *a* levou a público como coisa desconhecida ou nova; ao contrário, *como algo* que havia sido sempre de comum conhecimento e cuja lembrança então era notória. O volume original fora dedicado ao templo; aos arquivos reais se destinara um exemplar daí copiado. Tinha acontecido apenas isto: que os sacerdotes haviam cessado de proclamar a própria lei, segundo o

32. Primeira edição: "Que de despudoramento será negar confirmada haver sido com tais evidências a autoridade dos Profetas e haver-se, de fato, cumprido [o] que [eles] próprios se arrogam para vindicar credibilidade a suas palavras."

solene costume, e o próprio povo também *lhe* havia negligenciado a leitura costumeira.

Por que quase não se passou nenhuma era em que não lhe fora confirmada e renovada a autoridade? Porventura era Moisés desconhecido àqueles que estavam familiarizados com Davi? Para falar de todos a um só tempo, porém, é mais do que certo que os escritos chegaram a seus descendentes não de outra maneira que de mão em mão, transmitidos pelos pais, por assim dizer, em contínua seqüência de anos, os quais em parte ouviam falar deles, em parte aprendiam que foram assim falado por aqueles que, de memória recente, *os* haviam ouvido.

10. A Bíblia foi maravilhosamente preservada por Deus

O que, porém, trazem à baila da história dos Macabeus, com vistas a denegrir da credibilidade da Escritura, é tal que não se pode conceber nada mais relevante para estabelecê-la. Em primeiro lugar, contudo, diluamos o pretexto que apresentam; em seguida, voltaremos contra eles o aríete que assestam contra nós.

Uma vez que, dizem *eles*, Antíoco determinou *que* fossem queimados todos os livros [1 Macabeus 1.56, 57], donde provieram os exemplares que agora temos? Eu, porém, por minha vez, *lhes* pergunto: em que escritório poderia tê-los produzido tão imediatamente? Ora, é evidente que continuaram a existir logo após sustada a perseguição, e que foram reconhecidos sem controvérsia por todos os piedosos, os quais, criados em sua doutrina, os conheciam intimamente. Até pelo contrário, quando, quem sabe tramada uma conjuração, tenham todos os ímpio tão desabridamente invectivado aos judeus, ninguém, *entretanto*, jamais ousou atirar contra eles a pecha de forjadores de livros falsos. Ademais, de qualquer natureza que, em sua opinião, seja a religião judaica, reconhecem, no entanto, que Moisés é seu autor.

Portanto, que outra *coisa* senão que seu descaramento mais que canino traem esses paroleiros, enquanto acusam mentirosamente de serem espúrios livros cuja sagrada antigüidade é atestada pelo consenso de todas as historias? Mas, para que, ao refutar tão torpes cavilações, não dispenda esforço em vão, além do que se faz necessário, aqui ponderemos, antes, quão grande cuidado exercera o Senhor em conservar sua Palavra, quando, além da expectação de todos, como se por um real incêndio, a livrou da truculência do mais cruel tirano; que revestiu de tão alentada constância a sacerdotes piedosos e a outras *pessoas*, de sorte que não hesitaram em transmitir este *precioso* tesouro aos pósteros, redimidos, caso houvesse necessidade, pelo custo da própria vida; o que frustrou a acérrima busca de tantos dignitários e *seus* esbirros.

Quem não reconhece *como* insigne e maravilhosa obra de Deus que esses documentos sagrados, os quais os ímpios haviam se convencido de que pereceram in-

teiramente, bem logo retornaram, por assim dizer, com direitos readquiridos e certamente com dignificação *ainda* maior? Pois, seguiu-se a tradução grega, que os divulgaria por todo o orbe. Nem o milagre se manifestou somente nisto: que Deus livrou as tábuas de sua aliança dos sanguinários editos de Antíoco, mas ainda que, por entre as calamidades tão multíplices do povo judeu, pelas quais foi continuamente triturado e devastado, bem logo quase reduzido ao extermínio, não obstante *essas tábuas* permaneceram sãs e salvas. A língua hebraica não só jazia sem lustre ou prestígio, mas até quase desconhecida e havia quase de todo perecido. Quanto, pois, os judeus se haviam desviado do real uso da língua pátria desde o tempo em que retornaram do exílio, transparece dos profetas dessa época, *o* que é especialmente proveitoso de se observar, porquanto desta comparação mais claramente se evoca a antigüidade da lei e dos profetas.

E através de quem Deus nos preservou a doutrina da salvação compreendida na lei e nos profetas, para que, a seu tempo, Cristo houvesse de manifestar-se? Através dos mais ferozes inimigos do próprio Cristo, os judeus, a quem, por isso, Agostinho merecidamente chama de os bibliotecários da Igreja Cristã, pois que nos subministraram leitura de que *eles* próprios não se servem.

11. Simplicidade e autoridade do Novo Testamento

Em seguida, se *alguém* vem ao Novo Testamento, a verdade nele se firma em sólidos sustentáculos! Três evangelistas narram *sua* história em um estilo singelo e vulgar. Esta singeleza é para muitos *indivíduos* arrogantes motivo de desdém, evidentemente porque não atentam para os pontos capitais do ensino, dos quais *lhes* seria fácil concluir que eles, *os evangelistas*, estão a dissertar acerca de mistérios celestiais, *que pairam* acima do alcance humano. Sem dúvida, quem quer que seja dotado de uma *simples* gota de cândida decência, lido o primeiro capítulo de Lucas, sentir-se-á tomado de vergonha. Já os discursos de Cristo, dos quais a essência é resumida por esses três evangelistas, prontamente eximem os escritos de todo menosprezo.

João, porém, a trovejar das alturas, quebranta mais poderosamente do que qualquer raio a obstinação daqueles a quem não compele à obediência da fé. Saiam ao largo todos esses censores de apurado faro, a quem o supremo prazer é alijar do próprio coração e *do coração* dos outros a reverência devida à Escritura. Leiam o Evangelho de João: queiram ou não, aí acharão mil afirmações que ao menos lhes hajam de despertar a mente entorpecida, na verdade, que lhes acenda na consciência horrível cautério a coibir-lhes o escárnio.

O mesmo se há de dizer de Paulo e de Pedro, em cujos escritos, ainda que a maioria seja cega em relação a eles, contudo a própria majestade celeste *neles estampada* mantém a todos enlaçados, como que amarrados, nela.

Na realidade, este único *fato* lhes exala mais do que suficientemente o ensino acima do mundo: que Mateus, antes preso ao ganho de sua banca, Pedro e João voltados à lida em seus barquinhos, todos incultos *e* iletrados, nada haviam aprendido em escola de homens que pudessem transmitir a outros. Paulo, porém, não apenas um inimigo declarado, mas até cruel e sanguinário, convertido a novo homem, mostra, pela mudança súbita e inesperada, *ter sido* forçado pelo poder celeste a afirmar a doutrina que havia combatido. Neguem esses cães que o Espírito Santo haja descido sobre os apóstolos ou, quando menos, anulem a credibilidade da historia. Entretanto, a *própria* realidade brada às escancaras que *esses homens* haviam sido ensinados pelo Espírito que, antes desprezíveis em meio ao próprio vulgo, de repente começaram a dissertar tão magnificamente acerca de mistérios celestiais.

12. PERENIDADE DA BÍBLIA

Acrescenta que há também outras mui excelentes razões pelas quais o consenso da Igreja não carece de seu peso. Pois, nem se deve julgar ser de importância mínima que, desde que a Escritura foi publicada, constantemente se lhe anuiu à obediência o querer de tantos séculos, e por mais que Satanás, com todo o mundo, a tenha tentado, por meios perplexivos, seja oprimindo, seja destruindo, seja de todo refreando e obliterando da lembrança dos homens, entretanto sempre, como a palmeira, tem *ela* subido mais alto e persistido *de forma* inexpugnável.

Se é fato que, em dias passados, quase não houve alguém de intelecto mais agudo, quer sofista, quer retórico, que não intentasse contra ela seus recursos, todos, no entanto, nada conseguiram. À sua destruição se armou o poderio da terra inteira, e em fumaça se lhe dissiparam todas as arremetidas. Tão acerbamente acometida de todos os lados, como poderia *ela* haver resistido, a não ser que se arrimasse não apenas em salvaguarda humana? Antes, deste próprio *fato a Escritura* mais se comprova haver provindo de Deus: que, batalhando contra *ela* todos os esforços humanos, entretanto até hoje não prevaleceram por seu próprio poder.

Aqui acrescenta ainda que a recebê-la e abraçá-*la*, concertou não apenas uma cidade, não apenas uma nação; ao contrário, quão ampla e vastamente se impele o orbe terrestre, por um santo acordo de variadas nações que, doutra sorte, nada tinham em comum entre si, *a Escritura* logrou sua autoridade. Ademais, como nos deve emocionar profundamente uma tal conjunção de espíritos tão diversos e em todas as coisas doutro modo discordantes entre si, quando transparece que ela não se alcançou senão por injunção celeste! Todavia, não de pouco peso se lhe acresce quando miramos a piedade dos que assim concordam, certamente não de todos, mas *daqueles* que, como luzeiros, o Senhor quis que sua Igreja refulgisse.

13. TESTEMUNHO DOS MÁRTIRES

Ora, com quão grande segurança se nos impõe que nos engajemos nesta doutrina que vemos ratificada e testemunhada pelo sangue de tantos santos varões? Esses *varões*, uma vez recebida *esta doutrina*, não vacilaram em enfrentar a *própria* morte, animosa e intrepidamente, e até mesmo com exaltado júbilo. Transmitida que nos foi com esse penhor, como não *a* esposaremos nós com segura e inabalável convicção? Portanto, não é uma comprovação de pouco peso o fato de a Escritura foi selada pelo sangue de tantas testemunhas, mormente quando ponderamos que eles enfrentaram a morte para dar testemunho da fé, não com excesso fanático, como por vezes costuma suceder a espíritos sem norte, mas, ao contrário, por zelo firme e constante, contudo sóbrio, por Deus.

Há outras razões não poucas nem fracas em virtude das quais a dignidade e majestade da Escritura não só se afirma aos corações piedosos, mas ainda egregiamente se vindica ante as sutilezas de *seus* inimigos. Entretanto, *razões* que de si mesmas não se revestem de valia suficiente para prover-lhe segura credibilidade, até que o Pai celestial, manifestando nela sua divinal majestade, exime sua reverência de toda controvérsia. Por isso é que a Escritura será realmente satisfatória para o conhecimento salvífico de Deus, então, finalmente, quando a certeza lhe for fundada na convicção interior pelo Espírito Santo.

De fato, *esses* testemunhos humanos, que subsistem para confirmá-la, de fato não serão debalde se acompanharem aquele *testemunho* primordial e supremo, como subsídio secundário de nossa limitada compreensão. Procedem insipientemente, porém, *aqueles* que desejam que se prove aos infiéis que a Escritura é a Palavra de Deus, pois, a não ser pela fé, *isso* não se pode conhecer. Portanto, com razão *sentencia* Agostinho,[33] quando adverte que a piedade e a paz de espírito devem preceder, para que o homem possa entender alguma *coisa* acerca de questões de tão grande importância.

33. *De utilitate credenti*.

CAPÍTULO IX

OS FANÁTICOS QUE, POSTA DE PARTE A ESCRITURA, ULTRAPASSAM A REVELAÇÃO E SUBVERTEM A TODOS OS PRINCÍPIOS DA PIEDADE

1. Apelo fanático ao Espírito em detrimento da Escritura

Ademais, *aqueles* que, repudiada a Escritura, imaginam não sei que via de acesso a Deus, devem ser considerados não só possuídos pelo erro, mas também exacerbados pela loucura. Ora, surgiram em tempos recentes certos desvairados que, arrogando-se, com extremada presunção, o magistério do Espírito, fazem pouco caso de toda leitura *da Bíblia* e se riem da simplicidade daqueles que ainda seguem, como *eles* próprios *a* chamam, a letra morta e que mata.

Eu, porém, gostaria de saber deles que Espírito é esse de cuja inspiração se transportam a alturas tão sublimadas que ousem desprezar como pueril e rasteiro o ensino da Escritura? Ora, se respondem que é o Espírito de Cristo, tal certeza é absurdamente ridícula, se na realidade concedem, segundo penso, que os apóstolos de Cristo, e os demais fiéis na Igreja primitiva, foram iluminados não por outro Espírito. O fato é que nenhum deles daí aprendeu o menosprezo pela Palavra de Deus; ao contrário, cada um foi antes imbuído de maior reverência, como seus escritos *o* atestam mui luminosamente. E, na verdade, assim fora predito pela boca de Isaías. Pois o povo antigo não cinge ao ensino externo como se *lhe* fosse uma cartilha de rudimentos, onde diz: “Meu Espírito que está em ti, e as palavras que te pus na boca, de tua boca não se apartarão, nem da boca de tua descendência, para sempre” [Is 59.21], senão que ensina, antes, haver de ter a nova Igreja, sob o reino de Cristo, esta verdadeira e plena felicidade: que seria regida pela voz de Deus, não menos que pelo Espírito. Do quê concluímos que, em nefando sacrilégio, *estes dois elementos* que o Profeta uniu por um vínculo inviolável são separados por esses biltres.

A isto acresce que Paulo, arrebatado *que foi* até ao terceiro céu [2Co 12.2], entretanto não deixou de aprofundar-se no ensino da lei e dos profetas, assim como também exorta a Timóteo, mestre de singular proeminência, a que se devotasse a sua leitura [1Tm 4.13]. E digno de *ser* lembrado é esse elogio com que adorna a Escritura: “é útil para ensinar, admoestar, redargüir, a fim de que os servos de Deus se tornem perfeitos” [2Tm 3.16]. De quão diabólica loucura é imaginar *como se fosse* transitório ou temporário o uso da Escritura que conduz os filhos de Deus até a meta final!

Em seguida, desejaria que também me respondessem isto: porventura beberam de outro Espírito *além* daquele que o Senhor prometia a seus discípulos? Ainda que se achem possuídos de extrema insânia, contudo não os julgo arrebatados de tão frenético desvario que ousem gabar-se disso. Mas, ao prometê-*lo*, de que natureza declarava haver de ser *esse Espírito*? Na verdade, *um Espírito* que não falaria por si próprio; ao contrário, *que* lhes sugeriria à mente, e *nela* instilaria *o* que *ele* próprio havia transmitido por meio da Palavra [Jo 16.13].

Logo, não é função do Espírito *que* nos *foi* prometido configurar novas e inauditas revelações ou forjar um novo gênero de doutrina, mediante a qual sejamos afastados do ensino do evangelho *já* recebido; ao contrário, *sua função é* selar-nos na mente aquela mesma doutrina que é recomendada através do evangelho.

2. A Bíblia é o árbitro do Espírito

Do quê facilmente entendemos isto: se ansiamos por receber algum uso e fruto da parte do Espírito de Deus, imperioso *nos* é aplicar-*nos* diligentemente a ler tanto quanto a ouvir a Escritura. Assim *é* que Pedro até louva [2Pe 1.19] o zelo daqueles que estão atentos ao ensino profético, *ensino* que, todavia, após resplandecida a luz do evangelho, poderia parecer ter sido cancelado. Muito pelo contrário, se algum espírito, preterida a sabedoria da Palavra de Deus, nos impingir outra doutrina, com justa razão deve o mesmo ser suspeito de fatuidade e mentira [Gl 1.6-9].

E então? Uma vez que Satanás se transfigura em anjo de luz [2Co 11.14], que autoridade terá o Espírito entre nós, a não ser que seja discernido através de sinal de absoluta certeza? E de forma intensamente clara, *ele* nos tem sido apontado pela voz do Senhor, não fora que, por sua própria vontade, estes infelizes porfiassem por extraviar-se para sua própria ruína, enquanto buscam o Espírito por si próprios e não por *ele* mesmo.

Alegam, com efeito, que é afrontoso que o Espírito de Deus, a quem todas *as coisas* devem estar sujeitas, seja subordinado à Escritura. Como se, na verdade, isto fosse ignominioso ao Espírito Santo: ser *ele* por toda parte igual e conforme a si *mesmo*; permanecer consistente consigo em todas *as coisas*; em nada variar! De fato, se fosse necessário julgar em conformidade com qualquer norma humana, angélica, ou estranha, então deveria considerar-se *que o Espírito* estaria reduzido a subordinação; aliás, se agradar mais, até mesmo a servidão. Quando, porém, se compara consigo próprio, quando em si mesmo se considera, quem dirá com isso que ele é impingido com ofensa?

Com efeito, confesso que, desta forma, *o Espírito* é submetido a um exame, contudo *um exame* através do qual *ele* quis que sua majestade fosse estabelecida entre nós. Ele deve ser plenamente manifesto assim que nos adentra o coração.

Entretanto, para que o espírito de Satanás não se insinue sob o nome *do Espírito, ele* quer ser por nós reconhecido em sua imagem que imprimiu nas Escrituras. *Ele* é o autor das Escrituras: não pode padecer variação e inconsistência *para consigo mesmo*. Portanto, como ali uma vez se manifestou, assim tem *ele* de permanecer para sempre. Isto não lhe é derrogatório, a não ser, talvez, quando julgamos dever ele abdicar e degenerar sua dignidade.

3. A BÍBLIA E O ESPÍRITO SANTO NÃO SE DISSOCIAM

Quando, porém, *nos* movem acusação, de que nos apegamos demasiadamente à letra que mata, nisto incorrem na pena de desprezarem a Escritura. Ora, salta à vista que Paulo está ali [2Co 3.6] a contender com os falsos apóstolos, os quais, na realidade, insistindo na lei à parte de Cristo, alienavam o povo da graça da nova aliança, na qual o Senhor promete que haverá de gravar sua lei nas entranhas dos fiéis e *lhas* imprimir no coração [Jr 31.33]. Portanto, morta é a letra, e a lei do Senhor mata a seus leitores, quando não só se divorcia da graça de Cristo, mas ainda, não tangido o coração, apenas soa aos ouvidos. Se ela, porém, mediante o Espírito, é eficazmente impressa nos corações, se a Cristo manifesta, *ela* é a palavra da vida [Fp 2.16], a converter as almas, a dar sabedoria aos símplices etc. [Sl 19.7].

Ademais, ainda *nessa* mesma passagem [2Co 3.8], o Apóstolo chama sua pregação de ***ministério do Espírito***, sem dúvida significando que o Espírito Santo de tal modo se junge a sua verdade que expressou nas Escrituras, que manifesta e patenteia seu poder, onde então, afinal, se rende à Palavra a devida reverência e dignidade. Tampouco isto contradiz *o* que foi dito pouco atrás: que a própria Palavra não nos é absolutamente certa, a não ser que seja confirmada pelo testemunho do Espírito. Pois o Senhor ligou entre si, como que por mútuo nexo, a certeza de sua Palavra e *a certeza de seu* Espírito, de sorte que a sólida religião da Palavra se implante em nossa alma quando brilha o Espírito, que nos faz aí contemplar a face de Deus, assim como, reciprocamente, abraçamos ao Espírito, sem nenhum temor de engano, quando o reconhecemos em sua imagem, isto é, na Palavra.

De fato assim sucede.

Deus não deu a conhecer aos homens a Palavra com vistas a apresentação momentânea para que logo em seguida *a* abolisse com a vinda de seu Espírito; pelo contrário, enviou o mesmo Espírito, pelo poder de quem havia ministrado a Palavra, para que realizasse sua obra mediante a confirmação eficaz *dessa mesma* Palavra. Dessa forma, Cristo abriu o entendimento aos dois discípulos *de Emaús* [Lc 24.27, 45], não para que, postas de parte as Escrituras, se fizessem sábios por si mesmos, mas para que entendessem *essas* Escrituras. De modo semelhante Paulo, enquanto exorta aos tessalonicenses a que não extingam o Espírito, não os arrebata às alturas

a vãs especulações à parte da Palavra, mas imediatamente acrescenta que as profecias não deveriam ser desprezadas [1Ts 5.19, 20]. Com *o* quê acena, não dubiamente, que a luz do Espírito é sufocada assim que as profecias são tratadas com desprezo.

O que esses inflados ἐνθουσιασταί [*ĕnthousiastaí – entusiastas*; *fanáticos*] dirão acerca destas *coisas*, os quais reputam esta como sendo apenas a sublime iluminação, quando, abrindo mão despreocupadamente e dizendo adeus à divina Palavra, não menos confiantes que temerários, agarram sôfregos qualquer coisa que hajam concebido enquanto dormitam? Certamente que aos filhos de Deus lhes fica bem a sobriedade, os quais, ao mesmo tempo que, sem o Espírito de Deus, se vêem privados de toda a luz da verdade, todavia não ignoram que a Palavra é o instrumento pelo qual o Senhor dispensa aos fiéis a iluminação de seu Espírito. Pois não conhecem outro Espírito além *daquele* que habitou e falou nos apóstolos, de cujos oráculos são continuamente convocados a ouvir a Palavra.

CAPÍTULO X

PARA CORRIGIR TODA SUPERSTIÇÃO, A ESCRITURA CONTRAPÕE EXCLUSIVAMENTE O DEUS VERDADEIRO A TODOS OS DEUSES DOS PAGÃOS

1. A doutrina bíblica de Deus como Criador

Mas, uma vez que ensinamos que o conhecimento de Deus, sob outro aspecto, não se evidencia obscuramente na estrutura do universo e em todas as criaturas, contudo se desdobra ainda mais íntima e vividamente na Palavra, compensa agora ponderar se o Senhor nos é representado na Escritura tal qual anteriormente se viu delinear-se em suas obras.

A matéria é certamente extensa, se alguém quiser demorar-se em tratá-la mais diligentemente. Eu, porém, dar-me-ei por satisfeito com haver proposto um como que índice, assistidas pelo qual as mentes piedosas saibam que se deve acima de tudo investigar nas Escrituras sobre Deus e dirigir-se ao escopo preciso de sua perquirição. Não toco ainda no pacto especial através do qual *Deus* distinguiu dos demais povos a raça de Abraão [Gn 17.4]. Ora, recebendo como filho, em graciosa adoção, *àqueles* que eram inimigos, então se revelou como *seu* redentor. Nós, porém, até aqui nos movemos nesse conhecimento que subsiste na criação do mundo, nem ascende a Cristo, o Mediador. Mas, ainda que pouco adiante seja necessário citar algumas passagens do Novo Testamento, uma vez que também daí se prova não só o poder de Deus, o Criador, mas ainda *sua* providência na preservação da natureza primária, quero, contudo, que meus leitores sejam avisados *quanto ao* que me proponho fazer agora, para que não vão além dos limites que lhes foram prescritos. Em suma, baste no presente apreender como Deus o Criador do céu e da terra governa o mundo por ele fundado. Na verdade, reiteradamente se celebra *através das Escrituras* não só sua paternal bondade, mas ainda a vontade inclinada à beneficência, e se oferecem *nelas* exemplos de *sua* severidade, a qual *o* evidenciam ser justo vingador dos feitos iníquos, especialmente onde de nada aproveita sua tolerância para com os obstinados.

2. Os atributos divinos atestados, de igual modo, na Bíblia e na criação

De fato, em certas passagens, se nos apresentam descrições mui vívidas, nas quais se exibe sua face genuína, a ver-se ϵἰκονικῶς [*eikŏni kōs – como em imagem*; *imagisticamente*]. Assim, quando Moisés a descrevia, obviamente parece ter dese-

jado compreender em forma sumária tudo quanto era próprio ser pelos homens conhecido a respeito dele, diz: "Senhor, Senhor, Deus misericordioso e clemente, paciente e de muita compaixão, e veraz, que guardas a misericórdia para com milhares, que removes a iniqüidade e as transgressões, diante de quem o inocente não será inocente, que aos filhos e netos atribuis a iniqüidade dos pais" [Ex 34.6, 7], onde notamos que se proclamam reiteradamente ser duas vezes magnífico aquele seu nome, a eternidade καὶ αὐτουσίαν [*kaí autousían – e existência própria*], então evocam-se suas virtudes, mediante as quais nos é descrito não quem ele é em si, mas, antes, que *ele é* em relação a nós, de sorte que este conhecimento dele consista mais de viva experiência do que de vazia e leviana especulação. Na verdade, ouvimos enumerarem-se aqui suas mesmas virtudes que assinalamos luzirem no céu e na terra: clemência, bondade, misericórdia, justiça, juízo, verdade. Ora, ***virtude*** e ***poder*** estão contidos no designativo ***Elohim***.

Aliás, com *estes* mesmos epítetos os profetas o caracterizam, quando querem exalçar plenamente seu santo nome. Para que não sejamos compelidos a compendiar muitas *referências*, baste-nos por ora apenas o Salmo 145, no qual se recenseia de modo tão preciso a suma de todas suas virtudes, que nada parece omitir-se. Logo, com a experiência *por* mestra, sentimos Deus *ser* tal qual se declara na Palavra.

Em Jeremias, onde sentencia em que moldes *ele* quer ser conhecido por nós, *Deus* propõe uma descrição não tão completa *como essa*, entretanto *tal* que redunda claramente *nisto* mesmo: "Quem se gloria", diz *ele*, "glorie-se nisto: que me conheça *como* o Senhor, que faço misericórdia, juízo e justiça na terra" [Jr 9.24]. Certamente que nos é sobretudo necessário conhecer estas três *coisas*: a ***misericórdia***, na qual repousa unicamente a salvação de todos; o ***juízo***, o qual exerce quotidianamente contra os malfeitores, e, ainda mais severamente, lhes reserva a eterna ruína; a ***justiça***, pela qual os fiéis são preservados e mui benignamente assistidos. Sendo conhecidas estas *três coisas*, a profecia atesta que tens farta matéria pela qual te possas gloriar em Deus. Contudo, tampouco com isso se omite sua verdade, nem seu poder, nem sua santidade, nem sua bondade. Pois, como se poderia evidenciar o conhecimento que aqui se requer de sua justiça, misericórdia *e* juízo, a não ser que se calcasse em sua verdade inflexível? E como se poderia crer que *ele* governa a terra em juízo e justiça, salvo se seu poder for compreendido? Donde, porém, a misericórdia, senão da bondade, se por fim todos os seus caminhos são misericórdia, juízo *e* justiça, neles também até sua santidade é evidente.

Portanto, o conhecimento de Deus que na Escritura nos é proposto não visa a outro escopo que *aquele* que refulge gravado nas criaturas, isto é, nos convida, em primeiro lugar, ao temor de Deus; em seguida, à confiança nele, para que, na verdade, aprendamos a cultuá-lo não só com perfeita inocência de vida, mas ainda com obediência não fingida, *e* então a dependermos totalmente de sua bondade.

3. OS IDÓLATRAS SÃO INESCUSÁVEIS ANTE A NOÇÃO GENERALIZADA DA UNICIDADE DE DEUS

Aqui, porém, o propósito é compendiar uma síntese da doutrina geral. E observem os leitores, primeiramente, que de fato a Escritura, para dirigir-nos ao Deus verdadeiro, exclui e rejeita expressamente a todos os deuses dos povos, pois ao longo de quase todos os séculos a religião foi a cada passo adulterada. Por certo é verdadeiro que tem sido conhecido e celebrado, por toda parte, o nome do Deus único. Ora, *mesmo os* que adoravam ingente multidão de deuses, quantas vezes têm falado de acordo com o genuíno senso da natureza, têm usado simplesmente o termo ***Deus***, como se um Deus único lhes fosse bastante. E isto assinalou com muita propriedade Justino, o mártir, o qual, a este propósito, compôs um livro, ***A Monarquia de Deus***, no qual, mediante numerosíssimos testemunhos, mostra ter sido impressa no coração de todos a unicidade de Deus. Tertuliano também prova o mesmo à base de linguagem comum.

Mas, visto que, em decorrência de sua fatuidade, todos à uma foram ou arrastados ou impelidos a falsas invenções, e com isso se lhes embotaram os sentimentos, tudo quanto em bases naturais sentiram a respeito do Deus único de nada *lhes* valeu, a não ser que ficassem inescusáveis. Ora, até os mais sábios dentre eles, todos põem à mostra o vaguear sem rumo da própria mente, quando anseiam a que sejam assistidos por um Deus, não importa quem seja ele, e dessa sorte invocam em *suas* preces a deidades incertas. Acrescenta que, ao imaginarem ser múltipla a natureza de Deus, ainda que sentissem menos absurdamente do que o vulgo rude *sentia* acerca de Júpiter, Mercúrio, Vênus, Minerva, entre outros mais, também *eles* próprios não foram imunes às enganosas sutilezas de Satanás. E já *o* dissemos em outro lugar, todos e quaisquer subterfúgios que os filósofos têm argutamente imaginado, não *lhes* diluem o crime de apostasia, senão que *evidenciam* que a verdade de Deus foi corrompida por todos *eles*.

Por esta razão, Habacuque, que condenou a todos os ídolos, ordena que busquem a Deus em seu templo [2.20], para que os fiéis não admitissem outro *Deus* senão *aquele* que se revelara por meio de sua Palavra.

CAPÍTULO XI

É UMA ABOMINAÇÃO ATRIBUIR FORMA VISÍVEL A DEUS, E GERALMENTE SE APARTAM DO DEUS VERDADEIRO QUANTOS ESTABELECEM ÍDOLOS PARA SI

1. Representar a Deus através de imagens é corromper-lhe a glória

Como, porém, a Escritura, levando em conta o parvo e tacanho entendimento humano, costuma expressar-se de maneira acessível à mente popular, quando tem em mira distinguir dos falsos o Deus verdadeiro, contrasta-o especialmente com os ídolos, não que, em assim fazendo, aprove o que, mais sutil e elegantemente, ensinam os filósofos, mas, antes, para que melhor exiba a estultícia do mundo; mais do que isso, *sua completa* loucura, enquanto, ao buscar a Deus, a todo tempo cada um se apega a suas *próprias* especulações.

Portanto, *essa* definição exclusiva, a qual, *em referência à unicidade de Deus*, por toda parte se manifesta, reduz a nada tudo quanto os homens, segundo a própria cogitação, engendram para si acerca da divindade, porquanto somente Deus é testemunha idônea de si próprio.

Enquanto isso, já que este degradante embrutecimento se apossou de todo o orbe, de tal modo que *os homens* buscassem representações visíveis de Deus, e por isso forjassem deuses da madeira, da pedra, do ouro, da prata, ou de outro *qualquer* material inanimado e corruptível, a este princípio temos de apegar-nos: sempre que é lhe atribuída qualquer representação, a glória de Deus é corrompida por ímpio engano. E assim na lei, após haver arrogado unicamente para si a glória da Deidade, quando visa a ensinar que *gênero de* adoração aprova, ou repudia, Deus acrescenta de imediato: 'Não farás para ti imagem esculpida, nem qualquer semelhança" [Ex 20.4], palavras com as quais nos coíbe o desenfreamento, para que não tentemos representá-lo por meio de qualquer figura visível. E enumera, de maneira sucinta, todas as formas mediante as quais, já desde outrora, a superstição começara a converter sua verdade em mentira.

Ora, sabemos que o sol fora adorado pelos persas. Também, tantas quantas estrelas as pessoas estultas divisavam no céu, outros tantos deuses para si inventavam. Quase não houve animal algum que para os egípcios não se convertesse em representação de alguma divindade. Os gregos, verdade seja dita, pareceram exceder em sabedoria aos demais, pois adoraram a Deus sob forma humana.[34] Entretanto, Deus

34. Maximus Tyrius Platonicus, *Ser*. 38.

não compara *essas* imagens entre si, como se uma fosse mais apropriada, outra *o fosse* menos; ao contrário, repudia, sem exceção, todas as efígies esculturadas, pinturas e outras representações, mediante as quais os supersticiosos supuseram que ele lhes haveria de estar perto.

2. Representar a Deus por meio de imagens é contradizer-lhe o ser

Isso pode ser facilmente inferido das razões que ele anexa à sua proibição.[35] Primeiramente, através de Moisés [Dt 4.15]: “Lembra-te do que o Senhor te falou no vale do Horebe: ouviste uma voz, porém corpo não viste; guarda-te, portanto, *a ti* mesmo, para que não *aconteça que*, se fores enganado, para ti faças qualquer representação” etc. Vemos como Deus opõe abertamente sua voz a todas as representações, para que saibamos que, todos quantos buscam para ele formas visíveis, dele se apartam.

Dentre os profetas, será suficiente um só, Isaías, que é muito incisivo nesta demonstração, visto que ensina que a majestade de Deus é maculada de vil e absurda ficção, quando o incorpóreo é nivelado à matéria corpórea, o invisível à representação visível, o espírito à coisa inanimada, o imenso a um pequeno pedaço de madeira, pedra ou ouro [Is 40.18; 41.7, 29; 45.9; 46.5]. Paulo também arrazoa de modo idêntico: “Visto que somos geração de Deus, não devemos pensar que o divino seja semelhante ao ouro, à prata ou à pedra trabalhada pela arte ou invenção do homem” [At 17.29]. Do quê transparece que, qualquer estátua que se erige, ou imagem que se pinta para representar a Deus, simplesmente lhe desagrada como coisas afrontosas a sua majestade.

E não surpreende se do céu o Espírito Santo troveja estes oráculos, quando da terra até aos míseros e cegos idólatras *ele* compele a fazer tal confissão! É conhecida aquela queixa de Sêneca, que se lê em Agostinho: “Dedicam”, diz *ele* “os deuses sagrados, imortais e invioláveis em matéria mui vil e ignóbil, e os revestem da aparência dos homens e das feras; alguns até *os representam* com sexo misturado e corpos diversos, e *os* chamam de deidades, *figuras* que, se recebessem alento e parassem a nossa frente, *por* monstros haveriam de ser tidas.”[36]

Do quê, novamente, mui claramente se evidencia que os patronos das imagens se arrimam em frívolo sofisma, os quais alegam terem *elas* sido vedadas aos judeus, porquanto eram propensos à superstição. Como se, na verdade, *o* que Deus revela de sua eterna existência e da contínua ordem da natureza pertencesse a um só povo! Aliás, Paulo não estava discursando aos judeus, mas aos atenienses, quando impugnava o erro de representar a Deus por meio de imagens.

---

35. Primeira edição: “Isto é fácil concluir das razões que [Deus] apende à proibição.”
36. *A Cidade de Deus*, livro VI, capítulo 10.

3. MANIFESTAÇÕES E SINAIS QUE PATENTEAVAM A PRESENÇA DIVINA NÃO SERVEM DE BASE PARA AS IMAGENS

É verdade que, de quando em quando, Deus exibiu a presença de sua divinal majestade mediante sinais definidos, de modo que se poderia dizer que era *ele* contemplado face a face. Todos os sinais, porém, que *Deus* manifestava se ajustavam muito bem a *seu* método de ensinar e ao mesmo tempo advertiam os homens, de forma explícita, quanto a sua essência incompreensível.

Ora, nuvem, fumaça e chama, uma vez que eram símbolos da glória celestial [Dt 4.11], como que a interpor um freio, coibiam as mentes de todos para que não tentassem penetrar mais fundo. Por isso, nem ainda Moisés, a quem, entretanto, mais do que a outros, *Deus* se manifestou mui intimamente, logrou com *suas* súplicas contemplar aquela face, senão que recebeu a resposta de que o homem não é apto a tão grande resplendor [Ex 33.20].

O Espírito Santo apareceu em forma de pomba [Mt 3.16; Mc 1.10; Lc 3.22]; mas, visto que logo se desvaneceu, quem não vê que, pelo símbolo de um *simples* momento, foram os fiéis advertidos de que se deve crer que o Espírito *é* invisível, e assim, contentes com seu poder e graça, a si não evocassem nenhuma representação externa?

Além do mais, o fato de que, de quando em quando, Deus aparecia sob a forma de homem, era *isso* prelúdio da futura manifestação em Cristo. E assim foi absolutamente vedado aos judeus abusarem desse pretexto de sorte a plasmarem para si representação da Deidade em figura humana.

Também o propiciatório, donde sob a lei Deus manifestou a presença de seu poder, fora construído de tal modo que indicava ser esta a mais excelente visão da Deidade: quando as mentes se elevam acima de si *mesmas* em admiração, pois com asas estendidas os querubins o ocultavam, o véu *o* cobria, o próprio lugar, pela própria natureza tão recôndito, escondia suficientemente [Ex 25.17, 18, 21]. Logo salta à vista que são ensandecidos quantos tentam defender imagens de Deus e dos santos com o exemplo desses querubins. Pergunto, pois, que significavam essas imagenzinhas, senão que não há imagens apropriadas pelas quais sejam representados os mistérios de Deus, quando haviam sido feitas para isto: com as asas, velando ao propriciatório, barrassem da visão de Deus não apenas os olhos humanos, mas todos os sentidos, e dessa forma contivessem a temeridade *humana*?

Acresce a isto que os profetas pintam os serafins que lhes foram manifestos em visão com a face velada em relação a nós, significando com isso ser tão grande o fulgor da glória divina, que até os próprios anjos se continham de contemplação direta, e as tênues centelhas que refulgem em seus anjos nos são subtraídas aos olhos.

Contudo, todos quantos julgam com acerto reconhecem que os querubins, dos quais ora estamos tratando, pertenciam à antiga tutela da lei. Logo, é absurdo tomá-los como exemplo que sirva a nossa época, uma vez que é passada, por assim dizer, aquela fase infantil a que se haviam destinado rudimentos como esses [Gl 4.3].

E certamente é de causar vergonha *o fato de* que os escritores profanos sejam mais proficientes intérpretes da lei de Deus que os papistas. Juvenal, em zombaria, censura aos judeus por adorarem as meras nuvens e a divindade do céu.[37] Por certo que ele está falando pervertida e impiamente. Entretanto, negando existir entre eles *qualquer* efígie divina, fala mais verazmente que os papistas, que grasnam haver existido *entre os judeus* alguma representação visível de Deus.

No que tange a esse povo, logo, sem qualquer consideração, precipitou-se e foi após os ídolos tão prontamente e com tanto ímpeto como se dá com as águas quando abundantemente fluem do manancial; assim também podemos aprender quão grande é a inclinação que em nós existe para a idolatria, em vez de atribuir aos judeus um vício que pertence a todos nós, a fim de perseverar assim nos sonhos dos vãos afagos e da licença para pecar.[38]

4. A Bíblia condena imagens e representações de Deus

A mesma linha segue esta *afirmação*: “Os ídolos dos povos *são* prata e ouro, obras das mãos dos homens” [Sl 115.4; 135.15], pois o Profeta conclui não só de *sua* materialidade que não são deuses *esses* cuja imagem é de ouro ou prata, mas ainda assume por pressuposto que é insípida imaginação tudo quanto de nosso próprio senso concebemos acerca de Deus. Menciona o ouro e a prata antes que a argila ou a pedra, para que, seja o esplendor, seja o valor, não induzam sua reverência para com os ídolos. Conclui também, de modo geral, que nada é menos provável que serem os deuses plasmados de qualquer espécie de matéria morta.

Ao mesmo tempo, insiste não menos *neste* outro *ponto*: que os mortais são transportados de temeridade supinamente insana, dando aos ídolos a honra devida a Deus, já que eles mesmos, com muitíssima dificuldade, podem assegurar que viverão um só momento.[39] O homem se vê compelido a confessar que é ele uma criatura efêmera, e não obstante quer que um metal, a cuja divindade deu origem, seja considerado deus! Pois, de onde *tiveram* os ídolos *seu* princípio senão no arbítrio dos homens?

---

37. *Sátiras*, livro V, sát. XIV.

38. Primeira edição: “Que, porém, esse povo se haja, com férvida prontidão, arrojado repentinamente a buscar ídolos para si, tal como, com violento ímpeto, de profuso manancial as águas fervilham borbulhantes, daqui antes aprendamos quão grande é a propensão de nossa mente para com a idolatria, de sorte que, com atirar aos judeus a pecha do erro comum [a todos] não durmamos, sob as vãs seduções de pecar, o sono letal.”

39. Primeira edição: “que supinamente insana temeridade a haurir, de instante a instante, fugaz alento, ousam conferir aos ídolos a dignidade de Deus.”

Muito justo é o motejo daquele poeta profano:[40]

> "Outrora *eu* era um tronco de figueira, um inútil pedaço de lenho,
> Quando um artífice, incerto se deveria fazer um banco etc.,
> Preferiu *que eu* fosse um deus."

Desta forma, um homenzinho terreno, que a vida exala quase que a cada instante, mercê de sua arte, transfere o nome e a dignidade de Deus a um tronco sem vida!

Não obstante, uma vez que esse epicureu, cinicamente a gracejar, não se importou com religião alguma, postos de parte seus motejos e os de outros, punja-nos, ou, melhor, trespasse-*nos* a repreensão do Profeta [Is 44.15-17], *dizendo que* são mui insensatos *os* que, de um mesmo lenho, se aquecem, acendem o forno para cozer pão, assam carne ou *a* cozinham, e esculpem um deus, diante do qual se prostram simploriamente a orar. E assim *é* que, em outro lugar [Is 40.21], não somente *os* incrimina *como* réus em face da lei, mas ainda *os* exprobra de que não aprenderam dos fundamentos da terra, quando, na verdade, nada *há* menos próprio do que desejar reduzir Deus, que é imensurável e além de compreensão, à medida de cinco pés! E no entanto o costume revela ser natural aos homens esta monstruosidade que repugna abertamente à ordem da natureza.

Além disso, é preciso ter-se em mente que as superstições freqüentemente se referem nestes termos – que são obras das mãos dos homens, que carecem da autoridade divina [Is 2.8; 31.7; 37.19; Os 14.3; Mq 5.13] – para que isto seja estabelecido: que são abomináveis todas as formas de culto que os homens inventam para si próprios.

No Salmo [95], o Profeta acentua *essa* insânia, *dizendo* que *aqueles* que foram a tal ponto dotados de inteligência, que sabem que todas *as coisas* são movidas somente pelo poder de Deus, imploram o auxílio de coisas inanimadas e destituídas de sensibilidade. Mas, visto que a corrupção da natureza arrebata a demência tão crassa, tanto a todos os povos quanto a cada *indivíduo* em particular, por fim o Espírito fulmina com terrível imprecação: "Semelhantes se lhes tornem *aqueles* que os fazem e quantos neles põem a confiança" [Sl 115.8].

Deve-se notar, porém, que não se proíbe menos uma gravura do que uma imagem escupida, com *o* quê se refuta a improcedente ressalva dos gregos. Pois pensam que se portam esplendidamente, se não fazem representações esculturais de Deus, enquanto se esbaldam em gravuras mais desabridamente que quaisquer outros povos. O Senhor, entretanto, proíbe não apenas que lhe seja talhada imagem por estatuário, mas ainda que *lhe* seja modelada *representação* por qualquer sorte de artífice, porquanto é, com isso, afeiçoado em moldes inteiramente falsos e com grave insulto de sua majestade.

---

40. Horácio, *Serm. I*, *sát.* VIII.

5. A BÍBLIA NÃO JUSTIFICA A REPRESENTAÇÃO ICONOPLÁSTICA

Certamente conheço muito bem este popular e vulgar *refrão*: As imagens são os livros dos iletrados. Isso foi dito por Gregório. Entretanto, de maneira muito diferente fala o Espírito de Deus, em cuja escola, se *Gregório* houvesse sido instruído nesta matéria, jamais haveria de ter assim falado.

Portanto, quando Jeremias [10.3] proclama que o lenho é o preceito da futilidade, quando Habacuque [2.18] ensina que a imagem fundida é a mestra da mentira, por certo que daqui se deve deduzir *esta* doutrina geral: que é ilusório e, mais ainda, loucura tudo quanto os homens têm aprendido das imagens acerca de Deus.

Se alguém objeta, *dizendo* que aqueles que abusavam das imagens para ímpia superstição eram repreendidos pelos profetas, sem dúvida o admito. Acrescento, porém, *o* que é notório a todos, que eles condenam plenamente *o* que os papistas assumem como infalível axioma: que as imagens fazem as vezes de livros. Pois *os profetas* opõem as imagens ao Deus verdadeiro, como coisas contrárias e que jamais podem ser conciliadas.

Nestas porções que há pouco citei, afirmo-*o*, infere-se esta conclusão: uma vez que o Deus verdadeiro a quem os judeus adoravam é um e único, pervertida e enganosamente se inventam figuras visíveis para que representem a Deus e miseravelmente iludidos se quedam todos os que daí buscam conhecimento.

Em conclusão, se assim não fosse o caso, ou, seja, que todo e qualquer conhecimento de Deus que se busca nas imagens é falaz e bastardo, os profetas não o haveriam condenado de forma tão generalizada. Ao menos sustento isto: quando ensinamos ser futilidade e engano *o fato de* que os homens tentem representar a Deus por meio de imagens, outra coisa não estamos fazendo senão referindo, palavra por palavra, *o* que os profetas transmitiram.

6. O PARECER CONTRA AS IMAGENS DE CERTOS VULTOS DA PATRÍSTICA

Leia-se, ademais, *o* que acerca desta matéria escreveram Lactâncio e Eusébio, que não hesitaram em tomar axiomaticamente que todos esses de quem se vêem imagens foram *seres* mortais. O que Agostinho expressou não foi outra coisa, o qual declara taxativamente que é abominável não só adorar imagens, mas também o erigi-*las* a Deus. Contudo, tampouco *ele* está dizendo outra *coisa* senão *o* que havia sido decretado, muitos anos antes, no Concílio de Elvira, do qual este é o cânon trinta e seis: “Resolveu-se que não se tenham nos templos representações pictoriais, como também não se pinte em suas paredes *o* que se cultua ou adora.”

Mas é preciso lembrar especialmente do que o mesmo Agostinho, em outro lugar, cita de Varrão e confirma com sua chancela: “Os primeiros a introduzirem imagens dos deuses, esses, de um lado, removeram o temor; de outro, acrescenta-

ram o erro."[41] Se Varrão dissesse apenas isso, talvez pouco tivesse de autoridade; contudo, com razão nos deveria causar vergonha que um pagão, como que a tatear nas trevas, tenha chegado a esta luz, isto é, que as imagens corpóreas são indignas da majestade de Deus porque diminuem nos homens o temor e aumentam o erro. Incontestavelmente *o* atestam os próprios fatos que isso foi dito não menos veraz que sabiamente, mas Agostinho, tendo-*o* tomado de empréstimo a Varrão, *o* profere em conformidade com seu *próprio* sentimento. E de início reitera, em verdade, que os primeiros erros a respeito de Deus em que os homens se enredilharam não começaram com as imagens, porém aviltaram, uma vez introduzido *esse* novo elemento. Em seguida, expõe que, com isso, diminuiu-se, ou até mesmo extinguiu-se o temor de Deus, pois na estultícia das imagens e em *sua* inepta e absurda invenção facilmente pode menosprezar-se sua divina majestade. Este segundo *ponto*, prouvera não experimentássemos ser tão verdadeiro.

Portanto, quem quer que deseje ser corretamente ensinado, aprenda de outra fonte, a saber, o que de Deus se pode conhecer não deve ser através de imagens.

7. INACEITABILIDADE DAS IMAGENS DO ROMANISMO

Portanto, se os papistas possuem algo de pejo, que doravante não façam uso deste subterfúgio: que as imagens são os livros dos iletrados, *o* que está refutado tão escancaradamente por numerosos testemunhos da Escritura. Se bem que, mesmo que *eu* lhes conceda isso, certamente que nem ainda assim haverão de tirar algum proveito para defenderem a seus ídolos. É notório de que espécie de monstruosidades impõem em lugar de Deus! De fato, as pinturas ou estátuas que dedicam aos santos, que são mais do que corruptíssimos exemplares de luxúria e obscenidade, aos quais, se alguém quisesse amoldar-se a eles, digno seria do verdugo? Com efeito, os lupanares exibem as meretrizes mais decorosa e pudicamente vestidas que os templos aquelas que desejam ser tidas por imagens de virgens. Aos mártires inventam indumentária em nada mais decente. Portanto, que revistam a seus ídolos de pelo menos modesta decência, para que, um pouco mais decorosamente, sofismem serem *eles* livros de alguma santidade.

Mas, então, também responderemos que esta não é a maneira de ensinar o povo fiel nos lugares sagrados, a quem Deus quer que aí seja instruído com doutrina bem outra, e não com essas funéreas elegias. *Ele* ordenou que aí, *nos templos*, se proponha uma doutrina comum a todos na proclamação de sua Palavra e nos sagrados mistérios; mas os que andam olhando de um lugar a outro, contemplando as imagens, mostram suficientemente que não lhes é muito grata esta doutrina.[42]

---

41. *A Cidade de Deus*, capítulos 9 e 31.

42. Primeira edição: "para com a qual revelam bem pouco diligentemente voltado terem o espírito [aqueles] que são pelos olhos levados em derredor à contemplação dos ídolos."

Portanto, a quem os papistas chamam de ignorantes, cuja obtusidade permita que sejam ensinados só por meio das imagens? Na verdade, o Senhor reconhece como seus discípulos aqueles a quem considera dignos da revelação de sua celeste sabedoria, a quem deseja que sejam instruídos nos mistérios salvíficos de seu reino. Certamente admito que, no atual estado de coisas, não há poucos hoje que não possam dispensar a tais "livros". Entretanto, indago *eu*, que obtusidade é essa, senão que estão defraudados desta doutrina que é a única apta para instruí-los? Pois não foi por outro motivo que os que presidiam às igrejas relegaram aos ídolos a função de ensinar, senão que *eles* próprios eram mudos. Paulo testifica que, mediante a verdadeira pregação do evangelho, Cristo é pintado ao vivo e, de certo modo, crucificado ante nossos olhos [Gl 3.1].

A que propósito, pois, serviria que nos templos, por toda parte, se erguessem tantas cruzes, de madeira, de pedra, de prata e de ouro, se isso fosse honesta e fielmente inculcado: que Cristo morreu para, na cruz, tomar *sobre si* nossa maldição [Gl 3.13], com o sacrifício de seu corpo expiar nossos pecados [Hb 10.10] e lavá-*los* com *seu* sangue [Ap 1.5], enfim, reconciliar-nos com Deus, o Pai [Rm 5.10]? Com isso só, poderiam os ignorantes aprender muito mais do que com mil cruzes de madeira e de pedra, visto que, no que diz respeito a ouro e prata, confesso que os avaros fixariam seus olhos e seu entendimento nelas muito mais que em qualquer palavra de Deus.[43]

8. A feitura de imagens procede do desejo de tocar a Deus

Quanto, porém, à origem dos ídolos, é recebido de consenso virtualmente público *o* que se contém no livro da Sabedoria *de Salomão* [14.15], isto é, que seus primeiros autores foram *os* que conferiram esta honra aos mortos no intento de lhes cultivarem, supersticiosamente, a memória. E admito, sem reservas, que antiqüíssimo foi este pervertido costume, nem nego ter *ele* sido um facho em virtude do qual mais se incendeu a inflamada paixão dos homens para com a idolatria. Todavia, não concedo que esta foi a fonte primeira d*esse* mal.

Ora, que os ídolos já estivessem em uso antes que viesse a prevalecer este desmedido anseio em consagrar imagens dos mortos, de que se faz freqüente menção nos escritores profanos, evidencia-se de Moisés. Quando narra que Raquel furtara os ídolos do pai [Gn 31.19], não fala de outra forma senão de um vício generalizado. Do quê é lícito concluir que a imaginação do homem é, por assim dizer, uma perpétua fábrica de ídolos.

---

43. Primeira edição: "Disso, apenas, poderiam aprender mais do que de mil cruzes de madeira ou de pedra, porquanto, nas de ouro e de prata, os avarentos talvez mais tenazmente fixam a mente e os olhos que em quaisquer palavras de Deus."

Após o dilúvio, havia um como que renascimento do mundo. Entretanto, não passam muitos anos antes que, a *seu* prazer, os homens inventassem para si deuses. E é de crer-se que, vivendo o santo patriarca ainda até esse tempo, seus descendentes se entregaram à idolatria, de sorte que, não sem a mais cruciante dor, visse com os próprios olhos a terra se poluindo com ídolos, cujas corrupções purgara Deus, havia pouco, com juízo tão horrível. Ora, já antes de nascido Abraão, Tera e Naor eram adoradores de deuses falsos, como *o* atesta Josué [24.2]. Quando a progênie de Sem tão logo veio a degenerar-se, como haveremos de julgar os descendentes de Cão, que n*a pessoa d*o próprio pai já bem antes foram amaldiçoados?

Essa é a pura verdade. A mente do homem, visto estar abarrotada de orgulho *e* temeridade, ousa imaginar a Deus, na medida de seu alcance; como padece de embotamento, ainda pior, é levada de roldão pela mais crassa ignorância, em lugar de Deus concebe a irrealidade e a fútil aparência.

A estes males se acrescenta nova iniqüidade, *a saber*: o homem tenta exprimir Deus em *sua* obra segundo o concebera interiormente. Logo, a mente gera o ídolo, a mão *o* dá à luz. Sendo esta a origem da idolatria: que os homens não crêem que Deus esteja com eles, a não ser que sua presença *lhes* seja exibida em forma concreta, *o* demonstra o exemplo dos israelitas. "Não sabemos" diziam eles, "o que haja acontecido a esse Moisés. Faz-nos deuses que vão adiante de nós" [Ex 32.1]. Sabiam, realmente, que era Deus *aquele* cujo poder haviam experimentado em tantos milagres; porém não confiavam que ele estivesse perto deles, salvo se pudessem, com os olhos, contemplar uma representação corpórea da figura, *representação* que lhes fosse testemunho de um Deus a dirigi-*los*. Portanto, queriam reconhecer que Deus lhes era o guia do caminho através de uma imagem que *lhes* fosse à frente.

A experiência de cada dia ensina isto: que a carne está sempre inquieta até que haja conseguido uma fantasiosa representação semelhante a si *mesma*, em que vãmente se console como em *real* imagem de Deus. Em quase todos os séculos, desde que o mundo *foi* criado, para que obedecessem a esta cega obsessão, os homens têm erigido representações visíveis, nas quais criam Deus para que esteja diante dos olhos carnais.

9. O USO DAS IMAGENS CONDUZ À IDOLATRIA

À essa representação segue-se imediatamente a adoração, pois, uma vez que os homens julgavam contemplar a Deus nas imagens, nelas também o adoraram. Por fim, nelas fixados tanto em espírito quanto em visão, começaram todos a embrutecer-se cada vez mais e a deslumbrar-se *com elas* e a nutrir-*lhes* admiração, como se *nelas* residisse algo da divindade. É já evidente que os homens não se atiram ao culto das imagens antes que estejam embebidos de certa opinião mais crassa, certa-

mente não que *as* tenham por deidades, mas porque imaginam habitar nelas algum poder da divindade.

E assim, quer a Deus, quer à criatura, representas para ti *na forma de* uma imagem, quando te prostrares à veneração, já de certa superstição te deixas fascinar. Por esta razão, o Senhor proibiu não só que se erijam estátuas modeladas para representá-lo, como também consagraram-se gravuras de qualquer espécie e lápides que se antepusessem para adoração. Também pela mesma razão, no preceito da lei se anexa outra parte a respeito da adoração *dessas representações*. Ora, tão logo se inventou forma visível para Deus, também se vincula o poder a essa *representação*. Os seres humanos são a tal ponto néscios que identificam Deus com tudo com que *o* representam, e daí não pode acontecer outra coisa, senão que *nisso o* adoram. Nem vem ao caso se simplesmente adoram o ídolo ou Deus no ídolo: quando, qualquer que seja o pretexto, se proporcionam honras divinas a um ídolo, isto é sempre idolatria. E já que Deus não quer ser cultuado supersticiosamente, dele é subtraído tudo quanto se confere aos ídolos.

Atentem para isso *os* que andam à cata de míseros pretextos para a defesa *dessa* execrável idolatria, ou, seja, que por muitos séculos passados a religião verdadeira tem sido submersa e subversa. As imagens, dizem *eles*, não são consideradas como seres divinos. Nem tão absurdamente obtusos eram os judeus, que não se lembrassem de que fora Deus quem por cuja mão tinham sido conduzidos para fora do Egito [Lv 26.13], antes de haverem forjado o bezerro [Ex 32.4]. Pelo contrário, afoitamente anuíram a Arão a proclamar que aqueles eram os deuses pelos quais tinham sido libertados da terra do Egito [Ex 32.4, 8], *expressando*, não em sentido dúbio, que desejavam que se conservasse que aquele era o Deus libertador, contanto que *o* pudessem contemplar indo a sua frente n*a forma do* bezerro.

Nem se deve crer que os pagãos fossem tão boçais, que não entendessem que Deus não era o próprio lenho e pedra, pois mudavam as imagens a *seu* talante, *mas* retinham sempre em mente os mesmos deuses, e as imagens para um Deus único eram muitas, contudo não imaginavam para si tantos deuses quanto era a multidão *dessas imagens*. Além disso, consagravam novas *imagens*, dia após dia, contudo não pensavam que estavam *assim* a constituir novos deuses.

Leiam-se as justificativas que Agostinho menciona, as quais eram usadas por pretexto pelos idólatras de seu tempo. Realmente, quando eram acusadas *de idolatria*, as pessoas comuns respondiam que não adoravam aquela *representação* visível, mas, ao contrário, a deidade que ali habitava invisivelmente. Já *aqueles* que, em seu próprio dizer, eram de uma religião mais refinada, afirmavam que *não* adoravam nem a imagem, nem a potestade *aí figurada*, mas, mediante a representação material, visualizavam um sinal dessa entidade que deveriam cultuar.

E então? Todos os idólatras, quer dentre os judeus, quer dentre os gentios, não

têm sido motivados de outra forma além da referida: não contentes com uma compreensão espiritual, pensavam que, por meio das imagens, haveriam de imprimir-lhes *compreensão* mais segura e mais íntima. Desde que uma vez *lhes* foi do agrado esta canhestra representação imitacional de Deus, não houve limite até que, iludidos por postulações sucessivamente novas e fantasiosas, viessem a pressupor que Deus exibe seu poder nas imagens. Mais ainda, os judeus não só foram persuadidos de que, sob tais imagens, adoravam ao Deus eterno, o único e verdadeiro Senhor do céu e da terra, mas, igualmente, os gentios criam *que assim adoravam* a seus deuses, ainda que falsos, os quais, no entanto, imaginavam que habitassem o céu.

10. O culto de imagens então reinante

Mentem deslavadamente quantos negam que isso fosse feito no passado e esteja acontecendo ainda em nossos dias. Ora, por que se ajoelham diante delas? Por que, ao se prepararem para a prece, se voltam para elas como se falassem aos ouvidos de Deus? Com efeito é veraz *o* que Agostinho[44] diz: Ninguém ora ou adora com os olhos assim postos em uma imagem que não seja afetado a tal ponto que não pense ser por ela ouvido ou *não* espere que dela lhe seja concedido *aquilo* que deseja. Por que tão grande diferença entre as imagens de um mesmo Deus que, preterida uma, ou honrada de forma vulgar, cerquem outra de toda solene honraria? Por que se afadigam com peregrinações votivas para irem visitar imagens das quais têm semelhantes em seu *próprio* lar? Por que em favor delas se batem hoje acirradamente até ao ponto da carnificina e do massacre, como se *fora* por *seus* altares e lareiras, de tal modo que é mais facilmente tolerável que lhes seja arrebatado o Deus único que seus ídolos?

E contudo ainda não estou a enumerar os crassos erros do vulgo, que são quase infinitos e dominam o coração de quase todos; estou a indicar somente *o* que *eles* próprios confessam quando querem especialmente justificar-se da *alcunha de* idolatria. “Não *as* chamamos”, dizem *eles*, “de nossos deuses.” Nem outrora aqueles as chamavam *deuses*, quer judeus, quer gentios. E no entanto os profetas não cessavam de reiteradamente exprobar-lhes as fornicações com a madeira e a pedra [Jr 2.27; Ez 6.4-6; Is 40.19, 20; Hc 2.18, 19; Dt 32.37], por apenas estas *coisas* que são diariamente praticadas por aqueles que desejam ser havidos *por* cristãos, isto é, que veneravam a Deus carnalmente na madeira e na pedra.

11. O sofisma do culto de latria e dulia

Ainda que não ignore, nem se pode dissimular, que eles se evadem, lançando mão de distinção mais engenhosa, de cuja menção se fará outra vez e mais plena-

44. *Sobre o Salmo 113.*

mente um pouco mais adiante. Pois o culto que alegam render às suas imagens é εἰδωλοδουλεῖᾶν [*eidōlŏdouleīān – serviço à imagem*], negando ser εἰδωλολατρεῖαν [*eidōlŏlatreīān – adoração de imagem*]. Ora, assim falam quando ensinam que se pode, sem ofensa a Deus, atribuir às representações esculturais e pictóricas o culto a que denominam *dulia*. Logo se julgam inculpáveis se apenas são servos das imagens, não também adoradores. Como se na verdade *adorar* não fosse em nada mais atenuado que *servir*.

E contudo, enquanto acham refúgio em um termo grego, infantilmente se contradizem sobremodo consigo próprios. Ora, uma vez que aos gregos λατρεύειν [*latreúein*] nada mais significava senão *adorar*, *o* que dizem equivale exatamente a uma confissão de que cultuam suas imagens, porém sem *dar-lhes* culto! Nem *razão* há por que objetem que estou lançando-*lhes* armadilhas em palavras; ao contrário, *eles* próprios, ao tentarem espalhar trevas diante dos olhos dos simplórios, põem à mostra sua *própria* ignorância. Todavia, por mais eloqüentes que sejam, jamais conseguirão, com sua eloqüência, provar-nos que uma e a mesma coisa são duas.

Insisto que mostrem de forma objetiva a diferença para que sejam diferentes dos idólatras antigos. Ora, assim como um adúltero ou um homicida não se evadirá à incriminação, se com dissimulação sutilmente inventarem outro nome para um termo, se na prática nada diferem dos idólatras, aos quais até *eles* mesmos são obrigados a condenar. Na verdade, *eles* estão tão longe de separar a sua da prática desses *idólatras*, de que, antes, a fonte de todo mal é a confusa emulação em que porfiam com eles, enquanto para si concebem não só em sua imaginação, mas até com suas mãos confeccionam, símbolos através dos quais representam a Deus para si.

12. Função e limitação litúrgicas da arte

Entretanto, nem me deixo tomar dessa superstição a tal ponto que postule não dever-se admitir, em hipótese alguma, qualquer imagem. Mas, uma vez que a escultura e a pintura são dons de Deus, postulo o uso puro e legítimo, tanto de uma quanto da outra, para que não *aconteça que* essas *coisas* que o Senhor nos outorgou para sua glória e nosso bem não só sejam poluídas por ímpio abuso, mas ainda também se convertam à nossa ruína.

Julgamos não ser próprio representar a Deus por forma visível, porquanto *ele* próprio o proibiu [Ex 20.4; Dt 5.8]; e, *aliás,* não se pode fazer isso sem alguma degradação de sua glória. E para que não pensem que estamos sozinhos nesta opinião, os que lerem os livros dos antigos doutores verão que estamos de acordo com eles, pois condenaram todas as figuras que representavam a Deus.[45] Se na realidade

45. Primeira edição: "E para que não pensem que nesta opinião estamos sós, verificarão quantos hajam de ser-lhes versados nos escritos que todos os escritores sóbrios o hão sempre reprovado."

não é próprio representar a Deus por efígie material, muito menos justificável será cultuá-la em lugar de Deus ou a Deus nela.

Resta, portanto, que se pinte e esculpa somente aquilo que está ao alcance dos olhos, de sorte que a majestade de Deus, que paira muito acima da percepção dos olhos, não se corrompa mediante representações descabidas e fantasiosas. Nesta classe *de elementos que se podem representar pela arte* estão, em parte, histórias e fatos acontecidos; em parte, imagens e formas corpóreas sem qualquer conotação de eventos consumados. Aqueles têm certa aplicação no ensino ou no conselho; estas, não vejo o que possam proporcionar, além de *mero* deleite. E contudo salta à vista terem sido assim quase todas as imagens que até o momento foram exibidas nos templos. Donde procede julgar que *elas* foram aí implantadas não em virtude de *ponderado* julgamento ou *sábia* decisão, mas por paixão estulta e inconsiderada.

Deixo de focalizar quão despropositada e indecentemente têm sido em grande parte representadas, quão licenciosamente pintores e estatuários têm aqui cedido à *sua* lascívia, ponto este em que toquei pouco antes. Estou apenas a frisar que, mesmo se nada de impróprio subsistisse *nelas*, todavia nada de valor têm para o ensinar.

13. A introdução de imagens na história da Igreja

Mas, posta de parte esta distinção, examinemos também, de passagem, se convém ter nos templos cristãos quaisquer imagens, sejam *as* que *expressem* fatos do passado, sejam *as* que representem corpos humanos.

Em primeiro lugar, se há na Igreja primitiva alguma autoridade para nós, tenhamos em mente que por cerca de quinhentos anos, durante os quais até aqui mais florescia a religião e vicejava *uma* doutrina mais pura, os templos cristãos eram, geralmente, vazios de imagens. Portanto, quando a pureza do ministério já se havia não pouco degenerado, então primeiro foram *elas* introduzidas como ornamento dos santuários. Não discutirei que razão tiveram os que foram os primeiros autores dessa prática; se, porém, comparas época com época, verás que eles declinaram muito da integridade daqueles que prescindiam de imagens.

Como é possível, pensamos nós, que aqueles santos pais teriam deixado ficar a Igreja por tanto tempo carente desta prática que julgariam ser-lhe útil e salutar? Portanto, sem dúvida a repudiaram mais por deliberação e reflexão que por ignorância ou a preteriram por negligência, porquanto viam subsistir nela ou nada ou um mínimo de utilidade, porém muito de perigo. O que também Agostinho atesta em palavras claras: “Quando”, diz *ele*, “nestes pedestais se colocam em exaltada elevação, para que, em razão da própria semelhança com membros e sentidos animados, ainda que careçam de sensibilidade e de alento, chamem a atenção dos que estão a orar e dos que estão a oferecer sacrifícios, *as imagens* afetam as mentes fracas de

forma a que pareçam ter vida e respiração”[46] etc. E, em outro lugar: “A figura com membros humanos que se vê nos ídolos força o entendimento a imaginar que um corpo, quanto mais semelhante fosse ao seu, mais sentirá”[47] etc. *E* pouco adiante: “As imagens mais valem para desviar a infeliz alma, porquanto possuem boca, olhos, ouvidos, pés, do que para assisti-*la*, uma vez que não falam, nem vêem, nem ouvem, nem andam.”

Esta bem que poderia ser a causa pela qual João quis que nos guardemos não só do culto aos ídolos, mas também dos próprios ídolos [1Jo 5.21]. E temos experimentado mais desmedidamente, em vista da horrível insânia que, para a extinção de quase toda piedade, tem até aqui dominado o orbe, *a saber*: que tão logo se colocam imagens nos templos, é como se hasteasse o pendão da idolatria, porque a loucura de nosso entendimento não pode ser refreada, senão que logo se deixa levar, sem qualquer oposição, pela idolatria dos cultos supersticiosos.[48]

Ora, mesmo que o perigo não fosse tão iminente, entretanto, quando me ponho a refletir a que uso se têm destinado os templos, de uma forma ou outra, a mim *me* parece indigno de sua santidade que acolham outras imagens além daquelas vivas e representativas que o Senhor consagrou em sua Palavra. Refiro-me ao Batismo e à Ceia do Senhor, juntamente com outras cerimônias, em que importa não só que nossos olhos se detenham mais diligentemente, mas ainda sejam mais vividamente afetados, de modo que não requeiram outras *imagens*, forjadas pela engenhosidade dos homens.

Vês aqui, pois, o inestimável bem das imagens, que de modo algum se pode refazer nem recompensar, se é verdade o que dizem os papistas.[49]

14. Argumentos enganosos que embasam a decisão iconólatra do Concílio de Nicéia de 787

Sou de parecer que já teria dito mais do que o suficiente acerca desta matéria, não fosse que me deparasse com o Concílio de Nicéia,[50] não aquele famosíssimo ao qual reuniu Constantino, o Grande, mas *o* que foi realizado, há oitocentos anos, por ordem e sob os auspícios da Imperatriz Irene. Ora, *este concílio* decretou que não

46. *Epístola 49*.

47. *Sobre o Salmo 115*. Primeira edição: “Pois essa representação de membros faz isto, e de certo modo [até] compele: que a mente que vive em um corpo mais julgue ser animado um corpo que vê muito semelhante ao seu...”

48. Primeira edição: “pois que se não pode moderar a estultície dos homens a que de pronto não descambe a cultos supersticiosos.”

49. Primeira edição: “Eis o incomparável bem das imagens que, se crédito se dá aos papistas, de nenhuma compensação se [lhes] pode ressarcir a perda.”

50. Primeira edição: “Sou de parecer que já se haveria dito mais do que o suficiente acerca desta matéria, não fosse que sobre mim, de certo modo, lançasse a mão o Concílio de Nicéia ...”

apenas se deve ter imagens nos templos, mas ainda que *elas* devem ser veneradas. O que quer, pois, que *eu* tenha dito, a autoridade deste Concílio acarretará grande preconceito em contrário. Se bem que, para confessar a verdade, isso não me preocupa tanto quanto que seja evidente aos leitores a que ponto se haja extravasado a sanha daqueles que têm sido mais ávidos pelas imagens do que convinha a cristãos.

Antes de tudo, porém, desvencilhemo-nos disto: *aqueles* que hoje defendem o uso das imagens alegam o respaldo desse concílio niceno. Existe, porém, sob o nome de Carlos Magno, um livro refutatório, que, à base do estilo, se pode concluir haver sido escrito nessa mesma época. Nesta obra, enunciam-se as opiniões dos bispos que estiveram presentes ao concílio e os argumentos com que pugnaram.

Disse João, ao legado *das igrejas* do Oriente: "Deus criou o homem à sua imagem", e daí concluiu que, portanto, é preciso ter imagens. O mesmo foi de parecer que nesta afirmação as imagens nos são recomendadas: "Mostra-me tua face, porque *ela* é formosa" [Ct 2.14]. Outro, para provar que se devem colocar *imagens* nos altares, citou este testemunho: "Ninguém acende uma candeia e a põe debaixo do alqueire" [Mt 5.15]. *Um* outro, para demonstrar que a contemplação delas nos é útil, evocou um versículo do Salmo: "Estampada foi sobre nós a luz de tua face, ó Senhor" [Sl 4.6]. Outro lançou *ainda* mão desta analogia: como os patriarcas fizeram uso dos sacrifícios dos povos, assim as imagens dos santos devem ser tidas aos cristãos em lugar dos ídolos dos povos. A *esse* mesmo *propósito* torceram esta *afirmação*: "Senhor, amei a formosura de tua casa" [Sl 26.8]. Mais especialmente engenhosa é esta interpretação: "Como temos ouvido, assim também temos visto." Logo, Deus é conhecido não apenas por ouvir a Palavra, mas ainda pela contemplação das imagens. Semelhante é o raciocínio do bispo Teodoro: "Maravilhoso", diz *ele*, "*é* Deus em seus santos" [Sl 68.35], e então se lê em outro lugar: "*Quanto* aos santos que estão na terra" [Sl 16.3]. Portanto, isso deve referir-se às imagens!

Afinal, tão disparatadas são suas parvoíces, que a mim até *me* causa pejo o mencioná-las.

15. O ABSURDO DA HERMENÊUTICA BÍBLICA DOS PALADINOS DA ICONOLATRIA

Quando discutem a respeito da adoração *das imagens*, aí se traz à baila a adoração não só de faraó [Gn 47.10], mas ainda da vara de José [Gn 47.31; Hb 11.21], como também da coluna que Jacó erigiu [Gn 28.18]. Se bem que nesta última *alusão* não só pervertem o sentido da Escritura, mas também lançam mão d*o* que *não* se lê em lugar nenhum. Então esta: "Adorai o escabelo de seus pés" [Sl 99.5]; de igual modo: "Adorai em seu santo monte" [Sl 99.9]; também: "Ante tu face suplicarão todos os ricos do povo" [Sl 45.12]. Provas absolutamente firmes e que lhes vêm em socorro.

Se alguém quisesse, por escárnio, atribuir ridícula caricatura aos patronos das imagens, porventura poderia coligir sandices maiores e mais crassas?

E para que tudo ficasse claro e não houvesse qualquer dúvida, Teodósio, bispo de Mira, confirma, com base nos sonhos de seu arcediago, com tanto certeza, que as imagens devem ser adoradas, como se o próprio Deus lho houvesse revelado.[51]

Saiam agora a campo os paladinos das imagens e nos pressionem com o decreto d*esse* concílio, como se na verdade esses venerandos pais não destruíssem toda confiança neles *próprios*, seja tratando as Escrituras tão infantilmente, seja por mutilá-*las* tão ímpia e execravelmente!

16. Pronunciamentos e práticas blasfemas e absurdas em relação à iconolatria

Focalizo agora os portentos das impiedades, que é de admirar-se *que* ousem regurgitar. O que duplamente surpreende é que não haja alguém que vocifere contra eles, com o máximo repúdio de todos![52] E faz-se oportuno trazer a público este ímpio desvario, para que o culto das imagens seja denegrido, pelo menos o pretexto de antigüidade que os papistas alegam.

Teodósio, bispo de Amório, *outrora cidade da Frígia*, pronuncia anátema contra todos *os* que se opõem que *as imagens* sejam adoradas. Outro imputa todas as calamidades da Grécia e do Oriente a este crime: o fato de não serem adoradas. Conseqüentemente, de que castigo *eram* merecedores os profetas, os apóstolos, os mártires, em cuja época não existia nenhuma!

Em seguida acrescentam *que*, visto que queimam perfumes aromáticos e incenso diante da imagem do imperador,[53] esta honra se deve muito mais às imagens dos santos.

Entretanto, Constâncio, bispo de Constância, em Chipre, professa abraçar reverentemente as imagens e confirma haver ele de tributar-lhes o mesmo culto de honra que se rende à Santíssima Trindade, *e* a todo aquele que recusar-se a fazer o mesmo, *ele* o anatematiza e relega à companhia dos maniqueus e dos marcionitas. E para que não penses que *essa* era a opinião particular de um só indivíduo, todos os demais consentem.

---

51. Primeira edição: “E, para que, de qualquer modo, dúvida mais nenhuma restasse, Teodósio, bispo de Mira, tão a sério confirma, à base dos sonhos de seu arcediago, que se devem adorar as imagens, como se tivesse presente um oráculo celeste.”

52. Primeira edição: “Que, porém, se não haja deblaterado contra eles, com o máximo repúdio de todos, [é] duas vezes [mais] de surpreender!”

53. Primeira edição: “Acrescentam, após isso, [que], se à imagem imperial se procede ao encontro com fumigações aromáticas e incenso...”

Ainda mais, João, o legado *da igreja* do Oriente, levado bem mais longe em *seu* arroubo, adverte que seria preferível que se admitam todos os lupanares em uma cidade do que a rejeitar-se o culto das imagens.

Finalmente, é estatuído pelo consenso de todos, *no Concílio*, que os samaritanos eram piores que todos os hereges, mas *ainda piores* que os próprios samaritanos eram *os* εἰκονομάχους [*eikŏnŏmáchous – os que combatiam as imagens*]. Além disso, para que a peça não careça de seu solene *Aplaudi*, adiciona-se *esta* cláusula: "Regozijem-se e exultem *os* que, tendo a imagem de Cristo, lhe oferecem sacrifício."

Ora, onde está a distinção de *latria* e *dulia* com que costumam ofuscar os olhos de Deus e dos homens, uma vez que o Concílio, sem exceção, prodigaliza tanto às imagens quanto ao Deus vivo?

CAPÍTULO XII

IMPORTA QUE DEUS SEJA DISTINGUIDO DOS ÍDOLOS, PARA QUE SE CULTUE INTEGRALMENTE SOMENTE ELE

1. A verdadeira religião proclama o Deus único e absoluto

No entanto, dissemos no início que o conhecimento de Deus não está posto em fria especulação, mas traz consigo o culto. E tocamos de passagem em como se deve cultuar *a Deus* de forma apropriada, *o* que se haverá de expor mais profusamente em outros lugares. Agora repito apenas resumidamente: sempre que a Escritura afirma que há um só e único Deus, não está a pugnar pelo mero nome *em si*, mas também preceitua isto: que não se deve transferir para outrem tudo quanto só compete à Deidade. Donde também se faz patente em quê a religião pura difere da superstição.

Εὐσέβειᾰ [*Eusĕbeiă*], para os gregos, certamente equivale à correta adoração, pois que *até* os próprios cegos, a tatearem nas trevas, sempre sentiram que se faz necessário uma norma precisa para que Deus não seja cultuado de forma irracional. Embora Cícero, com acerto e erudição, derive o termo *religião* de *reler*, a razão que assinala, *isto é*, que os adoradores probos releriam mais vezes e ponderariam *mais* diligentemente o que seria verdadeiro, no entanto é forçada e deixa muito a desejar. Sou antes de parecer que este vocábulo se opõe à licença errática, visto que a maior parte do mundo se agarra impensadamente a qualquer coisa que surja à frente; mais até, vagueia para cá e para lá. A piedade, porém, para manter-se a passo firme, se relega a seus *estritos* limites. De igual modo, a mim *me* parece daí enunciar-se a *palavra superstição*, a qual, não contente com a maneira e ordem prescritas, acumula amontoado supérfluo de coisas vãs.

Deixando de lado, porém, *a consideração de* termos, tem sido sempre recebido pelo consenso de todos os tempos que a religião está viciada e pervertida com erros enganosos. Do quê concluímos ser frívolo o pretexto que os supersticiosos evocam, quando nos permitimos algo qualquer *em função* de zelo inconsiderado. Entretanto, ainda que esta confissão ressoe na boca de todos, contudo se patenteia vil ignorância, visto que, segundo ensinamos previamente, não se apegam somente ao Deus único, nem aplicam discernimento em seu culto.

Deus, porém, vindicando seu próprio direito, se proclama como Deus zeloso e que haverá de ser severo vingador, se for confundido com qualquer deidade fictícia

[Ex 20.5]. Então, para que o gênero humano o tenha em obediência, define *seu* culto legítimo. A um e outro *desses aspectos* enfeixa em sua lei, quando, primeiramente, a si convida os fiéis a fim de ser seu único legislador; em seguida prescreve a regra segundo a qual ele deve ser devidamente cultuado, conforme seu arbítrio.

Entretanto, quanto à lei, uma vez que seu uso e função são múltiplos, a discutirei no devido lugar; agora abordo apenas este aspecto: que aí se impôs um freio aos homens, para que não se inclinem para as formas corruptas de adoração. Mas, deve-se reter *o* que postulei em seção prévia: a não ser que resida no Deus único tudo quanto é próprio da Deidade, ele é despojado de sua dignidade e profanado lhe é o culto.

E aqui importa atentar, com cuidado *ainda* mais diligente, com que sutilezas a superstição se recreia! Ora, tampouco descamba para as deidades estranhas a tal ponto que pareça desertar ao sumo Deus, ou reduzi-*lo* à escala dos demais; todavia, enquanto lhe confere o lugar supremo, cerca-*o* de uma turba de deuses menores, entre os quais partilha as funções que lhe são privativas. E assim, embora dissimulada e habilidosamente, sua glória é desmembrada da divinitude, de sorte que não permaneça toda em um só.

Assim outrora os antigos, tanto dentre os judeus quanto dentre os gentios, subordinaram ao pai e árbitro dos deuses aquela turba ingente que exerce em comum com o Deus supremo, conforme o grau hierárquico, o governo do céu e da terra. Assim, alguns séculos atrás os santos foram elevados ao consórcio de Deus, os quais haviam partido desta vida, de sorte que viessem a ser reverenciados, e invocados, e festejados em seu lugar. Na verdade somos de parecer que, com tal abominação, *de fato* não se ofusca a majestade de Deus, quando em larga medida ela é suprimida e extinta, senão que retemos dele uma fria noção da autoridade suprema. Enquanto isso, enganados por *tais mistificantes* envoltórios, somos conduzidos a deuses diversos.

2. A ilusória distinção de latria e dulia

Além disso, foi inventada também para este fim a distinção a que chamam de *latria* e *dulia*: para que honras divinas parecessem transferir-se impunemente aos anjos e aos mortos. Ora, é evidente que o culto que os papistas oferecem aos santos, na realidade em nada difere do culto de Deus. Pois adoram indistintamente assim a Deus como àqueles, salvo que, ao serem pressionados, se evadem com esta escusa: que preservam intocado a Deus *o* que lhe é próprio, uma vez que lhe reservam a latria. Como, porém, é questão de fato, não de termo, quem lhes permitiu que brinquem tão despreocupadamente em matéria *que se revela* a mais importante de todas?

Mas, passando por alto ainda isto, o que podem tirar desta distinção, senão que

honram somente a Deus, porém *servem* aos santos?[54] Ora, Λατρεία [*Latréia – Latria*] entre os gregos equivale a *cultus* – [*culto*; adoração entre os latinos]; Δουλεία [*Douleía – Dulia*], porém, propriamente representa *servitus* [*servidão*; deferência de servo]. E contudo nas Escrituras essa distinção não raro se dissolve. Entretanto, ainda que *a* demos como constante, certamente que se deve indagar qual o significado de um e outro *desses dois* termos.

De fato, δουλεία [*douleía*] é serviço; λατρεία [*latréia*], *honra*. Portanto, por certo que ninguém põe em dúvida que *servir* seja algo mais que *honrar*. Ora, com muita freqüência seria penoso servir àquele a quem não recusarias render honra. Logo, seria uma partilha iníqua consignar aos santos *o* que é maior, e deixar a Deus *o* que é menor. Mas, *insistir-se-á*, muitos dentre os antigos fizeram uso desta distinção. Que *importa*, porém, se todos percebem ser ela não apenas imprópria, mas até absolutamente sem valia?

3. IMPROCEDÊNCIA DO CULTO DE DULIA À LUZ DAS ESCRITURAS

Postas de parte as sutilezas, examinemos a coisa *em si*. Paulo, quando traz à lembrança aos gálatas o que foram *eles* antes de ter sido iluminados no conhecimento de Deus, diz que haviam exibido *dulia* para com aqueles que por natureza não eram deuses [Gl 4.8]. Portanto, uma vez que não *a* denomina de *latria*, porventura a superstição lhes seria escusável? Certamente não a condena menos por chamá-la *dulia* do que se a denominasse de *latria*.[55]

E quando Cristo repele a investida de Satanás com este escudo: “Está escrito: Ao Senhor teu Deus adorarás” [Mt 4.10], não entrava literalmente a questão *latria*, porque Satanás não requeria senão προσκύνησιν [*prŏskýnēsin – prostrar-se de joelhos em reverência*]. De igual modo, quando João é repreendido pelo anjo por haver-se prostrado de joelhos diante dele [Ap 19.10; 22.8, 9], não devemos entender que João fosse tão desprovido de senso que quisesse transferir ao anjo a honra devida só a Deus. Mas, porque não pode ser de outra maneira, para que a deferência que é associada à religião deixe de ter o sabor de algo divino, não pode ele προσκυνεῖν [*prŏskyneîn*] ao anjo sem subtrair a glória de Deus.

É verdade que lemos não raras vezes que criaturas humanas foram adoradas. Mas essa foi, por assim dizer, uma honra civil. Outra conotação, porém, tem a religião, que tão logo se associe com o culto *da criatura* traz consigo a profanação da honra divina. Isso mesmo se pode ver no *caso de* Cornélio [At 10.25], pois ele não

54. Primeira edição: “Na verdade, para que também isto deixemos passar, com [essa] distinção sua outra {cousa} não conseguirão, afinal, que [isto]: que ao Deus único é por eles prestado *culto*, mas aos demais [somente] *serviço*.

55. Primeira edição: “Sem dúvida que ele em nada menos condena a essa perversa superstição, a que impõe o nome de *dulia*, que se [a] expressasse mediante o termo *latria*.”

havia avançado tão pouco na piedade que não tributasse a Deus a reverência suprema. Portanto, ao prostrar-se diante de Pedro, evidentemente não *o* faz com o propósito de adorá-lo no lugar de Deus. Pedro, no entanto, *o* proíbe terminantemente de fazê-lo. Por quê, senão pelo fato de que os homens nunca fazem distinção tão precisa entre o culto de Deus e das criaturas, que não transfiram promiscuamente à criatura *o* que é próprio de Deus?

Portanto, se queremos ter um *só e único* Deus, lembremo-nos de que, na verdade, não se deve subtrair de sua glória *nem sequer* uma partícula, senão que deve conservar para *ele o* que é seu por direito. E assim Zacarias, quando discursa a respeito da restauração da Igreja [Zc 14.9], proclama eloqüentemente não apenas que Deus haverá de ser um só, mas ainda que um só lhe haverá de ser o nome, isto é, para que *ele* não tenha algo em comum com os ídolos.

Que culto Deus realmente requer se verá em seu devido lugar, em outra parte. Ora, mediante sua lei, quis *ele* prescrever aos homens o que é justo e reto, e dessa forma que eles sejam restringidos por uma norma precisa, para que a ninguém se permita forjar qualquer expressão cultual. Todavia, visto que não convém onerar os leitores com a inclusão simultânea de muitos temas, ainda não vou abordar esse ponto. É bastante ter isto em mente: não se deve isentar de sacrilégio quaisquer funções religiosas que são transferidas a outrem, e *não* ao Deus único. Na verdade, desde o princípio a superstição atribuiu honras divinas, seja ao sol e aos demais astros, seja aos ídolos; então, seguiu-se esta ambição: adornando os mortais com os despojos de Deus, ousou *ela* profanar tudo quanto havia de sagrado, e ainda que se mantenha esse princípio, adorar ao Nome supremo, entretanto veio a tornar-se costume oferecerem-se sacrifícios, indiscriminadamente, às divindades tutelares e às deidades inferiores, ou aos heróis finados.

Tanta é a predisposição para a incidência neste erro, a saber, partilhar-se com numerosa turba *o* que Deus reivindica rigorosa e exclusivamente para si!

CAPÍTULO XIII

NAS ESCRITURAS, DESDE A PRÓPRIA CRIAÇÃO, SE ENSINA UMA ESSÊNCIA ÚNICA DE DEUS, QUE EM SI CONTÉM TRÊS PESSOAS

1. Infinitude e incorporeidade de Deus

O que da essência infinita e incorpórea de Deus se ensina nas Escrituras deve valer não só para desmantelar os desvarios do populacho, mas também para refutar as sutilezas da filosofia profana. Pareceu a um dos antigos[56] expressar-se com particular propriedade, quando disse que "Deus é tudo quanto vemos e tudo quanto não vemos". Ao imaginar Deus nesses termos, na verdade ele quis dizer que a divindade está difusa, uma a uma, por todas as porções do mundo.[57] Mas, ainda que, para conter-nos dentro *dos limites* da sobriedade, Deus fala de sua essência parcimoniosamente; contudo, mercê desses dois epítetos que *acima* referi, tanto dissipa as fantasias grosseiras, quanto reprime a presunção da mente humana.

Ora, por certo que sua infinitude nos deve aterrar para que não o tentemos medir com nossos sentidos; *sua* natureza espiritual, por outro lado, veda que se imagine a seu respeito todo e qualquer aspecto terreno ou carnal. Pela mesma razão é que mais freqüentemente prescreve seu domicílio no céu. E contudo, visto que ele transcende a todo limite, de sua própria obtusidade nossa mente se curva ao chão, para debelar sua indolência e inércia, com justa razão nos eleva acima do mundo. E daqui cai por terra o erro dos maniqueus que, ao admitirem dois princípios *absolutos*, fizeram o diabo *ser* quase igual a Deus. Sem dúvida que isso era não só romper a unidade de Deus, como também limitar sua infinitude. Ora, o fato de que tenham ousado abusar de certos testemunhos *da Escritura* foi *obra* de boçal ignorância, bem como o próprio erro foi de execrável insânia.

Os antropomorfitas são também facilmente refutados, os quais imaginaram um Deus dotado de corpo, visto que freqüentemente a Escritura lhe atribui boca, ouvidos, olhos, mãos e pés. Pois quem, mesmo os de bem parco entendimento, não percebe que Deus assim fala conosco como que a balbuciar, como as amas costumam *fazer* com as crianças? Por isso, formas de expressão como essas não exprimem, de maneira clara e precisa, tanto o que Deus é, quanto lhe acomodam o conhe-

---

56. Sêneca, *Natul. Quæst.*, livro I, praetat.

57. Primeira edição: "Deste modo, imaginou [ele] que, de fato, por todas as porções do mundo, uma a uma, difusa está a divindade."

cimento à pobreza de nossa compreensão. Para que assim suceda, é necessário que ele desça muito abaixo de sua excelsitude.

2. A questão das três pessoas e a unidade substancial de Deus

Mas *Deus* se designa também por outra marca especial, mediante a qual possa ele ser distinguido mais precisamente. Ora, *ele* se proclama como sendo o único em termos tais que nos levam a considerá-lo em três pessoas distintas, as quais, se não *as* reconhecemos, no cérebro nos revolve apenas o nome de Deus, desnudo e como um vácuo, sem o Deus real. Contudo, para que alguém não imagine um Deus tríplice ou conclua que a essência singular de Deus seja parcelada pelas três pessoas, aqui nos deparamos com a necessidade de buscar uma definição breve e fácil, que nos ponha a salvo de todo erro.

Contudo, visto que alguns investem odientamente contra o termo ***pessoa***, como sendo de invenção humana, deve-se ver em primeiro lugar com que eqüidade o fazem. O Apóstolo, designando o Filho de Deus como sendo a expressa representação da hipóstase do Pai [Hb 1.3], ao Pai atribui não dubiamente certa ***subsistência*** em que difere do Filho. Ora, tomar ***hipóstase*** como equivalente de ***essência***, como têm feito alguns intérpretes, como se Cristo em si representasse a ***substância*** do Pai, à maneira de cera impressa por um selo, não seria apenas impróprio, mas igualmente absurdo. Portanto, uma vez que a essência de Deus, que *a* contém toda em si, é simples e indivisa, sem parcelamento nem distribuição, mas em perfeição integral, impropriamente, mais ainda, até absurdamente, diz-se que *o Filho* é sua expressa representação. Mas como o Pai, ainda que seja distinto do Filho por sua propriedade, é representado plenamente neste, com toda razão se diz que manifestou-se nele sua hipóstase; a que se ajusta apropriadamente *o* que logo em seguida se acrescenta: que *o Filho* é o resplendor de sua glória [Hb 1.3]. Das palavras do Apóstolo concluímos com certeza que no Pai subsiste uma hipóstase própria, que esplende no Filho. Donde, também, em contrário, facilmente se infere a hipóstase do Filho, que o distingue do Pai.

O mesmo arrazoado *vale* em relação ao Espírito Santo, pois prontamente provaremos não só ser ele Deus, mas ainda é necessário que o tenhamos como hipóstase diferente do Pai.[58] Entretanto, esta não é uma distinção de essência, a qual não é admissível ser tomada como múltipla.

Portanto, se o testemunho do Apóstolo merece crédito, segue-se que há em Deus três ***hipóstases***. Quando os latinos expressaram o mesmo pelo termo ***pessoa***, é de excessiva impertinência, e até mesmo de obstinação, contender acerca de matéria *sobejamente* evidente. Se *porventura* preferir-se traduzir ao pé da letra, pode-se

58. Primeira edição: "mas ainda [que], necessariamente, é de haver-Se [por] outro que o Pai."

dizer ***subsistência***. Muitos usaram o termo ***substância*** *nesta* mesma acepção. De fato, tampouco somente os latinos fizeram uso do termo ***pessoa***, mas os gregos, de igual modo, talvez com o propósito de atestar *sua* anuência *à doutrina*, ensinaram haver em Deus três πρόσωπᾶ [*prŏsôpã – pessoas*].

Contudo, *os* que diferem entre si em palavras, sejam gregos, sejam latinos, estão de pleno acordo na essência da matéria.

3. ADEQUAÇÃO DOS TERMOS TRINDADE E PESSOA À INTERPRETAÇÃO DO CONCEITO BÍBLICO

Ora, o fato de que os hereges vociferem a respeito do termo ***pessoa***, ou certos *indivíduos* extremamente impertinentes façam estardalhaço, *dizendo* que não admitem um vocábulo cunhado pelo arbítrio dos homens, sendo que não podem negar que se faz referência a três, dos quais cada um é plenamente Deus, sem que por isso haja muitos deuses,[59] que espécie de improbidade é esta: impugnar palavras que não expressam outra *coisa* senão *o* que foi selado e atestado nas Escrituras?

Mais a propósito seria, insistem, conter dentro dos limites da Escritura não apenas nossos pensamentos, mas até mesmo *nossas* palavras, que disseminar vocábulos estranhos que viriam a ser sementeiras de dissenções e contendas. Pois assim nosso espírito se enlanguesce em torno de disputas de palavras, perde a verdade na altercação, dissipa-se o amor na odienta disputa.

Se alcunham de vocábulo estranho *o* que não se pode mostrar na Escritura, escrito sílaba por sílaba, por certo que nos impõem uma lei iníqua, pela qual se condena toda interpretação que não se adéqüe à *expressa* trama da Escritura. Se, porém, *lhes* é *vocábulo* estranho aquele que, engendrado pela afetação humana, é defendido supersticiosamente, que vale mais para contenção do que para edificação, que se emprega ou de maneira inoportuna ou sem nenhum proveito, que, por sua aspereza, ofende aos ouvidos piedosos, que destrói a simplicidade da Palavra de Deus, de todo o coração abraço tal sobriedade. Pois não julgo que devamos falar com menos reverência do que pensar, em referência a Deus, quando alguma coisa é não só estulta, que a seu respeito pensamos de nós para nós *mesmos*, mas também equivale a insulto tudo quanto assim dizemos.

Todavia, faz-se necessário preservar-se alguma norma. É preciso buscar nas Escrituras a regra precisa tanto do pensar quanto do falar, pela qual se pautem não apenas todos os pensamentos da mente, como também as palavras da boca. Mas, que impede que expliquemos, através de palavras mais escorreitas, aquelas coisas que nas Escrituras nos são susceptíveis de perplexidade e embaraço ao entendimen-

59. Primeira edição: "como não nos possam espoliar de que se referem três, cada um dos quais é Deus no Seu todo, embora nem [assim] haja muitos deuses ..."

to, *palavras* que, entretanto, sirvam conscienciosa e fielmente à verdade da própria Escritura, e usadas parcimoniosa e comedidamente, não inoportunamente? Desta espécie não faltam exemplos assaz numerosos. Que *se dirá*, porém, quando se houver comprovado que a Igreja é por suma necessidade compelida a usar os termos ***trindade*** e ***pessoas***? Se alguém, então, censura a novidade dos termos, porventura não se julgará, com merecida razão, que não se atenta dignamente para a luz da verdade, visto que está a censurar apenas isto: tornar a verdade clara e lúcida?[60]

4. Utilidade dos termos *Trindade* e *Pessoa* em relação a conceitos heréticos

Mas, a novidade (se assim se deve denominar) de termos desta espécie então vem a uso mui relevante, quando se tem de afirmar a verdade contra *seus* detratores, os quais, em tergiversando, a evadem, *o* que hoje experimentamos sobejamente. Elas vêm muito a propósito para que os inimigos da pura e sã doutrina sejam desbaratados, mormente em que, com *seu* serpear sinuoso e insinuante, estas serpentes escorregadias se escapolem, a menos que sejam acossadas com vigor e, apanhadas, sejam esmagadas. Assim, os antigos, assoberbados de não poucas escaramuças de doutrinas pervertidas, foram compelidos a expressar com magistral clareza e propriedade *o* que sentiam, para que não deixassem aos ímpios subterfúgios distorcidos, a quem os invólucros das palavras eram os esconderijos dos erros.

Porque não podia opor resistência a testemunhos manifestos *da Escritura*, Ário confessava a Cristo *como* Deus e Filho de Deus e, como se agisse com probidade, aparentava certa conformidade com os demais. Mas, ao mesmo tempo, não cessava de alardear que Cristo fora criado e tivera começo, como as demais criaturas. Os antigos, no afã de arrancar de *seus* antros a versátil sutileza do homem, avançaram além, proclamando a Cristo *como* o eterno Filho do Pai e consubstancial com o Pai. Então, efervesceu a impiedade, em que os arianos começaram a abominar e a execrar mui perversamente o termo ὁμοούσιος [*hŏmŏoúsios – consubstancial*]. Ora, se sinceramente e de coração *o* houvessem, desde o princípio, confessado Deus, não *o* teriam negado ser consubstancial com o Pai.

Quem se atreverá a acusar àqueles santos varões de amigos de controvérsias e dissensões, pelo fato de que, por uma simples palavra, se inflamassem os ânimos na disputa ao ponto de turbar a paz e tranqüilidade da Igreja?[61] Mas, essa palavrinha fazia a diferença entre os cristãos de fé pura e os sacrílegos arianos.

---

60. Primeira edição: "o a verdade fazer-se clara e lúcida?"

61. Primeira edição: "Quem haja de ousar investir contra esses probos varões como se querelantes e contenciosos, por isso que, em função de uma palavrinha só, se hajam incendido de tão grande fervor de disputar e perturbado hajam a paz da Igreja?"

Mais tarde surgiu Sabélio, que não levava quase em nenhuma conta os títulos Pai, Filho e Espírito Santo, argüindo que não eram empregados em função de alguma distinção; ao contrário, eram *apenas* atributos diversos de Deus, dos quais mui vasto é o número. Se tal matéria viesse a debate, confessava crer que o Pai *é* Deus, o Filho *é* Deus, o Espírito *é* Deus; mas, em seguida, *lhe* era fácil safar-se, *alegando* que nada mais havia afirmado senão que havia chamado a Deus de forte, justo e sábio. E dessa forma ecoava novamente outra cantilena: que o Pai é o Filho e o Espírito Santo é o Pai, sem nenhuma hierarquia, sem nenhuma distinção. Para que a improbidade d*esse* homem fosse desmantelada, os probos doutores que no coração tinham então a piedade, redargüiam com veemência, *dizendo* que é preciso reconhecer verdadeiramente três propriedades no Deus uno e único. E para que, contra *suas* tortuosas sutilezas, se armassem da verdade aberta e simples, afirmaram que subsiste no Deus uno e único ou – *o* que era o mesmo – subsiste na unidade de Deus, verdadeiramente, uma trindade de pessoas.

5. SENTIDO E DISTINÇÃO DE TERMOS FUNDAMENTAIS, A SABER, *SUBSTÂNCIA*, *CONSUBSTANCIAL*, *ESSÊNCIA*, *HIPÓSTASE*, *PESSOA* E *TRINDADE*

Se portanto *estes* termos não foram inventados temerariamente, devemos acautelar-*nos* para que não sejamos argüidos de presunçosa temeridade, os repudiando. Prouvera que realmente fossem sepultados, contanto que entre todos esta fé se patenteasse: que o Pai e o Filho e o Espírito são um e único Deus, todavia *de modo que* o Filho não é o Pai *como tal*; ou o Espírito, o Filho; ao contrário, que são distintos *entre si* por determinada propriedade.

Na verdade, não sou de uma intransigência tão categórica que porfie por digladiar por causa de meros palavretes! Pois tomo em consideração que os antigos, de outra sorte a falar destas coisas com muita reverência, *não* concordam nem entre si, nem ainda a todo tempo consigo *próprios*, individualmente. Ora, que formas *de expressão* usadas pelos concílios que Hilário justifica? Com que liberdade por vezes Agostinho[62] prorrompe! Quão antagônicos os latinos são dos gregos! Desta diversidade, porém, baste apenas um exemplo. Quando os latinos quiseram traduzir o termo ὁμοούσιος [*hŏmŏoúsios*], empregam *consubstantiâlis* [consubstancial], indicando *assim* que uma é a substância do Pai e do Filho e dessa forma usando ***substância*** por ***essência***. Donde também Jerônimo, *da epístola* a Damaso, diz ser sacrilégio atribuir ***três substâncias*** em Deus, e no entanto que há em Deus ***três substâncias*** se achará em Hilário mais de cem vezes!

Quão confuso, porém, se mostra Jerônimo com a palavra ***hipóstase***! Pois quando se referem ***três hipóstases em Deus***, suspeita ele que há veneno escondido em-

62. *Da Trindade*, livro V, capítulos 8 e 9.

baixo. E se alguém faz uso desta palavra em sentido piedoso, mesmo assim *ele* não esconde que é uma forma imprópria de falar. Se, afinal, *é que* haja assim falado sinceramente e não antes diligenciada, cônscia e deliberadamente, por infamar com injusta calúnia aos bispos do Oriente, a quem detestava. Por certo que assevera isto com bem reduzida lucidez: que em todas as escolas profanas, οὐσἰα [*ousía*] outra coisa não era senão ***hipóstase***, o que reiteradamente se refuta pelo uso comum e constante.

Mais comedido e compreensivo *é* Agostinho[63] que, embora afirme ser novel o termo ***hipóstase*** aos ouvidos latinos, nesta acepção, contudo, tanto não deprecia aos gregos sua maneira de expressar-se, que até mesmo tolera placidamente aos latinos que passaram a imitar a terminologia grega. E *o* que também Sócrates escreve a respeito, no livro VI da ***História Tripartite***, leva a isto: que *o termo* **hipóstase** foi *originalmente* aplicado a esta matéria, em moldes improcedentes, pode-se dizer, por homens ignorantes. Aliás, o mesmo Hilário acusa os hereges de grande crime, porquanto, pela improbidade deles, é forçado a sujeitar ao perigo do discurso humano *coisas* que fora conveniente que se contivessem na sacralidade das mentes, não dissimulando que isto é fazer *coisas* impermissíveis, dizer *coisas* inexprimíveis, presumir *coisas* não admitidas. Pouco depois, ainda se desculpa longamente porque ousa introduzir termos novos, pois, empregado que haja os designativos de natureza, Pai, Filho e Espírito, acrescenta que tudo quanto se busca além disso ultrapassa o sentido da linguagem, o alcance dos sentidos, a capacidade da inteligência. E, em outro lugar,[64] proclama os bispos da Gália bem-aventurados, os quais não haviam elaborado, nem recebido, nem sequer conhecido outra confissão além daquela antiga e mui simples, que havia sido recebida entre todas as igrejas desde o tempo dos apóstolos. Nem é diferente a escusa de Agostinho, de que, em razão da pobreza da linguagem humana em matéria de tão alto importe, esta palavra *hipóstase* havia sido forçada pela necessidade, não para que se expressasse *o* que é, mas *apenas* para que não se passasse em silêncio o fato de que são três o Pai, o Filho e o Espírito.

E, por outro lado, esta sobriedade dos santos varões nos deve advertir, para que não marquemos de imediato, com tanta severidade, como por um estilete censório, aqueles que não se disponham a jurar por palavras concebidas por nós, desde que não façam isto ou por arrogância, ou por *mero* capricho, ou por maldoso intento; ao contrário, por sua vez, *eles* próprios ponderem ser levados de quão impiedosa necessidade por assim falarmos, para que, aos poucos, afinal se acostumem a *esta* relevante forma de expressão. Aprendam também a acautelar-se, para que, ao ter de enfrentar, de um lado, os arianos; de outro, os sabelianos, enquanto se agastam de que a uns e outros se corte a oportunidade de tergiversar, nenhuma suspeita instilem de que são discípulos, seja de Ário, seja de Sabélio.

63. *Da Trindade*, livro II, capítulo 2.
64. *Dos Concílios*, 69.

Ário afirma que Cristo é Deus, porém resmunga que *ele* foi criado e teve começo. Diz que é um com o Pai, mas, às escondidas, sussurra aos ouvidos dos seus que ele está unido ao Pai como os demais fiéis, se bem que em prerrogativa singular. Digas que ele é consubstancial: terás removido a máscara a um hábil dissimulador e no entanto nada *assim* acrescentas às Escrituras.

Diz Sabélio que *os termos* Pai, Filho e Espírito não expressam nenhuma distinção em Deus. Digas que na essência una e única de Deus subsiste uma trindade de pessoas: terás dito em uma palavra *o* que as Escrituras dizem e terás refreado a loquacidade vazia.

Se todavia a alguns constringe superstição tão inquietante que não suportam estes termos, contudo ninguém poderá agora negar *isto*, nem ainda que estoure: quando ouvirmos falar de um, devemos entender a unidade de substância; quando ouvimos falar de três em uma essência, denotam-se as pessoas nessa trindade. Quando se confessa isto, sem subterfúgios nem reservas, *já* não nos detemos mais em questão de palavras. Tenho, porém, de longa data experimentado, e na verdade não poucas vezes, que todos quantos mais pertinazmente litigam acerca de palavras, nutrem peçonha secreta, de sorte que é preferível provocá-los abertamente do que falar de maneira menos explícita para ser-lhes agradável.

6. Pessoa, essência e subsistência

Mas, deixada de parte a discussão em torno de palavras, passarei agora a tratar da matéria em si. Portanto, designo como ***pessoa*** uma subsistência na essência de Deus que, *enquanto* relacionada com as outras, se distingue por uma propriedade incomunicável. Pelo termo ***subsistência*** queremos que se entenda algo mais que ***essência***. Pois se o Verbo fosse simplesmente Deus, contudo não tivesse algo próprio, João teria dito erroneamente que *ele* estivera sempre com Deus [Jo 1.1]. Quando acrescenta imediatamente em seguida que também o próprio Verbo era Deus, ele nos volve para a essência única. Mas, uma vez que não podia estar com Deus sem subsistir no Pai, daqui emerge essa subsistência que, embora fosse unida à essência por um vínculo indivisível, não se pode separar *dela*, possui, no entanto, característica especial em virtude da qual se distingue dela.

Agora, quanto às três subsistências, afirmo que cada uma, relacionada *que é* às outras, se distingue por uma propriedade *específica*. *Esta* relação se exprime aqui expressamente porque, onde se faz menção simples e indefinida de Deus, esse termo cabe ao Filho e ao Espírito não menos que ao Pai. Tão logo, porém, se compara o Pai com o Filho, a propriedade específica distingue cada um do outro.

Em um terceiro *aspecto*, afirmo ser incomunicável tudo quanto é peculiar a cada um individualmente, porquanto não pode competir com, ou transferir-se ao

Filho, o que quer que se atribui ao Pai como característica de diferenciação. Nem me desagrada realmente a definição de Tertuliano, contanto que seja tomada nos moldes adequados, de que “há em Deus certa distribuição ou economia, *a trindade de pessoas*, que nada altera da unidade da essência”.

7. DIVINDADE DO VERBO

Contudo, antes que *eu* avance mais longe, é preciso provar a divindade tanto do Filho quanto do Espírito Santo; em seguida, veremos como *eles* diferem entre si. Evidentemente, quando na Escritura é posta diante de nós a *expressão* Palavra de Deus, seria o cúmulo do absurdo imaginar-se apenas a momentânea e evanescente *emissão de* voz que, lançada ao ar, se projeta para fora do próprio Deus, cuja natureza foram não só os oráculos outorgados aos patriarcas, mas ainda todas as profecias, quando outrora se indicava *com este designativo* a perpétua Sabedoria residente em Deus, de que provieram tanto os oráculos quanto todas as profecias. Ora, Pedro [1Pe 1.11] testifica que os profetas antigos falaram pelo Espírito de Cristo, não menos que os apóstolos e quantos mais tarde ministraram a doutrina celestial. Entretanto, uma vez que Cristo ainda não havia se manifestado, é necessário entender a Palavra *como* gerada do Pai antes dos séculos. Porque, se esse Espírito, de quem os profetas foram instrumentos, foi *o Espírito* da Palavra, concluímos, sem sombra de dúvida, que o Deus verdadeiro era *a Palavra*.

E Moisés ensina isto bem claramente na narrativa da criação do mundo, apresentando-*lhe* essa *mesma* Palavra *como* intermediária. Pois, por que fala expressamente haver Deus dito, ao criar a cada uma de *suas* obras: Haja isto ou aquilo, senão para que a glória insondável de Deus reluza *naquele que é* sua imagem? Aos escarnecedores e palradores seria fácil contornar isto, *alegando* que *nessa referência* toma-se palavra na acepção de ordem e preceito. Melhores intérpretes, porém, *são* os apóstolos que ensinam [Hb 1.2, 3] que os mundos foram criados através do Filho, e que *ele* a tudo sustenta por sua poderosa Palavra. Ora, vemos que aqui o *termo* ***Verbo*** é tomado na acepção de arbítrio ou determinação do Filho, que é *ele* próprio a Palavra eterna e essencial do Pai.

Na verdade não é obscuro aos sóbrios e comedidos *o* que Salomão diz [Pv 8.22, 23], onde introduz a Sabedoria *como* gerada por Deus antes dos séculos e a presidir à criação das coisas e a todas as obras de Deus. Ora, seria estulto e frívolo imaginar aqui uma como que determinação temporária de Deus, quando ele queria então manifestar seu plano fixo e eterno, e mesmo algo mais recôndito. Com que também se afina aquela declaração de Cristo: “Meu Pai e eu trabalhamos até agora” [Jo 5.17]. Pois, afirmando haver estado constantemente em ação juntamente com o Pai desde o próprio início do mundo, expressa de modo mais explícito *o* que Moisés abordara de maneira mais sucinta. Concluímos, pois, que Deus assim falou *no ato*

da criação para que a Palavra tivesse sua parte na ação e com isso a operação fosse, *a um só tempo*, comum a ambos.

João, porém, *é* de todos *o que fala* muito mais claramente, quando declara que aquela Palavra que desde o princípio era Deus com Deus, juntamente com Deus o Pai, *é* a causa de todas as coisas [Jo 1.1-3]. Ora, *João* não só atribui ao Verbo uma essência real e permanente, mas ainda *lhe* assinala algo peculiar e mostra, com luminosa clareza, como Deus foi o criador do mundo mediante a Palavra.

Logo, uma vez que todas as revelações divinamente comunicadas são designadas, com toda propriedade, com o título de ***Palavra de Deus***, assim convém elevar ao mais alto grau esse Verbo substancial *como* a fonte de todos os oráculos, o qual, acima de toda variação, permanece perpetuamente um e o mesmo com Deus, e *ele* próprio é Deus.

8. Eternidade do Verbo

Aqui se põem a ladrar alguns cães, *dizendo* que, embora não ousem arrebatar abertamente sua divindade, furtivamente surrupiam sua eternidade. Pois, dizem *eles*, a Palavra começou realmente a existir então, quando Deus abriu seus sacros lábios na criação do mundo. Mas, de forma mui insipiente, atribuem à substância de Deus mudança desse gênero. Ora, como os designativos de Deus que *lhe* contemplam a operação externa começaram a ser-lhe atribuídos a partir da existência da própria obra, razão pela qual é chamado criador do céu e da terra, assim a piedade *não* reconhece nem admite nenhum título que sugira haver ocorrido algo novo a Deus em si *mesmo*. Porque, se *nele* tivesse havido algo adventício, cairia *por terra* essa *afirmação* de Tiago [1.17], de que "todo dom perfeito promana de cima e desce do Pai das luzes, em quem não há mudança, ou sombra de variação". Logo, longe de nós tolerar a idéia de um começo dessa Palavra que sempre foi não só Deus, mas também, depois, o Artífice do universo.

Mas, de maneira particularmente sutil arrazoam que Moisés, ao narrar que Deus falou pela primeira vez então, está ao mesmo tempo inculcando que nele antes não existia nenhuma Palavra, do que não pode haver nada mais pueril. Ora, só porque algo começa a manifestar-se em determinado tempo não se deve por isso concluir que jamais existira antes. Eu, porém, chego a conclusão bem diferente: como no exato momento em que Deus disse: Haja luz, o poder da Palavra tenha emergido e se tenha patenteado, ela já existia muito antes. Mas, se alguém perguntar quanto tempo antes, não se achará nenhum começo. Pois o Verbo não determina limite definido de tempo quando *ele* próprio diz: "Pai, glorifica ao Filho com a glória que possuí em ti no início, antes que fossem lançados os fundamentos do mundo" [Jo 17.5]. Tampouco deixou João de levar isto em conta, pois antes de descer à *referên-*

cia à criação do mundo [Jo 1.3] diz que a Palavra estava no princípio com Deus [Jo 1.1].

Reiteramos, pois, uma vez mais, que a Palavra de Deus concebida além do começo do tempo subsistiu junto a ele perpetuamente, do quê se comprova não só sua eternidade, como também sua verdadeira essência e sua deidade.

9. EVIDÊNCIAS VETEROTESTAMENTÁRIAS QUANTO À DIVINDADE DE CRISTO

Não obstante, embora ainda eu não vá abordar a pessoa do Mediador, contudo *o* adio para o ponto em que se haverá de tratar da Redenção; no entanto, uma vez que se deve entre todos admitir sem controvérsia que Cristo é essa Palavra revestida de carne, aqui virão mui a propósito todos e quaisquer testemunhos que prescrevem a divindade de Cristo.

Quando se diz no Salmo 45 [v. 6]: "Teu trono, ó Deus, *é* para todo sempre", os judeus tergiversam, *alegando* que o nome ***Elohim*** cabe também aos anjos e às potestades superiores. Entretanto, em lugar nenhum na Escritura se acha uma passagem semelhante em que uma criatura seja elevada a um trono eterno. Ademais, *ele* não é chamado simplesmente ***Deus***, mas também o ***Soberano Eterno***. Além disso, a ninguém se confere este designativo, exceto com restrição qualificativa, como quando se diz que Moisés haveria de ser por Deus a faraó [Ex 7.1]. Outros *o* lêem no caso genitivo, *teu trono é de Deus*, *o* que é excesso de ignorância. Na verdade reconheço que freqüentemente se designa de divino *o* que é insigne por *sua* singular excelência. Mas, pelo contexto, se faz sobejamente claro que essa *interpretação* é dura e forçada, sem dúvida de modo algum procedente.

Entretanto, se sua obstinação não cede, sem dúvida que o mesmo Cristo não é obscuramente apresentado por Isaías [9.6] *como* Deus, mas ainda adornado de poder supremo, *o* que é próprio de Deus somente: "Este é", diz *ele*, "o nome com que o designarão: Deus Forte, Pai da Eternidade" etc. Aqui também os judeus vociferam e assim invertem o teor: Este é o nome com que o chamará Deus forte, o Pai do porvir" etc., de sorte que deixam ao Filho apenas isto: ser chamado Príncipe da Paz. Mas, a que propósito se haveriam de condensar nesta passagem tantos designativos para Deus o Pai, quando a intenção do Profeta é adornar a Cristo com marcas insignes que nos edifiquem a fé nele? Portanto, não há dúvida de que é *ele* agora chamado Deus forte pela mesma razão por que fora pouco antes designado de Imanuel.

Nada, porém, se pode buscar *algo* mais luminoso do que *esta* passagem de Jeremias [23.6]: "Este haverá de ser o nome com que se chamará o renovo de Davi: o Senhor, Justiça Nossa." Ora, uma vez que os próprios judeus ensinam, mais ainda, que os outros designativos de Deus nada são senão títulos, que só este, [*Jehôvah – Senhor*], que dizem ser inefável, é um substantivo que expressa a essência, concluí-

mos que o Filho único é o Deus Eterno, que declara, em outro lugar [Is 42.8], que não dará sua glória a outrem.

Na verdade, aqui os judeus buscam refúgio, dizendo que Moisés não só impôs este nome ao altar por ele construído, como também Ezequiel *o deu* à nova cidade de Jerusalém. Entretanto, quem não vê que *esse* altar foi construído como um testemunho de que Deus era "a exaltação de Moisés", nem é Jerusalém estampada com o nome de Deus senão para testificar de sua presença *nela*? Pois o Profeta assim fala: "Desde esse dia o nome da cidade *será*: o Senhor *está* ali" [Ez 48.35]; Moisés, na verdade, *fala* desta maneira: "Edificou um altar e lhe deu o nome: o Senhor, minha exaltação" [Ex 17.15], *eponímias figurativas, não designações ontológicas*.

Mas, de fato, resta ainda um debate maior em torno de outra passagem de Jeremias [33.16], onde Jerusalém é mencionada com esses mesmos títulos:[65] "Este é o nome com que a chamarão: o Senhor, Justiça Nossa." Esta referência, porém, está mui longe de contrapor-se à verdade que estamos a defender; aliás, ainda mais, *a* confirma. Ora, como *Jeremias* havia já antes testificado que Cristo é o verdadeiro ***Jehovah*** de quem promana a justiça, declara agora que a Igreja de Deus haverá de sentir isto verdadeiramente, de tal modo que se haverá de se gloriar no próprio nome.

Daí, na passagem anterior, refere-se *a Cristo como* a fonte e causa da justiça; nesta, adiciona-se o efeito *disso*.

10. O ANJO DAS TEOFANIAS ERA CRISTO

Porquanto, se estas *evidências* não satisfazem aos judeus, não vejo com que sutilezas possam evitar *o fato* de que, com tanta freqüência, *na Escritura* o Senhor se apresenta na pessoa de um Anjo. Diz-se haver aparecido um Anjo aos santos patriarcas. O mesmo atribui a si o nome do Deus Eterno. Se alguém objeta, *dizendo* que isto se diz com respeito à função que *o anjo* desempenhava, a dificuldade de modo algum fica assim resolvida. Pois um servo não iria arrebatar de Deus sua honra, permitindo que lhe fosse oferecido um sacrifício. Com efeito, negando-se a haver de comer pão, o Anjo ordena que o sacrifício fosse oferecido ao Senhor [Jz 13.16]. A seguir [Jz 13.20], prova, pelo próprio fato, que ele é realmente o Senhor. Desse modo, Manoá e a esposa concluem, desta evidência, que haviam visto não simplesmente um anjo, mas a Deus. Daí esta exclamação: "Haveremos de morrer, porque vimos a Deus" [Jz 13.22]. Quando, porém, a esposa responde: "Se o Senhor nos quisesse matar, não teria recebido de nossa mão o sacrifício [Jz 13.23], confessa com certeza que *aquele* que antes disse ser um ajo *era realmente* Deus. Além disso, agrega que a própria resposta do Anjo dirime *toda* dúvida: "Por que perguntas por meu nome, que é maravilhoso?" [Jz 13.18].

65. Primeira edição: "onde com estas palavras a Jerusalém se refere esta mesma loa."

Tanto mais abominável foi a impiedade de Serveto, quando asseverou que Deus jamais se manifestara a Abraão e aos demais patriarcas; ao contrário, em seu lugar fora adorado um anjo. Reta e sabiamente, porém, os doutores ortodoxos da Igreja interpretaram que esse Anjo era Príncipe, a Palavra de Deus, que já então, em um como que prelúdio, começou a exercer o ofício de Mediador. Ora, se bem que ele ainda não havia se revestido da carne, contudo desceu como um, por assim dizer, intermediário, para que se achegasse mais intimamente aos fiéis. Portanto, *esta* comunicação mais íntima lhe valeu o nome de Anjo, enquanto retinha *o* que lhe era peculiar: ser ele o Deus da glória inefável.

O mesmo entende Oséias que, após recontar a luta que Jacó sustentou com o anjo, diz: "O Senhor *é* o Deus dos Exércitos; o Senhor, seu nome *é* um memorial *perpétuo* [Os 12.5]. Serveto rosna novamente, *dizendo* que Deus havia tomado a pessoa de um anjo. Como se, afinal, o Profeta não estivesse a confirmar *o* que fora dito por Moisés [Gn 32.29, 30]: "Por que perguntas por meu nome?" E a confissão do santo Patriarca, quando diz: "Vi a Deus face a face" [Gn 32.29, 30], suficientemente declara que não se tratava de um anjo criado, mas *Aquele* em quem residia a plena Deidade. Daqui também essa *afirmação* de Paulo [1Co 10.4], de que Cristo fora o guia do povo no deserto, visto que, embora ainda não fosse vindo o tempo de *sua* humilhação, contudo aquela Palavra eterna propôs uma prefiguração de seu ofício, a que fora destinado. Ora, se porventura for examinado, sem contenda, o primeiro capítulo de Zacarias, e o segundo, o Anjo que envia outro Anjo [Zc 2.3] é o mesmo imediatamente cognominado o ***Deus dos Exércitos***, e lhe é atribuído poder supremo.

Deixo de considerar inúmeros testemunhos nos quais, com plena segurança, se nos arrima a fé, a despeito de que os judeus não se deixam mover de modo algum.[66] Quando, pois, se diz em Isaías [25.9]: "Eis, este *é* o nosso Deus, este é o Senhor: nele esperaremos e *ele* nos preservará", é evidente aos que são dotados de olhos que a referência é a Deus, que se levanta de novo para a salvação de *seu* povo. E *essas* expressões enfáticas, duplamente repetidas, não permitem aplicar-se isto a outro senão a Cristo.

Ainda mais clara e taxativa *é* a passagem de Malaquias [3.1] em que promete que o Dominador, que era então buscado, haveria de vir a seu templo. Sem dúvida que somente ao Deus supremo foi sagrado o templo, o que, no entanto, o Profeta reivindica para Cristo. Do quê se segue que *Cristo* é o mesmo Deus que foi sempre adorado entre os judeus.

66. Primeira edição: "bem que aos judeus não movem sobremodo."

11. Os apóstolos aplicam a Cristo o que fora dito do Deus eterno

O Novo Testamento, porém, borbulha de inumeráveis testemunhos. Portanto, devemos dar-*nos* ao trabalho de, concisamente, selecionar *apenas* uns poucos *desses testemunhos*, antes de coligi-los todos. E, embora os apóstolos tenham falado dele desde que já se apresentara na carne *como* Mediador, todavia tudo quanto trarei à consideração haverá de servir apropriadamente para provar sua eterna Deidade.

Em primeiro plano, digno de especial atenção é isto: que os apóstolos ensinam que *o* que se predissera do Deus eterno ou já se patenteou em Cristo ou um dia haverá de se manifestar nele. Pois quando Isaías profetiza que o Senhor dos Exércitos haveria de ser aos judeus e israelitas por pedra de tropeço e rocha de escândalo [Is 8.14], Paulo afirma que isso se cumpriu em Cristo [Rm 9.33]. Logo, *Paulo* declara que Cristo é esse Senhor dos Exércitos. De igual modo, em outro lugar [Rm 14.10, 11]: "Importa" diz ele, "que todos, uma vez, nos assentemos perante o tribunal de Cristo, pois foi escrito: Diante de mim todo joelho se dobrará e toda língua me confessará."

Quando, em Isaías [45.23], Deus anuncia isto de si mesmo e de Cristo, *o* exibe objetivamente em si *mesmo*, segue-se que *ele* é aquele próprio Deus cuja glória não se pode transferir a outrem. O que também cita do Salmo [68.18] *na epístola* aos Efésios [4.8] é evidente que se refere unicamente a Deus: "Subindo ao alto, conduziu o cativeiro." Compreendendo que ascensão dessa natureza só se prefigurara então, quando Deus manifestou seu poder em insigne vitória contra nações estrangeiras, *Paulo a* assinala que ela se manifesta mais plenamente em Cristo. Assim, João [12.41] testifica que foi a glória do Filho que, através de visão, fora revelada a Isaías [6.1], quando, entretanto, o próprio Profeta escreve que *vira* a majestade de Deus.

Além disso, é evidente que aquelas *atribuições* que o Apóstolo confere ao Filho, *na Epístola* aos Hebreus, são claríssimas exaltações de Deus: "Tu, Senhor, no princípio lançaste os fundamentos do céu e da terra" etc. [Hb 1.10]; de igual modo: "Adorai-o *vós*, todos os seus anjos" [Hb 1.6]. Contudo, nem delas abusa quando *as* aplica a Cristo, uma vez que tudo quanto se canta nesses salmos somente ele *o* cumpriu. Pois foi ele que, levantando-se, se compadeceu de Sião [Sl 102.13], ele que para si reivindicou o reino de todos os povos e ilhas [Sl 97.1]. E por que João, que dissera antes que o *Verbo* sempre fora Deus, teria hesitado em atribuir a Cristo a majestade de Deus? Por que haveria Paulo de ter-se arreceado de instalar a Cristo no tribunal de Deus [2Co 5.10], havendo-lhe previamente proclamado a divindade com tão franca proclamação, quando dissera ser *Cristo* "Deus bendito para sempre" [Rm 9.5]? E para que transpareça o quanto *Paulo* é consistente neste ponto, *ele* escreve ainda em outro lugar [1Tm 3.16] que *Cristo* é Deus manifestado em carne. Se *como* Deus *Cristo* deve ser louvado para sempre, então ele é *Aquele* a quem

unicamente se devem toda honra e glória, o mesmo *Paulo o* afirma em outra passagem [1Tm 1.17]. Na verdade nem mesmo dissimula isto, senão que *o* proclama abertamente: “Que, sendo em forma de Deus, não teve por usurpação ser igual a Deus, mas a si mesmo se esvaziou, tomando a forma de servo, fazendo-se semelhante aos homens” [Fp 2.6, 7].

E para que os ímpios não concluíssem que *ele* é algum Deus fortuito, João vai além, dizendo: “Ele é o Deus verdadeiro e a vida eterna” [1Jo 5.20]. Todavia, mais do que suficiente nos deve ser que *Cristo* seja chamado Deus, especialmente por essa testemunha que nos assevera expressamente que não há muitos deuses, mas um único. E esse é Paulo, que assim fala [1Co 8.5-6]: “Ainda que muitos se chamem deuses, seja no céu, seja na terra, para nós, entretanto, há um só Deus, de quem *procedem* todas as coisas.” Quando da mesma boca ouvimos que Deus se manifestou em carne [1Tm 3.16], com cujo próprio sangue Deus adquiriu a Igreja para si [At 20.28], por que imaginamos um segundo Deus, a quem aquele de modo algum reconhece? E não há a mínima dúvida de que o mesmo foi o sentimento de todos os piedosos. De fato, de maneira semelhante, ao proclamá-lo abertamente seu Senhor e *seu* Deus [Jo 20.28], Tomé confessa ser *ele* aquele Deus único a quem havia sempre adorado.[67]

12. As obras de Cristo atestam sua divindade

Ora, se julgarmos sua divindade *em função* das obras que nas Escrituras lhe são atribuídas, daí *ela* refulgirá ainda mais claramente. Pois, quando *Cristo* afirmava que, desde o princípio até então, vinha atuando juntamente com o Pai [Jo 5.17], os judeus, tardíssimos de entendimento para com seus demais ditos, no entanto compreenderam que ele estava reivindicando para si poder divino. E, em decorrência disso, como *o* menciona João [5.18], “mais o buscavam matar, porque não só violava o sábado, mas ainda dizia que Deus *era* seu Pai, fazendo-se igual a Deus.” Portanto, quão *terrível* nos será a obtusidade, se não sentirmos que aqui se afirma claramente sua divindade! E realmente, governar o orbe por *sua* providência e poder e regular todas *as coisas* pelo arbítrio de *seu* próprio querer, *prerrogativa* que o Apóstolo lhe outorga [Hb 1.3], não é senão *atribuição* do Criador.

Ele partilha com o Pai não só da autoridade de governar o orbe, mas ainda de outras funções individuais que não podem ser comunicadas às criaturas. Brada o Senhor através do Profeta [Is 43.25]: “Sou eu, sou eu, *aquele* que apaga tuas iniqüidades por amor de mim.” Como, à luz desta reiteração, os judeus pensassem que a Deus se infligia ofensa por Cristo perdoar pecados, Cristo afirmou não só com palavras que esse poder lhe competia, mas até *o* comprovou mediante milagre [Mt 9.6].

---

67. Primeira edição: “De maneira, na verdade, semelhante, com abertamente proclamá[-lO] seu Senhor e [seu] Deus [Jo 20.28], Tomé [O] confessa ser Aquele Deus único a Quem havia sempre adorado.”

Vemos assim que ele possui não *apenas* o exercício, mas *ainda* o poder de remissão de pecados, o qual o Senhor nega que se pode transferir a outrem.

E então? Porventura não pertence somente a Deus *a faculdade de* perscrutar e penetrar os silentes pensamentos dos corações? Mas Cristo também teve este *poder* [Mt 9.4; Jo 2.25], do quê se pode inferir sua Deidade.

13. OS MILAGRES DE CRISTO E AS PRERROGATIVAS DIVINAS QUE LHE SÃO OUTORGADAS ATESTAM SUA DIVINDADE

Também nos milagres, quão límpida e luminosamente sua Deidade se patenteia! *Milagres* esses, embora eu reconheça serem operados iguais e semelhantes tanto pelos profetas quanto pelos apóstolos, entretanto nisto está a máxima diferença: que estes, por seu ministério, *apenas* administraram os dons de Deus; aquele manifestou *neles* seu próprio poder. É verdade que, por vezes, *ele* se serviu da oração para reportar-se à glória do Pai; na maioria dos casos, porém, vemos seu próprio poder manifesto diante de nós. E como não seria o real operador dos milagres *aquele* que, de sua *própria* autoridade, confere a outros sua administração?

Ora, o evangelista [Mt 10.8; Mc 3.15; 6.7] narra que ele outorgou aos apóstolos poder de ressuscitar os mortos, de curar os leprosos, de expulsar os demônios etc. E esses *apóstolos* desempenharam ministério de tal natureza e em moldes que evidenciassem sobejamente que o poder não lhes era de outra fonte senão de Cristo. “Em o nome de Jesus Cristo”, diz Pedro, “levanta-te e anda” [At 3.6]. Portanto, não *é* de admirar se Cristo tenha evocado seus milagres para impugnar a incredulidade dos judeus, visto que, operados por seu *próprio* poder, *lhe* rendiam o mais amplo testemunho da divindade [Jo 5.36; 10.37; 14.11].

Além disso, se à parte de Deus nenhuma salvação existe, nenhuma justiça, nenhuma vida, porém Cristo contém em si todas essas *coisas*, por certo que *nele* Deus se exibe. Nem me venha alguém objetar *dizendo* que a vida ou a salvação *foi* nele infundida por Deus, visto que não se diz que *Cristo* haja recebido a salvação; ao contrário, *ele* próprio é a salvação. E se ninguém *é* bom, senão Deus somente [Mt 19.17], como poderia um mero homem ser, não digo bom e justo, mas a própria bondade e justiça? Que *dizer-se* quando, segundo o evangelista *o* atesta, desde o primeiro lance da criação nele estava a vida, e ele, já então a existir *como* a vida, era a luz dos homens [Jo 1.4]?

Conseqüentemente, arrimados em evidências desse gênero, ousamos depositar nele nossa fé e esperança, quando, no entanto, saibamos que é sacrílega impiedade se a confiança de alguém é depositada em criaturas. “Credes em Deus? Crede também em mim”, diz ele [Jo 14.1]. E assim Paulo interpreta duas passagens de Isaías: “Todo aquele que nele espera não será envergonhado” [Is 28.16; Rm 10.11];

igualmente: “Será da raiz de Jessé *aquele* que se levantará para reger os povos; nele esperarão” [Is 11.10; Rm 15.12]. E por que buscarmos mais testemunhos da Escritura em relação a esta matéria, quando tantas vezes ocorre esta afirmação: “Quem crê em mim tem a vida eterna” [Jo 6.47]?

Ora, a ele também compete a invocação *característica da oração*, que emana da fé, a qual no entanto é própria da Divina Majestade, se alguma outra *coisa* tem *ela* de própria. Pois diz o Profeta: “Todo aquele que invocar o nome do Senhor será salvo” [Jl 2.32]. Outro, também: “Fortíssima torre *é* o nome Jeová: para ela fugirá o justo e será preservado” [Pv 18.10]. Com efeito, o nome de Cristo é invocado para a salvação. Segue-se, portanto, que *ele* próprio é o Senhor. De fato, temos em Estêvão exemplo desta invocação, quando *ele* diz: “Senhor Jesus, recebe meu espírito” [At 7.59]. A seguir o temos em toda a Igreja, como *o* atesta Ananias, *nesse* mesmo livro [9.13]: “Senhor”, diz *ele*, “sabes quão grandes males tem este infligido a todos os santos que invocam teu nome.” E para que se entenda mais amplamente que em Cristo habita corporalmente toda a plenitude da divindade [Cl 2.9], o Apóstolo confessa [1Co 2.2] que *não* havia proposto entre os coríntios nenhuma outra doutrina senão o conhecimento dele, nem outra *coisa* havia pregado senão *essa* mesma *doutrina*. Indago, pois, que é de tão extraordinário e de quão grande importância, o fato de somente o nome do Filho nos ser anunciado, *a nós* a quem Deus ordena [Jr 9.24] que nos gloriemos unicamente no conhecimento dele? Quem ousou dizer *que é* mera criatura esse cujo conhecimento nos é a única glória? Acresce a isto que as saudações prefixadas às epístolas de Paulo imprecam do Filho os mesmos benefícios que *se imploram* do Pai, pelo que somos ensinados não só que pela intercessão daquele nos advêm *aqueles coisas* que o Pai celestial prodigaliza, mas ainda que, mercê da comunhão de poder, o próprio Filho é seu autor.

Este conhecimento prático é, indubitavelmente, mais preciso e mais seguro que especulação ociosa de qualquer sorte. Pois a alma piedosa percebe a Deus mui presente, e *como que* quase *o* toca, ali onde se sente vivificar, iluminar, preservar, justificar e santificar.

14. A OBRA DO ESPÍRITO SANTO ATESTA SUA DIVINDADE

Pelo que também d*essas* mesmas fontes, especialmente, se deve buscar comprovação para afirmar-se a Deidade do Espírito *Santo*.

Mui longe de obscuro na verdade é aquele testemunho de Moisés na história da criação [Gn 1.2], de que o Espírito de Deus pairava por sobre os abismos, ou matéria informe, porque mostra não só que a beleza do mundo, que ora se contempla, vigora preservada pelo poder do Espírito, mas ainda que, antes que se adicionasse esse adereço, já então o Espírito havia operado na conservação daquela massa caóti-

ca. Ademais, a nenhuma sutileza está exposto *o* que se diz em Isaías [48.16]: "E agora o Senhor me enviou seu Espírito", visto que *Deus* compartilha com o Espírito Santo o supremo poder no envio dos profetas, fato do qual lhe fulge a divina majestade. A melhor comprovação, porém, como *o* disse, nos será da experiência comum. Pois mui distanciado está das criaturas *o* que as Escrituras lhe atribuem e nós mesmos aprendemos da segura experiência da piedade. Ora, ele é *aquele* que, difuso por toda parte, a tudo sustém, alenta e vivifica, no céu e na terra. Já do número de criaturas se exclui por isto mesmo, *a saber*, que ele *não* é circunscrito por quaisquer limites. Ao contrário, isto é mui evidentemente divino: ao transmitir-lhes sua energia, infunde essência, vida e movimento a todas *as coisas*.

Ademais, se superior e muito mais excelente que qualquer expressão do viver atual é a regeneração para uma vida incorruptível, que se deve julgar desse de cujo poder *ela* procede? Ora, a Escritura ensina em muitos lugares que, não por energia tomada de empréstimo, ao contrário, *por energia* própria, é ele o autor d*essa* regeneração, e não só dela, mas também da imortalidade futura.

Enfim, ao Espírito se confere, como ao Filho, todas as funções que são particularmente privativas da Deidade. Porquanto perscruta até mesmo as *coisas* profundas de Deus [1Co 2.10]; conselheiro nenhum há para ele entre as criaturas [Rm 11.34; 1Co 2.16]; concede a sabedoria e o dom de falar, quando, no entanto, o Senhor declara a Moisés que só a ele pertence fazê-lo [Ex 4.11]; através dele de tal modo entramos em comunhão com Deus, que de alguma forma sentimos o poder vivificante para conosco. Nossa justificação é obra sua. Dele procede o poder, a santificação, a verdade, a graça e tudo que de bom se possa imaginar, visto que um só é o Espírito, de quem promana toda espécie de dons. Ora, especialmente digna de nota é esta afirmação de Paulo: "Embora os dons sejam diversos e múltipla e variada a distribuição *deles*, contudo *ele* é um mesmo Espírito" [1Co 12.4], pois não só o estatui *por seu* princípio ou origem, mas ainda *por seu* autor, *o* que, aliás mais claramente, se expressa pouco depois nestas palavras: "Um e o mesmo Espírito distribui todas *as coisas* como lhe apraz" [1Co 12.11]. Pois, a não ser que *o Espírito* fosse algo subsistente em Deus, de modo nenhum lhe seria outorgados arbítrio e vontade.

De maneira a mais clara possível, Paulo distingue, pois, o Espírito com poder divino e mostra que ele reside hipostaticamente em Deus.

15. O Espírito é identificado com a Deidade

Ademais, tampouco a Escritura se abstém do designativo ***Deus***, quando fala a seu respeito. Ora, *do fato de* que seu Espírito habita em nós [1Co 3.17; 6.19; 2Co 6.16], Paulo conclui que somos templos de Deus, *o* que não se deve passar por alto

sem atenção mais detida. Na verdade, quando tantas vezes Deus promete que nos haverá de escolher por seu templo, esta promessa não se cumpre de outra forma senão quando o Espírito habita em nós. De fato, como Agostinho[68] *o* afirma mui luminosamente: "Se nos fosse ordenado edificar ao Espírito um templo de madeira e pedra, uma vez que esta honra só se deve a Deus, seria cristalino argumento *em prol* de sua divindade. Ora, pois, temos aqui um *argumento* muito mais luminoso: que não devemos fazer-lhe um templo, ao contrário, nós mesmos somos seu *templo*! E o próprio Apostolo escreve, ora que somos templo de Deus, ora, na mesma acepção, *que somos templo* do Espírito Santo.

Com efeito Pedro, repreendendo a Ananias por *este* haver mentido ao Espírito Santo, dizia que *ele* não mentira aos homens, mas a Deus [At 5.3, 4]. E onde Isaías introduz o Senhor dos Exércitos a falar, Paulo ensina que é o Espírito Santo quem fala [6.9; At 28.25]. Mais ainda, quando os profetas, a cada passo, dizem que as palavras que proferem são do Deus dos Exércitos, Cristo e os apóstolos *as* atribuem ao Espírito Santo, do quê se segue que *Aquele* que é o autor primordial das profecias é o verdadeiro Senhor. Igualmente, onde Deus se queixa de que *fora* provocado à ira pela obstinação do povo, Isaías escreve que o Espírito Santo, em lugar dele [Deus], foi contristado [Is 63.10]. Por fim, a blasfêmia contra o Espírito Santo não é perdoada nem nesta era, nem na vindoura [Mt 12.31; Mc 3.29; Lc 12.10]; quando quem blasfemou contra o Filho alcança perdão, daqui sendo afirmada abertamente sua majestade, e que ofendê-la ou diminuí-la constitui crime inafiançável.

Deixo, cônscia e deliberadamente, de considerar muitos testemunhos de que os antigos fizeram uso. Para provarem que o mundo é obra do Espírito Santo não menos que do Filho, citaram Davi com muito prazer: "Pela Palavra do Senhor foram feitos os céus, e pelo Espírito de sua boa todo o exército deles" [Sl 33.6]. Como, porém, é costumeiro nos Salmos a dupla repetição da mesma *coisa*, e como em Isaías [11.4] a expressão "a boca do Espírito" equivale a "palavra", tal argumento se torna precário. Por isso preferi abordar, um tanto seletivamente, *apenas elementos* em que as mentes piedosas pudessem solidamente arrimar-se.

16. A unidade de Deus à luz do batismo

Entretanto, uma vez que Deus se revelou mais claramente na vinda de Cristo, também se fez assim mais familiarmente conhecido em três pessoas. Contudo, dentre muitos testemunhos, nos é suficiente este único. Ora, Paulo [Ef 4.5] vincula este três: Deus, Fé e Batismo, de tal modo que de um arrazoa em relação ao outro, isto é, visto que há uma só fé, daí demonstra que há um só Deus; visto que há um só batismo, daí também demonstra que existe uma só fé. Portanto, se mediante o batis-

68. A Máximo, ep. 66.

mo somos iniciados na fé e religião de um só Deus, necessário nos é ter pelo Deus verdadeiro *esse* em cujo nome somos batizados.

Aliás, não resta dúvida que, ao dizer: “Batizai-os em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo” [Mt 28.19], Cristo, mediante esta solene injunção, desejava testificar que a perfeita luz da fé já *então* se manifestara, visto que, na realidade, isto equivale exatamente a serem *eles* batizados no nome de um só e único Deus, o qual, em plena evidência, se mostrou no Pai, no Filho e no Espírito. Do quê se faz meridianamente claro que na essência de Deus residem três pessoas, nas quais, *todavia*, se conhece um só e único Deus.

E, naturalmente, como a fé não deve lançar a vista à sua volta, *a olhar* para cá e para lá, nem correr a esmo em *direções* diversas, ao contrário, deve mirar unicamente a Deus, volver-se unicamente para ele, a ele apegar-se, disto se conclui facilmente que, caso haja variados gêneros de fé, necessário se faz que também haja muitos deuses.

Ora, visto que o batismo é o sacramento da fé, ele *nos* confirma a unidade de Deus *partindo* do fato de que *ele* é um só e único. Daqui também se conclui que *não* é permissível batizar-se a não ser no Deus único, uma vez que abraçamos a fé *própria* daquele em cujo nome somos batizados. Portanto, quando ordenou *que* se batizasse em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo, o que Cristo quer dizer senão que, mediante uma fé una *e indizível*, deve-se crer no Pai, e no Filho, e no Espírito? Aliás, que outra *coisa* claramente se atesta aqui senão que Pai, Filho e Espírito são o Deus único? Dessa forma, como isto fica estabelecido, *a saber*, que há um único Deus, e não muitos, concluímos que o Verbo e o Espírito nada mais são do que a própria essência de Deus.

E, com efeito, mui nesciamente os arianos parolavam em delírio, *dizendo* que, confessando a divindade do Filho, lhe recusavam a substância de Deus. Tampouco uma raiva diferente afligia os macedônios, os quais, *pelo termo Espírito*, queriam que se entendessem apenas os dons da graça derramados sobre os homens. Ora, como dele procedem a sabedoria, o entendimento, a prudência, o poder, o temor do Senhor, assim *ele* é o próprio Espírito de sabedoria, de prudência, de poder, de piedade. Tampouco está ele dividido em conformidade com a distribuição das graças; antes, por mais variadamente que essas sejam distribuídas, contudo ele permanece “o mesmo e um só”, diz o Apóstolo [1Co 12.11].

17. TRÊS PESSOAS: DISTINÇÃO, NÃO DIVISÃO

Por outro lado, também nas Escrituras se evidencia certa distinção do Pai em relação ao Verbo; do Verbo em relação ao Espírito; em cuja investigação, entretanto, a própria magnitude do mistério nos adverte de quão grande reverência e come-

dimento se deve aplicar. E a mim, realmente, agrada-me sobremodo esta *ponderação* de Gregório Nazianzeno: οὐ φθάνω τὸ ἓν νοῆσαι, καὶ τοῖς τρισὶ περιλάμπομαι οὐ φθάνω τὰ τρία διελεῖν, καὶ εἰς το ἓν ἀναφέρομαι [*ou phthanō tŏ hĕn nŏēsai, kai toîs trisi pĕrilampŏmai; ou phthanō ta tria diĕleîn, kai eis tŏ hĕn anaphĕromai*] – "Não posso pensar em um e único, sem que me veja imediatamente envolvido pelo fulgor dos três; nem posso distinguir os três, sem que me veja imediatamente voltado para um e único."[69]

Por isso, também, não devemos deixar-nos levar a imaginá-la *como* uma trindade de pessoas que detenha o pensamento cindido em relação às partes e não *o* reconduza, imediatamente, a essa unidade. Por certo que os termos *Pai, Filho e Espírito* assinalam distinção real, de sorte que não pense alguém serem meros epítetos, com quê, em função de suas obras, Deus seja diversificadamente designado; entretanto *se fala de* distinção, não divisão.

Que o Filho tem *sua* propriedade distinta do Pai no-lo mostram as referências que já citamos, pois a Palavra não haveria estado com o Pai se não fosse outra distinta do Pai; nem haveria tido sua glória junto ao Pai, a não ser que dele se distinguisse. De igual modo, ele distingue de si o Pai, quando diz que há outro que dá testemunho a seu respeito [Jo 5.32; 8.16, 18]. E a isto importa *o* que se diz em outro lugar: que o Pai a tudo criou mediante o Verbo [Jo 1.3; Hb 11.3], *o* que não seria possível, a não ser que, de alguma forma, seja distinto dele. Além disso, o Pai não desceu à terra, contudo *desceu* aquele que procedeu do Pai; *o Pai* não morreu, nem ressuscitou, e, sim, *aquele* que fora por ele enviado. Tampouco esta distinção teve início a partir de quando a carne foi assumida; ao contrário, é manifesto que também antes disso *ele* foi o Unigênito no seio do Pai [Jo 1.18]. Pois, quem ousa afirmar que o Filho ingressou no seio do Pai quando, finalmente, então desceu do céu para assumir a natureza humana? Portanto, *ele* estava no seio do Pai e mantinha sua glória junto ao Pai antes *disso* [Jo 17.5].

Cristo assinala a distinção do Espírito Santo em relação ao Pai quando diz que ele, *o Espírito*, procede do Pai; além disso, *a distinção do Espírito* em relação a si mesmo *a evidencia* sempre que *o* chama ***outro***, como quando anuncia que outro Consolador haveria de ser por ele enviado; e freqüentemente em outras passagens [Jo 14.16; 15.26].

18. FUNÇÕES DISTINTIVAS DAS PESSOAS DA TRINDADE

Na verdade, para expressar a força desta distinção, não sei se convenha lançar mão de comparações à base das coisas humanas. De fato, os antigos costumam, por vezes, fazer isso, mas, ao mesmo tempo, confessam que fica muito longe da realida-

69. *Sermão sobre o Santo Bastismo.*

de tudo quanto trazem à baila como analogia, do que resulta que me arreceio de toda e qualquer ousadia aqui, para que não dê oportunidade, seja de cavilação aos maldosos, seja de erro aos ignaros, se algo vier a apresentar-se não muito a propósito.

Entretanto, não convém passar em silêncio a distinção que observamos expressa nas Escrituras, e esta consiste em que ao Pai se atribui o princípio de ação, a fonte e manancial de todas as coisas; ao Filho, a sabedoria, o conselho e a própria dispensação na operação das coisas; mas ao Espírito se assinala o poder e a eficácia da ação. Com efeito, ainda que a eternidade do Pai seja também a eternidade do Filho e do Espírito, posto que Deus jamais pôde existir sem sua sabedoria e poder, nem se deve buscar na eternidade *antes* ou *depois*, todavia não é vã ou supérflua a observância de uma ordem, *a saber*: enquanto o Pai é tido como sendo o primeiro, então se diz que o Filho *procede* dele; finalmente, o Espírito *procede* de ambos. Ora, até mesmo o *mero* entendimento de cada um, de seu próprio arbítrio, *o* inclina a considerar a Deus em primeiro plano; em seguida, emergindo dele, a Sabedoria; então, por fim, o Poder pelo qual executa os decretos, diz-se que o Espírito *procede*, ao mesmo tempo, do Pai e do Filho. Isto, na realidade, em muitas passagens, contudo em parte alguma está mais explícito do que no capítulo 8 *da Epístola* aos Romanos [v. 9], onde, na verdade, o mesmo Espírito é indiferentemente designado ora *Espírito de* Cristo, ora *Espírito* daquele que dos mortos ressuscitou a Cristo [v. 11], e não sem razão plausível.

Ora, Pedro também testifica [1Pe 1.11; 2Pe 1.21] que o Espírito de Cristo foi *Aquele* pelo qual os profetas vaticinaram quando tantas vezes a Escritura ensina que fizeram isso pelo Espírito de Deus, o Pai.

19. O relacionamento hipostático e a unidade consubstancial

Além disso, esta distinção está bem longe de contraditar a simplicíssima unidade de Deus, que se permita daí provar que o Filho é um só e único Deus com o Pai, porquanto, a um tempo, com ele compartilha de um só e único Espírito, mas o Espírito não é algo diverso do Pai e do Filho, visto ser *ele* o Espírito do Pai e do Filho. Com efeito, em cada uma das hipóstases se compreende, com isso, a natureza inteira, *ou, seja*, que subjaz a cada uma sua propriedade *específica*. O Pai está todo no Filho; o Filho, todo no Pai, como *ele* próprio também *o* declara: “Eu *estou* no Pai e o Pai *está* em mim” [Jo 14.10]. E por essa causa os doutores eclesiásticos não admitem diferença alguma quanto à essência entre as Pessoas.[70]

70. Agostinho, *Homil. de Temp*. 38, *De Trinitate; ad Pascentium*, Epist. 174. Cirilo, *De Trinitate*, lib. 7; ibid. lib. 3; *Diálogos* de Agostinho, em *Salmos 109*; entre outros.

Primeira edição: “Nem de qualquer diferença de essência concedem os escritores eclesiásticos Se disjunja um do outro.”

"Mediante esses designativos que denotam distinção", diz Agostinho, "significa que se referem às relações mútuas, não à própria substância, pela qual são um *todo único e indivisível*." De conformidade com este sentido, as opiniões dos antigos devem conciliar-se, o que doutra sorte pareceriam pôr-se em conflito, em certa escala. Pois, ora ensinam que o Pai é o princípio do Filho, ora asseveram que o Filho tem, de si próprio, tanto a divindade quanto a essência, e por isso é um só princípio com o Pai. A causa desta diversidade, bem e explicitamente *a* expressa Agostinho, em outro lugar, quando assim fala: "Cristo, em relação a si mesmo, é chamado Deus; em relação ao Pai, é chamado Filho." E, outra vez: "O Pai, em relação a si mesmo, é chamado Deus; em relação ao Filho, é chamado Pai. Quando se diz que *Deus* é Pai, em relação ao Filho, ele não é o Filho; quando se diz Filho, em relação ao Pai, ele não é o Pai; quando se diz que o Pai é *Deus*, em relação a si *mesmo*, e se diz que o Filho é *Deus*, em relação a si *mesmo*, ele é o mesmo Deus.

Portanto, quando falamos simplesmente do Filho, à parte de *sua* relação com o Pai, bem e propriamente se assevera que ele procede de si *mesmo*, e por isso o chamamos de princípio único. Quando, porém, consideramos a relação que ele tem com o Pai, com razão fazemos o Pai o princípio do Filho.

Todo o quinto livro da obra ***Da Trindade***, de Agostinho, se devota à explicação desta matéria. Muito mais seguro é, em verdade, deter-*nos* nesta relação que *Agostinho* estabelece, a qual, penetrando mais sutilmente no sublimado mistério, do que divagarmos a esmo por muitas especulações efêmeras.

20. O CONCEITO BÁSICO DO DEUS TRIÚNO

Portanto, *aqueles* cujo coração tiver sobriedade e que se contentarem com a medida da fé, recebam, em poucas e breves palavras, *o* que é útil de se conhecer, isto é, quando professamos crer em um só e único Deus, pelo termo *Deus* entende-se uma essência única e simples, em que compreendemos três pessoas sem especificação, designam-se não menos o Filho e o Espírito que o Pai; quando, porém, o Filho é associado ao Pai, então se interpõe a relação, e com isso fazemos distinção entre as pessoas. Mas, uma vez que as propriedades *específicas* implicam de si uma gradação nas pessoas, de sorte que no Pai estejam o princípio e a origem, sempre que se faz menção, simultaneamente, do Pai e do Filho, ou do Espírito, se atribui ao Pai, de modo peculiar, o termo *Deus*. Desse modo retém-se a unidade de essência e tem-se em conta a ordem de gradação, o que, entretanto, nada detrai da divindade do Filho e do Espírito.

E, por certo, como já se viu antes, uma vez que os apóstolos afirmam ser o Filho de Deus aquele a quem Moisés e os profetas testificaram ser o Senhor, necessário é sempre volver à unidade de essência. Daí ser abominável sacrilégio dizer que o

Filho é outro Deus distinto do Pai, visto que o simples designativo *Deus* não admite relação, nem se pode dizer que Deus, com respeito a si próprio, seja isto ou aquilo.

Quanto ao fato de que o designativo *Senhor,* tomado sem especificação, convenha a Cristo, é patente à luz das palavras de Paulo [2Co 12.8, 9]: "Por isso três vezes supliquei ao Senhor", porquanto, quando recebeu a resposta de Deus: "Minha graça te basta", acrescenta pouco depois: "Para que o poder de Cristo habite em mim." Ora, é evidente que o termo *Senhor* foi aí posto em lugar de *Jeová*, e por isso seria frívolo e pueril restringi-*lo* à pessoa do Mediador, quando é uma afirmação absoluta, que não compara o Filho com o Pai.

E sabemos do reconhecido costume dos gregos que os apóstolos empregaram, geralmente, o termo Κύριος [*Kúpiŏs – Senhor*] no lugar de ***Jeová***. E para que não se tenha de buscar exemplo distante, Paulo orou ao Senhor em sentido não diferente *daquele* em que é citada por Pedro a passagem de Joel: "Todo aquele que invocar o nome do Senhor será salvo" [At 2.21; Jl 2.32]. Onde este designativo é atribuído de modo particular ao Filho, se verá no devido lugar que a razão é outra. Por ora é bastante ter-se em conta que, rogando Paulo a Deus em sentido absoluto, imediatamente adiciona o nome de Cristo.

Assim também Deus é, em acepção total, pelo próprio Cristo, designado de Espírito [Jo 4.24]. Pois nada se opõe que toda a essência de Deus, em que se compreendem o Pai, o Filho e o Espírito, seja espiritual, *o* que, aliás, se faz evidente da Escritura, porquanto, como ouvimos que Deus é aí chamado de Espírito, assim também ouvimos que o Espírito Santo, que é hipóstase de toda a essência, se diz não só ser *o Espírito* de Deus, mas ainda *que procede* de Deus.

21. A ATITUDE PRÓPRIA EM RELAÇÃO A ESTA DOUTRINA E ÀS HERESIAS QUE SE LHE OPÕEM

Como, porém, Satanás, no afã de secionar-se a fé das próprias raízes, tem sempre suscitado lutas ingentes, em parte quanto à divina essência do Filho e do Espírito, em parte quanto à distinção pessoal; e como em quase todos os séculos tem instigado espíritos ímpios, para que, nesta matéria, molestassem os mestres ortodoxos, assim também está *ele* hoje tentando das velhas brasas acender novo fogaréu. Aqui, faz-se necessário ir ao encontro dos desatinos perversos de determinados *indivíduos*.

Até aqui meu propósito tem sido principalmente conduzir pela mão aos que se deixam de bom grado ensinar, não propriamente travar da mão *em luta* com os obstinados e contenciosos. Mas agora impõe-se defender de todas as invectivas dos réprobos a verdade que tem sido pacificamente exposta, ainda que o esforço primordial se voltará a isto: a que *todos* quantos derem ouvidos ávidos e abertos à Palavra de Deus tenham como manter-se de pé e firmeza.

Entendamos que, se nos mistérios secretos da Escritura nos convém ser sóbrios e modestos, certamente este que no momento tratamos não requer menos modéstia e sobriedade; mas é preciso estar bem de sobreaviso, para que nem nosso conhecimento, nem nossa língua vá além do que a Palavra de Deus nos designou.[71] Pois, como haja a mente humana, que ainda não pode estatuir ao certo de que natureza seja a massa do sol, que entretanto se vê diariamente com os olhos, de reduzir à sua parca medida a imensurável essência de Deus? Muito pelo contrário, como haja de, por sua própria operação, penetrar até a substância de Deus, a fim de perscrutá-*la*, *ela* que *não* alcança nem ao menos a sua própria? Por cuja razão, de bom grado deixemos a Deus o conhecimento de si *mesmo*, pois, além de tudo, como *o* diz Hilário, *ele* próprio, que não foi conhecido, a não ser por si *mesmo*, é de si mesmo a única testemunha idônea.[72] Ora, deixaremos com ele o que lhe compete se o concebermos tal como ele se nos manifesta; e só poderemos inteirar-nos disto por intermédio de sua Palavra.[73]

Existem, quanto a esta questão, cinco homílias de Crisóstomos contra os anomeus, com as quais, entretanto, não conseguiu coibir a presunção dos sofistas, sem que dessem rédeas soltas a sua verbosa loquacidade, pois aqui em nada se fizeram mais modestamente do que costumam *fazê-lo* em todas as demais. Pelo mui infeliz resultado de qual temeridade nos importa ser advertidos, para que tenhamos o cuidado de aplicar-*nos* a esta questão com docilidade mais do que com sutileza, não inculcamos no espírito ou investigar a Deus em qualquer outra parte que não seja em sua Sagrada Palavra, ou a seu respeito pensar qualquer coisa, a não ser que sua Palavra *lhe* tome a dianteira, ou falar *algo que* não seja tomado dessa mesma Palavra.

Ora, se a distinção que em uma só e única divindade subsiste de Pai, Filho e Espírito, posto que é difícil de apreender-se, causa a certos espíritos mais dificuldade e problema do que é justo, deve ter-se na lembrança que as mentes humanas mergulham em um labirinto quando cedem à sua curiosidade, e assim, por mais que não alcancem a altura do mistério, deixam-se reger pelos oráculos celestes.

22. A obstinação dos antitrinitarianos, especialmente Serveto

Tecer um catálogo dos erros com os quais a integridade da fé foi outrora posta em xeque em relação a este capítulo da doutrina, seria excessivamente longo totalmente inútil e tedioso. E a maior parte dos hereges intentou de tal modo sair a

71. Primeira edição: "Aqui, mui certamente, se alguma vez, em qualquer parte, nos recônditos mistérios da Escritura, importa discorrer sobriamente e com muita moderação, aplicada, ademais, muita cautela, para que, seja o pensamento, seja a língua, não avance alé do ponto a que se estendem os limites da Palavra de Deus."

72. *Da Trindade*, livro I, capítulo 19.

73. Primeira edição: "E [Lho] estaremos deixando, se, de fato, O concebermos tal qual Se nos revela, nem buscarmos conhecimento a Seu respeito de outra fonte que de Sua Palavra."

campo no afã de subverter toda a glória de Deus mediante *seus* crassos desvarios, que se deram por satisfeitos com alarmar e lançar em confusão os menos esclarecidos.

De fato, de uns poucos homens logo borbulharam muitas seitas, as quais, em parte, fragmentariam a essência de Deus; em parte, confundiriam a distinção que há entre as pessoas. Entretanto, se mantemos *o* que foi antes suficientemente demonstrado da Escritura: que a essência do Deus uno e único é simples e indivisa, *essência*, *porém*, que pertence ao Pai, e ao Filho, e ao Espírito, por outro lado, que por determinada propriedade o Pai difere do Filho, e o Filho *difere* do Espírito, estará fechada a porta não apenas a Ário e a Sabélio, mas também aos demais vetustos geradores de erros.

Entretanto, visto que têm surgido em nosso tempo certos desvairados, como Serveto e outros como ele, que a tudo envolveram de novéis fantasias, faz-se necessário, em poucas *palavras*, discutir suas falácias. A Serveto, o termo ***Trindade*** foi a tal ponto odioso, pior, abominável, que dizia serem *ateus* todos *quantos* ele denominava de ***trinitários***. Deixo de considerar os termos insultuosos que inventou para invectivá-*los*. Esta, com efeito, foi sua síntese das especulações: Deus fica dividido em três partes quando se diz que ele subsiste em três pessoas na essência, e que esta Tríade é imaginária, porquanto se põe em conflito com a unidade de Deus. Enquanto isto, *ele* foi de parecer que as *chamadas* pessoas são *apenas* certas figurações externas que, na realidade, não subsistem na essência de Deus, mas nos representam Deus desta ou daquela forma, e que, de início, certamente nada havia de distinto em Deus, uma vez que outrora o Verbo era o mesmo que o Espírito. Contudo, desde que Cristo surgiu, *como* Deus *procedente* de Deus, também dele derivou o Espírito *como* outro Deus. Mas, embora às vezes ele matize suas fúnebres canções, como quando diz que a eterna Palavra de Deus era o Espírito de Cristo em Deus e a efulgência de *sua* idéia, de igual modo que o Espírito era a sombra da Deidade, entretanto em seguida reduz a nada a deidade de um e de outro, asseverando que, segundo a maneira da dispensação, tanto no Filho quanto no Espírito, há uma parte de Deus, assim como o mesmo Espírito, substancialmente em nós e também na madeira e na pedra, é uma porção de Deus. O que ele vocifera sobre a pessoa do Mediador, examinaremos no devido lugar.

Mas, esta monstruosa fantasmagoria, de que *pessoa* outra coisa não é senão a manifestação visível da glória de Deus, não necessita de refutação extensa. Pois quando João [1.1] declara que *já* antes de o mundo ser criado o Λόγος [*Lŏgŏs* – *Verbo*; *Palavra*] era Deus, mui claramente o distingue de uma simples *idéia*. Na verdade, se também então, e desde a extrema eternidade, esse Λόγος [*Lŏgŏs*], que era Deus, esteve com o Pai, e sua própria glória foi insigne com o Pai [Jo 17.5], por certo que não pode ser *mera* refulgência externa ou figurativa. Ao contrário, segue-se necessariamente que era uma hipóstase que residia no âmago do próprio Deus.

E ainda que não se faça menção do Espírito, senão na história da criação do mundo, contudo ali *ele* não se apresenta como uma sombra, mas antes *como* o poder essencial de Deus, uma vez que Moisés registra que aquela massa ainda informe era sustentada por ele [Gn 1.2]. Portanto, visto que o Espírito eterno sempre existiu em Deus, então ele se manifestou enquanto, vivificando-*a*, susteve *ele* a matéria caótica do céu e da terra até que fossem revestidos com beleza e ordem. Evidentemente, ainda não pode haver *então* um emblema ou representação de Deus, como sonha Serveto. Em outro lugar, porém, *ele* se vê obrigado a desnudar mais abertamente sua impiedade, *quando sustenta* que Deus decretou para si um Filho visível em sua eterna razão, desse modo ele se manifestou visível. Ora, se isso é verdadeiro, não se deixa a Cristo outra divindade exceto até onde, pelo eterno decreto de Deus, foi *ele* constituído Filho. Acrescenta-se que essas fantasmagorias que *Serveto* supõe em lugar das hipóstases, de tal modo *ele as* transforma, que não vacila em anexar a Deus novos acidentes.

Mais do que tudo, porém, deve-se especialmente execrar isto: que *ele* indiscriminadamente mistura com todas as criaturas tanto o Filho de Deus quanto o Espírito. Ora, afirma abertamente que na essência de Deus há partes e divisões, das quais cada porção é Deus. De modo especial, porém, diz que os espíritos dos fiéis são coeternos e consubstanciais com Deus, visto que, em outro lugar, atribui deidade substancial não apenas à alma humana, mas ainda às demais coisas criadas.

23. Há no Filho a mesma divindade do Pai

Deste charco saiu outro monstro não diferente. Pois certos biltres, para evadir-se à odiosidade e ignomínia da impiedade de Serveto, confessaram que, na realidade, há três pessoas, desde que se faça, porém, a restrição de que o Pai, que é o único verdadeiro e propriamente Deus, ao formar o Filho e o Espírito, neles comunicou sua deidade. Além do mais, *eles* não se abstêm desta horrenda maneira de falar: que o Pai se distingue do Filho e do Espírito por esta marca: somente *ele* é o essenciador.

De preferência, evocam este pretexto: que Cristo é generalizadamente designado de Filho de Deus, do quê concluem que nenhum outro é propriamente Deus, senão o Pai. Não observam, entretanto, que, embora o designativo ***Deus*** seja também comum ao Filho, todavia às vezes se prescreve κατ᾽ ἐξοχήν [*kat'ĕxŏchēn – por excelência; por via de eminência*] ao Pai, porquanto é *ele* a fonte e o princípio da Deidade, e isso para acentuar-se a unidade indivisa da essência. Objetam que, se *ele* é verdadeiramente o Filho de Deus, é absurdo que ele seja Filho de uma ***Pessoa***! Eu respondo que ambas *as coisas* são verdadeiras, isto é, que *ele* é o Filho de Deus, porque é a Palavra gerada pelo Pai antes de todas as eras – pois ainda não estamos tratando da pessoa do Mediador –, e todavia que, no interesse de explicação mais precisa *dos termos*, deve-se dar consideração *ao designativo* ***Pessoa***, de sorte que

aqui não se tome o designativo ***Deus*** inqualificadamente, mas pelo *termo* Pai. Ora, se não temos nenhum outro por ***Deus*** senão o Pai, evidentemente o Filho se rebaixa desta dignidade.

Portanto, sempre que se faz menção da Deidade, de modo algum se deve admitir antítese entre o Filho e o Pai, como se o designativo de verdadeiro Deus conviesse somente a este. Ora, naturalmente que o Deus que se manifestou a Isaías [6.1] foi o Deus verdadeiro e único, o qual, no entanto [Jo 12.41], afirma que era Cristo. Também *aquele* que testificou pela boca de Isaías [8.14] que haveria de ser ao judeus por pedra de tropeço, era o Deus único, o qual Paulo [Rm 9.33] declara ter sido Cristo. *Aquele* que proclama, por intermédio de Isaías [45.23]: "Assim como eu vivo, diante de mim se dobrará todo joelho", é o Deus único *a falar*, todavia Paulo (Rm 14.11) o interpreta *como sendo* Cristo.

Acrescem a isto os testemunhos que o Apóstolo evoca [Hb 1.10; 1.6]: "Tu, ó Deus, lançaste os fundamentos do céu e da terra" [Sl 102.25]; de igual sorte: "Adorem-no todos os anjos de Deus" [Sl 97.7], *exclamações* que realmente competem só ao Deus único, quando, no entanto, lemos serem encômios próprios de Cristo.

E não tem força alguma o que objetam, dizendo que se atribui a Cristo o que só a Deus pertence, visto ser ele o resplendor de sua glória[74] [Hb 1.3]. Ora, já que em todas essas passagens se usa o termo ***Senhor***, então, se *ele* é o ***Senhor***, não se pode negar que *ele* seja aquele mesmo Deus que, por intermédio de Isaías, proclama em outro lugar [Is 44.6]: "Eu, eu sou, e além de mim não há Deus."

Convém atentar também para esta de Jeremias [10.11]: "Os deuses que não fizeram os céus e a terra desaparecerão da terra e de debaixo da terra", quando, por outro lado, será necessário confessar que aquele cuja divindade com muita freqüência em Isaías se prova ser o Filho de Deus o autor da criação do universo. Como, porém, o Criador não existirá por si mesmo, mas derivará de outra parte *sua* essência, ele que a tudo outorga o ser? Ora, todo aquele que afirma que o Filho recebeu do Pai a essência nega que ele tenha auto-existência. Mas o Espírito Santo contradiz *isto*, chamando-o ***Senhor***.

Ora, se admitimos que toda a essência só esteja no Pai, ou ela se fará divisível, ou estará totalmente ausente do Filho; e assim, despojado de sua essência, *ele* será Deus apenas em nome. Se *porventura* se der crédito a esses caçadores de picuinhas, a essência de Deus só convém ao Pai, já que só ele é e é quem outorga ao Filho a essência. Assim, a divindade do Filho será algo alheio à essência de Deus, ou a derivação de uma parte do todo.

Além disso, em função de seu princípio, é necessário admitir que o Espírito é

---

74. Primeira edição: "Nem vale essa especiosa distinção de que se está a transferir a Cristo [o] que é próprio de Deus, uma vez que Lhe é [Ele] a refulgência da glória."

somente do Pai, porquanto se é *ele* derivação da essência primária, a qual não é própria senão ao Pai, de direito não se considerará o Espírito *como sendo* do Filho, o que, no entanto, é refutado pelo testemunho de Paulo, o qual *o* faz comum a Cristo e ao Pai [Rm 8.9]. Além disso, se a pessoa do Pai for eliminada da Trindade, em que *ele* diferirá do Filho e do Espírito, a não ser o fato de que somente *ele* é propriamente Deus?

Confessam que Cristo é Deus, e não obstante *dizem* que *ele* difere do Pai. Por outro lado, é preciso haver alguma característica de diferenciação, para que o Pai não seja o Filho. Os que a põem na essência, manifestamente reduzem a nada a verdadeira deidade de Cristo, que não pode existir sem a essência, e de fato toda a *essência*. Por certo que o Pai não diferirá do Filho, a não ser que tenha em si algo próprio, que não seja comum ao Filho.

Ora, em que, pois, os diferenciarão?[75] Se a diferenciação está na essência, respondam se *ele* a tenha ou não compartilhado com o Filho? Isto, na verdade, não pode ser em parte, pois que seria ímpio forjar um meio Deus. Além do mais, dessa forma cindiriam abominavelmente a essência de Deus. Resta que ela toda seja comum ao Pai e ao Filho. Se isto é verdadeiro, então realmente nenhuma diferenciação haverá de um em relação ao outro no que tange à própria *essência*. Se contrapõem *dizendo* que o Pai, ao conferir a essência, não obstante permanece o Deus único, em quem está a essência, Cristo, conseqüentemente, será um Deus figurativo, e só *Deus* em aparência ou em nome, não em realidade, já que não há nada que seja mais próprio de Deus do que ser, conforme esta *afirmação*:[76] "O que é me enviou a vós" [Ex 3.14].

24. O TERMO *DEUS* NÃO SE APLICA EXCLUSIVAMENTE AO PAI; ELE É IGUALMENTE EXTENSIVO À PALAVRA

Que indubitavelmente é falso *o* que assumem, *isto é*, que *tantas* vezes quantas se faz menção de Deus na Escritura, sem qualificação, deve-se entender somente o Pai, é facilmente refutável à luz de muitas passagens. E naquelas mesmas *referências* que citam a seu favor, manifestam vergonhosamente sua falta de reflexão, pois que nelas o nome do Filho se ajusta *ao nome do Pai*, donde se evidencia que se toma o termo *Deus* de modo relacional, e portanto se restringe à *pessoa* do Pai. E com uma palavra se dissolve sua objeção: a não ser que só o Pai, dizem *eles*, fosse o verdadeiro Deus, seria *ele seu próprio Pai*. Ora, tampouco é absurdo que, em função de grau e ordem, Deus seja chamado de maneira peculiar *aquele* que não só gerou de si sua Sabedoria, mas é ainda o Deus do Mediador, como exporei mais plenamente no devido lugar. Pois desde que Cristo se manifestou na carne *ele* é

75. Primeira edição: "Agora, quê descobrirão em que O distingam?"
76. Primeira edição: "porquanto nada mais próprio [é] a Deus do que ser, conforme essa [asserção]."

chamado o Filho de Deus, não só em que a Palavra eterna foi gerada do Pai, antes dos séculos, mas também porque, para unir-nos a Deus, assumiu a pessoa e o ofício do Mediador.

E, uma vez que tão ousadamente excluem o Filho da dignidade de Deus, gostaria de saber se porventura se priva *ele* de bondade quando declara [Mt 19.17] que ninguém há bom senão o Deus único. Não estou falando de sua natureza humana, para que por acaso não revidem dizendo que toda e qualquer coisa que nela houve de bom lhe proviera de dom gracioso. Pergunto se o eterno Verbo de Deus é bom ou não. Se *o* negam, sua impiedade fica plenamente indiciada; admitindo-*o*, cortam a garganta a si próprios. Quanto ao fato, porém, que à primeira vista Cristo parece declinar de si o qualitativo *bom*, isso nos confirma ainda mais a declaração, porque, afinal, sendo que este é um atributo singular do Deus único, rejeitando a falsa honra em que fora saudado *como* bom à maneira vulgar, adverte que era divina a bondade com que era dotado.

Portanto, pergunto se, onde Paulo afirma que só Deus é imortal, sábio e verdadeiro [1Tm 1.17; Rm 16.27; 3.4], porventura com estas palavras Cristo é reduzido ao nível dos mortais, dos insipientes e dos falaciosos? Daí, não será imortal *aquele* que desde o princípio foi a vida, de sorte que conferisse a imortalidade aos anjos? Não será sábio *aquele* que é a eterna sabedoria de Deus? Não será verdadeiro *aquele* que é a própria verdade?

Indago, além disso, se são de parecer que Cristo deva ser adorado. Pois, se de direito vindica isto para si: que todo joelho se dobre diante dele [Fp 2.10], segue-se que *ele* é aquele Deus que na lei proibiu que se adorasse a qualquer outro, além dele [Ex 20.3; 5.7]. Se querem que o que se diz em Isaías [44.6] se admita ser só a respeito do Pai: “Eu sou, e ninguém além de mim”, este *mesmo* testemunho volto contra eles, porquanto vemos que a Cristo se atribui tudo o que é *próprio* de Deus. Nem procede sua cavilosa distinção de que Cristo foi exaltado na carne, na qual se havia humilhado, e que todo poder lhe fora dado no céu e na terra com respeito à *condição na* carne, porque, embora a majestade de Rei e Juiz se estenda a toda a pessoa do Mediador, a não ser que *ele* fosse também Deus manifesto em carne, não pôde ser guindado a tão sublimada exaltação sem pôr em conflito consigo o próprio Deus. E esta controvérsia *a* dirime Paulo muito bem, ensinando ter sido *ele* igual a Deus antes de humilhar-se sob a forma de servo [Fp 2.6, 7]. Com efeito, como poderia subsistir esta igualdade, a não ser que *ele* tivesse sido aquele Deus cujo nome é *Jah* e *Jeová*, que cavalga por sobre os querubins [Sl 18.10; 80.1; 99.1], que é Rei de toda a terra [Sl 47.7, 8] e Rei dos séculos?

Ora, por mais que vociferem, não se pode privar a Cristo *do* que Isaías diz em outro lugar: “Este é o nosso Deus, e nele temos esperado” [Is 25.9], quando descreve com estas palavras a vinda do Deus Redentor, que não só traria o povo de volta

do exílio babilônico, mas também restauraria plenamente a Igreja em todos os *seus* números.

Também nada conseguem com *esta* outra cavilação: que Cristo foi Deus em função do próprio Pai. Ora, ainda que confessemos que, no tocante à ordem e gradação, no Pai está o princípio da divindade, contudo afirmamos ser este um constructo detestável: que a essência é própria só do Pai como se *ele* fosse deificador do Filho, porque, desse modo, ou a essência teria de ser múltipla ou a Cristo chamam Deus apenas em título e imaginação. Se admitem que o Filho é Deus, todavia em segundo plano em relação ao Pai, então a essência que no Pai é ingênita e não criada, nele terá sido gerada e criada.

Sei que a muitos espíritos zombeteiros é motivo de galhofa quando deduzimos das palavras de Moisés a distinção das pessoas, onde apresenta a Deus falando assim: "Façamos o homem à nossa imagem" [Gn 1.26]. Vêem, entretanto, os leitores piedosos quão frívola e improcedentemente Moisés introduziria este como que colóquio, se no Deus uno e único não subsistisse uma pluralidade de pessoas. Ora, *aqueles* a quem o Pai dirige a palavra por certo eram *seres* increados. Entretanto, nada *há* increado, exceto o próprio Deus, e sem dúvida uno e único. Ora, pois, a não ser que admitam ser comum ao Filho e ao Espírito, com o Pai, o poder de criar, e comum a autoridade de ditar ordens, se seguirá que Deus não falou consigo mesmo no âmbito de sua interioridade; ao contrário, ele dirigiu a palavra a outros artífices exteriores.

Finalmente, um só texto esclarece suas objeções numa só passagem.[77] Com efeito, *o* que o próprio Cristo declara: que "Deus é Espírito" [Jo 4.24], não seria consentâneo o restringir somente ao Pai, como se o próprio Verbo não fosse de natureza espiritual. Porque, se o designativo *Espírito* convém ao Filho, de igual modo como ao Pai, concluo que sob o termo indefinido *Deus* está compreendido o Filho. Acrescenta, porém, imediatamente após que ninguém prova ser adorador de Deus senão "*aqueles* que o adoram em espírito e em verdade" [Jo 4.23]. Do quê se deduz a outra *conclusão*: uma vez que Cristo exerce o ofício magisterial em subordinação ao Cabeça, atribui *ele* ao Pai o título ***Deus***, não para abolir sua própria divindade, mas para que a ela nos conduza gradualmente.

25. A essência única de Deus é comum às três pessoas

Mas, nisto enganam-se redondamente, visto que sonham com *três* individuações, cada uma das quais possuindo parte da essência. Ora, somos ensinados nas Escrituras que Deus, no que respeita à essência, é um só e único, e daí ser ingênita a

77. Primeira edição: "Finalmente, de duas objeções suas uma passagem só, a um tempo, facilmente [nos] desvencilhará."

essência tanto do Filho quanto do Espírito. Como, porém, o Pai é primeiro em ordem e de si gerou sua Sabedoria, com razão, como disse pouco antes, é tido por princípio e fonte da Deidade em seu todo. Desse modo Deus, *tomado o termo* em acepção não particularizada, é ingênito, e de igual modo ingênito *é* o Pai com respeito à *sua* pessoa.

Além disso, julgam estultamente que podem concluir de nossa opinião deduzir-se uma quaternidade, pois nos atribuem, falsa e caluniosamente, o constructo de sua cerebração, como se supuséssemos que de uma essência única procedem, dir-se-ia por derivação, três pessoas, quando claramente transparece de nossos escritos que da essência não eliminamos as pessoas, mas, já que nela residem, lhes interpomos distinção. Se as pessoas fossem separadas da essência, talvez o arrazoado fosse provável, mas, nesse caso, haveria uma trindade de deuses, não de pessoas, as quais o Deus único e uno em si contém. Assim fica solucionada sua fútil questão, *a saber*, se para formar-se a Trindade concorra ou não a essência, como se imaginássemos procederem dela três deuses.

Quanto à objeção que levantam, de que assim haverá uma Trindade sem Deus, ela nasce *dessa mesma* obtusidade, porque, embora *a essência* não concorra à distinção de *pessoas*, como parte ou membro *da Trindade*, contudo as pessoas não *subsistem* sem ela ou fora dela, porquanto não só o Pai, se não fosse Deus, não podia ser Pai, mas também o Filho de outra sorte não seria Filho, a não ser porque *é* Deus. Portanto, afirmamos que a Deidade, em acepção absoluta, existe em si mesma, do quê confessamos que também o Filho, até onde é Deus, existe por si mesmo, distinguida a acepção de ***pessoa***; mas, até onde ele é o Filho, afirmamos que procede do Pai. Conseqüentemente, sua essência carece de princípio; da pessoa, porem, Deus mesmo é o princípio. E de fato os escritores ortodoxos, quantos no passado falaram da Trindade, atribuíram este termo somente às *pessoas*, uma vez que é não só erro absurdo, mas ainda seria impiedade excessivamente crassa abranger-se a essência na própria distinção *das pessoas*. Ora, *aqueles* que querem que *na Trindade* concorram *estes* três: a Essência, o Filho e o Espírito, torna-se manifesto que aniquilam a essência do Filho e do Espírito, visto que, de outra sorte, as partes, entre si fundidas, deixariam de subsistir como tais, *o* que é vicioso em toda a distinção.

Finalmente, se Pai e Deus fossem sinônimos, então o Pai seria o deificador, nada no Filho restaria senão uma sombra, nem seria a Trindade outra *coisa* senão a conjunção do Deus único e uno com duas coisas criadas.

26. A SUBORDINAÇÃO DO FILHO NÃO LHE IMPLICA DIVINDADE DE CATEGORIA INFERIOR

Quanto à objeção de que, se Cristo é propriamente Deus, sua designação Filho

de Deus seria improcedente, já foi respondida, visto que, *em tal caso*, se estabelece comparação de uma pessoa com outra, *circunstância em que* não se toma o termo ***Deus*** sem particularização; ao contrário, restringe-se ao Pai, em que *ele* é o princípio da Deidade, não por conferir essência *ao Filho e ao Espírito*, como tartamudeiam os fanáticos, mas em razão de ordem *hipostática*. Neste sentido se toma aquela palavra de Cristo em relação ao Pai [Jo 17.3]: "Esta é a vida eterna, que creiam em ti *como* o único Deus verdadeiro e em Jesus Cristo, a quem tu enviaste." Ora, falando na condição de Mediador, *Cristo* mantém uma posição intermédia entre Deus e os homens, todavia nem por isso é minimizada sua majestade. Pois, embora se esvaziasse a si mesmo [Fp 2.7], contudo sua glória, *glória* que esteve oculta dos olhos do mundo, não *a* perdeu *ele* junto ao Pai. Assim, o Apóstolo, *na Epístola* aos Hebreus [1.10 e 2.9], embora confesse que por breve tempo fora *ele* reduzido à condição de inferioridade aos anjos, entretanto não hesita ao mesmo tempo em asseverar que *ele* é o Deus eterno que lançou os fundamentos da terra. Deve-se sustentar, pois, que vezes sem conta Cristo se dirige ao Pai na qualidade de Mediador, sob este designativo de Deus está compreendida sua Deidade, que é também *a Deidade* do próprio *Cristo*. Assim, quando dizia aos apóstolos: "Convém que eu suba ao Pai, porque o Pai é maior do que eu" [Jo 14.28; 16.7], não está atribuindo a si apenas uma divindade secundária, como se no que tange à essência eterna seja inferior ao Pai, mas porque, sendo *Mediador* que possui a glória celestial, consorcia os fiéis na participação dessa *glória*. Situa o Pai em posição superior até onde a plena perfeição de esplendor que se patenteia no céu difere desta medida da glória que foi nele manifestada, enquanto revestido da carne. Pela mesma razão, Paulo diz, em outro lugar [1Co15.24, 28], que Cristo haverá de entregar o reino ao Deus e Pai, para que Deus seja tudo em todas *as coisas*.

Nada há mais absurdo do que privar a Deidade de Cristo de perpetuidade. Ora, se nunca deixará *ele* de ser o Filho de Deus, ao contrário, permanecerá sempre o mesmo que foi desde o princípio, segue-se que, sob o nome de Pai, se compreende a essência única de Deus, que *lhes* é comum a ambos. E de fato Cristo desceu até nós para que, elevando-*nos* até o Pai, ao mesmo tempo também *nos* elevasse a si próprio, visto ser um com o Pai. Portanto, restringir o termo ***Deus*** exclusivamente ao Pai, de sorte que o subtraia do Filho, nem é justo, nem correto. Aliás, também por esta causa João afirma ser *ele* o verdadeiro Deus [Jo 1.1; 5.20], não *o* imagina como que se situando em um segundo grau de deidade, abaixo do Pai. Ademais, quedo-me perplexo *quanto* ao que estes fabricantes de novos deuses pretendam, quando, havendo confessado a Cristo *como* verdadeiro Deus, de pronto o excluem da deidade do Pai, *como* se nenhum *outro* possa ser verdadeiro Deus senão *aquele* que é um e uno, ou *como se* uma divindade transfusa não seja alguma invenção nova!

27. Irineu está longe de legitimar a tese dos que negam a Deidade de Cristo

O fato de compendiarem numerosas referências de Irineu, nas quais *ele* afirma que o Pai de Cristo é o único e eterno Deus de Israel, ou constitui vergonhosa ignorância, ou a máxima improbidade. Pois deveriam ter atentado para *o fato de* que o santo varão tinha estado a haver-se e a defrontar-se com fanáticos que negavam que o Pai de Cristo fosse aquele Deus que falara outrora por intermédio de Moisés e dos profetas; ao contrário, ele lhes era não sei que espectro produzido da corrupção do mundo. Conseqüentemente *Irineu* se concentra inteiramente nisto: tornar patente que na Escritura não se proclama outro Deus senão o Pai de Cristo, e que se cogita erroneamente outro, e daí não é de maravilhar-se se conclui tantas vezes que o Deus de Israel não era outro senão *aquele* que é celebrado por Cristo e pelos apóstolos. Assim também agora, quando se tem de resistir a erro diverso, diremos, com verdade: o Deus que apareceu outrora aos patriarcas não foi outro senão Cristo. Todavia, se alguém objeta ter sido o Pai, terá resposta imediata: enquanto propugnamos pela deidade do Filho, de modo nenhum excluímos o Pai.

Se os leitores derem ouvidos a este parecer de Irineu, cessará toda contenção, visto que, na verdade, toda lide facilmente se dirime do capítulo sexto do livro III, onde o piedoso varão insiste neste *ponto* específico: "*Aquele* que, em acepção absoluta e não particularizada, na Escritura é chamado ***Deus***, esse é verdadeiramente o Deus único, *e* Cristo, com efeito, é chamado ***Deus*** em acepção absoluta." Lembremo-nos de que esta foi a base de sua argumentação, como transparece de todo o desenvolvimento *da matéria*, e especialmente do capítulo quarenta e seis do livro II: Pai não é, enigmática e parabolicamente, chamado quem na verdade não seja Deus. Acresce que, em outro lugar, *Irineu* contende por que os profetas e apóstolos, conjuntamente, postularam *como* Deus tanto o Filho quanto o Pai. Mas, em seguida, ele define como Cristo, que de tudo é Senhor, e Rei, e Deus, e Juiz, recebeu poder daquele que é Deus de todas *as coisas*, isto é, com respeito a *sua* sujeição, visto que foi humilhado até a morte de cruz. Entretanto, pouco depois afirma que o Filho é o Artífice do céu e da terra, que por intermédio de Moisés outorgou a lei e apareceu aos patriarcas.

Ora, se alguém vociferar, *dizendo* que para Irineu o Pai era o único Deus de Israel, redargüirei que o mesmo escritor ensina claramente que Cristo subsiste *com ele* [o Pai] *como* um e o mesmo, assim também lhe atribui o vaticínio de Habacuque: "Do sul virá Deus" [Hc 3.3]. Ao mesmo aplica-se *o* que se lê no capítulo nove do livro IV: "Portanto, o próprio Cristo é com o Pai o Deus dos vivos." E no capítulo doze do mesmo livro, interpreta que Abraão crera em Deus porque Cristo é o Autor do céu e da terra e Deus único.

28. NEM MAIS FAVORÁVEL LHES É TERTULIANO

Em nada mais verazmente tomam a Tertuliano por patrono, porque, embora *ele* seja por vezes rude e espinhoso em sua maneira de expressar-se, entretanto não ambiguamente ensina a suma da doutrina que estamos a defender, isto é, visto ser Deus uno e único, no entanto, por dispensação ou economia, existe sua Palavra; um só e único é Deus na unidade da substância, e não obstante, pelo mistério da dispensação, a unidade se dispõe em uma trindade; são três não em estado, mas em grau; não em substância, mas em forma; não em poder, mas em ordem. É verdade que *ele* confessa admitir o Filho *como* segundo em relação ao Pai, todavia não *o* entende *como* outro senão em *função da* distinção *pessoal*. Em algum outro lugar, ele diz que o Filho é visível, entretanto, após haver arrazoado ambos os lados da questão, conclui ser *ele* invisível até onde é a Palavra. Finalmente, afirmando que o Pai é determinado em *termos de* sua pessoa, *Tertuliano* prova estar muito distanciado deste constructo ficcional que estamos a refutar. E ainda que não reconheça outro Deus além do Pai, no entanto, explicando-se *a si* mesmo no contexto imediato, mostra estar falando acerca do Filho não em termos excludentes, visto que nega ser ele outro Deus senão o Pai, e desta sorte não se viola a monarquia pela distinção de pessoa.

E de seu constante propósito pode-se de pronto coligir o sentido de seus termos. Pois contende contra Práxeas que, embora Deus se distinga em três pessoas, entretanto não resulta uma pluralidade de deuses, nem sua unidade é cindida. E porque, segundo o *errôneo* constructo de Práxeas, que Cristo não podia ser Deus sem ser o próprio Pai, por isso *Tertuliano* trata com especial empenho *dessa* distinção. Entretanto, ainda que de uma maneira dura, é escusável, uma vez que não se refere à substância, mas apenas conota disposição e economia que somente às Pessoas convém, como *o* testifica o próprio Tertuliano. Daí pronuncia também esta *exclamação*: "Quantas pessoas pensas que existem, ó perversíssimo Práxeas, senão *tantas* quantas são os nomes?" De igual modo, ainda pouco depois: "Para que creiam no Pai e no Filho, em cada um segundo seu nome e pessoa *específicos*."

Com estas *considerações* julgo poder-se refutar suficientemente a despudorada insolência daqueles que tentam ludibriar os símplices *escudados* na autoridade de Tertuliano.

29. O TESTEMUNHO PATRÍSTICO EM GERAL CONFIRMA A DOUTRINA DA TRINDADE

E, sem dúvida, quem quer que diligentemente compare os escritos dos antigos, em Irineu nada achará senão *aquilo* que foi transmitido pelos outros que desde esse tempo *o* seguiram. Justino *Mártir* é um dentre os mais antigos e em tudo nos abona.

Objetam que, tanto por ele quanto pelos demais, o Pai de Cristo é chamado o Deus único e uno. Hilário também ensina o mesmo, inclusive fala mais incisivamente que a eternidade está no Pai. Porventura ele visava a subtrair do Filho a essência de Deus? Com efeito, ele se devota totalmente à defesa desta fé que seguimos. Contudo, não se envergonham em coligir expressões mutiladas de sua lavra, à base das quais se persuadem de que Hilário é patrono em seu erro.

Quanto ao que evocam em relação a Inácio, se o que citam dele tenha alguma relevância, então provem que os apóstolos ditaram *algum* preceito quanto à quaresma e corruptelas afins. *Aliás*, nada mais repugnante existe que aquelas funéreas baboseiras que foram publicadas sob o nome de Inácio!

Ainda menos de tolerar-se é a impudica insolência desses que se provêem de tais máscaras no afã de enganar. Com efeito, aqui claramente se vê o consenso dos antigos, a saber, que, no Concílio de Nicéia, Ário nem ousou acobertar-se da autoridade de qualquer escritor reconhecido, e dentre os gregos ou latinos ninguém se escusa de dissentir de seus predecessores.

Quão cuidadosamente esquadrinhou Agostinho os escritos de todos *estes*, em relação aos quais estes biltres são extremamente contrários, e quão reverentemente *aquele os* abraçou, não há necessidade de dizer absolutamente nada. Nem há dúvida de que em cada mínima discrepância costuma *ele* mostrar por que se vê compelido a afastar-se deles. Ademais, se nesta matéria leu em outros algo ambíguo ou obscuro, não deixa de mencioná-*lo*. Toma, porém, por pressuposto que, desde a extrema antigüidade, *esta* doutrina foi recebida sem controvérsia, a qual estes *biltres* estão a atacar. Contudo, *ele* não ignorou *o* que outros haviam previamente ensinado, na realidade se faz patente, de uma só palavra, onde diz que a unidade está no Pai. Porventura vociferarão que ele teria então esquecido de si *próprio*? Com efeito, em outro lugar ele se expurga desta cavilação, onde ao Pai chama de princípio de toda a Deidade, porquanto de ninguém deriva *ele* a existência, ponderando, aliás assisadamente, que o termo ***Deus*** se atribui ao Pai de modo especial, porque a não ser que dele esteja o ponto de partida, não há *como* conceber-se simples unidade de Deus.

Mercê destas *considerações*, contudo, o leitor piedoso por fim reconhecerá, segundo espero, estar desmantelada todas as cavilações com que Satanás tem tentado até agora perverter ou entenebrecer a pura fé da doutrina. Finalmente, confio que tenha sido fielmente explicada toda a suma desta doutrina, desde que os leitores imponham moderação à curiosidade, nem reivindiquem para si avidamente mais do que se faz necessário controvérsias molestas e perplexivas. Aliás, creio que bem pouco satisfeitos haverão de ficar *aqueles* a quem deleita o imoderado gosto de especular. Certamente, nada omiti capciosamente que julgasse ser-me contrário; antes, enquanto me esforço para a edificação da Igreja, me pareceu que seria melhor não abordar muitos *pontos* que não só seriam de bem reduzido proveito, como tam-

bém afetariam os leitores de supérfluo enfado. Porque, de que serve disputar se o Pai gera sempre? Tendo como indubitável que desde toda a eternidade há em Deus três Pessoas, este ato contínuo de gerar não é mais que uma fantasia supérflua e frívola.[78]

78. Primeira edição: “Ora, que vantagem há em discutir se, porventura, o Pai está sempre a gerar, quando, [do fato] de que, desde a eternidade, hão subsistido em Deus três pessoas, transparece que estultamente se imagina contínuo ato gerativo?”

CAPÍTULO XIV

ATÉ MESMO NA PRÓPRIA CRIAÇÃO DO MUNDO E DE TODAS AS COISAS, COM INCONFUNDÍVEIS MARCAS, A ESCRITURA DISTINGUE O DEUS VERDADEIRO DOS FALSOS DEUSES

1. O conhecimento de Deus à base da criação e o despautério da especulatividade

Embora, com procedente razão, censure Isaías [40.21] a obtusidade dos adoradores de falsos deuses, porquanto não haviam aprendido sobre o Deus verdadeiro à luz dos fundamentos da terra e do âmbito dos céus, visto nos ser tão profunda a lerdeza e entorpecimento do intelecto, foi necessário, para que os fiéis não aprendessem as vãs criações dos povos, ser-lhes pintado mais expressamente o Deus verdadeiro. Pois, visto que a maneira mais aceitável usada pelos filósofos para explicar o que é Deus, a saber, que é a alma do mundo, que não passa de uma fútil sombra, é conveniente que o conheçamos bem mais intimamente, a fim de que não andemos sempre vacilando entre dúvidas.[79] Portanto, quis *ele* se fizesse patente a história da criação, apoiada à qual a fé da Igreja não buscasse a outro Deus, senão *aquele* que foi por Moisés proposto *como* o Artífice e Fundador do universo. Aí foi, primeiramente, computado o tempo, de sorte que, mediante a série contínua dos anos, os fiéis chegassem à origem primordial do gênero humano e de todas as coisas. Este conhecimento é especialmente insigne não apenas para que se vá de encontro às monstruosas fábulas que estiveram em voga outrora no Egito e em outras regiões da terra, mas também para que, conhecido o começo do mundo, luza mais esplendorosamente a eternidade de Deus e mais nos arrebate à sua admiração.

Realmente não nos deve abalar essa profana teimosia, de que é surpreendente por que não ocorreu à mente de Deus criar mais cedo o céu e a terra, antes, ocioso, tenha ele deixado escoar-se imenso espaço *de tempo*, uma vez que poderia tê-los feito muitíssimos milênios antes, quando a duração do mundo, *já* a vergar para seu fim derradeiro, não haja ainda chegado a seis mil anos. Ora, por que haja Deus protelado por tanto tempo, não nos é próprio indagar, nem conveniente, porquanto, se a mente humana se empenha em chegar até esse ponto, cem vezes pelo caminho

79. Primeira edição: “Ora, uma vez que contingente é a noção que entre os filósofos se tem por a mais de aceitar-se, [isto é,] que Deus é a mente do universo, relevante é seja Ele de nós mais intimamente conhecido, para que não estejamos sempre a vacilar na incerteza.”

desfalecerá; nem mesmo seria de proveito conhecer *o* que o próprio Deus, para provar-nos a sobriedade da fé, achou por bem *nos* fosse escondido. E, judiciosamente, como em galhofa lhe perguntasse certo individuo abelhudo o que Deus estivera fazendo antes de o mundo ser criado, respondeu aquele piedoso ancião: a construir o inferno para os curiosos. Que esta advertência, não menos grave que severa, contenha a desbragada tendência que a muitos excita, até mesmo impele, a pervertidas e danosas especulações!

Finalmente, lembremo-nos de que esse Deus invisível, e de quem incompreensível é a sabedoria, o poder e a justiça, nos põe diante a história de Moisés como um espelho no qual reflete sua viva imagem. Pois, assim como os olhos, ou toldados pela decrepitude da velhice, ou entorpecidos de outro defeito *qualquer*, nada percebem distintamente, a menos que sejam ajudados por óculos, de igual modo nossa insuficiência é tal que, a não ser que a Escritura nos dirija na busca de Deus, de pronto nos extraviamos totalmente. *Aqueles*, porém, que cedem indulgentes à sua petulância, uma vez que são agora debalde avisados, bem tarde, em deplorável ruína, sentirão quão preferível lhes teria sido, com *toda* reverência, mirar os secretos conselhos de Deus a vomitarem blasfêmias com que obscureçam os céus.

E Agostinho se queixa, com justa razão, de que se faz ofensa a Deus quando se postula das coisas causa superior à sua vontade.[80] O mesmo *Agostinho* sabiamente adverte, em outro lugar, que não menos errôneo *é* suscitar-se perquirição acerca das imensuráveis extensões dos tempos e dos espaços.[81] Por certo que, por mais vastamente que se estenda o circuito dos céus, entretanto algum limite, lhe dá. Ora, se alguém discutir com Deus, *dizendo* que o vácuo supera *os céus* cem vezes mais, porventura tal petulância não será detestável a todos os fiéis? No mesmo tresloucado desvario tripudiam *os* que apostrofam o ócio de Deus, pelo fato de que, segundo seu modo de julgar, não criou o universo incontáveis séculos antes. Para que à própria cupidez satisfaçam ao capricho, ousam passar além do mundo, como se, na verdade, na tão vasta circunferência do céu e da terra não se *nos* deparem *elementos* assaz suficientes que, mercê de seu inestimável fulgor, nos absorvam todos os sentidos; como se dentro de seis mil anos Deus na haja produzido testemunhos mais do que suficientes em cuja constante meditação deva exercitar-se nossa mente.

Portanto, permaneçamos, de bom grado, encerrados dentro destes limites aos quais Deus nos quis circunscrever e como que constringir-nos a mente, para que não se extravie na desmedida ânsia de divagar.

80. *De Gênesis contra Mane*, 2.29.
81. *Da Cidade de Deus*, livro XI, capítulo 5.

2. A BONDOSA PROVIDÊNCIA DE DEUS PARA COM O HOMEM SE ACHA ESPELHADA NA OBRA DOS SEIS DIAS DA CRIAÇÃO

Ao mesmo intento procede *o* que Moisés narra: a obra de Deus *na criação* foi consumada não em um momento, mas em seis dias. Ora, também por esta circunstância somos atraídos para o Deus único, que distribuiu sua obra em seis dias a fim de que não nos resultasse enfadonho ocupar-nos em sua meditação todo o curso de nossa vida.[82] Pois, ainda que nossos olhos, para qualquer parte que se volvam, são compelidos a fixar-se na contemplação das obras de Deus, vemos no entanto quão inconstante *nos* é a atenção, e se nos tangem quaisquer pensamentos piedosos, quão de pronto se evolam totalmente. Aqui também, até que, sujeita à obediência da fé, aprende a cultivar esse repouso a que nos convida a santificação do sétimo dia, vocifera a razão humana, como se tais passos *na obra da criação* fossem inconsistentes com o poder de Deus.

Mas é preciso considerar diligentemente na própria ordem das coisas *criadas* o amor paternal de Deus para com o gênero humano, visto que não criou Adão antes que enchesse o mundo de toda abundância de *coisas* boas. Ora, se o houvesse colocado em uma terra ainda então estéril e vazia, se *lhe* houvesse dado vida antes da luz, teria parecido interessar-se bem pouco por seu bem-estar. Ora, quando *antes de criá-lo* dispôs os movimentos do sol e dos astros para o uso humano, encheu de seres vivos a terra, as águas, o ar, produziu fartura de todos os frutos que fornecessem alimentos, assumindo o cuidado de um chefe de família provido e zeloso, mostrou *Deus* sua mirífica bondade para conosco. Se alguém mais atentamente pondere em si *aquilo* que estou apenas ligeiramente provando, se lhe evidenciará que Moisés foi segura testemunha e arauto do Deus Criador, uno e único.

Deixo de referir *o* que já expus, que ali não se faz apenas consideração da essência pura de Deus, mas ainda que se nos apresentam sua eterna Sabedoria e Espírito, para que não sonhemos outro Deus além *daquele* que se queira seja reconhecido nessa imagem expressa.

3. OS ANJOS SÃO CRIATURAS DE DEUS, QUE É DE TUDO O SENHOR

Antes, porém, de começar a tratar mais exaustivamente da natureza do homem, convém inserir algo a respeito dos anjos; porquanto, visto que, acomodando-se à insofisticada mentalidade das pessoas simples, Moisés não menciona na história da Criação outras obras de Deus, senão *aquelas* que a nossos olhos se ostentam; entretanto, quando em seguida introduz os anjos *na condição de* ministros de Deus, pode-se facilmente concluir que *aquele* a quem devotam sua atividade e misteres é seu

82. Primeira edição: "detraídos de todos os construtos fantasiosos, para que molesto nos não fosse o sermos ocupados em sua consideração pelo curso todo da vida."

Criador. Portanto, embora Moisés, falando em termos comuns, a partir dos primeiros rudimentos, não enumere imediatamente os anjos entre as criaturas de Deus, contudo nada impede que, lúcida e explicidamente, refiramos a respeito deles *o* que a Escritura ensina reiteradamente em outras passagens; porquanto, se ansiamos em conhecer as obras de Deus, de modo algum se deve omitir tão preclaro e nobre exemplar. Acresce que, para a refutação de muitos erros, mui necessária é esta parte da doutrina.

A preeminência da natureza angélica de tal modo tem obcecado a mente de muitos, que chegaram a pensar que se lhes faz agravo, se fossem, por assim dizer, forçados em sua condição de criaturas a sujeitar-se à autoridade do Deus único. E por isso chegaram a atribuir-lhes certa divindade.[83]

Surgiu também Mani, com sua seita, que engendrou para si dois princípios *absolutos*: Deus e o Diabo. E a Deus, naturalmente, atribuía a origem das coisas boas, mas as *chamadas* naturezas más ele as atribuía, *por* autor, ao Diabo. Se desvario como esse nos mantivesse enredilhada a mente, não se poderia dar a Deus a glória que ele merece na criação do mundo.[84] Ora, uma vez que, por assim dizer, nada seja mais próprio de Deus que a eternidade, e a αὐτουσία [*autousíâ*], isto é, a existência própria, *aqueles* que atribuem isto ao Diabo porventura não estão, de certo modo, a adorná-lo com o título da divindade? Onde, pois, a onipotência de Deus, se ao Diabo se concede tal poder que, contra a vontade de Deus e a despeito de sua oposição, leve a bom termo tudo quanto deseja?

Mas o único fundamento que os maniqueus têm – não ser próprio atribuir-se a um Deus bom a criação de qualquer coisa má –, isto nem de leve fere a fé ortodoxa, a qual não admite que no universo inteiro haja alguma natureza má, porquanto nem a depravação e malignidade, seja do homem, seja do Diabo, ou os pecados que daí nascem, provêm da natureza, mas da corrupção da natureza; nem de início há absolutamente nada que exista em que Deus não haja estampado o selo, tanto de sua sabedoria, quanto de sua justiça.

Portanto, para que se vá de encontro a essas cogitações pervertidas, é necessário elevar a mente mais alto do que nossos olhos possam penetrar. É provável que para este propósito, onde no Credo Niceno Deus é chamado o Criador de todas as coisas, que *também* se mencionem expressamente as coisas invisíveis. Contudo, *nesta questão de anjos*, deve manter-se a medida que a norma da piedade prescreve, para que não *aconteça que*, especulando além do que se recomenda, os leitores vagueiem longe da simplicidade da fé. Porque, sendo que o Espírito Santo sempre nos ensina o que nos convém, e as coisas que são de pouca importância para nossa edificação,

---

83. Primeira edição: "Daqui, a divindade [que] lhes [é] predicada."

84. Primeira edição: "Se desvario que tal enredilhada nos sustivesse a mente, não assistiria a Deus sua glória na criação do mundo."

ou as omite totalmente, ou as toca brevemente e como que de passagem, é também dever nosso ignorar voluntariamente as coisas que não granjeiam proveito algum.[85]

4. Em matéria de angelologia, deve-se buscar somente o testemunho da Escritura

Que os anjos, afinal, são também criaturas suas deve estar fora de discussão, já que são ministros de Deus, ordenados para executar-lhe as determinações. Suscitar contenda quanto ao tempo ou à ordem em que foram criados, porventura não é *prova* mais de obstinação do que de diligência?

Moisés registra que foi concluída a terra e concluídos os céus, com todo o exército deles [Gn 2.1]. Que vale ansiosamente indagar em que dia, à parte das estrelas e dos planetas, também começaram a existir os demais exércitos celestes mais recônditos, *como os anjos*? Para não alongar-me em demasia, lembremo-nos, neste ponto, com toda sobriedade, de sorte que, em se tratando de coisas obscuras, não falemos, ou sintamos, ou sequer almejemos saber outra *coisa* senão *aquilo* que nos é ensinado na Palavra de Deus. Ademais, *impõe-se ainda* que no exame da Escritura nos atenhamos a buscar e meditar continuamente aquelas *coisas* que dizem respeito à edificação, nem cedamos à curiosidade, ou à investigação de coisas inúteis. E visto que o Senhor nos quis instruir não em questões frívolas, mas na sólida piedade, no temor de seu nome, na verdadeira confiança, nos deveres da santidade, contentemo-nos com este conhecimento.

Portanto, se visamos ao reto saber, devemos dar de mão a essa ματαιώμᾰτᾰ [*mataiōmătă – coisas vãs*; *fatuidades*] que, à parte da Palavra de Deus e por indivíduos ociosos, são ensinadas acerca da natureza, das ordens, do elevado número de anjos. Sei que essas *coisas* são mais avidamente preferidas por muitos, e para eles são de maior prazer do que *aquelas* que lhes são postas para o uso de cada dia. Mas, se o fato de sermos discípulos de Cristo não nos envergonha, que também não *nos* envergonhe seguirmos esta norma que *ele* próprio prescreveu. Assim sucederá que, contentes com sua docência, não só nos abstenhamos *dessas* especulações extremamente fúteis de que *ele* nos retrai, mas até *as* aborreçamos.

Ninguém negará que esse Dionísio, não importa quem *ele* tenha sido, discutira com sutileza e argúcia sobre muitas *coisas* em *sua obra* ***A Hierarquia Celeste***. Se no entanto alguém *a* examina mais detidamente, verificará que na parte absolutamente maior não passa de mero palavreado. Ao teólogo, porém, o propósito não é

85. Primeira edição: "E, por certo, uma vez que o Espírito sempre nos ensina para [o nosso próprio] proveito, mas, ou silencia inteiramente, ou [as] tange apenas de leve e cursoriamente, em se tratando de cousas que se afiguram, de fato, de reduzida importância para edificação, é de nosso dever também de bom grado ignorar [aquelas cousas] que a edificação não conduzem."

deleitar os ouvidos com argumentação loquaz, mas firmar as consciências, ensinando o verdadeiro, o certo, o proveitoso. Se lês tal livro, pensas que um homem caído do céu está mencionando não *coisas* que aprendeu, mas *o* que viu com os olhos. Paulo, entretanto, que fora arrebatado além do terceiro céu, não só se absteve de fazer tais referências, mas, ao contrário, até deu testemunho de que não é lícito ao homem contar os segredos que vira. Portanto, uma vez descartado esse frívolo saber, consideremos à luz do simples ensino da Escritura *o* que o Senhor quis que o soubéssemos acerca de seus anjos.

5. Funções e designativos dos anjos

Que os anjos são espíritos celestiais, de cujo ministério e serviço Deus se utiliza para efetuar tudo que decretou, isso se lê em muitos lugares na Escritura. Donde também lhes foi atribuído este designativo, visto que, para manifestar-se aos homens, Deus os emprega como emissários intermediários.

Por uma razão semelhante, foram tomados também os demais designativos pelos quais são assinalados. Denominam-se ***exércitos*** porque, como elementos de *sua* guarda, rodeiam a seu Príncipe, adornam-lhe a majestade e *a* tornam ostensiva, e como soldados estão sempre atentos ao sinal de seu comandante, e desse modo estão preparados e prontos para cumprir-lhe as ordens, de sorte que, tão logo *ele lhes acena, à ação se preparam*, ou, antes, entram em ação. Como, para proclamar-lhe a magnificência, os demais profetas pintam essa representação do trono de Deus, porém Daniel o faz sobremaneira [7.10], onde menciona que se puseram de pé mil milhares e dez vezes mil miríades *de anjos*, quando Deus subiu a seu tribunal.

Uma vez que também, por meio deles, o Senhor expressa e manifesta maravilhosamente a força e a punjança de sua mão, daí os anjos serem chamados ***poderes***. Porque, acima de tudo, através deles *Deus* exerce e administra sua soberania no universo, por isso ora são chamados ***principados***, ora ***potestades***, ora ***domínios*** [1Co 15.24; Ef 1.21; Cl 1.16].

Finalmente, porque neles, de certo modo, reside a glória de Deus, por esta razão são também chamados ***tronos***, visto que, em referência a esta última *designação*, prefiro nada afirmar, já que interpretação diferente se adequa bem, ou igualmente, ou ainda melhor. De fato, omitido este designativo, o Espírito Santo se serve não poucas vezes daqueles precedentes para exalçar a dignidade do ministério angélico. Pois, nem é razoável que sem honra se releguem estes instrumentos, mercê dos quais Deus exibe, de modo especial, a presença de sua soberana majestade.

Além disso, também à vista disso, não uma vez só, *os anjos* são chamados ***deuses***, visto que, em seu ministério, como em um espelho, em certa medida a Deidade nos é representada. Ora, ainda que a mim não *me* desagrade *o fato de* que os escrito-

res antigos interpretam que, onde a Escritura registra que o Anjo de Deus apareceu a Abraão [Gn 18.1] a Jacó [Gn 32.1, 28], a Moisés e outros [Js 5.14; Jz 6.12; 13.9, 22], esse Anjo era Cristo; contudo, mais freqüentemente, onde se faz menção de todos os anjos, este designativo, ***deuses***, lhes é conferido. Tampouco deve isso parecer-nos coisa surpreendente, porque, se a príncipes e prepostos se outorga esta honra [Sl 82.6], porquanto, em sua função, fazem as vezes de Deus, que é o Supremo Rei e Juiz, muito maior razão a que seja conferida aos anjos, em quem a efulgência da glória divina esplende muito mais copiosamente.

6. O ministério dos anjos a velarem de contínuo pela proteção dos crentes

Aquilo, porém, que à nossa consolação e ao fortalecimento de *nossa* fé *nos* podia ser de particular relevância, sobremodo a Escritura insiste em ensinar isto, a saber, que os anjos são despenseiros e ministradores da divina beneficência para conosco. E por isso *a Escritura* indica que eles montam guarda por nossa segurança, assumem nossa defesa, dirigem nossos caminhos, exercem solicitude para que não nos aconteça algo de adverso.

Universais *em teor* são afirmações *como estas*, que se aplicam, em primeiro plano, a Cristo, Cabeça da Igreja, depois a todos os fiéis: “A seus anjos deu ordens a teu respeito, para que te guardem em todos os teus caminhos; nas mãos te susterão, para não tropeçares em *alguma* pedra” [Sl 91.11, 12]. De igual modo: “O Anjo do Senhor se posta ao redor daqueles que o temem e os livra” [Sl 34.7]. Com essas *afirmações* Deus evidencia que delega a seus anjos a proteção daqueles a quem houve por bem fossem guardados. Em conformidade com este princípio, o Anjo do Senhor consola a fugitiva Hagar e *lhe ordena* que se reconcilie com sua senhora (Gn 16.9). Abraão promete a seu servo que um anjo lhe haveria de ser o guia na jornada [Gn 24.7]. Jacó, na bênção de Efraim e Manassés [Gn 48.16], ora para que o Anjo do Senhor, através de quem fora isentado de todo mal, os faça prosperar. Assim, um anjo foi designado para proteger o acampamento do povo israelita [Ex 14.19; 23.20], e sempre que Deus quis redimir a Israel da mão dos inimigos, suscitou libertadores através do ministério dos anjos [Jz 2.1; 6.11; 13.9]. Assim, finalmente, e para que não se faça necessário mencionar mais *exemplos*, os anjos ministraram a Cristo [Mt 4.11] e lhe foram presentes em todas as angústias [Lc 22.43]; às mulheres anunciaram sua ressurreição; aos discípulos, *sua* gloriosa vinda [Mt 28.5; Lc 24.5; At 1.10]. E assim, para que desempenhem este encargo de nossa proteção, lutam contra o Diabo e todos os nossos inimigos, e executam a vingança de Deus contra aqueles que nos são inimigos. Assim lemos que para livrar Jerusalém do cerco o Anjo de Deus exterminou, em uma noite, a cento e oitenta e cinco mil no acampamento do rei da Assíria [2Rs 19.35; Is 37.36].

7. PRECÁRIA É A BASE PARA AFIRMAR-SE A REALIDADE DE ANJO DA GUARDA INDIVIDUAL

Por outro lado, não ousaria afirmar como certo, se a cada fiel, individualmente, foi ou não designado um anjo específico para sua defesa. Evidentemente, quando Daniel faz referência ao anjo dos persas e ao anjo dos gregos está dizendo que certos anjos são destacados como guardiões a reinos e províncias. Também Cristo, quando diz que os anjos das crianças sempre contemplam a face do Pai [Mt 18.10], dá a entender que há certos anjos a quem lhes foi confiada a segurança. Mas disto não sei se deva concluir-se por certo que incumbe não a um só anjo o cuidado de cada um de nós, mas, antes, que todos, em um consenso único, vigiam por nossa segurança. Ora, é de todos os anjos em conjunto que se diz que se regozijam mais por um pecador voltado ao arrependimento do que por noventa e nove justos que tenham persistido na justiça [Lc 15.7]. Também de muitos anjos se diz que conduziram a alma de Lázaro ao seio de Abraão [Lc 16.22]. Aliás, não em vão mostra Eliseu a seu serviçal tantos carros de fogo [2Rs 6.17], que lhe haviam sido particularmente destinados.

Há uma passagem [At 12.15] que, confirmando isso, parece um pouco mais clara que outras. Isto é, quando Pedro, retirado do cárcere, batia aos portais da casa em que os irmãos se haviam congregado, como não pudessem supor que fosse ele, diziam que *era* seu anjo. Isto lhes vem à mente como sendo uma concepção generalizada de que aos fiéis, individualmente, se designaram anjos *como* guardiões pessoais. Se bem que aqui se pode também replicar que nada nos impede que entendamos a qualquer um dentre os anjos, a quem o Senhor houvesse então confiado a proteção de Pedro, e não obstante nem por isso lhe seria guarda perpétuo, tal como, popularmente, se imagina que foram designados a cada *pessoa,* como se *fossem* gênios diversos, dois anjos, um bom e um mau.

Entretanto, não vale a pena investigar ansiosamente *o* que não nos vem muito ao caso saber. Ora, se porventura isto não satisfaz a alguém, que todas as ordens da milícia celestial velam por sua segurança, não vejo que proveito possa derivar disto, *ou, seja*, vir a saber que um anjo lhe é particularmente outorgado *por* guarda *pessoal*. Aliás, grande agravo fazem a si *próprios* e a todos os membros da Igreja quantos restringem a um único anjo *esse* cuidado que Deus exerce em relação a cada um de nós, como se fosse em vão a promessa relativa a essas forças auxiliares, cercados e assistidos pelas quais, por todos os lados, lutemos mais displicentemente.

8. HIERARQUIA, NÚMERO E FORMA DOS ANJOS

Quanto, porém, ao número e hierarquia *dos anjos*, veja-se que fundamento têm *aqueles* que ousam determiná-los. Reconheço que Miguel é chamado “o grande

príncipe" em Daniel [12.1] e "o arcanjo que, com uma trombeta, convocará os homens ao juízo. Quem, entretanto, poderá daí estabelecer graus de honra entre os anjos, distinguir a cada um por suas insígnias *específicas*, assinalar a cada um o lugar e a posição? Ora, tanto os dois nomes que constam nas Escrituras, Miguel [Dn 10.21] e Gabriel [Dn 8.16; Lc 1.19, 26], quanto um terceiro, *Rafael*, se queiras acrescentar da história de Tobias, podem, do *próprio* significado, parecer aplicados a anjos em função da insuficiência de nossa capacidade, se bem que eu prefiro deixar isso em aberto.

Quanto ao número, ouvimos da boca de Cristo [Mt 26.53]: "muitas legiões"; de Daniel [7.10]: "muitas miríades"; o serviçal de Eliseu viu carros cheios [2Rs 6.17]; e quando se diz que acampam ao redor dos que temem a Deus, a alusão é a uma grande multidão[86] [Sl 34.7].

É certo que os espíritos carecem de forma. E todavia, em razão da limitada medida de nosso entendimento, a Escritura, sob *o nome de* querubins e serafins, não em vão nos pinta anjos alados, para que não tenhamos dúvida de que sempre haverão de estar presentes para, com incrível celeridade, trazer-nos auxílio, tão logo as circunstâncias o exijam, como se, com a costumeira velocidade, voasse para nós como um relâmpago despedido do céu.

Além disso, seja o que for que se indague de um e outro *destes dois aspectos: número e escalonamento*, creiamos ser desse gênero de mistérios cuja plena revelação se dará no último dia. Conseqüentemente, lembremo-nos de que *devemos* guardar-nos, seja de curiosidade exagerada em perquirir, seja de *excessiva* ousadia em falar.

9. A REALIDADE PESSOAL DOS ANJOS

Contudo, o que certos homens irrequietos põem em dúvida, deve-se ter por certo que os anjos são "espíritos ministrantes" [Hb 1.14], de cujo serviço Deus se serve para a proteção dos seus e mediante os quais ora dispensa seus benefícios entre os homens, ora também executa *suas* demais obras. De fato foi essa a opinião dos saduceus outrora, de que por ***anjos*** nada se designa senão os impulsos que Deus inspira aos homens, ou essas expressões que manifesta de seu poder. Mas, tantos testemunhos da Escritura contradizem esse desvario, que causa surpresa que fosse tolerado nesse povo ignorância tão crassa.

Omitindo, pois, as referências que acima citei, nas quais se mencionam "milhares" [Ap 5.11] e "legiões" [Mt 26.53] de anjos, onde lhes é atribuído regozijo [Lc 15.10], onde se diz que com as mãos sustentam os fiéis [Sl 91.12; Mt 4.6; Lc 4.10,

86. Primeira edição: "e ingente multidão [o] declara [o fato de] que se dizem acampar ao redor d[os] que temem a Deus."

11], que conduzem suas almas ao descanso [Lc 16.22], que contemplam a face do Pai [Mt 18.10], e há outras como essas das quais se evidencia, com muita clareza, que de fato *eles* são espíritos de natureza real.

Ora, por mais que se procure torcer, será necessário entender assim *o* que Estêvão e Paulo dizem [At 7.53; Gl 3.19]: que a lei foi trazida pela mão de anjos; e Cristo: que os eleitos, após a ressurreição, haverão de ser semelhantes aos anjos [Mt 22.30]; que o dia do juízo, realmente, não é conhecido nem mesmo dos anjos [Mt 24.36]; que então ele haverá de vir com os santos anjos [Mt 25.31; Lc 9.26]. De igual modo, quando, perante Cristo e seus anjos eleitos, Paulo ajuramenta a Timóteo a que guarde seus preceitos [1Tm 5.21], denota não qualidades ou inspirações sem substância, mas espíritos reais. Nem doutra sorte é procedente *o* que se lê na Epístola aos Hebreus: que Cristo *foi* feito mais excelente que os anjos [Hb 1.4], que não foi a eles sujeito o orbe das terras [Hb 2.16], a não ser que entendamos serem eles espíritos bem-aventurados, aos quais estas comparações se adequam perfeitamente. E o próprio autor da Epístola se faz mais explícito quando, a um tempo, reúne no reino de Deus as almas dos fiéis e dos santos anjos [Hb 12.22].

Além disso, já nos referimos que os anjos das crianças sempre contemplam a face de Deus [Mt 18.10]; que por sua proteção somos nós defendidos [Lc 4.10, 11]; que se regozijam acerca de nossa salvação [Lc 15.10]; que se maravilham ante a múltipla graça de Deus na Igreja [1Pe 1.12]; que estão sujeitos a Cristo, *como* o Cabeça [Hb 1.6]. À mesma *conclusão* conduz *o fato de* que falaram *com eles*, foram até mesmo *por eles* hospedados. E o próprio Cristo, em função do primado que exerce na pessoa do Mediador, é chamado Anjo [Ml 3.1].

Pareceu-*me* bem abordar ligeiramente este *fator*, com vistas a prevenir os símplices contra essas estultas e absurdas cogitações que, suscitadas por Satanás há *já* muitos séculos, de quando em quando novamente repontam.

10. IMPROCEDÊNCIA DA ANGELOLATRIA

Resta irmos de encontro à superstição que costuma mui freqüentemente insinuar-se sorrateira, quando se diz que os anjos são ministros e provedores de todo bem em relação a nós. Porque de repente nossa razão humana se inclina a pensar que se deve dar-lhes toda honra possível.[87] Dessa forma ocorre que transferem para eles *prerrogativas* que são exclusivas de Deus e de Cristo. Assim, vemos que, em algumas épocas passadas, a glória de Cristo foi de muitas maneiras obscurecida, quando, contrariamente à Palavra de Deus, os anjos foram cumulados de honras imoderadas.

---

87. Primeira edição: "Pois, a razão do homem de pronto se queda a isto: que honra nenhuma pense se lhes não deva conferir."

Dificilmente há algum outro erro mais antigo *que este* dentre os que hoje combatemos. Pois é também evidente que Paulo teve grande luta com alguns que exaltavam os anjos a tal ponto que reduziam a Cristo quase ao nível deles. Daqui, com tão grande solicitude insiste *ele* na Epístola aos Colossenses [1.16, 20] que não só se deve distinguir Cristo de todos os anjos, mas ainda que *ele* é o autor de tudo o que eles têm de bom, para que não *aconteça que*, deixando-o de parte nos volvamos para aqueles que não podem nem a si próprios bastar, ao contrário, tudo recebem da mesma fonte da qual nós mesmos recebemos.

Realmente, quando neles refulge o esplendor da majestade divina, nada *nos* é mais propenso do que, *tomados* de certo deslumbramento, nos prostrarmos em adoração, e conseqüentemente atribuir-lhes todas as *coisas* que só a Deus são devidas, *o* que até João, no Apocalipse, confessa haver-lhe acontecido. Mas, ao mesmo tempo, acrescenta que lhe foi respondido: “Vê, não *o* faças. Sou teu conservo. Adora a Deus” [Ap 19.10; 22.8, 9].

11. O MINISTÉRIO DOS ANJOS MOTIVADO PELA NECESSIDADE HUMANA

Com efeito, deste perigo faremos bem em guardar-nos, se ponderarmos por que Deus costuma declarar seu poder, cuidar da segurança dos fiéis e comunicar-lhes as dádivas de sua beneficência por intermédio destes, e não de si *diretamente*, sem a operação deles. Evidentemente não o faz por necessidade, como se não pudesse prescindir deles; porquanto, sempre que *lhe* apraz, deixando-os de lado, ele efetua sua obra unicamente por seu arbítrio, tão longe está que eles lhe sejam meio de aliviar *alguma* dificuldade.

Logo, *Deus* faz isso para consolo de nossa fraqueza, para que de modo algum careçamos de algo que valha, seja para elevar-nos o ânimo à boa esperança, seja para firmá-lo em segurança. Certamente que isto nos deveria ser mais que suficiente: que o Senhor declara ser nosso protetor. Mas, uma vez que nos vemos rodeados de tantos perigos, de tantos malefícios, de tantos gêneros de inimigos, tal nos é a flacidez e fragilidade, que poderá acontecer, por vezes, que nos enchamos de inquietação, ou caiamos em desespero, a menos que, em conformidade com nossa capacidade, o Senhor nos faça apreender a presença de sua graça.

Por esta razão, não somente promete que haverá de cuidar de nós pessoalmente, mas ainda que dispõe de inumeráveis guardiães a quem já determinou para prover-nos a segurança, *ou, seja*, por todo o tempo em que estamos cercados da guarda e proteção destes, qualquer que seja o perigo que ameace, fomos postos além de toda contingência do mal. De fato confesso que isto se nos converte em erro: que após essa inconfundível promessa acerca da proteção do Deus único, ainda volvamos o olhar em derredor, *buscando* donde nos venha o socorro. Mas, em vista disso, por

sua imensurável clemência e boa vontade, o Senhor nos quer socorrer deste desvio, não há por que negligenciarmos seu tão vultoso benefício.

Exemplo deste fato temo-lo no serviçal de Eliseu [2Rs 6.17] que, ao ver que o monte estava cingido em cerco pelo exército dos sírios, não se divisava qualquer meio de evasão, se transtornava de pavor, como se, quanto a si próprio e a seu senhor, *tudo* estivesse findado. Então Eliseu orou a Deus que lhe abrisse os olhos. De repente ele percebe o monte repleto de cavalos e carros de fogo, isto é, de multidão de anjos, pelos quais haveria de ser guardado, juntamente com o Profeta; firmado por esta visão recobrou-se e pôde, de ânimo intrépido, desdenhar do inimigo, a cuja contemplação havia quase expirado.

12. Nossos olhos não devem desviar-se de Deus para os anjos

Conseqüentemente, seja o que for que se diga do ministério dos anjos, dirijamos a este fim: que, levada de vencida toda falta de confiança, mais solidamente se firme nossa esperança em Deus. Pois estes meios de proteção nos foram preparados pelo Senhor para que não sejamos aterrorizados pela multidão de inimigos, como se sobre sua assistência houvesse *ela* de prevalecer. Ao contrário, refugiemo-nos nessa afirmação de Eliseu: "São mais os que são por nós do que os que são contra nós" [2Rs 6.16].

Portanto, quão lamentável é que sejamos alienados de Deus pelos anjos, os quais foram comissionados para isto: atestar-*nos* que sua assistência está bem presente conosco! Mas *de Deus nos* alienam, se não nos conduzem pela mão diretamente a ele, para que *o* contemplemos, invoquemos e proclamemos *como* nosso único ajudador; se não são por nós considerados como suas mãos, que não se movem a nenhuma ação salvo se ele *os* estiver a dirigir; se não nos conservam no único Mediador, Cristo, para que dependamos inteiramente dele, nele nos reclinemos, sejamos levados a ele e nele descansemos. Deve, pois, fixar-se e profundamente gravar-se em nossa mente *o* que se acha descrito na visão de Jacó [Gn 28.12]: que os anjos descem à terra aos homens, e dos homens sobem aos céus, por uma escada, sobre a qual se posiciona o Senhor dos Exércitos; com o quê se indica que, unicamente pela intercessão de Cristo, resulta que *nos* advenham as ministrações dos anjos, como *ele* próprio *o* afirma: "Vereis doravante os céus abertos e os anjos descendo ao Filho do Homem" [Jo 1.51]. Assim *é* que o servo de Abraão [Gn 24.7], confiando-se inteiramente à guarda de um anjo, nem por isso o invoca a fim de que o assista; ao contrário, firmado nessa injunção, derrama *suas* preces diante do Senhor e *lhe* roga que manifeste sua misericórdia para com Abraão. Ora, visto que Deus não os faz ministros de seu poder e bondade em tais moldes que partilhe com eles sua glória, assim também não nos promete sua assistência na ministração deles *em relação a nós* em termos tais que dividamos nossa confiança entre eles e ele.

Por isso devemos repelir essa filosofia platônica de buscar acesso em Deus por intermédio de anjos e de cultuá-los para este fim: que nos tornem Deus mais favorável, o que homens supersticiosos e curiosos desde o início tentaram impingir-nos à religião, e até hoje continuam agir assim.

13. A luta contra o Diabo e suas hostes

O que a Escritura ensina a respeito dos seres diabólicos, quase tudo inteiramente propende a isto: que sejamos solícitos em precaver-nos contra suas ciladas e maquinações; além disso, que nos provejamos destas armas que são bastante fortes e possantes para levar de vencida a *esses* inimigos assaz poderosos. Com efeito, quando Satanás é chamado o deus e príncipe deste mundo, quando é designado *como* o valente armado, o espírito a quem pertence o poder do ar, leão a rugir [2Co 4.4; Jo 12.31; Mt 12.29; Ef 2.2; 1Pe 5.8], estas representações não têm em vista outra *coisa* senão que sejamos mais cautos e vigilantes, ou, seja, mais preparados para combater, *o* que, por vezes, até se expressa em termos explícitos. Assim *é* que Pedro, após dizer que "o Diabo anda em derredor, como um leão a rugir, buscando a quem devorar" [1Pe 5.8], acrescenta logo a seguir esta admoestação: que *o* resistamos vigorosamente na fé. E Paulo, onde advertiu que nossa luta não é com a carne e com o sangue, ao contrário, *é* com os príncipes do ar, com as potestades das trevas e com as hostes espirituais da impiedade, imediatamente ordena que cinjamos as armas que estejam à altura de suster um embate tão renhido e tão perigoso [Ef 6.12-18].

Por essa razão, prevenidos também de que incessantemente nos ameaça o inimigo, e um inimigo prestíssimo em audácia, vigorosíssimo em forças, astutíssimo em estratagemas, infatigável em diligência e presteza, munidíssimo de todos os apetrechos bélicos, habilíssimo na arte de guerrear, conduzamos tudo a este fim: que não nos deixemos sobrepujar por inércia ou pusilanimidade, mas, em contraposição, tendo o ânimo soerguido e despertado, finquemos pé a resistir; e uma vez que esta beligerância não se finda senão com a morte, nos exortemos à perseverança. Sobretudo, porém, cônscios de nossa insuficiência e obtusidade, invoquemos a assistência de Deus a nosso favor, nem tentemos coisa alguma, senão apoiados nele, visto que só a ele pertence o ministrar conselho, força, coragem e armas.

14. O batalhão demoníaco é vasto

Mas, para que sejamos mais despertados e mais incitados a levar a cabo isto, a Escritura declara que não um, ou outro, ou poucos inimigos, ao contrário, tropas numerosas são *as hostes demoníacas* que travam guerra conosco. Ora, não só lemos que Maria Madalena foi libertada de sete demônios dos quais era possuída [Mc 16.9; Lc 8.2], como também Cristo atesta ser isto comum: que, uma vez expulso um

demônio, se outra vez lhe é propiciado novo espaço, *ele* toma consigo sete espíritos *ainda* piores e retorna à possessão desocupada [Mt 12.43]. Ademais, lemos que uma legião inteira se apoderou de um homem só. Aqui, portanto, somos ensinados que temos de guerrear com infinita multidão de inimigos, para que não *suceda que*, desprezada a insignificância de *seu* número, mais remissos sejamos ao embate, ou, julgando que não raro nos é propiciada certa intermitência, nos entreguemos à inércia.

Assim, pois, muitas vezes a referência é a um Satanás ou Diabo, no número singular, denotando-se aquele império de iniqüidade que se opõe ao reino de justiça. Pois da mesma forma que a Igreja e a sociedade dos santos têm a Cristo *como* Cabeça, assim também a facção dos ímpios, e a própria impiedade, nos são pintadas com seu príncipe, que nessa esfera exerce império absoluto. Razão pela qual se disse isto: "Apartai-vos, malditos, para o fogo eterno, que foi preparado para o Diabo e seus anjos" [Mt 25.41].

15. A malignidade do Diabo

Além de tudo, isto nos deve incitar à perpetua luta contra o Diabo: que por toda parte lemos ser *ele* o adversário de Deus e nosso. Ora, se temos a glória de Deus no coração, como devêramos, *então* se nos impõe lutar com todas as forças contra esse que se empenha por sua extinção. Se formos animados a reter o reino de Cristo, como se faz necessário, é preciso que travemos inconciliável luta com esse que conspira sua ruína. Por outro lado, se nos tange algum cuidado de nossa salvação, nem paz, nem tréguas devemos ter com esse que está continuamente a armar ciladas à sua destruição. Aliás, ele é descrito de tal forma em Gênesis, capítulo 3, onde afasta o homem da obediência que devia a Deus, para que, a um tempo, não só despoje a Deus da justa honra, mas ainda precipita o próprio homem na ruína. Também nos evangelistas, onde é designado de ***inimigo*** e se diz semear joio para corromper a semente da vida eterna [Mt 13.25, 28].

Em suma, em todos os seus feitos experimentamos *o* que dele testifica Cristo: foi homicida e mentiroso desde o início [Jo 8.44]. Pois combate a verdade de Deus com mentiras, obscurece a luz com trevas, enredilha a mente dos homens em erros, suscita ódios, contendas e incita lutas, tudo com este propósito: para que subverta o reino de Deus *e* submerja consigo os homens na perdição eterna. Donde se faz patente que ele é, por natureza, perverso, maligno e malévolo. Ora, suma impiedade deve haver neste espírito que está afeito a contrapor-se à glória de Deus e à salvação dos homens. João também dá a entender isso mesmo em sua Epístola [1Jo 3.8], quando escreve que ele peca desde o princípio. Pois na verdade ele o entende *como sendo* o autor, guia e arquiteto de toda maleficência e iniqüidade.

16. A degenerescência dos seres diabólicos

Como, porém, o Diabo foi criado por Deus, lembremo-nos de que esta malignificência que atribuímos à sua natureza não procede da criação, mas da depravação. Tudo quanto, pois, tem *ele* de condenável, sobre si evocou por *sua* defecção e queda. Pois visto que a Escritura nos adverte, para que não venhamos, crendo que *ele* recebeu de Deus exatamente o *que é agora*, a atribuir ao próprio Deus *o* que lhe é absolutamente estranho. Por esta razão, Cristo declara [Jo 8.44] que Satanás, quando profere a mentira, fala do que é próprio *à sua natureza*, e apresenta a causa: "porque não permaneceu na verdade." De fato, quando estatui que *Satanás* não persistiu na verdade, implica em que outrora *ele* estivera nela; e quando *o faz* pai da mentira, lhe exime isto: que não se impute a Deus a falta da qual *ele* mesmo foi a causa. Mas, embora essas *considerações* fossem expressas de forma sucinta e não com tanta clareza, no entanto são mais do que suficientes, para que de toda insinuação cavilosa se vindique a majestade de Deus. E que proveito há em conhecermos dos seres diabólicos mais ou para outro fim?

Murmuram alguns por que a Escritura não expõe, sistemática e distintamente, em muitas passagens, essa queda e sua causa, modo, tempo e natureza. Mas, uma vez que essas *coisas* nada *têm a ver* conosco, lhe pareceu melhor, ou não dizer absolutamente nada, ou que fossem tocadas apenas de leve, pois não foi digno do Espírito Santo alimentar-*nos* a curiosidade com histórias fúteis, destituídas de proveito. E vemos ter sido este o propósito do Senhor: nada ensinar em seus sagrados oráculos que não aprendêssemos para *nossa* edificação.

Portanto, para que *nós* próprios não nos detenhamos em demasia em *coisas* supérfluas, no que se refere à natureza dos seres diabólicos estejamos contentes com resumirmos a matéria assim: na criação original foram anjos de Deus; mas, em degenerando, perderam-se e se fizeram instrumentos de perdição a outros. Pois o que era proveitoso de se conhecer, claramente se ensina em Pedro e Judas [2Pe 2.4; Jd 6]: "Deus não poupou", dizem eles, "aos anjos que pecaram e não conservaram sua origem; ao contrário, abandonaram sua morada." E Paulo, mencionando os anjos eleitos [1Tm 5.21], sem dúvida contrasta com eles tacitamente os réprobos.

17. O poder do Diabo está sujeito à autoridade de Deus

Quanto, porém, diz respeito à discórdia e luta que dissemos existir de Satanás com Deus, entretanto assim importa admitir que isto permanece estabelecido: que aquele nada pode fazer, a não ser que Deus *o* queira e consinta. Ora, lemos na história de Jó que aquele se apresenta diante de Deus para receber ordens, nem mesmo ousa aventurar-se a encetar alguma ação maligna, a não ser que a permissão seja impetradada [Jó 1.6; 2.1]. Assim também, quando Acabe tem de ser enganado,

o Diabo toma a si a incumbência de ser um espírito de mentira na boca de todos os profetas, e o executa, comissionado pelo Senhor [1Rs 22.20]. Por esta razão, também se diz provir do Senhor o espírito mau que atormentava a Saul, porque, por meio dele, como por um látego, eram punidos os pecados do ímpio rei [1Sm 16.14; 18.10]. E, em outro lugar [Sl 78.49], está escrito que as pragas foram por Deus infligidas aos egípcios através de anjos maus. Em conformidade com esses exemplos particulares, Paulo atesta, generalizadamente [2Ts 2.9, 11], que o endurecimento dos incrédulos é obra de Deus, embora antes fosse dito ser ele operação de Satanás. Portanto, é evidente que Satanás está debaixo do poder de Deus e é de tal modo regido por seu arbítrio que se vê compelido a render-lhe obediência.

Conseqüentemente, quando dizemos que Satanás resiste a Deus e que as obras daquele são contrárias às obras deste, estamos afirmando, a um tempo, que esta incompatibilidade e este conflito dependem da permissão de Deus. Não estou falando agora em relação à vontade *de Satanás*, nem tampouco em referência a *seu* intento, mas apenas com respeito a *sua* maneira de atuar. Ora, uma vez que o Diabo é ímpio por natureza, está mui longe de ser propenso a obedecer à vontade divina; ao contrário, ele se inclina à contumácia e à rebelião.

Portanto, isto tem *Satanás* por si mesmo e por sua própria malignidade: ele se opõe a Deus com vil paixão e deliberado intento. Em virtude dessa depravação, é *ele* incitado à tentativa dessas coisas que julga serem especialmente contrárias a Deus. Como, porém, este o mantém amarrado e tolhido pelo freio de seu poder, *ele* leva a bom termo apenas aquelas *coisas* que lhe foram divinamente concedidas, e assim, queira ou não, obedece a seu Criador, porquanto é compelido a prestar-*lhe* serviço aonde quer que o mesmo *o* impelir.

18. Limitação do poder satânico sobre os crentes e domínio sobre os incrédulos

Ora, visto ser verdade que Deus verga os espíritos imundos para cá e para lá, conforme lhe apraz, de tal modo regula este regime que, lutando, aos fiéis molestam, acometem com ciladas, investem com incursões, acossam em combate, não raro até *os* prostram exaustos, os lançam em confusão, os tornam aterrorizados e, por vezes, *lhes* infligem feridas, mas jamais *os* vencem, nem prostram subjugados, enquanto aos ímpios arrastam em sujeição, lhes exercem domínio na alma e no corpo, usam de toda sorte de desregramentos como de escravos.

No tocante aos fiéis, porquanto são inquietados por inimigos deste gênero, por isso ouvem estas exortações: “Não deis lugar ao Diabo” [Ef 4.27]; “O Diabo, vosso inimigo, anda em derredor, como um leão a rugir, buscando a quem devorar, ao qual resisti firmes na fé” [1Pe 5.8]; e semelhantes. A este gênero de luta Paulo confessa

não estar imune, quando escreve [2Co 12.7] que, como remédio para quebrantar-*lhe* o orgulho, lhe *foi* dado um anjo de Satanás, pelo qual fosse humilhado. Portanto, esta é uma experiência comum a todos os filhos de Deus. Visto, porém, que aquela promessa quanto a haver de ser esmagada a cabeça de Satanás [Gn 3.15] pertence em comum a Cristo e a todos os seus membros, por isso nego que os fiéis possam ser por ele vencidos ou prostrados em sujeição. Sem dúvida que são por vezes consternados, todavia não são *a tal ponto* desalentados que não se refaçam; tombam pela violência dos golpes, porém em seguida se reerguem; são feridos, porém não mortalmente; enfim, assim aspiram em todo o decurso da vida que, no final, alcancem a vitória, *o* que, no entanto, não restrinjo a cada ato, individualmente.

Ora, sabemos que, por justa punição de Deus, Davi foi, por um tempo, deixado à mercê de Satanás para que, por impulso deste, recenseasse ao povo [2Sm 24.1; 1Cr 21.1]; nem tampouco deixa Paulo baldada a esperança de perdão, se porventura alguém se visse enredilhado nos laços do Diabo [2Tm 2.26]. Por isso, em outro lugar [Rm 16.20], quando diz: “Mas o Deus de paz em breve esmagará a Satanás debaixo de vossos pés”, o mesmo Paulo mostra que, nesta vida, em que se tem de lutar, a promessa supramencionada aqui só começa *a cumprir-se* depois que a luta cumprir-se plenamente. Na verdade, em nosso Cabeça esta vitória sempre subsistiu em plena medida, visto que o príncipe do mundo nada teve nele [Jo 14.30]. Em nós, porém, que somos seus membros, agora se mostra parcialmente. Contudo, haverá de consumar-se completamente quando, despojados de nossa carne, em relação à qual somos ainda susceptíveis à fraqueza, haveremos de ser cheios do poder do Espírito Santo.

Desse modo, onde se levanta e edifica o reino de Cristo, por terra desanda Satanás com seu poder, como o próprio Senhor o expressa [Lc 10.18]: “Vi a Satanás caindo do céu, como um raio.” Pois, com essa afirmação, *Cristo* confirma *o* que os apóstolos haviam relatado quanto ao poder de sua *própria* pregação. De igual forma [Lc 11.21]: “Quando um príncipe ocupa seu paço, todas *as coisas* que possui estão em paz; quando, no entanto, um mais forte sobrevém, *ele* é lançado fora” etc.

E para este fim, ao morrer, Cristo venceu a Satanás, que tinha “o poder da morte” [Hb 2.14] e de todas as suas hostes promoveu o triunfo, para que não possam fazer mal à Igreja. Doutra sorte, ela seria a cada instante reduzida cem vezes a nada pelo *Diabo*. Ora, *uma vez que* tal é nossa insuficiência e tal lhe é o furibundo poder, como, a não ser firmados na vitória de nosso Chefe, faríamos frente, sequer um mínimo, a seus multiformes e constantes ataques?

Portanto, Deus não permite o reinado de Satanás nas almas dos fiéis, mas só nas *almas* dos ímpios e incrédulos, a quem não tem por dignos de serem contados em sua igreja, os abandona para que sejam por ele governados. Pois diz-se que *Satanás* ocupa indubitavelmente a este mundo até que por Cristo seja *dele* expulso. De igual

modo, ele cega a todos que não crêem no evangelho [2Co 4.4]. Também, ele leva adiante sua obra nos filhos contumazes [Ef 2.2]. E com razão, pois, todos os ímpios são vasos da ira [Rm 9.22]. Por isso, a quem se deveriam sujeitar, senão ao ministro da divina vingança?

Finalmente, diz-se de todos os réprobos que são "filhos do Diabo" [Jo 8.44; 1Jo 3.8], porque assim como os filhos de Deus são conhecidos por portarem a imagem de Deus, do mesmo modo os demais, por portarem a imagem de Satanás, são considerados com justiça filhos deste.[88]

19. A realidade pessoal dos seres diabólicos

Entretanto, da mesma forma que acima refutamos aquela vã filosofia acerca dos santos anjos, a qual ensina que *eles* nada *mais* são do que inspirações ou impulsos bons que Deus desperta na mente dos homens, assim também, neste ponto, deve-se refutar *aqueles* que desdenham *dizendo* que os seres diabólicos nada *mais* são do que maus sentimentos ou distúrbios que nossa carne suscita. Isso será bem mais fácil de refutar, porque há inumeráveis testemunhos da Escritura sobre esta matéria.[89]

Em primeiro lugar, quando são chamados *espíritos imundos* e *anjos apóstatas* [Mt 12.43; 2Pe 2.4; Jd 6], que decaíram de sua condição original, os próprios termos expressam suficientemente não impulsos ou sentimentos da mente, mas, antes, que são chamados: mentes ou espíritos dotados de sensibilidade e entendimento. Semelhantemente quando, tanto por Cristo quanto por João, os filhos de Deus são comparados com os filhos do Diabo [Jo 8.44; 1Jo 3.10], não seria porventura inepta a comparação, se o termo ***Diabo*** nada designasse senão inspirações más? E João acrescenta algo ainda mais pertinente: que o Diabo peca desde o princípio [1Jo 3.8]. De modo semelhante, quando Judas [v. 9] apresenta o Arcanjo Miguel a contender com o Diabo, certamente que o anjo bom se opõe a um mau e rebelde. Ao que isto se harmoniza bem com o que se lê na história de Jó: que Satanás compareceu diante de Deus com os santos anjos [Jó 1.6; 2.1].

De todas, porém, as mais explícitas são aquelas passagens que fazem menção do castigo que *os demônios* começam a sentir do juízo de Deus, e haverão de sentir principalmente na ressurreição. "Filho de Davi, por que vieste atormentar-nos antes do tempo?" [Mt 8.29]. Também: "Ide-vos, malditos, para o fogo eterno que foi preparado para o Diabo e seus anjos" [Mt 25.41]. Ainda: "Se não poupou aos próprios anjos, mas, encerrados em cadeias, *os* lançou nas trevas para que fossem reservados

---

88. Primeira edição: "Finalmente, dizem-se proceder de [seu] pai, o Diabo [Jo 8.44] porque, como os fiéis são reconhecidos [como] filhos de Deus nisto, que Lhe trazem a imagem, assim, da imagem de Satanás em que degeneraram, com propriedade, [por] filhos dele se contam [1Jo 3.8]."

89. Primeira edição: "E isto poder-se-á fazer [bem] sucintamente, uma vez que subsistem, nesta matéria, testemunhos da Escritura não poucos e assaz evidentes."

à condenação eterna" etc. [2Pe 2.4]. Quão improcedentes haveriam de ser estas expressões: que os seres diabólicos *foram* destinados ao juízo eterno; que fogo lhes foi preparado; que mesmo agora são atormentados e torturados pela glória de Cristo, se simplesmente não existissem nenhum diabo?

Mas, uma vez que esta matéria não requer discussão entre aqueles que têm fé na Palavra do Senhor, enquanto entre esses especuladores fúteis pouco há de proveito nos testemunhos da Escritura, aos quais nada apraz senão o que é novidade, a mim me parece que levei a bom termo *o* que *me* propus, isto é, que as mentes piedosas tenham sido instruídas contra desvarios desse gênero, com que homens irrequietos perturbam a si *próprios* e a outros mais simplórios *que eles*. Além disso, também valeu a pena abordar isto, para que *os* que *estão* enredilhados nesse erro, enquanto pensam que nenhum inimigo têm, não se tornem mais remissos e improvidentes a resistir.

20. O que a criação nos ensina concernente a Deus

Entrementes, não hesitemos em colher piedoso deleite das obras de Deus manifestas e patentes neste formosíssimo teatro. Pois, como *o* dissemos em outro lugar, embora não *seja* a evidência primordial à fé, contudo na ordem da natureza esta é a primeira: para onde quer que volvamos os olhos em derredor, devemos ter em mente que todas *as coisas* que nossos olhos divisam são obras de Deus, e ao mesmo tempo devemos refletir, em piedosa consideração, a que fim foram por Deus criadas.

Portanto, para que, em verdadeira fé, aprendamos *o* que é importante conhecer a respeito de Deus, que nos seja proveitoso levar em conta primeiramente a história da criação do mundo, como foi sucintamente exposta por Moisés [Gn 1 e 2] e, depois, mais copiosamente elucidada por santos varões, especialmente Basílio e Ambrósio. Desta *história* aprenderemos que, pelo poder de *sua* Palavra e de seu Espírito, Deus criou do nada o céu e a terra; daqui produziu a todo gênero, animais e coisas inanimadas; distinguiu em admirável seqüência incontável variedade de coisas; a cada gênero revestiu de sua natureza *específica*; designou funções, atribuiu regiões e moradas; e, visto que todas *as coisas* são susceptíveis à corrupção, contudo providenciou para que, preservadas, se conservem as espécies, uma a uma, até o dia final. *Aprenderemos*, igualmente, que *Deus* sustenta a umas *espécies* de maneiras misteriosas e como que, de instante a instante, novo vigor lhes instila; a outras conferiu o poder de propagação, para que, com sua morte, não se extingam de todo. Igualmente adornou o céu e a terra com uma abundância perfeitíssima, e a tudo com diversidade e formosura como se fosse um grande e magnífico palácio admiravelmente mobiliado.[90] Finalmente, ao formar o homem, e ao distingui-lo com

90. Primeira edição: "E, assim, que, não de outra maneira que a ampla e esplêndida mansão, a um tempo,

tão marcante dignidade, e de tantos e tão assinalados dotes, nele *Deus* exibiu o mais preclaro exemplar de suas obras.

Com efeito, como meu propósito não é historiar a criação do mundo, me é suficiente haver abordado de novo, apenas de passagem, estes bem poucos *pontos*. Pois é preferível, como antes adverti, que quem desejar instruir-se mais amplamente nisto, que leia a Moisés e aos demais que escreveram fiel e diligentemente a história do mundo.[91]

21. A QUE NOS DEVE CONDUZIR A CONTEMPLAÇÃO DAS OBRAS DE DEUS

De nada aproveita, porém, discutir mais extensamente a que rumo leva e a que escopo se deva aplicar a consideração das obras de Deus, quando esta matéria não só *já foi* em grande parte considerada, em outro lugar, mas ainda, quanto interessa ao presente propósito, se pode fazer com poucas palavras. De fato, se quisermos apresentar, como *lhe* convém à dignidade, quanto refulja na estruturação do mundo a inestimável sabedoria, poder, justiça *e* bondade de Deus, não estará à altura da magnitude de empresa de tão grande proporção nenhum esplendor nem ornato de linguagem. Nem há dúvida de que o Senhor nos queira de contínuo ocupados nesta santa meditação, de sorte que, enquanto contemplamos em todas as criaturas, como em espelhos, essas imensuráveis riquezas de sua sabedoria, justiça, bondade, poder, não as relanceemos apenas com olhar furtivo e, por assim dizer, em passageiro vislumbre, mas, ao contrário, demoremo-nos longamente nesta consideração, revolvendo-a na mente e na memória, séria e fielmente, e a evoquemos de momento a momento.

Como, porém, estamos agora voltados para o propósito didático, é-nos próprio abstrair-nos desses *tópicos* que requerem longas investigações. Portanto, para usar de brevidade, saibam os leitores então terem aprendido, em verdadeira fé, quem é Deus o Criador do céu e da terra, se, em primeiro lugar, seguirem esta regra universal: que não deixem de atentar, seja por ingrata irreflexão, seja por *ingrato* esquecimento, para os esplendentes primores que Deus exibe em suas criaturas; *e*, em segundo lugar, assim aprendam a aplicar *essas coisas* a si *próprios*, para que se lhes apeguem profundamente ao coração.

Exemplo da primeira *parte dessa regra* é quando refletimos de quão grande Artífice foi a tarefa de ordenar e ajustar em tão maravilhoso concerto essa multidão de estrelas que se espalha pelo céu, que não se pode imaginar nada mais belo em aparência; a umas de tal modo inseriu e fixou em suas posições, que não se podem

---

provida e referta do mais requintado e profuso mobiliário, há [Ele] ao céu e à terra exornado, [tão] mirificamente quanto pôde ser, da mais absoluta abundância, variedade [e] beleza de todas as cousas."

91. Primeira edição: "Pois é melhor, como já adverti os leitores, mais pleno entendimento desta porção [Gn 1 e 2] buscar de Moisés e dos demais que hão fiel e diligentemente consignado à memória a história do mundo."

delas afastar; a outras concedeu mais livre curso, todavia em moldes tais que, vagueando, não vão além do espaço *assinalado*; regulou o movimento de todas de modo que *nessa base* se meçam os dias e as noites, os meses, os anos e as estações do ano, e além disso reduz a tal proporcionalidade essa desigualdade dos dias que observamos quotidianamente, que nada encerre de confusão. Assim também, quando atentamos para o poder em sustentar a tão ingente massa, em governar a tão célere convolução da máquina celeste, e outras coisas semelhantes.

Estes bem poucos exemplos, porém, declaram suficientemente o que signifique reconhecer os poderes de Deus na criação do mundo. Por outro lado, se, como *já* disse, nesta consideração me apraza abordar a matéria toda, não haveria fim, quando são tantos os milagres do poder divino, quantas são no mundo as espécies de coisas; aliás, quantas são as *próprias* coisas, sejam grandes, sejam pequenas.

22. DEUS CRIOU TODAS AS COISAS PARA O BEM DO HOMEM, DAÍ A GRATIDÃO QUE LHE DEVEMOS

Resta a outra parte *da regra retro referida*, que mais se aproxima à fé, *isto é*, que enquanto atentamos para *o fato de* haver Deus destinado todas *as coisas* para o bem e salvação nossa, ao mesmo tempo lhe sentimos o poder e a graça em nós próprios e os benefícios tão grandes que nos tem conferido, donde nos estimulemos à confiança, à invocação, ao louvor, ao amor para com ele. Em verdade, ao criar tudo por causa do homem, como pouco antes observei, o próprio Senhor *o* demonstrou na própria ordem da criação. Ora, não é sem causa que distribui a formação do mundo por seis dias, quando em nada *lhe* seria mais difícil efetuar em um único momento a obra inteira, em todas as *suas* parcelas, simultaneamente, do que chegar gradativamente à plena realização por meio dessa progressão.

Realmente, assim quis *Deus* recomendar sua providência e paterna solicitude para conosco, *ou, seja*, que antes que formasse o homem, tudo quanto antevia haver de ser útil e salutar, tudo isso preparou para ele. De quão grande ingratidão haveria de ser agora duvidarmos que esse Pai boníssimo tenha cuidado de nós, quando vemos ter sido solícito a nosso respeito antes mesmo que nascêssemos! Quão ímpio seria tremer de desconfiança de que, em algum momento, sua benevolência nos falte na necessidade, quando vemos ser-*nos* exibido, com sua prodigalidade, tudo o que é bom, *quando* ainda nem *éramos* nascidos! Além disso, ouvimos de Moisés [Gn 1.28; 9.2] que, mercê de sua liberalidade, ele nos sujeitou tudo quanto há em todo o orbe. Certamente, *ele* não fez *assim* para que se divertisse conosco com um título de doação sem conteúdo. Portanto, não há que temer que nos venha faltar algo de quanto convém à nossa salvação.[92]

92. Primeira edição: “Logo, nada que diga respeito a nosso bem-estar jamais haver-nos-á de faltar!”

Por fim, para que se conclua definitivamente: sempre que chamarmos a Deus o Criador do céu e da terra, ao mesmo tempo nos venha à mente que em sua própria mão e poder está a administração de *todas* estas *coisas* que criou; que realmente somos seus filhos, aos quais ele tomou sob seu patrocínio e proteção para prover-*lhes* sustento e instrução, de sorte que esperemos só dele a plenitude de tudo o que é bom, e confiemos, com toda a certeza, que ele jamais haverá de permitir que careçamos das coisas necessárias a *nosso* bem-estar. Nem de outra parte nos incline a esperança, bem como tudo quanto anelamos, para ele volvamos nossos rogos, reconheçamos que é benefício dele o fruto de qualquer coisa que recebemos, e *o* confessemos com ações de graças. De modo que, atraídos pelo dulçor tão ingente de *sua* bondade e beneficência, diligenciemos por amá-lo e servi-*lo* de todo o coração.

CAPÍTULO XV

COMO O HOMEM FOI CRIADO: ONDE SE TRATA DAS FACULDADES DE SUA ALMA, DA IMAGEM DE DEUS, DO LIVRE-ARBÍTRIO E DA INTEGRIDADE ORIGINAL DE SUA NATUREZA

1. O homem foi criado sem mácula: Deus não é culpado do pecado humano

Convém-*nos* falar agora da criação do homem, não apenas porque dentre todas as obras de Deus é *ele* a expressão mais nobre e sumamente admirável de sua justiça, sabedoria e bondade, mas ainda porque, como dissemos de início, Deus não nos pode ser clara e plenamente conhecido, a não ser que se acresça conhecimento correlato de nós *mesmos*. E visto ser duplo esse *conhecimento de nós próprios*, isto é, que saibamos como fomos criados em *nosso* estado original e como começou a ser nossa condição após a queda de Adão (aliás, nem seria de muito proveito conhecer nossa criação, a não ser que reconhecêssemos qual é a corrupção e deformidade de nossa natureza nesta desoladora ruína *em que nos achamos*); agora, contudo, nos haveremos de contentar com a descrição de *nossa* natureza íntegra, *como era originalmente*. E, realmente, antes que desçamos a esta mísera condição do homem a que ora está sujeito, é de relevância conhecer como foi inicialmente criado.

Ora, importa guardar-*nos*, para que, destacando incisivamente apenas os *aspectos* maus da natureza humana, não pareçamos atribui-los ao autor dessa natureza, uma vez que, neste pretexto, julga que a impiedade é bastante defensável, se consegue pleitear, de algum modo, haver procedido de Deus tudo quanto de mau tem *ela*, nem vacila, se é reprovada, em litigar com o próprio Deus e imputar-lhe a culpa de que é merecidamente incriminada. E *mesmo aqueles* que querem parecer falar mais reverentemente acerca da divina majestade, ainda assim procuram deliberadamente achar na *própria* natureza escusa de sua depravação, não refletindo que também eles, embora mais simuladamente, ultrajam a Deus, visto que lhe recairia ignomínia, se fosse provado ser qualquer mácula inerente à natureza *original*.

Portanto, quando vemos a carne a palpitar hiante por todos os subterfúgios com que, de todos os modos, pensa desviar de si para outro a culpa do que tem de mau, a esta perversidade *devemos contrapor-nos diligentemente.* Portanto, a miséria do gênero humano deve ser tratada de tal modo, que toda tergiversação se extirpe de antemão e a justiça de Deus seja vindicada de toda invectiva. Mais adiante, no

devido lugar, veremos quão longe os homens estão daquela pureza com que Adão fora dotado.

Em primeiro lugar, uma vez que *o homem* foi tomado da terra e do barro, é preciso reconhecer que *assim* ao orgulho foi posto um freio, pois nada é mais absurdo do que se gloriarem de sua excelência *aqueles* que não só "habitam uma casa de barro" [Jó 4.19], mas ainda, como *tais*, em parte *eles* próprios são terra e cinza. Visto, porém, que Deus se dignou não só animar a um vaso de terra, como também quis que o mesmo fosse a habitação de um espírito imortal, Adão pôde gloriar-se *nessa* generosidade tão ingente de seu Criador.

2. Espiritualidade e imortalidade da alma, contudo distinta do corpo

Afinal, que o ser humano consta de alma e corpo, deve estar além de *toda* controvérsia. E pela palavra ***alma*** entendo uma essência imortal, contudo criada, que lhe é *das duas* a parte mais nobre. Por vezes *também* é chamada ***espírito***. Ora, ainda que estes *dois* termos difiram entre si em sentido quando ocorrem juntos, contudo, onde o *termo* ***espírito*** é empregado separadamente, equivale a alma, como quando Salomão, falando da morte, diz que "o espírito retorna então a Deus, que o deu" [Ec 12.7]. E Cristo, encomendando o espírito ao Pai [Lc 23.46], como também Estêvão *o seu* a Cristo [At 7.59], não entendem outra *coisa* senão *isto*: quando a alma é liberada do cárcere da carne, Deus lhe é o perpétuo guardião.

Entretanto, são absolutamente destituídos de senso aqueles que imaginam que a alma é denominada ***espírito*** por ser um sopro, ou força divinamente infundida nos corpos, a carecer, no entanto, de essência, comprovando-o não só a própria realidade, mas ainda toda a Escritura. Sem dúvida é verdade que, enquanto se apegam à terra mais do que é justo, os homens se fazem broncos; aliás, visto que se alienaram do Pai das Luzes [Tg 1.17], foram cegados pelas trevas, de sorte que não pensam que haverão de sobreviver à morte. Contudo, nem assim a luz *lhes* foi aniquilada nas trevas a tal ponto que não se sintam tangidos por *algum* senso de sua imortalidade. Sem dúvida que a consciência, que discernindo entre o bem e o mal responde ao juízo de Deus, é sinal indubitável do espírito imortal. Pois, como uma disposição sem essência poderia penetrar até o tribunal de Deus e a si incutiria terror de sua culpabilidade? Ademais, tampouco é o corpo afetado pelo temor de uma penalidade espiritual; ao contrário, só recai na alma, do quê se segue que *a alma* é dotada de essência.

Já o próprio conhecimento de Deus comprova sobejamente que as almas, que transcendem ao mundo, são imortais, visto que um alento evanescente não chegaria *jamais* à fonte da vida. Enfim, quando tantos dotes preclaros dos quais a mente humana está enriquecida proclamam sonoramente que algo divino lhe é impresso,

são outros tantos testemunhos de uma essência imortal. Ora, a sensibilidade que se instila nos animais brutos não vai além do corpo, ou, pelo menos, não se estende mais longe que às coisas que lhes estão adiante. Também a versatilidade da mente humana, a perlustrar céu e terra e os arcanos da *própria* natureza, e quando a todos os séculos compendiou no intelecto e na memória, cada *evento* a dispor em sua ordem, e dos *fatos* passados a deduzir os futuros, demonstra claramente que no homem se aninha algo distinto do corpo. Mediante a inteligência concebemos o Deus invisível e os anjos, o que ao corpo escapa totalmente; apreendemos as coisas que são retas, justas e honrosas, o que não podemos fazer pelos sentidos corpóreos.[93] Portanto, só o espírito pode ser a sede dessa inteligência. Aliás, o próprio sono, que entorpecendo o homem parece até mesmo privá-lo da vida, é uma testemunha não obscura da imortalidade, quando não só sugere pensamentos dessas coisas que jamais ocorreram, mas ainda presságios quanto ao porvir.

Estou abordando, *apenas* de leve, estes *assuntos* que mesmo os escritores profanos exaltam magnificamente, com estilo e expressão mais esplêndidos. Contudo, entre leitores piedosos será bastante um simples lembrete. Ora, se a alma não fosse algo essenciado, distinto do corpo, a Escritura não ensinaria que habitamos casas de barro e que na morte migramos do tabernáculo da carne, despojamo-*nos* do que é corruptível para que, por fim, no último dia recebamos a recompensa, em conformidade com *o* que, *enquanto* no corpo, cada um praticou.

Ora, por certo que essas referências, e semelhantes a essas, que ocorrem com freqüência, não só distinguem claramente a alma do corpo, mas ainda lhe transfere o designativo ***homem***, indicando ser ela a parte principal. Ora, quando Paulo exorta os fiéis [2Co 7.1] a que se purifiquem de toda impureza da carne e do espírito, *ele* enuncia duas partes nas quais reside a sordidez do pecado. Também Pedro, chamando a Cristo "pastor e bispo das almas" [1Pe 2.25], teria falado improcedentemente, se não existissem almas em relação às quais desempenhasse este ofício. Nem seria procedente, a não ser que as almas tivessem essência própria, *o fato de* que fala acerca da eterna salvação das almas, e que ordena purificar as almas, e que desejos depravados militam contra a alma [1Pe 1.9; 2.11]; de igual modo, o autor da Epístola aos Hebreus [13.17] declara que os pastores velam para que prestem conta de nossas almas.

Com o mesmo propósito é *o fato de* Paulo [2Co 1.23] invocar a Deus por testemunha contra sua *própria* alma, porquanto *ela* não se faria ré diante de Deus, se não fosse susceptível à penalidade. Isto expressa-se ainda mais claramente nas palavras de Cristo, quando *ele* manda que se tema àquele que, após haver matado o corpo, pode lançar a alma na Gehena de fogo [Mt 10.28; Lc 12.5]. Ora, quando o autor da Epístola aos Hebreus distingue Deus dos pais de nossa carne, como sendo o Pai dos espíritos, não poderia *ele* afirmar de modo mais claro a essência das almas.

93. Primeira edição: "apreendemos o reto, justo e honroso, que se esconde aos sentidos corpóreos."

Além disso, a não ser que as almas liberadas dos cárceres dos corpos continuassem a existir, seria absurdo Cristo representar a alma de Lázaro a desfrutar de bem-aventurança no seio de Abraão, e a alma do rico, por outro lado, destinada a horrendos tormentos [Lc 16.22, 23]. Paulo confirma isso mesmo, ensinando que peregrinamos *distanciados* de Deus durante o tempo em que habitamos na carne; desfrutamos de sua presença, porém fora da carne. E, para que não me alongue mais em matéria de forma alguma obscura, acrescentarei apenas isto de Lucas [At 23.8]: ele menciona entre os erros dos saduceus o fato de não crerem na existência de espíritos e anjos.

3. O homem é imagem e semelhança de Deus

Também daqui se colige sólida prova deste fato: lemos que o homem foi criado à imagem de Deus [Gn 1.27]. Ora, ainda que a glória de Deus refulja no *próprio* homem exterior, contudo não há dúvida de que a sede própria da imagem está na alma. Certamente que não deixo de admitir que a forma exterior, até onde nos distingue e separa dos animais brutos, ao mesmo tempo nos une mais intimamente a Deus. Nem mais veementemente contenderei, caso alguém insista que sob *o conceito de* imagem de Deus deve-se levar em conta que "os outros animais, enquanto se inclinam para baixo, o solo contemplam, ao homem se deu um semblante voltado para cima e determinado a contemplar o céu e as estrelas, erguendo seu vulto ereto", contanto que isto fique estabelecido: que a imagem de Deus, que se percebe ou esplende nestas marcas exteriores, é espiritual.

Ora, Osiandro, cujos escritos atestam ter sido *ele* perversamente engenhoso em invenções fúteis, estendendo promiscuamente a imagem de Deus tanto ao corpo quanto à alma, mistura o céu à terra.[94] Afirma *ele* que o Pai, o Filho e o Espírito Santo estabelecem sua imagem no homem, visto que, por mais que Adão se houvesse mantido íntegro, Cristo, no entanto, haveria de ter-se feito homem. E assim, conforme seu modo de ver, o corpo que fora destinado a Cristo foi o modelo e tipo daquela figura corpórea que veio a ser formada então. Onde, porém, achará que Cristo é a imagem do Espírito? Admito, sem dúvida, que na pessoa do Mediador luza a glória de toda a Deidade; entretanto, como haverá a Palavra Eterna de ser chamada imagem do Espírito, a quem precede em ordem? Em suma, subverte-se a distinção entre Filho e Espírito, se este chama àquele de imagem sua.

Além disso, gostaria de saber dele [Osiandro] como Cristo representa ao Espírito Santo na carne de que se revestiu, e com que marcas ou delineamentos lhe exprime a semelhança. E, uma vez que essa expressão: "Façamos o homem" etc. [Gn 1.26] é comum também à pessoa do Filho, segue-se que ele é a imagem de si *pró-*

94. *Comentário sobre o Gênesis*.

prio, o que é contrário a toda razão. Ademais, se é aceita a fantasia de Osiandro, o homem não foi formado senão em termos do tipo ou modelo de Cristo *como* homem, e assim, até onde haveria de revestir-se de carne, Cristo foi o arquétipo do qual Adão foi tomado, quando a Escritura ensina que ele foi criado à imagem de Deus em sentido totalmente outro. Mais lustre tem a sutileza daqueles que sustentam que Adão foi criado à imagem de Deus porque ele era conforme Cristo, que é de Deus a imagem única. Entretanto, também nesta *concepção* nada há de sólido.

Discussão bem acirrada há também a respeito de imagem e semelhança, enquanto entre estes dois termos buscam os intérpretes uma diferença que não existe, salvo que semelhança foi adicionada à guisa de explicação. Em primeiro lugar, sabemos que entre os hebreus as repetições eram triviais, através das quais exprimem duas vezes uma só coisa; em segundo lugar, nenhuma ambigüidade há na própria matéria, *a saber*, que o homem seja designado de imagem de Deus, porquanto é *ele* semelhante a Deus. Do quê se evidencia serem ridículos *aqueles* que acerca desses vocábulos filosofam com sutileza maior, quer atribuam ***tselem***, isto é, a ***imagem***, à substância da alma, e ***demuth***, isto é, a ***semelhança***, às *suas* qualidades, quer tragam a lume algo diverso. Quando, pois, Deus decretou criar o homem à sua imagem, porque não era tão claro, explicativamente *o* reitera nesta breve locução: à ***semelhança***, como se estivesse a dizer que iria fazer um homem no qual, mediante marcas impressas de semelhança, haveria de representar-se a si próprio como numa imagem. Por isso, referindo o mesmo pouco depois, Moisés repete duas vezes *a frase* imagem de Deus, omitindo a menção da semelhança.

Frívolo, porém, é a objeção de Osiandro, que o que se diz ser a imagem de Deus não é uma parte do homem, ou, seja, a alma com suas capacidades, mas Adão inteiro, a quem o nome foi imposto da terra, donde foi tirado. Frívolo, digo-*o*, julgarão ser isso todos os leitores sensatos. Ora, enquanto ao homem todo se denomina ***mortal***, nem por isso é a alma sujeita à morte; e quando, em contrário, se diz ser ***animal racional***, nem por isso a razão ou a inteligência pertence ao corpo. Portanto, ainda que a ***alma*** não seja o homem, contudo não é absurdo chamar-se ele imagem de Deus no tocante à alma, ainda que retenha o princípio que há pouco estabeleci, de que a efígie de Deus se estende à excelência toda, pela qual a natureza do homem se sobreleva por entre todas as espécies de seres animados.

Conseqüentemente, com esta expressão se denota a integridade de que Adão foi dotado, quando era possuído de reto entendimento, tinha as afeições ajustadas à razão, todos os sentidos afinados em reta disposição e, mercê de tão exímios dotes, verdadeiramente refletia a excelência de seu Artífice. E ainda que a sede primária da imagem divina tem de estar na mente e no coração, ou na alma e suas faculdades, contudo nenhuma parte houve, quanto ao corpo, em que não brilhassem certas centelhas. Certo é que até mesmo em cada porção distinta do mundo fulgem certos

traços da glória de Deus, donde, uma vez que sua imagem está posta no homem, se pode concluir que subsiste tácita antítese que eleva o homem acima de todas as demais criaturas e como que *o* separa da massa vulgar. Aliás, nem se há de negar que os anjos foram criados à semelhança de Deus, visto que, segundo Cristo *o* atesta [Mt 22.30], nossa suprema perfeição será em fazer-nos semelhantes a eles. Nem em vão, porém, ressalta Moisés, mediante este designativo peculiar, *imagem e/ou semelhança*, a graça de Deus para conosco, especialmente quando o homem é comparado apenas às criaturas visíveis.

4. A verdadeira natureza da imagem de Deus só determinável à luz da concepção bíblica da regeneração em Cristo

No entanto, parece que não houve ainda uma definição plena de ***imagem***, a não ser *quando* se manifesta mais claramente por quais faculdades o homem sobressai e por quais deva ele ser julgado espelho da glória de Deus. Realmente não se pode conhecer melhor de outra parte senão da restauração de *sua* natureza corrompida. Quando Adão caiu de seu estado *original*, não há a mínima dúvida de que, por esta defecção, ele veio a alienar-se de Deus. Portanto, embora concordemos que a imagem de Deus não foi nele aniquilada e apagada de todo, todavia foi corrompida a tal ponto que, qualquer coisa que lhe reste, não passa de horrenda deformidade. E por isso o começo da recuperação da salvação o temos nesta restauração que conseguimos através de Cristo, o qual, por esta causa, é também chamado segundo Adão, visto que nos restitui a verdadeira e completa integridade.

Ora, ainda que Paulo, contrastando o espírito vivificante com que os fiéis são agraciados por Cristo com a alma vivente com que Adão foi criado [1Co 15.45], ressalte a mais abundante medida de graça na regeneração, contudo não cancela esse outro ponto, *a saber*, que o propósito da regeneração é este: *para* que Cristo nos remolde à imagem de Deus. Assim é que ensina, em outro lugar [Cl 3.10], que "o novo homem é renovado segundo a imagem daquele que o criou", ao que se conforma essa *outra injunção*: "Revesti-vos do novo homem que foi criado segundo Deus" [Ef 4.24].

Importa agora ver o que Paulo compreende especialmente sob esta renovação. Põe *ele*, em primeiro lugar, ***conhecimento***; em segundo, sincera ***retidão*** e ***santidade***. Do quê concluímos que, de início, a imagem de Deus foi conspícua na luz da mente, na retidão do coração e na saúde de todas as partes *do ser humano*. Ora, embora admita serem formas de expressão sinedóquicas, *o todo tomado pelas partes*, não se pode, entretanto, anular este princípio: *o* que é primordial na renovação da imagem de Deus também teve lugar supremo na própria criação. Ao mesmo propósito vem *o* que ensina em outra passagem: "Nós, a contemplar de face descoberta a glória de Cristo, estamos sendo transformados na mesma imagem" [2Co

3.18]. Vemos, pois, que Cristo é a perfeitíssima imagem de Deus, conformados à qual somos de tal modo restaurados que trazemos a imagem de Deus em verdadeira piedade, retidão, pureza, entendimento.

Isto posto, natural e prontamente se evanesce essa imaginação de Osiandro acerca da configuração do corpo *humano modelado no de Cristo*. Que, porém, só o homem é, em Paulo, designado de "imagem e glória de Deus" [1Co 11.7], e desta posição e honra a mulher é excluída, é evidente *à luz* do contexto, o qual se restringe à condição civil. Julgo, porém, já estar bem comprovado que, sob *o termo* ***imagem***, do qual se faz menção aqui, se compreende tudo quanto diz respeito à vida espiritual e eterna. Isto mesmo João confirma, em outras palavras, asseverando que a vida que estava desde o início na eterna Palavra de Deus era a luz dos homens [Jo 1.4]. Ora, como seu intento era louvar a graça singular de Deus em virtude da qual o homem excede em eminência aos demais seres animados, para que o segregue da massa geral, porquanto *ele* atingiu uma vida não vulgar, ao contrário, *uma vida* conjugada à luz da inteligência, *João* mostra, ao mesmo tempo, como *o homem* foi criado à imagem de Deus.

Portanto, uma vez que a imagem de Deus é a perfeita excelência da natureza humana que refulgiu em Adão antes da queda, *mas* que depois *foi* de tal modo corrompida e quase obliterada, que nada sobra da ruína senão o *que é* confuso, mutilado e infestado de mácula, agora *ela* se percebe nos eleitos, em certa medida, na extensão em que foram regenerados pelo Espírito. Entretanto, pleno fulgor ela haverá de fluir somente no céu. No entanto, para que saibamos de que partes consta *esta imagem*, é importante discorrer a respeito das faculdades da alma. Ora, muito longe de *ser* procedente, no entanto, é a especulação de Agostinho, de que a alma é um espelho da Trindade, porquanto nela residem o intelecto, a vontade e a memória. Nem *é* provável, aliás, a opinião daqueles que colocam a semelhança de Deus no domínio conferido ao homem, como se apenas neste traço se assemelhasse a Deus, que foi constituído dono e possuidor de todas as coisas, quando precisamente se deve buscar no homem, e não fora dele, posto que é um bem interior da alma.[95]

5. O EMANCIONISMO DOS MANIQUEUS QUANTO À ORIGEM DA ALMA

Mas, antes que avance mais longe, é necessário sair ao encontro do desvario dos maniqueus, que Serveto tentou introduzir outra vez em nossos dias. Porque se diz [Gn 2.7] que Deus soprou na face do homem o fôlego de vida, pensaram *eles* que a alma é uma transfusão da substância de Deus, como se ao homem houvesse introduzido certa porção da divindade imensurável. Entretanto, é fácil mostrar, em breves

95. Primeira edição: "quando se deva propriamente buscar dentro de [si] próprio, não fora, [quando] seja, na verdade, um bem interior da alma."

termos, quão crassos e abomináveis absurdos este erro diabólico arrasta consigo. Ora, se a alma do homem procede da essência de Deus mediante transfusão, segue-se que a natureza de Deus está sujeira não só a mudança e a paixões, mas ainda a ignorância, a desejos depravados, a enfermidade e a vícios de toda espécie. Nada mais inconstante que o ser humano, visto que impulsos contrários lhe agitam a alma e *a* arrastam a direções diversas, freqüentemente cede ao erro por ignorância, sucumbe vencido a quaisquer mínimas tentações, sua própria alma sabemos ser fossa e receptáculo de todas as imundícies, *coisas essas* que, se aceitamos que a alma é *porção* da essência de Deus ou misterioso influxo da divindade, faz-se necessário atribuir tudo isso à natureza de Deus.

Quem não se horrorizará ante essa monstruosidade? Verdade é, sem dúvida, que Paulo, citando a Arato, diz [At 17.28] que somos geração de Deus, porém em qualidade, não em substância, isto é, até onde nos adornou de dotes divinais. Enquanto isso, fragmentar a essência do Criador de tal sorte que possua cada um *de nós* uma porção, é rematada estultície. Portanto, forçoso nos é estatuir, com certeza, que as almas, embora a imagem de Deus lhes seja impressa, são criadas, não menos que os anjos. Criação, porém, não é transfusão; ao contrário, é começo de essência *oriunda* do nada. Aliás, se o espírito foi dado por Deus, e ao migrar da carne a ele retorna [Ec 12.7], nem por isso se deve dizer que lhe foi destacado da substância.

E também nesta matéria Osiandro, enquanto se deixa transportar por suas fantasias, em ímpio erro se enredilhou, não reconhecendo a imagem de Deus no homem sem *sua* justiça essencial, como se Deus não possa, pelo inestimável poder de seu Espírito, tornar-nos conformes a si, sem que Cristo em nós se difunda substancialmente!

Qualquer que seja o colorido com que alguns tentem engalanar essas excentricidades, jamais ofuscarão os olhos aos leitores sensatos ao ponto de não descobrirem que são coniventes com o erro dos maniqueus. E quando Paulo discorre a respeito da restauração da imagem [2Co 3.18], é fácil inferir de suas palavras que o homem foi feito conforme a Deus, não mediante influxo de substância, mas pela graça e poder do Espírito. Pois *ele* diz que, "com o rosto descoberto, refletindo como um espelho a glória do Senhor, somos transformados de glória em glória na mesma imagem, como pelo Espírito do Senhor."

6. Definição e propriedades da alma

Seria estulto buscar definição de ***alma*** da parte dos filósofos, dos quais quase nenhum, excetuando Platão, tem plenamente afirmado ser sua substância imortal. Certamente que também outros socráticos a abordam, todavia em moldes que ninguém claramente ensine de que *ele* próprio não foi persuadido.

Por isso é que Platão *tem* opinião mais correta, já que contempla a imagem de Deus na alma. Outros lhe fixam os poderes e faculdades à presente vida a tal ponto que nada deixam fora do corpo.

Com efeito, *já* ensinamos antes, da Escritura, que *a alma* é uma substância incorpórea. Deve-se acrescentar agora que, embora não se limite propriamente a um lugar, contudo, infundida no corpo, aí habita como em uma residência, não apenas para que anime todas as suas partes, e torne aptos os órgãos e dispostos às ações, mas ainda que mantenha o primado na regência da vida da criatura humana, não só no que tange aos deveres do viver terreno, como também que, ao mesmo tempo, *o* incite a honrar a Deus. Ainda que, na *atual* corrupção *do homem*, este último *aspecto* não se perceba claramente, entretanto lhe permanecem resquícios gravados nos próprios desregramentos. Pois de onde, senão do senso de decoro, *têm* os homens tão ingente cuidado com a reputação *pessoal*? Mas, donde o senso de decoro, senão do respeito para com o que é honroso? Disto o princípio e causa é compreender que nasceram para cultivar a retidão, no que está incluída a semente da religião.

Mas, assim como foi o homem, indiscutivelmente, criado para a meditação da vida celeste, assim também é certo que foi impressa em sua alma o conhecimento dela. E de fato o homem carecia da principal função do entendimento, se ignota lhe pairasse sua *própria* felicidade, cuja perfeição é estar unido com Deus. Donde também a principal ação da alma é que aspire a isto; e, conseqüentemente, quanto mais alguém diligencia por aproximar-se de Deus, tanto *mais* se comprova ser *ele* dotado de razão.

Quanto aos que dizem que há várias almas no homem, como a ***sensitiva*** e a ***racional***, ainda que pareça verossímil e provável o que dizem, visto que suas razões não são suficientes nem sólidas, não admiremos sua opinião, para não andarmos preocupados com coisas frívolas e vãs.[96] Grande discrepância dizem *eles* existir entre os impulsos orgânicos e a parte racional da alma. Como se também a própria razão não tenha dissídios consigo *própria* e suas decisões não conflitem umas com as outras, não menos que exércitos inimigos! Como, porém, este distúrbio procede da depravação da *própria* natureza, conclui-se daí, erroneamente, visto que suas faculdades não se harmonizam entre si na proporção que parece apropriada, que as almas são duas.

Quanto, porém, às próprias faculdades *da alma*, relego aos filósofos que dissertem com mais sutileza. Para que a piedade seja edificada, nos será suficiente uma definição singela. Confesso que *as coisas* que ensinam são realmente verazes, não apenas agradáveis de se conhecer, como também são proveitosas e por eles habili-

96. Primeira edição: “Repudiar-se-nos devem, salvo se nos apraza torturar-nos com questões frívolas e inúteis, [aqueles] que querem haja no ser humano uma pluralidade de almas, isto é, a *sensitiva* e a *racional*, porquanto, inda que parecem introduzir algo provável, nada, aliás, há positivo em seus arrazoados.”

dosamente coligidas, nem tampouco proíbo de seu estudo *aqueles* que estão desejosos de aprender.

Admito, portanto, em primeiro lugar, que há ***cinco sentidos***, os quais, entretanto, mais agrada a Platão designá-los de ***órgãos***, mediante os quais todas as *coisas* postas diante *de nós* se instilam no senso comum, como em uma espécie de receptáculo. Segue-se a ***imaginação***, que discrimina o que foi apreendido pelo senso comum; então, a ***razão*** na qual está o juízo universal; por fim, o ***entendimento*** que, em consideração firme e pausada, contempla *o* que, em discorrendo, a razão costuma revolver. De igual modo, *admito que* ao entendimento, à razão e à imaginação, as três faculdades ***cognitivas*** da alma, correspondem também três *faculdades* ***apetitivas***: ***a vontade***, cujas funções são procurar a execução do que o entendimento e a razão proponham; a ***cólera***, que se apropria do que é impelido pela razão e pela imaginação; a ***concupiscência***, que apreende o insinuado pela imaginação e pela sensibilidade. Estas *coisas*, ainda que sejam verdadeiras, ou pelo menos prováveis, uma vez que, entretanto, me arreceio que nos envolvam mais em sua obscuridade do que ajudem, sou de parecer que devem ser deixadas de parte.

Não renego muito se a alguém apraz distribuir as faculdades da alma de outra maneira, de sorte que uma se chame ***apetitiva***, a qual, embora a carecer da razão, no entanto, se é dirigida de outra parte, obedece à razão; a outra diz-se ***intelectiva***, que é por si mesma participante da razão. Nem buscaria refutar que há três princípios de ação: a sensibilidade, o intelecto, o apetite.

Nós, porém, escolhamos antes uma divisão posta ao alcance de todos, que na verdade não se pode buscar nos filósofos. Ora, eles, quando querem falar com extrema simplicidade, dividem a alma em ***apetite*** e ***intelecto***, mas a cada um destes dois o duplicam. Este, *o intelecto*, por vezes dizem ser ***contemplativo***, o qual, satisfeito apenas com a cognição, *não* tem nenhum impulso de ação, coisa que Cícero[97] pensa designar-se pelo termo ***engenho***; por vezes *dizem ser* ***prático***, o qual, pela apreensão do bem ou do mal, move a vontade diversamente. Nesta classe inclui-se o conhecimento do bom e justo viver.

Quanto ao apetite, *eles o* dividem em ***vontade*** e ***concupiscência***, e é certamente βούλησιν [*boúlçsin – vontade*] quantas vezes o apetite, a que chamam ὁρμήν [*hŏrmçn – impulso, desejo*] obedece à razão; πάθος [*páthŏs – paixão, concupiscência*]; porém, se torna, quando alijado o jugo da razão, *o apetite* se arroja à intemperança. Portanto, sempre imaginam no homem uma razão pela qual possa *ele* governar de forma reta.

97. *De Finibus*, livro V, 13.

7. Entendimento e vontade: os centros das faculdades da alma

Somos obrigados a nos afastar um pouco desta maneira de ensinar, uma vez que os filósofos, a quem era desconhecida a corrupção de *nossa* natureza, que proveio da penalidade da queda, erroneamente confundem dois estados do homem por demais diversos. A divisão que usaremos será considerar duas partes na alma:[98] o ***entendimento*** e a ***vontade***. Entretanto, a função do entendimento é discernir entre as *coisas* que lhe são propostas, para ver qual há de ser aprovada e qual há de ser rejeitada; a função da vontade, entretanto, é escolher e seguir *o* que o entendimento ditar como bom, rejeitar e evitar *o* que ele houver desaprovado.

As sutilezas de Aristóteles em nada nos delongam aqui, *a saber*, de que a mente não tem nenhum movimento de si *própria*; ao contrário, é a ***escolha*** que *a* move, à qual ele designa de ***entendimento apetitivo***.[99] Para que não nos enredilhemos em questões supérfluas, seja-nos bastante que o entendimento é como que o ***guia*** e ***piloto*** da alma, que a vontade sempre atenta para seu arbítrio e em seus desejos espera seu juízo. Por isso, de fato ensinou o próprio Aristóteles em outro lugar: a aversão e a busca do apetite são algo semelhante, que na mente é a afirmação ou a negação.[100] Com efeito se verá em outro lugar quão firme, então, é o governo do entendimento em dirigir a vontade. Aqui desejamos apenas *salientar* que na alma *não* se pode achar nenhum poder que não se refira convenientemente a um ou outro destes *dois* membros. E, desta maneira, incluímos sob o entendimento *a* ***sensibilidade***, o que outros assim distinguem, dizendo que a sensibilidade se inclina para o ***prazer***; em contraposição de que o entendimento segue o ***bem***. Daí resulta que o apetite da sensibilidade se converte em ***concupiscência*** e ***lascívia***, a inclinação do entendimento *se converte* em vontade. Além disso, em lugar do termo ***apetite***, que esses preferem, emprego a palavra ***vontade***, que é mais usada.

8. Livre-arbítrio e responsabilidade de Adão

Portanto, Deus proveu a alma do homem com a ***mente***, mediante a qual pudesse distinguir o bem do mal, o justo do injusto, e, assistindo-a a luz da razão, percebesse o que se deve seguir ou evitar. Razão por que os filósofos chamaram a esta parte diretiva τὸ ἡγεμονικόν [*tŏ hçgĕmŏnikŏn – o dirigente*]. A esta *mente Deus* associa a vontade, em cuja alçada está a ***escolha***. Nestes preclaros dotes exceleu a primeira condição do homem, de sorte que a razão, a inteligência, a prudência, o julgamento não só *lhes* bastaram para a direção da vida terrena, mas ainda por meio destes

98. Primeira edição: “Portanto, assim hajamos: subjazem à alma humana duas partes, que, indubitavelmente, convêm ao presente propósito.”

99. Assim Platão em *Fedro*.

100. *Ética*, livro VI, capítulo 2.

elementos, *os homens* pudessem transcender até Deus e à felicidade eterna. Então *proveu* que se acrescentasse a escolha, que dirigisse os apetites e regulasse a todos os movimentos orgânicos, e assim a vontade fosse inteiramente consentânea à ação moderadora *da razão*. Nesta integridade, o homem usufruía de livre-arbítrio, mercê do qual, caso quisesse, poderia alcançar a vida eterna.

Ora, está fora de propósito introduzir aqui a questão da predestinação secreta de Deus, uma vez que não está a tratar-se do que aconteceu ou não pôde acontecer, mas, ao contrário, de qual foi a natureza do homem. Portanto, Adão podia manter-se, se *o* quisesse, visto que *não* caiu senão de *sua* própria vontade. Entretanto, já que sua perseverança era flexível, por isso veio tão facilmente a cair. Contudo, a escolha do bem e do mal lhe era livre. Não só isso, mas ainda suma retidão *havia* em sua mente e em sua vontade, e todas as partes orgânicas *estavam* adequadamente ajustadas à sua obediência, até que, perdendo-se *a si* próprio, corrompeu *todo* o bem que nele havia.

Daqui a escuridão tão ingente lançada diante dos filósofos, visto que na ruína procuravam um edifício *estruturado* e na desarticulação *desconexa*, junturas ajustadas. Sustentavam este princípio: que o homem não havia de ser um animal racional, a não ser que *lhe* assistisse livre escolha do bem e do mal. Também lhes vinha à mente que, de outra sorte, a não ser que o homem dispusesse a vida, segundo *seu* próprio entender, a distinção entre virtudes e vícios estaria anulada.

Até aqui, sem dúvida estaria tudo bem arrazoado, se nenhuma mudança tivesse havido no homem.Uma vez que *esta mudança* lhes foi ignorada, não surpreende que misturem o céu à terra! Mas os que professam ser cristãos, e ainda buscam o livre-arbítrio no homem perdido e imerso em morte espiritual, corrigindo a doutrina da Palavra de Deus com os ensinos dos filósofos, estes se desviam totalmente do caminho e não estão nem no céu nem na terra, como se verá mais extensamente em outro lugar.[101]

Agora importa levar em conta apenas isto: que em *sua* condição original o homem foi totalmente diferente de toda *sua* posteridade, a qual, derivando a origem do corrupto, dele contraiu mácula hereditária. Ora, *todas* as partes da alma, uma a uma, *lhe* estavam conformadas à retidão, e firme se estabelecia a sanidade de sua mente, e sua vontade era livre para escolher o bem. Se alguém objeta, dizendo que *sua vontade* fora posta como que em um resvaladouro, porquanto essa sua faculdade de escolha era fraca, para remover suficientemente toda escusa valeu-*lhe* aquela condição *original*, pois não era razoável ser Deus constringido por esta lei, que fizesse

101. Primeira edição: "Desvairam, obviamente, de sorte que não atinjam nem o céu, nem a terra, [aqueles,] porém, que, professando-se discípulos serem de Cristo, com cindir-se entre os pareceres dos filósofos e a celeste doutrina, ainda buscam livre-arbítrio no homem perdido e abismado na morte espiritual. Melhor, porém, estas [cousas] em seu [devido] lugar."

um homem que em absoluto, ou não pudesse, ou não quisesse pecar. Uma natureza desse gênero com toda certeza teria sido mais excelente. Entretanto, vai além de iníquo argumentar categoricamente com Deus, como se estivesse na obrigação de conferir isso ao homem, uma vez que estava em sua vontade dar tão pouquinho quanto quisesse.[102] No entanto, por que não quis sustentá-lo com o poder de perseverança, isso está oculto em seu conselho *secreto*. A nós, realmente *nos* cabe saber com sobriedade.

Com efeito, *Adão* recebera o ***poder***, se quisesse; não teve, entretanto, o ***querer***, por meio do qual pudesse, porque a perseverança acompanharia este querer. Todavia, não tem escusas quem recebeu tanto que, por seu próprio arbítrio, a si engendrasse a ruína. Aliás, nenhuma necessidade fora imposta a Deus para que não lhe outorgasse uma vontade medial e até passível de cair, para que da queda daquele derivasse matéria para sua glória.

102. Agostinho: *Sobre o Gênesis*, livro II, capítulo 7, 8, 9; *Da Correção e da Graça*, capítulo II.

CAPÍTULO XVI

DEUS, POR SEU PODER, SUSTENTA E PRESERVA O MUNDO POR ELE CRIADO, E POR SUA PROVIDÊNCIA ELE REGE CADA UMA DE SUAS PARTES

1. A PROVIDÊNCIA, COROLÁRIO LÓGICO DA CRIAÇÃO, RAZÃO POR QUE NÃO SE SEPARAM

Com efeito, tomar Deus como um Criador momentâneo, que haja realizado sua obra de uma vez por todas, seria fútil e de nenhum proveito. E nisto, principalmente, convém que sejamos diferentes dos homens profanos: que a presença do poder divino nos fascine, não menos no estado contínuo do mundo do que em sua origem primeira. Pois, ainda que até mesmo as mentes dos ímpios sejam, só ante a visão da terra e do céu, compelidas a elevar-se ao Criador, contudo a fé tem sua maneira peculiar pela qual atribui a Deus o pleno louvor da criação. Ao que é pertinente essa *afirmação* do apóstolo que já citamos antes [Hb 11.3]: "Somente pela fé entendemos que o mundo foi produzido pela Palavra de Deus", porquanto, se não chegamos até sua providência, por mais que pareçamos não só compreender com a mente, mas até confessar com a língua, ainda não aprendemos corretamente o que isto significa: "Deus é Criador."

O senso carnal, quando uma vez tenha se confrontado com o poder de Deus na própria criação, aí se detém, e quando avança bem mais, nada além pondera e contempla que a sabedoria, o poder e a bondade do autor em criar tal obra, *coisas* que se evidenciam por si mesmas e se impõem até aos que não querem; além disso, contempla certa operação geral em conservá-la e governá-*la*, de que procede o poder movimentador. Finalmente, pensa que a energia divinamente infundida de início basta para suster a todas as coisas.

A fé, entretanto, deve penetrar mais fundo, isto é, que imediatamente conclua ser aquele sobre quem aprendeu ser o Criador de todas as coisas também o perpétuo Governador e Preservador de tudo. Não significa *apenas* acionar, mediante determinado movimento universal, tanto a máquina do orbe, quanto a cada uma de suas partes, como também a sustentar, nutrir, assistir, com determinada providência singular, a cada uma dessas *coisas* que criou até o mais insignificante pardal [Mt 10.29]. Assim Davi [Sl 33.6], após prefaciar em termos breves que o mundo foi criado por Deus, desce imediatamente ao curso ininterrupto da providência: "Pela Palavra do

Senhor foram firmados os céus e pelo sopro de sua boca, todo o poder deles." Logo em seguida [v. 13], acrescenta: "O Senhor lançou o olhar sobre os filhos dos homens", e *as demais coisas* que entretece na mesma sentença. Ora, ainda que nem todos raciocinem tão doutamente – uma vez que não seria crível Deus ter sob seus cuidados as coisas humanas, a não ser que *ele* fosse o Criador do universo, e ninguém creria seriamente ter o mundo sido formado por Deus sem se convencer de que *ele* tem cuidado de suas obras – Davi, não sem causa, nos transporta, na mais excelente ordem, de um ao outro *desses dois polos.*

De modo geral, os filósofos não só ensinam que certamente todas as porções do universo são vitalizadas, através da secreta inspiração de Deus, mas também as mentes humanas *o* concebem. Enquanto isso, não chegam até onde Davi é transportado e enaltece consigo a todos os piedosos, dizendo: "Todos *os seres* olham para ti, para que, a seu tempo, lhes dês alimento; dando-*o* tu, ajuntam; abrindo tu a mão, fartam-se de bens; tão logo desvias o rosto, ficam perturbados; quando lhes retiras o alento, perecem e voltam à terra; se de novo envias o Espírito, são criados e renovas a face da terra" [Sl 104.27-30]. Com efeito, ainda que subscrevam a afirmação de Paulo [At 17.28], de que em Deus existimos, nos movemos e vivemos, entretanto longe estão daquele sério senso de sua graça que *ele*, *Paulo*, recomenda, porquanto nem de leve provam o especial cuidado de Deus, com o qual manifesta o paterno favor com que nos trata.

2. O QUE REGE O MUNDO É A PROVIDÊNCIA, NÃO O ACASO NEM A SORTE

Para que melhor se patenteie esta diferença, deve-se ter em conta que a providência de Deus, como ensinada na Escritura, é o oposto de sorte e dos acontecimentos atribuídos ao acaso. Ora, uma vez que, em todos os tempos, geralmente se deu a crer, e ainda hoje a mesma opinião avassala a quase todos os mortais, *a saber*, que tudo acontece por obra do acaso, *aquilo* que se devera crer acerca da providência, certo é que não só é empanado por esta depravada opinião, mas inclusive é quase sepultado *em trevas.*

Se alguém cai nas *garras de* assaltantes, ou de animais ferozes; se do vento a surgir de repente sofre naufrágio no mar; se é soterrado pela queda da casa ou de uma árvore; se outro, vagando por lugares desertos, encontra provisão para sua fome; arrastado pelas ondas, chega ao porto; escapa milagrosamente à morte pela distância de apenas um dedo; todas essas ocorrências, tanto prósperas, quanto adversas, a razão carnal *as* atribui à sorte. Contudo, todo aquele que foi ensinado pelos lábios de Cristo de que todos os cabelos da cabeça lhe estão contados [Mt 10.30], buscará causa mais remota e terá por certo que todo e qualquer evento é governado pelo conselho secreto de Deus.

E quanto às coisas inanimadas, por certo assim se deve pensar: embora a cada uma, individualmente, *lhe* seja por natureza infundida sua propriedade *específica*, entretanto não exercem sua força senão até onde são dirigidas pela mão *sempre* presente de Deus. Portanto, nada mais são do que instrumentos aos quais Deus instila continuamente quanto quer de eficiência e inclina e dirige para esta ou aquela ação, conforme seu arbítrio. De nenhuma criatura é a força mais admirável ou mais destacada do que a do sol. Pois, além de iluminar com seu fulgor a todo o orbe, quão ingente é que, com seu calor, nutre e vitaliza a todos os seres animados; com seus raios insufla fecundidade à terra; acalentadas no seio desta são as sementes; daí retira herbescente verdura, a qual, mantida por novos elementos, faz crescer e fortalece, até que se eleve em hastes; que nutre de contínuo *e* tépido alento, até que a flor cresça, e da flor o fruto; que ainda então, sazonando, conduz ao amadurecimento; que, de igual modo, árvores e vides, por ele acalentadas, primeiro despontam em brotos e se cobrem de folhas, depois emitem floração, e de floração geram o fruto?

Mas o Senhor, para que a si reivindicasse o pleno louvor de tudo isso, não só quis que, antes que criasse o sol, existisse a luz; mais ainda: que a terra fosse repleta de toda espécie de ervas e frutos (Gn 1.3, 11, 14). Portanto, o homem piedoso não fará do sol a causa quer principal ou necessária destas *coisas* que existiram antes da criação do sol, mas apenas o instrumento de que Deus se serve, porque assim *o* quer, já que pode, deixado este lado, agir por si mesmo com nenhuma dificuldade. Quando, além disso, lemos em duas ocasiões, que às preces de Josué o sol se deteve em um grau (Js 10.13), *e* que, em atenção ao rei Ezequias, sua sombra retrocedeu dez graus (2Rs 20.11; Is 38.8), com estes poucos milagres Deus testificou que não é por cego instinto da natureza que o sol nasce e se põe diariamente, mas porque *ele* próprio, para renovar a lembrança de seu paterno favor para conosco, governa seu curso. Nada é mais natural do que sucedam, cada um por sua vez, a primavera ao inverno, o verão à primavera, o outono ao verão. Com efeito, nesta seqüência observa-se diversidade tão grande e tão desigual, que transparece facilmente que os anos, os meses e os dias, um a um, são governados por nova e especial providência de Deus.

3. Deus, causa primeira, também a tudo rege em sua providência

E de fato Deus reivindica para si onipotência, e quer que reconheçamos que ela *lhe* é inerente, não como *a* imaginam os sofistas, indiferente, ociosa e semi-entorpecida; mas, ao contrário, vigorosa, eficaz, operosa e continuamente voltada à ação; tampouco *uma onipotência* que seja apenas um princípio geral de movimento indistinto, como se a um rio ordenasse que flua por leito uma vez preestabelecido; mas, antes, de modo que se ajuste a movimentos individuais e distintos. Por isso, pois, ele é tido por Onipotente, não porque de fato possa agir, contudo às vezes cesse e

permaneça inativo; ou, por um impulso geral de continuidade ao curso da natureza que prefixou, mas porque, governando céu e terra por sua providência, a tudo regula de tal modo que nada ocorra senão por sua determinação. Pois, quando se diz no Salmo [115.3] que "*Ele* faz tudo quanto quer", trata-se de uma vontade definida e liberada. Ora, seria insipiente interpretar *estas* palavras do Profeta à maneira dos filósofos, *ou, seja*, que Deus é o agente primário, visto ser o princípio e a causa de todo movimento, quando, antes, nas coisas adversas, os fiéis se confortam neste alento: que, já que estão debaixo de sua mão, nada sofrem senão pela ordenação e mandado de Deus. Pois, se o governo de Deus assim se estende a todas as suas obras, é pueril cavilação limitá-lo ao influxo da natureza.

Evidentemente, quantos limitam a providência de Deus em tão estreitos limites, como se desejasse que as criaturas sigam o curso ordinário de sua natureza, roubam a Deus de sua glória e se privam de uma doutrina mui útil; pois não haveria nada mais desventuroso do que estar o homem sujeito a todos os movimentos do céu, da atmosfera, da terra e das águas.[103] Acresce que, desse modo, é minimizada de uma forma em extremo aviltante a bondade singular de Deus em relação a todos *nós*. Davi exclama [Sl 8.2] que crianças ainda a penderem dos seios das mães são bastante eloqüentes para celebrarem a glória de Deus, visto que, imediatamente após saídas da madre, acham para si alimento preparado pelo cuidado celeste. Isso é certamente verdadeiro, em geral, desde que não nos escape aos olhos e aos sentidos *o* que a experiência evidencia amplamente: que certas mães têm mamas e seis abundantes, outras *os têm* quase secos, conforme Deus quer alimentar mais generosamente a este, porém a outro o quer mais parcamente.

Aqueles, porém, que tributam justo louvor à onipotência de Deus, daí percebem duplo proveito. *Primeiro*, que poder mui amplo de fazer o bem há com aquele em cuja posse estão o céu e aterra e a cujo arbítrio as criaturas todas voltam os olhos, de sorte a devotar-se à sua obediência. Em segundo lugar, podem descansar em segurança na proteção desse a cujo arbítrio se sujeitam todas as coisas que poderiam fazer-lhes dano; sob cuja autoridade, não menos que de um freio, Satanás é coibido, juntamente com todas as suas fúrias e todo o *seu* aparato; de cujo arbítrio pende tudo quanto se opõe ao nosso bem-estar. Nem de outra sorte podem ser corrigidos ou amenizados os temores imoderados e supersticiosos que, de vez em quando, concebemos à vista de perigos. Digo que somos supersticiosamente medrosos, se cada vez que as criaturas nos ameacem ou nos infundem algum receio, tememos como se elas tivessem força e poder suficientes para fazer-*nos* mal, ou *nos* ferissem

103. Primeira edição: "Nem, na verdade, mais defraudam a Deus de Sua glória, que a si próprios de mui prestante doutrina, quantos comprimem a providência de Deus a tão estreitos limites, como se [Ele] deixasse que todas [as cousas] sejam levadas em livre curso, segundo a perpétua lei da natureza, porquanto nada mais desgraçado que o homem, se houvesse de ser exposto a todos e quaisquer movimentos do céu, do ar, da terra, das águas."

ao acaso e inopinadamente, ou contra seus malefícios não houvesse em Deus auxílio suficiente. Por exemplo, o Profeta [Jr 10.2] proíbe que os filhos de Deus temam as estrelas e sinais do céu, como fazem os incrédulos. Por certo que ele não condena a todo e qualquer temor. Quando, porém, os infiéis transferem de Deus para os astros o governo do universo, imaginam depender dos decretos e presságios dos astros, contudo não da vontade de Deus, seja sua felicidade, seja *sua* desgraça. Assim, em vez de temer a Deus, a quem unicamente deveriam temer, temem as estrelas e os cometas.[104]

Portanto, quem quiser guardar-se desta infidelidade, tenha sempre em lembrança que não há nas criaturas nem poder, nem ação, nem movimento aleatórios; ao contrário, são de tal modo governados pelo conselho secreto de Deus, que nada acontece senão o que ele, consciente e deliberadamente, o tenha decretado.

4. Natureza da providência: não envolve presciência; é atual e eficaz, universal e particular

Portanto, que os leitores apreendam de início que não se chama ***providência*** *aquela* através da qual Deus observa passivamente do céu *as coisas* que se passam no mundo; ao contrário, é *aquela* pela qual, como que a suster o leme, governa a todos os eventos. Portanto, ela se estende, por assim dizer, tanto às mãos, quanto aos olhos.[105]

Ora, quando Abraão dizia ao filho: "Deus proverá" (Gn 22.8), nem com isso ele queria apenas afirmar que Deus era presciente de um evento futuro, mas também *queria* lançar sobre a vontade daquele que costuma dar solução às coisas perplexivas e confusas o cuidado de um fato *que lhe era* desconhecido. Do quê se segue que a providência está situada no ato. E os que admitem uma mera presciência sem qualquer propósito, nada fazem senão divagar em néscios devaneios.[106]

Nem é tão crasso o erro daqueles que atribuem a Deus o governo *das coisas*; todavia, como já o disse, *um governo* confuso e geral, isto é, *um governo* que, mediante um movimento geral, revolve e impulsiona a máquina do orbe, com *todas* as *suas* partes, uma a uma; no entanto, *ele* não dirige especificamente a ação de cada criatura. Contudo, nem mesmo tal erro é tolerável. Porque ensinam que esta providência, à qual chamam universal, não impede que alguma criatura se mova de um lugar a outro, nem que o homem faça o que bem exige seu arbítrio.[107] E assim fazem

104. Primeira edição: "Assim acontece que dAquele a Quem Só deviam voltar os olhos o temor destes se desvie para com as estrelas e os cometas."

105. Primeira edição: "Destarte, às mãos, não menos que aos olhos, diz[-Lhe ela] respeito."

106. Primeira edição: "Logo, mui insipientemente palram muitos acerca de pura presciência."

107. Primeira edição: "Pois, mercê desta providência, a que chamam universal, ensinam que nada se impede, quer a que se movam contingentemente as criaturas todas, quer a que o homem, pelo livre-arbítrio de sua vontade, se volte para onde quer que lhe apraza."

uma divisão entre Deus e o homem: aquele, por seu poder, insufla a este um movimento pelo qual possa agir de conformidade com a natureza nele infundida; este, porém, governa suas ações por determinação da própria vontade. Em suma, querem que o universo, as coisas humanas e os próprios homens sejam governados pelo poder de Deus, porém não por *sua* determinação.

Deixo de falar dos epicureus, de cuja peste o mundo sempre esteve cheio, que sonham com a um Deus ocioso e inoperante; e deixo de falar de outros que imaginaram Deus, outrora, governando a região intermediária do ar, deixando as *partes* inferiores entregues a sua sorte. Como se contra tão evidente demência não clamem suficientemente as próprias criaturas mudas!

Ora, pois, o propósito é refutar aquela opinião que tem prevalecido quase universalmente, *a saber*, que embora conceda a Deus apenas não sei que cego e ambíguo movimento, destrói o que lhe é primordial, *isto é*, que por sua incompreensível sabedoria dirige a cada *coisa* e tudo dispõe para seu fim, arrebatando-lhe, com isso, a ação diretora, faz de Deus o Regente do universo somente em nome, não de fato. Pergunto, pois, que outra coisa é governar, senão presidir de tal modo que as coisas sobre as quais se preside sejam regidas por um conselho determinado e uma ordem infalível?

Contudo não repudio totalmente *o* que se diz acerca da providência geral, mas que, por sua vez, me concedam que o universo é regido por Deus, não apenas porque vigia sobre a ordem da natureza por ele estabelecida, como também porque exerce peculiar cuidado de cada uma dentre suas obras. Realmente é verdade que as espécies das coisas são movidas, uma a uma, por instinto secreto da natureza, como que a obedecerem ao eterno mandato de Deus, e que *o* que Deus uma vez estatuiu emana naturalmente. E aqui pode-se evocar *o* que Cristo diz, *ou, seja*, que ele e o Pai estiveram sempre em ação desde o início [Jo 5.17]; e *o* que Paulo ensina: que "nele vivemos, nos movemos e existimos" [At 17.28]; *e o* que também o autor da Epístola aos Hebreus, querendo provar a deidade de Cristo, afirma: todas *as coisas* são sustentadas por seu poderoso arbítrio [Hb 1.3].

Mas, certos *indivíduos* erroneamente encobrem e obscurecem a providência especial com este pretexto: é afirmada por testemunhos da Escritura tão seguros e claros, que é surpreendente que alguém ainda possa duvidar dela. De fato, os mesmos que utilizam o pretexto do que ele disse se vêem forçados a corrigir-se, admitindo que muitas coisas são feitas com cuidado especial.[108] Todavia, erroneamente restringem isso a apenas atos particulares.

108. Primeira edição: "E, de fato, [esses mesmos] que distendem esse véu a que me referi, são também [eles] próprios compelidos a aduzir, à guisa de correção, que muitas [cousas] ocorrem mercê de especial cuidado de Deus."

Portanto, cabe-nos provar que Deus rege de tal modo cada evento individual, e de tal sorte todos eles provêm de seu conselho determinado, que nada acontece por acaso.

5. A providência especial de Deus no âmbito da própria natureza

Se admitimos que o princípio de todo movimento está em Deus, que todas *as coisas*, porém, são levadas aonde *as* impele a inclinação da natureza, por si mesmas ou pelo acaso, será obra de Deus a mútua alternação dos dias e das noites, do inverno e também do verão, na extensão em que, atribuindo a cada um suas funções, prefixou uma determinada lei, isto é, se, em teor uniforme, conservassem sempre a mesma expressão, dias que sucedem a noites, meses a meses e anos a anos. Mas o fato de que, ora calores imoderados, associados a seca, crestam tudo quanto haja de frutos; ora chuvas extemporâneas estragam as searas; que de granizos e vendavais sobrevém súbita calamidade, não seria isso obra de Deus, senão talvez em que, sejam as nuvens, seja o bom tempo, seja o frio, seja o calor, derivam *sua* origem da conjunção de astros e de outras coisas naturais. Mas, desta maneira, *não* se deixa lugar nem ao favor paterno de Deus, nem a *seus* juízos. Se aqueles aos quais impugno dizem que Deus se mostra mui liberal para com os homens, porque infunde ao céu e à terra uma força regular para que nos provejam de alimentos, isso não é senão uma fantasia inconsistente e profana; seria como negar que a fertilidade de um ano é uma bênção singular de Deus, e a esterilidade e a fome são sua maldição e castigo.[109]

Contudo, como seria excessivamente prolixo coligir todas as razões, *que* seja suficiente a autoridade do próprio Deus. Ele declara freqüentemente na lei e nos profetas que atesta sua graça sempre que irriga a terra com orvalho e com chuva [Lv 26.3, 4; Dt 11.13, 14; 28.12]; que o céu, a seu mando, se endurece como ferro; faz consumirem-se as messes com crestamento e outras pragas [Dt 28.22]; que sinal é de sua vingança especial e infalível quantas vezes os campos são feridos com saraiva e vendavais. Se acolhemos essas *razões*, é certo que não cai *sequer* uma gota de chuva, a não ser pela explícita determinação de Deus. Com efeito, Davi louva a providência geral de Deus, porque ministra alimento aos filhotes de corvos que o invocam (Sl 147.9); quando, porém, o próprio Deus ameaça de fome aos animais, porventura não declara suficientemente que ele alimenta a todos os viventes, ora com escassa medida, ora com medida mais farta, conforme *bem lhe* pareceu?

Como já *o* disse, é pueril restringir isso a atos particulares, quando Cristo declara, sem exceção [Mt 10.29], que não tomba ao solo nenhum dentre os pardaizinhos

---

109. Primeira edição: "Se dizem que Deus é bastante benévolo para com o gênero humano, pelo fato de instilar ao céu e à terra a força ordinária mercê da qual provejam os alimentos, ficção nimiamente diluída é e profana, como se não fosse singular bênção de Deus a fecundidade de um ano, maldição, porém, e vingança [Lhe] não fossem a penúria e a fome."

de nenhum valor sem a vontade do Pai. Por certo que, se o vôo das aves é governado pelo determinado conselho de Deus, necessário é confessar com o Profeta [Sl 113.5, 6] que de tal maneira habita no alto, que tem de baixar a vista para poder contemplar tudo quanto acontece no céu e na terra.

6. A providência especial de Deus no âmbito da vida humana

Entretanto, visto sabermos que o mundo foi criado primordialmente por causa do gênero humano, cabe-nos contemplar este propósito também em seu governo. O Profeta Jeremias exclama: "Sei, ó Senhor, que não é do homem seu caminho, nem do varão que dirija seus passos" [Jr 10.23]. E Salomão: "Do Senhor procedem os passos do homem; e como disporá este seu caminho?" [Pv 16.9; 20.24].

Digam agora que o homem é movido por Deus segundo a inclinação de sua natureza, mas *ele* próprio dirige o movimento para onde bem quiser. Ora, se isso realmente fosse assim, com o homem estaria o arbítrio de seus caminhos. Talvez o negarão, porquanto *o homem* nada pode sem o poder de Deus. Quando, porém, se evidencia que o Profeta e Salomão atribuem a Deus não apenas poder, mas também escolha e determinação, de modo algum conseguem desvencilhar-se.

E, em outro lugar [Pv 16.1], Salomão censura, de forma brilhante, esta temeridade dos homens, que estabelecem meta para si sem consideração por Deus, como se não fossem conduzidos por sua mão. "Do homem", diz *ele*, "é a disposição do coração, e do Senhor é a preparação da língua" [Pv 16.1, 9]. Sem dúvida que é uma ridícula insânia que míseros homens deliberem agir sem Deus, quando realmente nem podem falar a não ser aquilo que ele quer.

Ademais, para que declarasse mais expressamente que no mundo absolutamente nada se processa, a não ser por sua determinação, a Escritura mostra que até mesmo as coisas que mais parecem fortuitas lhe estão sujeitas. Ora, que mais parece atribuída ao acaso que um galho desprendido de uma árvore a um viajor que passa pela mata? De modo muito diferente, porém, *fala* o Senhor, que declara havê-lo entregue na mão daquele que o haveria de matar [Ex 21.13]. De igual modo, quem não concederá à cegueira do acaso *os caprichos* da sorte? O Senhor, porém, não consente que se fale assim, pois atribui a si o governo dela. Não diz simplesmente que por seu poder os dados são lançados no regaço, como também são daí tirados; ao contrário, *o* que mais se poderia atribuir ao acaso, afirma proceder de si mesmo [Pv 16.33].[110] No mesmo redunda este *dito* de Salomão [Pv 29.13]: "O pobre e o agiota vão ao encontro um do outro; Deus ilumina os olhos de ambos." Ora, ele

---

110. Primeira edição: "Não [o] sofre, porém, o Senhor, Que a Si lhes vindica o veredicto. [Ele] ensina que não de próprio poder acontece que não só sejam lançadas ao regaço as pedrinhas, como sejam também [daí] retiradas; ao contrário, [o] que, só, se poderia atribuir ao acaso, atesta proceder de Si Próprio [Pv 16.33]."

evoca à lembrança que, embora os ricos estejam, no mundo, mesclados com os pobres, enquanto a cada um é divinamente assinalada sua condição, Deus, que a todos ilumina, não é de modo nenhum cego, e assim exorta os pobres à paciência, porque todos quantos não estão contentes com a própria sorte tentam alijar o fardo que Deus impôs sobre eles.

Assim também outro Profeta repreende aos homens profanos que atribuem à indústria dos homens, ou à sorte, *o fato de* que uns jazem na sordidez, outros se elevam às honras: "Nem do oriente, nem do ocidente, nem do deserto vêm as exaltações, porque Deus é Juiz: a este humilha e a este exalta" [Sl 75.5, 6]. Uma vez que Deus não pode despojar-se da função de Juiz, *o salmista* conclui daqui que de seu secreto desígnio permite que uns se enalteçam e outros permaneçam desprezíveis.

7. A providência de Deus no âmbito dos fatos naturais

Afirmo ainda que os eventos particulares são, em geral, testemunhos da providência especial de Deus. Este suscitou no deserto um vento sul que levasse ao povo abundância de aves [Ex 16.13; Nm 11.31]. Quando quis que Jonas fosse lançado ao mar, enviou um vento, suscitando *para isso* um furacão [Jn 1.4, 6]. Os que não crêem que Deus sustenta o leme do universo dirão que isso se processou fora do curso natural *das coisas*. Daí, porém, concluo que vento algum jamais surge ou se desencadeia a não ser por determinação especial de Deus.

Aliás, nem doutra sorte seria isto verdadeiro: que aos ventos faz seus mensageiros, e ao fogo flamejante, seus ministros; que faz das nuvens suas carruagens e cavalga sobre as asas dos ventos [Sl 104.3, 4]; a não ser que, por seu arbítrio, revolvesse tanto as nuvens quanto os ventos e neles manifestasse a presença especial de seu poder. Assim também, em outro luar [Sl 107.25, 29], se nos ensina que, sempre que ao sopro dos ventos referve o mar, essas agitações atestam a presença especial de Deus; que *ele* ordena e suscita o alento da procela e ao alto eleva as vagas do oceano; então, faz quedar-se em silêncio a tempestade para que cessem as ondas para os que navegam; assim como declara em outra parte [Am 4.9; Ag 1.11] que flagelara o povo com ventos candentes.

De igual modo, embora aos homens seja por natureza infundido o poder de procriar, entretanto Deus quer que seja reconhecido *sua* graça especial que a uns deixa sem progênie, a outros agracia com descendência; pois que o fruto do ventre é dádiva sua [Sl 127.3]. Por isso dizia Jacó à esposa: "Estou eu, porventura, no lugar de Deus, para que te dê filhos?" [Gn 30.2].

Para concluir, de uma vez, nada mais corriqueiro na natureza é nos alimentarmos de pão. Todavia, o Espírito declara [Dt 8.2] que o provento da terra não é só dádiva especial de Deus, como também o fato de que "não só de pão vivem os

homens” [Dt 8.3; Mt 4.4]; porquanto não é a própria fartura que os sustenta, mas a bênção secreta de Deus, exatamente como, em contrário, ameaça que pode sustar a provisão do pão [Is 3.1]. Aliás, nem se poderia, de outra maneira, conceber *essa* prece solene quanto ao pão de cada dia, se de *sua* mão paternal não nos provesse Deus o alimento. Portanto, para persuadir aos fiéis de que, em saciando-os, Deus cumpre o papel do melhor chefe de família, o Profeta insta que “ele dá o alimento a toda a carne” [Sl 136.25].

Finalmente, quando ouvimos [Sl. 34.15, 16], de um lado: “Os olhos do Senhor *estão* sobre os justos e seus ouvidos *atentos* às suas preces”; de outro, porém: “Os olhos do Senhor *estão* sobre os ímpios para extirpar-lhes da terra a lembrança”, saibamos que todas as criaturas, em cima e embaixo, se postam prontas à obediência, para que ele as acomode a qualquer uso que lhe apraz.

Do quê se conclui que sua providência geral não apenas vigora nas criaturas, de sorte a continuar a ordem natural, mas ainda, por seu admirável desígnio, se aplica a um fim definido e apropriado.

8. A doutrina da providência não é mera crença no destino ou fado, na sorte ou acaso

Aqueles que desejam suscitar ódio em relação a esta doutrina, a caluniam de ser o dogma do destino dos estóicos, *o* que também foi, certa vez, lançado em rosto a Agostinho.[111] Embora litiguemos a contragosto acerca de palavras, todavia não aceitamos o termo ***destino***, quer por ser do gênero daqueles de cujas profanas novidades Paulo ensina a nos guardarmos [1Tm 6.20], ou porque, por sua odiosidade, *esses homens* tentam estigmatizar a verdade de Deus. Entretanto, falsa e maldosamente, essa mesma doutrina nos é imputada como sendo nossa. Ora, não engendramos com os estóicos, em função da perene vinculação e da determinada seriação implícita das causas, uma necessidade que seja contida na natureza; ao contrário, de tudo constituímos a Deus árbitro e moderador, o qual, por sua sabedoria, decretou desde a extrema eternidade *o* que haveria de fazer, e agora, por seu poder, executa *o* que decretou. Daí, afirmamos que não só o céu e a terra, e as criaturas inanimadas, são de tal modo governados por sua providência, mas até os desígnios e intenções dos homens, são por ela retilineamente conduzidos à meta destinada.

Pois dirás: Porventura nada acontece por acaso? Nada *ocorre* contingentemente? Respondo com o que foi dito por Basílio, o Grande, com muita verdade, que ***sorte*** e ***acaso*** são termos dos pagãos de cujo significado não devem ocupar-se as mentes dos piedosos. Afinal de contas, se todo bom êxito é bênção de Deus, *toda*

111. *A Bonifácio*, livro II, 6 et alibi.

calamidade e adversidade são sua maldição, já não se deixa nenhum lugar à sorte ou ao acaso nas coisas humanas.

E deve impressionar-nos também essa *observação* de Agostinho: "Nos livros ***Contra os Acadêmicos***", diz *ele*, "não me agrada tantas vezes ter mencionado a Sorte, visto que não desejava que se entendesse por esse termo alguma deusa, mas *apenas* a eventuação fortuita das coisas, em *sua* expressão externa, seja boa, seja má. Desse termo [*fortûnă*] procedem também esses vocábulos que nenhuma religiosidade proíbe pronunciar: ***forte*** [*talvez*], ***forsan*** [*quem_sabe*], ***forsitan*** [*provavelmente*], ***fortasse*** [*porventura*], ***fortuito*** [*por acaso*], *o* que se deve, no entanto, atribuir tudo à divina providência. Nem guardei silêncio sobre isso, pois afirmei: 'Com efeito, porventura *o* que vulgarmente se designa ***Sorte*** é também governado por ordenação oculta, e nas coisas nada mais chamamos ***Acaso*** senão aquilo do qual a razão e causa são desconhecidas.' De fato *eu* falei isso. Arrependo-me, porém, de haver assim usado aqui o termo ***Sorte***, quando vejo que os homens têm o péssimo costume de dizer: 'Isto quis a sorte', onde se deve dizer: 'Isto quis Deus'."[112]

Em suma, *Agostinho* ensina reiteradamente que, se algo é deixado à sorte, o mundo revolve ao léu. E visto que ele estabelece em outro lugar que tudo se processa em parte pelo livre-arbítrio do homem, em parte pela providência de Deus, contudo pouco depois deixa bastante claro que os homens estão sujeitos a esta, e são por ela governados, uma vez ser sustentado o princípio de que nada há mais absurdo do que alguma coisa acontecer sem que Deus *o* ordene, pois *doutra sorte* aconteceria às cegas. Razão pela qual até exclui a contingência que depende do arbítrio dos homens, asseverando, ainda mais claramente logo depois, que não se deve buscar *qual é* a causa da vontade de Deus.[113] Quantas vezes, porém, é por ele feita menção[114] *do termo* ***permissão***, como se deva entender que isso se evidenciará perfeitamente de uma passagem onde *ele* prova que a vontade de Deus é a suprema e primeira causa de todas *as coisas*, já que nada acontece a não ser por sua determinação ou permissão. Certamente, *ele* não imagina Deus a repousar em ociosa torre de observação, enquanto se dispõe a permitir algo, quando intervém uma, por assim dizer, vontade presente, de qualquer modo não se poderia declarar *como* causa.

9. A IMPREVISIBILIDADE E IGNORÂNCIA HUMANAS NÃO DISCERNEM A CAUSAÇÃO DIVINA DOS EVENTOS

Entretanto, uma vez que muito aquém da altura da providência de Deus se põe a lerdeza da mente, é preciso aplicar uma distinção que a soerga. Portanto, direi que,

112. *Retratações*, livro I, capítulo 1.
113. *Livro das Questões*, livro 83, preg. 28.
114. *Da Trindade*, livro 3, capítulo 4.

por mais que todas *as coisas* sejam ordenadas pelo conselho e firme dispensação de Deus, contudo para nós são meramente fortuitas. Não que pensemos que a ***sorte*** reja o mundo e os homens, e ao léu tudo faça girar para cima *e* para baixo, pois é preciso estar ausente do peito do cristão tal insipiência. Entretanto, uma vez que a ordem, a razão, o fim, a necessidade dessas *coisas* que acontecem jazem em sua maior parte ocultos no conselho de Deus e não são apreendidos pela opinião humana, essas coisas nos parecem fortuitas ainda que certamente procedam da vontade de Deus. Pois, quer consideradas em sua natureza, quer estimadas segundo nosso conhecimento e juízo, *elas* não exibem aparência diferente.

Imaginemos, por exemplo, um mercador que, havendo entrado em uma zona de mata com um grupo de homens de confiança, imprudentemente se desgarre dos companheiros, em seu próprio divagar seja levado a um covil de salteadores, caia nas mãos dos ladrões, tenha o pescoço cortado. Sua morte fora não meramente antevista pelo olho de Deus, mas, além disso, é estabelecida por *seu* decreto. Ora, não se diz haver *ele* antevisto quanto se estenderia a vida de cada um; ao contrário, diz haver estabelecido e fixado os limites que não poderão ser ultrapassados [Jó 14.5]. Quanto, porém, o alcance de nossa mente apreende, tudo neste acontecimento parece acidental. Que pensará aqui o cristão? Provavelmente isto: tudo quanto ocorreu em morte desse gênero era casual por sua natureza; contudo não terá dúvida de que a providência de Deus esteve a presidir, a fim de dirigir a seu termo *essa* contingencialidade.

Raciocínio idêntico vale em relação à contingência dos *eventos* futuros. Como todas *as coisas* futuras nos são incertas, por isso as temos em suspenso, como se houvessem de inclinar para um lado ou para outro. Entretanto, permanece não menos arraigado em nosso coração que nada haverá de acontecer que o Senhor já não o haja provido. Neste sentido, freqüentemente se repete no Eclesiastes o termo ***suceder***, porque, à primeira vista, os homens não penetram à causa primária, a qual está oculta bem longe deles. E no entanto, o que nas Escrituras foi revelado da providência oculta de Deus nunca foi a tal ponto apagado que algumas centelhas não brilhassem sempre nas trevas. Assim, os augures dos filisteus, embora hesitem, incertos, contudo atribuem o fado adverso em parte a Deus, em parte à sorte: "Se a arca", dizem *eles*, "houver de passar por aquele caminho, saberemos que é Deus que nos feriu; mas se, ao contrário, *houver de ir* pelo outro, o acaso é vindo sobre nós" [1Sm 6.9]. Sem dúvida estultamente os engana a adivinhação quando se refugiam no acaso. Não obstante, vemos como se vêem obrigados a não ousar a imputar simplesmente à fortuna a desgraça que lhes havia acontecido.[115]

115. Primeira edição: "Enquanto isto, vemo-los serem constringidos a que não ousem julgar casual [o] que infortunadamente lhes acontecera."

Ademais, transparecerá de notável exemplo como, pelo freio de sua providência, Deus verga todos os eventos para qualquer parte que *o* queira. Eis que, no preciso instante em que Davi foi encurralado no deserto de Maom, os filisteus fazem uma incursão na terra: Saul é obrigado a bater em retirada [1Sm 23.26, 27]. Se Deus, querendo garantir a segurança de seu servo, lançou este obstáculo diante de Saul, por certo que, embora de repente, além da expectação dos homens, os filisteus tomaram armas, não diremos, entretanto, ter sido isso feito pelo acaso; pelo contrário, *o* que nos parece contingência, a fé reconhecerá haver sido ordenação secreta de Deus.

É verdade que nem sempre se evidencia razão semelhante, mas, indubitavelmente, assim se deve entender que todas e quaisquer eventuações que se percebem no mundo provêm da operação secreta da mão de Deus. Todavia, *o* que Deus estatui certamente tem de acontecer, no entanto que não seja necessário, nem absolutamente, nem de sua própria natureza. Exemplo corriqueiro ocorre em relação aos ossos de Cristo. Uma vez que se revestiu de um corpo semelhante ao nosso, ninguém *de* são *juízo* negará que seus ossos fossem quebráveis. Contudo, era impossível que fossem quebrados. Do quê vemos de novo que nas escolas, não sem propósito, foram inventadas as distinções referentes à necessidade relativa e à *necessidade* absoluta; de igual modo, da *necessidade* conseqüente e da conseqüência, quando Deus sujeitou os ossos do Filho à fragilidade, os quais eximira de fratura, e desse modo restringiu *o* que poderia acontecer naturalmente à necessidade de seu desígnio.

CAPÍTULO XVII

ATÉ ONDE E A QUE PROPÓSITO SE DEVE APLICAR ESTA DOUTRINA, PARA QUE SEU PROVEITO SE NOS EVIDENCIE

1. Sentido e alcance da providência

Na verdade, como é a mente propensa a vãs sutilezas, dificilmente pode acontecer que não se enredilhem em laços perplexivos quantos não sustêm probo e reto uso desta doutrina. E assim convirá abordar sucintamente aqui a que fim a Escritura ensina que todas *as coisas* são divinamente ordenadas. E, em primeiro lugar, certamente deve notar-se que é preciso considerar a providência de Deus tanto em função do tempo futuro quanto do passado. Em segundo lugar, que *ela* a tal ponto é a moderatriz de todas as coisas, que ora opera por meios interpostos, ora sem meios, ora contra todos os meios. Em terceiro lugar, que *ela* aponta para o fato de que Deus mostra tomar sobre si o cuidado de todo o gênero humano, mas principalmente que vela em governar a Igreja, a qual tem por digna da mais estrita atenção.

Agora é preciso acrescentar também isto: embora freqüentemente reluza em todo o curso da providência ou o paterno favor e a beneficência de Deus, ou a severidade de *seu* juízo, entretanto às vezes as causas dessas *coisas* que acontecem são ocultas, de sorte que sutilmente se insinue o pensamento de que as coisas humanas volvem e giram ao cego impulso da sorte, ou a carne nos contradiz solicitamente, como se Deus, atirando os homens como bolas, se entregasse a um jogo!

Realmente é verdade que, se estivéssemos preparados para aprender com espírito sereno e acomodado, afinal se faria patente, ante o *próprio* resultado, que a Deus assiste a melhor razão de seu propósito, seja que à paciência eduque os seus, seja que lhes corrija os afetos depravados e dome a lascívia, seja que *os* quebrante à renúncia, seja que *os* desperte da inércia; *ou*, em contrário, que humilhe os orgulhosos, que estraçalhe a astúcia dos ímpios, que lhes dissipe as *torvas* maquinações.

No entanto, por mais que as causas nos sejam ocultas e fujam, deve-se ter por certo que estão ocultas nele, e daí ser melhor exclamar-se com Davi: “Muitas são, ó Senhor meu Deus, as maravilhas que tens operado para conosco e teus pensamentos não se podem contar diante de ti; se eu os quisesse anunciar, e deles falar, são mais do que se podem contar” [Sl 40.5]. Ora, ainda que em nossas tribulações devemos sempre ser despertados dos pecados, para que a própria punição nos induza ao arrependimento, contudo sabemos que Cristo atribui a seu Pai, quando castiga os ho-

mens, uma autoridade muito maior que a faculdade de castigar a cada um conforme ao que o mesmo mereceu.[116] Pois, em relação ao cego de nascença, diz: "Nem este pecou, nem *seus* pais, mas *isto é* para que nele se manifeste a glória de Deus" [Jo 9.3]. Aqui, pois, quando a calamidade antecede ao próprio nascimento, *nosso* sentimento natural vocifera como se Deus, falto de clemência, assim afligisse aos que não *o* merecem. Cristo, entretanto, dá testemunho de que neste episódio fulge a glória de seu Pai, desde que tenhamos olhos puros.

Impõe-se, porém, comedimento, para que não obriguemos Deus a prestar-*nos* conta; ao contrário, de tal modo reverenciemos seus juízos secretos, que sua mui justa vontade nos seja a causa de todas as coisas. Quando nuvens densas invadem o céu e se desencadeia violenta tempestade, porque também aos olhos se depara sombrio entenebrecimento, e o trovão fere os ouvidos, e todos os sentidos de pavor se entorpecem, é como se todas *as coisas* se confundissem e se misturassem. Enquanto isso, no céu *acima* permanece sempre a mesma quietude e serenidade. Daí dever-se estatuir que, enquanto as coisas turbulentas do mundo nos privam do senso judicatório, Deus, pela pura luz de sua justiça e sabedoria, estabelecida em ordem a mais perfeita, governa e dirige ao reto propósito a estes próprios movimentos. E, na verdade, neste aspecto é monstruoso o desvario de muitos que ousam, com petulância maior do que acerca de atos de homens mortais, chamar a seu escrutínio as obras de Deus e esquadrinhar seus desígnios secretos, até mesmo exprimir apressado julgamento sobre *coisas* desconhecidas. Pois, há algo mais fora de propósito que conduzir-se com modéstia em relação a nossos semelhantes, preferindo suspender o juízo a ser taxados de temerários, enquanto tão audazmente se mofa dos juízos secretos de Deus, os quais devemos admirar e reverenciar profundamente?[117]

2. A reverência devida à providencial sabedoria e governo de Deus

Portanto, ninguém ponderará, correta e proveitosamente, a providência de Deus senão *aquele* que, considerando que está a tratar com seu Criador e Artífice do mundo, tenha se submetido ao temor e reverência, com a devida humildade. Daqui procede que, com suas virulentas mordidas, ou, pelo menos, com *seu* ladrido, tão numerosa matilha de cães hoje invista contra esta doutrina, já que não querem que se faculte a Deus mais do que lhes faculta a própria razão a *eles* próprios. Também nos vilipendiam com a máxima insolência que podem, porque, não contentes com os *meros* preceitos da lei, nos quais *é fato* que está compreendida a vontade de Deus, dizemos, ademais, que o mundo é governado por seus desígnios secretos. Como se,

116. Primeira edição: "vemos, contudo, que Cristo mais de justiça afirma ao secreto intento do Pai que a cada um castigar consoante o que há merecido."

117. Primeira edição: "Pois, quê mais prepósteros que usarmos desta moderação para com os nossos iguais, que prefiramos suspender o julgamento a incorrermos na pecha de temeridade, mas insolentemente insultarmos aos absconsos juízos de Deus a que conviria atentar com reverência?"

na verdade, *o* que ensinamos seja fantasia de nosso cérebro, e por toda parte, explicitamente, o Espírito não proclame o mesmo e não *o* repita em incontáveis formas de expressão! Mas, visto que certo recato os restringe de que ousem vomitar contra os céus suas blasfêmias, para que se entreguem mais livremente à demência, fingem que estão a litigar conosco.

Com efeito, a não ser que admitam que tudo quanto acontece no mundo é governado pelo desígnio incompreensível de Deus, respondam a que fim diz a Escritura que seus juízos são um abismo profundo [Sl 36.6].

Ora, uma vez que Moisés proclama [Dt 30.11-14] que a vontade de Deus não deve ser buscada ao longe, nas nuvens ou nos abismos, porquanto familiarmente foi *ela* exposta na lei, segue-se que outra vontade se compara ao abismo profundo, secreta, acerca da qual também Paulo *afirma*: "Ó profundidade das riquezas, não só da sabedoria como também do conhecimento de Deus! Quão inescrutáveis são seus juízos e insondáveis, seus caminhos! Pois, quem conheceu a mente do Senhor ou foi seu conselheiro?" [Rm 11.33, 34].

E sem dúvida é verdade que na lei e no evangelho se compreendem mistérios que pairam muito acima do alcance de nossos sentidos. Mas, já que, para compreenderem esses mistérios que se dignou revelar através da Palavra, com o espírito de entendimento [Is 11.2], Deus ilumina a mente dos seus, para que nenhum abismo aí *se depare*; ao contrário, um caminho no qual se possa andar em segurança, e uma lâmpada para guiar os pés [Sl 119.115], a luz da vida [Jo 1.4; 8.12] e a escola da verdade sólida e meridiana. Todavia, *sua* admirável maneira de governar o mundo com razão se denomina de abismo, porque, a despeito de nos ser ignota, deve ser reverentemente por nós adorada.

Moisés expressou magnificamente a ambos *esses aspectos* em poucas palavras: "As *coisas* ocultas", diz *ele*, "*pertencem* a nosso Deus; *aquelas*, porém, que foram aqui escritas pertencem a vós e a vossos filhos" [Dt 29.29]. Vemos, pois, que *ele* ordena não apenas aplicarmos diligência em meditar a lei, mas ainda reverentemente contemplarmos a providência secreta de Deus. Também, no livro de Jó se contém uma exaltação desta excelsitude que humilha nosso espírito. Ora, depois que, com passar em revista, de cima a baixo, a máquina do orbe, o autor dissertou magnificamente acerca das obras de Deus, por fim acrescenta: "Eis que são estas *apenas* as orlas de seus caminhos, e quão pouco *é o* que nisso se ouve!" [Jó 26.14]. Razão pela qual, em outro lugar [Jó 28.21, 28], *ele* faz distinção entre a sabedoria que reside em Deus e a medida de conhecimento que prescreveu aos homens. Pois, onde discursou acerca dos segredos da natureza, diz que a sabedoria é conhecida só a Deus, porém escapa aos olhos de todos os viventes. Pouco depois, porém, acrescenta que *a sabedoria* foi dada a conhecer para que fosse investigada, porquanto foi dito ao homem: "Eis que o temor de Deus é a sabedoria" (Jó 28.28).

A isto visa o dito de Agostinho: “Porque não conhecemos tudo que, na melhor disposição *possível*, Deus opera em relação a nós, agimos só em boa vontade, segundo a lei; contudo, segundo a lei, se age em outras *coisas sobre nós*, pois sua providência é uma lei imutável.”[118]

Portanto, quando Deus a si reivindica o direito de governar o mundo por nós não plenamente discernido, que esta seja a lei da sobriedade e da moderação: aquiescer-lhe à suprema autoridade, para que sua vontade nos seja a única regra de justiça e a mui justa causa de toda as coisas. Evidentemente, não aquela vontade absoluta da qual, a separarem, em dissídio ímpio e profano, sua justiça de seu poder, tartamudeiam os sofistas; ao contrário, aquela providência moderatriz de todas as coisas, da qual, ainda que as razões nos sejam ocultas, nada promana senão o que é reto.

3. A PROVIDÊNCIA NÃO ANULA A RESPONSABILIDADE HUMANA

Todos quantos se deixarem conduzir por esta moderação, não murmurarão contra Deus em vista das adversidades do passado, nem lançarão contra ele a culpa de *suas* iniqüidades, como *o faz* o ***Agamenão*** de Homero: ἐγὼ δ’ οὐκ αἴτίος ϵἰμί, ἀλλά Ζϵὺς καὶ μοῖρᾶ [*ìgŏ d´ouk aítiŏs eimi, allá Zeùs kaì moîră – eu, porém, não sou causador, e, sim, Zeus e o Destino*]. Nem tampouco em desespero, como se arrebatados pelos fados, à morte se atirarão, como aquele jovem Plauto: “Instável é a sorte das coisas; a seu talante, os fados conduzem os homens; lançar-me-ei contra um rochedo, para que ali com a vida eu perca os haveres.” Nem, com o exemplo de um outro, a seus maus feitos acobertarão com o nome de Deus. Pois, assim *fala* Licônides, em outra comédia *de Plauto*: “Deus foi o impulsor; creio que os deuses *o* quiseram, porquanto se não o quisessem, sei que não teria acontecido.”

Antes, bem ao contrário, indagarão e aprenderão da Escritura o que agrade a Deus, para que, sob a direção do Espírito, a isso se esforcem. Ao mesmo tempo, preparados para seguir a Deus aonde quer que *os* chame, deveras haverão de mostrar que nada é mais útil do que o conhecimento desta doutrina, *doutrina* que homens perversos invectivam, sem razão, pelo *fato de* que certos *indivíduos*, desassisadamente, dela abusam. Com suas parvoíces, homens profanos nesciamente provocam balbúrdia, de tal sorte que, como se diz, quase misturam o céu à terra. Se o Senhor assinalou o momento de nossa morte, *argumentam* que não há como fugir dela, logo é debalde diligenciar-se em tomar precauções.

Portanto, *continuam eles*, um *deles* não ousa entregar-se a um caminho que ouve *ser* perigoso, para que não seja trucidado por ladrões; o outro recorre a médicos e se cansa de medicamentos, para que lhe assista a vida; o outro se abstém de alimentos mais pesados, para que não prejudique a saúde já precária; o outro se

118. *Livro das Questões*, 83, capítulo 27.

arreceia de morar em casa que ameaça ruir; todos, afinal, cogitam meios, e *os* forjam com grande decisão de espírito, mercê dos quais alcancem aquilo que almejam: ou são todas estas *coisas* remédios fúteis, que se tomam para corrigir a vontade de Deus, ou a vida e a morte, a saúde e a doença, a paz e a guerra, e outras *coisas* que os homens, segundo ou *as* apetecem, ou *as* abominam, tanto se esforçam, por sua diligência, seja por obtê-*las*, seja por evitá-*las*, não são determinadas por seu decreto fixo. Até mesmo concluem que haverão de ser perversas, não só totalmente supérfluas, as orações dos fiéis nas quais se pede que o Senhor proveja àquelas coisas que decretou já desde a eternidade.

Em síntese, cancelam a todas as deliberações que se tomam em relação ao porvir, como se fossem diametralmente contrárias à providência de Deus, que, sem serem eles consultados, ele decretou *o* que queria que viesse a acontecer. Por outro lado, de tal maneira imputam à providência de Deus quanto acontece, que não levam em conta o homem que se sabe muito bem ter cometido tal coisa.[119] Um cidadão íntegro mata um sicário? Então dizem que "executou o desígnio de Deus". Alguém furtou ou cometeu adultério? Já que fez *o* que fora previsto e ordenado pelo Senhor, este é ministro de sua providência. Um filho negligenciou os remédios e aguardou displicentemente a morte do genitor? Não pôde resistir a Deus, que havia assim pré-estabelecido desde a eternidade. E assim a todos os crimes chamam virtudes, porquanto são subservientes à ordenação de Deus.

4. A PROVIDÊNCIA DIVINA LONGE ESTÁ DE DISPENSAR TODOS OS MEIOS DE PROTEÇÃO E SOCORRO

Com efeito, no que tange às *coisas* futuras, Salomão concilia facilmente as deliberações humanas com a providência de Deus. Pois, assim como se ri da obtusidade daqueles que, à parte do Senhor, audaciosamente empreendem o que lhes apraz, como se não fossem governados por sua mão, também desta sorte assim fala em outro lugar [Pv 16.9]: "O coração do homem planeja seu caminho, e o Senhor lhe dirigirá os passos", deixando evidente que não somos de modo algum impedidos pelos eternos decretos de Deus de, sob sua vontade, não só olharmos por nós *mesmos*, como também de regularmos todas as nossas *coisas*. Isso nem mesmo carece de razão clara. Afinal de contas, aquele que nos limitou a vida com seus termos, ao mesmo tempo, depondo diante dele nossa solicitude, proveu-nos de meios e recursos de conservá-la; também nos fez capazes de antecipar os perigos; para que não *nos* apanhassem desprevenidos, ministrou-*nos* precauções e remédios.

119. Primeira edição: "Por outro lado, em tais termos imputam à providência de Deus tudo quanto acontece no presente que fecham os olhos para com o homem, que salta à vista haver [ele] próprio levado isso a efeito."

Agora, pois, salta à vista qual é nosso dever, isto é, se o Senhor nos confiou a proteção de nossa vida, então que a cerquemos de cuidados; se oferece recursos, então que os usemos; se nos previne dos perigos, então não nos lancemos temerariamente *a eles*; se fornece remédios, não *os* negligenciemos. Com efeito, dirão que nenhum perigo *nos* fará mal, se não lhe é ordenado que nos prejudique, pois isso de maneira nenhuma se pode evitar.[120] Mas, ao contrário, que sucederá se os riscos não são fatais, que o Senhor já destinou remédios para repeli-los e superá-los? Vê como te é ajustado o raciocínio à ordem da administração divina. Tu concluis que não se deve precaver do perigo, porque, desde que não seja fatal, mesmo à parte de *qualquer* precaução o haveremos de ludibriar. O Senhor, no entanto, prescreve que te acauteles, porque não quer que te seja fatal.

Esses desvairados não consideram *o* que lhes está debaixo dos olhos, que as artes de se aconselhar e se acautelar foram inspiradas pelo Senhor aos homens, as quais se tornam subservientes à providência na conservação da própria vida, da mesma forma que, em sentido contrário, por negligência e inércia, atraem sobre si os males que lhes impôs. Pois, donde acontece que o homem providente, enquanto cuida bem de si, se desvencilha até de males iminentes, o insipiente pereça levado por temeridade, senão que tanto a insipiência quanto a prudência são instrumentos da divina administração para um e outro desses dois aspectos?

Essa é a causa por que Deus quis que não conhecêssemos o futuro, para que, sendo ele incerto, nos prevenissemos e não deixássemos de usar os remédios que ele nos dá contra os perigos, até que, ou os vençamos, ou sejamos deles vencidos.[121] Por esse motivo, ponderei de antemão que a providência de Deus nem sempre se manifesta a descoberto; ao contrário, é como se Deus, de certo modo, a vestisse dos meios aplicados.

5. A PROVIDÊNCIA DIVINA NÃO NOS JUSTIFICA A INIQÜIDADE

Os mesmos *indivíduos* atribuem os eventos pretéritos à manifesta providência de Deus, de forma errônea e inconsiderada. Ora, visto que dela dependem todas as *coisas* que acontecem, logo, dizem *eles*, nem roubos, nem adultérios, nem homicídios se perpetram sem que a vontade de Deus intervenha. Portanto, insistem, por que será punido o ladrão, que despojou àquele a quem o Senhor quis castigar com a pobreza? Por que será punido o homicida, que matou àquele a quem o Senhor havia findado a vida? Se todos estão assim servindo à vontade de Deus, por que haverão

120. Primeira edição: “Com efeito, nenhum perigo [nos] fará mal, [dirão,] a não ser que fatal, [o] que é a todos os remédios inelutável.”

121. Primeira edição: “Por isso, Deus quis ocultar-nos todos os [eventos] futuros, para que [lhes] vamos ao encontro como se a [cousas] dúbias, nem cessemos de opor[-lhes] remédios preparados, até que ou hajam de ser superados, ou a todo cuidado hajam de superar.”

de ser punidos? *Eu*, porém, em contrário, nego que estejam eles servindo à vontade de Deus. Pois não diremos que presta serviço a Deus, conforme sua ordem, *aquele* que é levado por *seu* mau ânimo, quando obedece apenas ao *próprio* desejo maligno. Obedece a Deus aquele que, *plenamente* instruído acerca de sua vontade, porfia por fazer aquilo que ele o chamou para fazer. Mas, donde somos *nós plenamente* instruídos, senão de sua Palavra? Portanto, em *nosso* curso de ação, devemos ter em mira esta vontade de Deus que *ele* declara em sua Palavra. Deus quer de nós unicamente isto: obediência ao que *ele* preceitua. Se intentamos algo contra *seu* preceito, isso não é obediência; pelo contrário, é contumácia e transgressão.

Mas, *replicarão*, a não ser que *ele o* quisesse, não *o* haveríamos de fazer. Concordo. Entretanto, porventura fazemos as *coisas* más com este propósito, *ou, seja*, que lhe prestemos obediência? Com efeito, de maneira alguma *Deus não* no-las ordena; antes, pelo contrário, *a elas* nos arremetemos, nem mesmo cogitando se ele o queira, mas de nosso desejo incontido, a fremir tão desenfreadamente, que de intento deliberado lutamos contra ele. E, por essa razão, ao fazermos o mal, servimos a sua justa ordenação, porquanto, em decorrência da imensa grandeza de sua sabedoria, *ele* sabe, bem e convenientemente, fazer uso dos instrumentos maus para efetuar o bem.

Consideremos, pois, quão inadequada é sua argumentação: querem que os crimes de seus autores sejam impunes, porquanto *não* são cometidos senão pela administração de Deus. Eu concedo mais: os ladrões e os homicidas, e os demais malfeitores, são instrumentos da divina providência, dos quais o próprio Senhor se utiliza para executar os juízos que ele mesmo determinou. Nego, no entanto, que daí se deva permitir-lhes qualquer escusa por seus maus feitos.

E então? Porventura enredilharão Deus consigo na mesma iniqüidade, ou com a justiça dele haverão de acobertar sua depravação? *Não* podem *fazer* nem uma, nem outra *coisa*. Para que não justifiquem *a si próprios*, sua própria consciência os recrimina; para que não acusem a Deus, percebem em si mesmos todo o mal, e nele *nada* senão o legítimo uso da maldade deles.

Mas, de fato, *insistirão* que *Deus* opera através deles! E, indago eu, donde *provém* o mal cheiro em um cadáver que, pelo calor do sol, não só se fez putrefato, mas até já entrou em decomposição? Todos vêem que *isso* é provocado pelos raios do sol; contudo, ninguém por isso diz que eles cheiram mal. Daí, como no homem mau residem a matéria e a culpa do mal, que razão há para que se conclua que Deus contrai alguma mácula se, a seu arbítrio, ele faz uso de sua atuação?

Portanto, fora com essa petulância canina, a qual na realidade pode ladrar, à distância, contra a justiça de Deus, não, porém, tocá-*la*!

6. O CONFORTO QUE AOS CRENTES PROPICIA A DOUTRINA DA PROVIDÊNCIA DE DEUS

Com efeito, a piedosa e santa meditação sobre a providência, que a norma da piedade nos dita, dissipará facilmente essas cavilações, ou, antes, desvarios, de *indivíduos* frenéticos, de sorte que daí nos provenha o melhor e mais doce fruto. Portanto, o coração cristão, quando se persuade de absoluta certeza de que tudo ocorre pela administração de Deus, de que nada acontece por acaso, sempre volverá os olhos para ele como a causa principal das coisas, contudo haverá de contemplar as causas inferiores em seu *devido* lugar. Conseqüentemente, não nutrirá dúvidas de que a providência singular de Deus está velando para preservá-lo, *providência* que *não* haverá de permitir que algo aconteça, senão aquilo que lhe reverta para o bem e para a salvação.

Mas, uma vez que ele trata, em primeiro plano, com os homens, em segundo lugar com as demais criaturas, *o coração crente* se assegurará de que a providência de Deus reina sobre uns e outros. No que tange aos homens, quer sejam bons, quer *sejam* maus, reconhecerá que debaixo de sua mão estão seus desígnios, sua vontade, seus intentos, suas faculdades, de sorte que em seu alvitre esteja posto o vergá-*los* na direção que *lhe* aprouver e constringi-*los* quantas vezes bem *lhe* parecer.

Que a providência singular de Deus vela pelo bem-estar dos fiéis, são numerosíssimas e luminosíssimas as promessas que *o* comprovam: "Lança teu cuidado sobre o Senhor, e ele te sustentará, nem jamais permitirá que o justo vagueie ao léu" [Sl 55.22]; "porque ele tem cuidado de nós" [1Pe 5.7]; "*aquele* que habita no abrigo do Altíssimo, na proteção do Deus do céu morará" [Sl 91.1]; "quem vos toca, toca a pupila de meu olho" [Zc 2.8]; "serei teu escudo" [Gn 15.1]; "um muro de bronze" [Jr 1.18; 15.20]; "me farei adversário *daqueles* que são teus adversários" [Is 49.25]; "ainda que a mãe se esqueça dos filhos, contudo de ti não me haverei de esquecer" [Is 49.15].

Aliás, além de tudo este é o principal propósito nas histórias bíblicas: ensinar que os caminhos dos santos são guardados pelo Senhor com zelo tão ingente, que nem sequer em pedra tropeçam [Sl 91.12]. Portanto, como, pouco antes, por nós com razão foi refutada a opinião daqueles que imaginam uma providência universal de Deus que não desce, de modo especial, ao cuidado de cada criatura, uma a uma, também é importante reconhecermos, acima de tudo, este cuidado especial para conosco. Do quê, quando Cristo afirmou [Mt 10.29-31] que nem mesmo um pardalzinho insignificantíssimo cai ao solo sem a vontade do Pai, imediatamente a isso *o* aplica: de quanto mais valor somos que os pardais, por isso devemos atentar para o fato de que Deus vela sobre nós com cuidado mais íntimo do que esse, e a este ponto o estende: que confiemos porque os próprios cabelos de nossa cabeça estão contados. Que outra *coisa* haveremos de anelar para nós, se nem um só fio de cabelo *nos* pode cair da cabeça, a não ser por sua vontade? Não estou falando só do gênero

humano; mas, uma vez que Deus escolheu para si a Igreja por morada, não há dúvida de que isso evidencia, por provas singulares, o paternal cuidado em governá-la.

7. A atitude do crente tocado pela visão da providência benigna de Deus

O servo de Deus, fortalecido tanto por essas promessas, quanto *por esses* exemplos, acrescentará os testemunhos que ensinam que todos os homens estão debaixo de seu poder, quer *lhes* seja conciliado o ânimo, quer *lhes* seja coibida a maldade, para que não cause *ela* algum malefício. Ora, é o Senhor quem nos propicia favor, não somente junto àqueles que nos querem bem, mas ainda "aos olhos dos egípcios" [Ex 3.21]. Verdadeiramente, *ele* sabe quebrantar de várias maneiras a virulência de nossos inimigos. Pois às vezes lhes tira o entendimento, de sorte que não sejam capazes de conceber algo de são ou sóbrio, como quando envia a Satanás para que encha de mentira a boca de todos os profetas, a fim de enganar a Acabe [1Rs 22.22]; *ou quando,* mediante o conselho dos jovens, ensandece a Roboão, para que, por sua insipiência, seja despojado do reino [1Rs 12.10, 15]. Algumas vezes, quando lhes concede entendimento, de tal modo *os* amedronta e desanima, que não queiram ou *não* engendrem o que conceberam. Outras vezes, ainda, quando permitiu que tentassem a que *os* induzia o apetite e desvairamento, cerceia-lhes oportunamente o ímpeto, nem deixa que prossigam rumo ao fim a que *se* propõem. Assim, dissipou antes do tempo o conselho de Aitofel, o qual haveria de ter sido fatal a Davi [2Sm 17.7, 14]. De igual modo, também, se mune de cuidado em governar todas as criaturas para o bem e segurança dos seus, e até mesmo o próprio Diabo, a quem vemos não ousar nada intentar contra Jó, sem sua permissão e mandado [Jó 1.12].

A este conhecimento segue-se, necessariamente, seja a gratidão de alma pelo próspero resultado das coisas, seja a paciência na adversidade, seja, inclusive, a inabalável segurança em relação ao porvir. Logo, qualquer coisa que advier de modo favorável e segundo o desejo do coração, tudo isso lançará *como* crédito a Deus, quer sinta sua beneficência através do ministério dos homens, quer seja ajudado pelas criaturas inanimadas. Pois assim arrazoará em seu coração: Por certo que é o Senhor quem inclinou o espírito destes para comigo, que *assim* os liga a mim para que houvessem de ser para comigo instrumentos de sua benignidade. Na abundância de frutos, refletirá: "E acontecerá naquele dia que eu atenderei, diz o Senhor; eu atenderei aos céus, e estes atenderão à terra. E a terra atenderá ao trigo, e ao mosto, e ao azeite, e estes atenderão a Jezreel" [Os 2.21, 22]. E em qualquer outra classe de prosperidade teremos por certo que só a bênção de Deus é que faz prosperar e multiplicar todas as coisas.[122] Uma vez advertido por tantas coisas, não persistirá em ser ingrato.

122. Primeira edição: "Em outras [cousas] não duvidará que é a só bênção do Senhor mercê da qual tudo prospera."

8. A SERENIDADE QUE A CERTEZA DA PROVIDÊNCIA DIVINA FACULTA ANTE AS ADVERSIDADES

Se algo de adverso *lhe* houver ocorrido, aqui também *o servo do Senhor* de pronto elevará a mente a Deus, cuja mão muito vale para imprimir-nos paciência e serena moderação de ânimo. Se José se detivesse a considerar a perfídia dos irmãos, jamais teria conseguido readquirir em relação a eles o ânimo fraterno. No entanto, visto que *ele* voltou a mente para o Senhor, esquecido do agravo, inclinou-se a mansuetude e clemência, e assim, ao contrário, pôde até consolar aos irmãos e dizer: "Assim, não fostes vós que me vendestes para o Egito, mas, pela vontade de Deus, fui enviado adiante de vós, para que vos conserve a vida. Vós realmente intentastes o mal contra mim, mas o Senhor o converteu em bem" [Gn 45.7, 8; 50.20].

Se Jó se houvesse volvido para os caldeus, por quem estava sendo acossado, teria imediatamente se inflamado à vingança. Como, porém, ao mesmo tempo, ele reconhece ser esta obra do Senhor, consola-se com este belíssimo pensamento: "O Senhor *o* deu; o Senhor *o* tirou; bendito seja o nome do Senhor" [Jó 1.21].

Assim Davi, atacado por Simei com impropérios e com pedras, se houvesse fixado os olhos no homem, teria animado os seus à retaliação da ofensa. Entretanto, visto que compreende não estar aquele agindo sem o impulso do Senhor, antes os aplaca: "Deixai-o", diz *ele*, "porque o Senhor lhe ordenou que amaldiçoe" [2Sm 16.10]. Com este mesmo freio, coíbe, em outro lugar [Sl 39.9], a fremência da dor: "Calei-me e emudeci", diz *ele*, "porque tu, Senhor, *o* fizeste."

Se nenhum remédio é mais eficaz para a ira e a impaciência, certamente que frui não pouco proveito *aquele* que, neste aspecto, *assim* aprendeu a meditar a providência de Deus, que pode sempre volver a mente para este ponto: o Senhor *o* quis, portanto é necessário ter paciência e suportá-lo; não só porque é possível resistir, mas porque ele nada quer senão o que é justo e conveniente.[123] A suma vem a ser isto: que, feridos injustamente pelos homens, posta de parte sua iniqüidade, que nada faria senão exasperar-nos a dor e acicatar-nos o ânimo à vingança, nos lembremos de elevar-nos a Deus e aprendamos a ter por certo que foi, por sua justa administração, não só permitido, mas até inculcado, tudo quanto o inimigo impiamente intentou contra nós. Para que nos reprima de retribuir as ofensas, Paulo sabiamente *nos* adverte [Ef 6.12] de que nossa luta não é contra a carne e o sangue; ao contrário, é contra o inimigo espiritual, o Diabo, a fim de que nos aprestemos a pelejar *contra ele*. Mas este lembrete é importantíssimo para aplacar-*nos* todos os impulsos de ira: que tanto ao Diabo, quanto a todos os ímpios, Deus *os* arma para o embate e toma assento, como se fora um mestre de liça, para que nos exercite à paciência.

---

123. Primeira edição: "o Senhor [o] quis, logo, deve suportar-se, não apenas que não há relutar, como também que [o Senhor] nada quer senão [o] que somente seja justo, mas ainda conveniente."

Entretanto, se as calamidades e misérias que nos acossam ocorrem sem operação humana, que nos venha à lembrança o ensino da lei [Dt 28.2]: tudo o que de próspero há emana da fonte da bênção de Deus; todas *as coisas* adversas são maldições suas. E que esta horrível exclamação nos infunda temor: "Se andais inconsideradamente contra mim, eu também andarei inconsideradamente contra vós" [Lv 26.23]. Com essas palavras nos incrimina a obtusidade, nas quais, ao considerarmos, segundo o senso comum da carne, ser casual tudo quanto *de bom ou mau* acontece em um ou outro aspecto, não nos sentimos animados ao culto pelos benefícios de Deus, nem somos por *seus* açoites estimulados ao arrependimento. Esta é a mesma razão por que Jeremias [Lm 3.38] e Amós [3.6] altercavam acerbamente com os judeus, porquanto pensavam que tanto as *coisas* boas quanto as más ocorrem sem que Deus *as* ordene. Ao mesmo se refere esta proclamação de Isaías [45.7]: "Eu *sou* Deus que crio a luz e formo as trevas, que faço a paz e crio o mal; eu é que faço todas estas *coisas*."

9. Relevância das causas intermédias

Entretanto, enquanto isso o varão piedoso não fechará os olhos às causas inferiores. Pois, só porque os julgará serventuários da bondade divina, não significa que haverá por isso de preterir àqueles de quem houver de ser tocado por um benefício, como se *não* houvessem de ser merecedores de nenhuma gratidão por sua humanidade; ao contrário, se sentirá bem perto de seu coração, e de bom grado lhe confessará a obrigação, e deligenciará por manifestar-*lhe* o agradecimento, na medida da possibilidade e deparada a oportunidade. Enfim, nos benefícios recebidos reverenciará e louvará a Deus como *seu* principal autor, porém honrará aos homens como seus ministros e, como é de fato, compreenderá haver sido ligado pela vontade de Deus àqueles por cuja mão *ele* quis ser-lhes benévolo.

Se, ou por negligência, ou por imprudência, houver experimentado alguma perda, terá para si que isso se deu realmente em virtude da vontade do Senhor; contudo, também a si *próprio* imputará a culpa. Se *porventura* alguém for acometido de uma enfermidade, a quem tratou com displicência, quando *lhe* devera ter a obrigação de cuidar, ainda que não ignorará haver chegado a um termo além do qual não poderia passar, contudo daí não relevará seu pecado; mas, porque não se desincumbira fielmente de seu dever para com ele, aceitará isso exatamente como se perecesse por culpa de sua negligência. Muito menos, onde hajam intervindo aleivosia e maldade premeditada na prática de um homicídio ou de um furto, as justificará sob pretexto da providência divina; ao contrário, contemplará distintamente no mesmo ato doloso a justiça de Deus *e* a iniqüidade do homem, como se evidencia uma e outra claramente.

Mui particularmente, porém, em relação a *eventos* futuros, *o homem piedoso*

levará em conta causas secundárias desta espécie. Ora, isso terá entre as bênçãos do Senhor, se não houver de carecer dos recursos humanos de que se utilize para sua incolumidade. Daí também não cessará de tomar conselhos, nem haverá de ser lerdo em implorar a assistência daqueles a quem perceberá disporem de meios donde haja de ser ajudado. Ao contrário, considerando que à mão se *lhe* oferecem da parte do Senhor todas e quaisquer criaturas que lhe podem prover algo, as porá para o uso como instrumentos legítimos da providência divina. E uma vez que está incerto *quanto a* que resultado tenham os afazeres que empreende, exceto que em todas *as coisas* sabe que o Senhor haverá de velar por seu bem, aspirará com diligência, quanto pode alcançar pela inteligência e pelo entendimento, àquilo que considere ser para sua conveniência. Nem contudo, ao tomar deliberações, se deixará levar pelo próprio senso; antes, se confiará e se submeterá à sabedoria de Deus, para que seja por sua orientação dirigido ao alvo certo.

Além disso, tampouco temos de pôr nossa confiança no auxílio e nos meios terrenos, de tal maneira que quando os possuímos nos sintamos plenamente tranqüilos, e quando nos faltam desfaleçamos, como se já não tivéssemos remédio algum.[124] Pois terá sempre a mente fixa unicamente na providência de Deus, nem permitirá que de sua firme contemplação seja distraído pela consideração das coisas presentes. Assim *é que* Joabe, ainda que reconheça que o resultado da batalha está no arbítrio e mão de Deus, contudo não se entrega à inércia, mas executa diligentemente *o* que lhe é da alçada; deixa, porém, ao Senhor a direção do resultado: "Erguer-nos-emos firmes", diz *ele*, "por nosso povo e pelas cidades de nosso Deus; o Senhor, porém, faça *o* que é bom a seus olhos" [2Sm 10.12].

Este mesmo conhecimento nos impelirá, despojados de temeridade e perversa presunção, à contínua invocação de Deus; então também de boa esperança nos susterá o ânimo, para que não hesitemos em desprezar, resoluta e corajosamente, os perigos que nos cercam.

10. A CERTEZA DA PROVIDÊNCIA DIVINA NOS SUSTENTA ANTE OS PERIGOS MÚLTIPLOS QUE NOS AMEAÇAM

Neste aspecto, porém, destaca-se a felicidade incalculável da mente piedosa. Incontáveis são os males que cercam a vida humana, *males* que outras tantas mortes ameaçam. Para que não saiamos fora *de nós mesmos*, visto que o corpo é receptáculo de mil enfermidades *e* na verdade dentro de si contém inclusas, e fomente as causas das doenças, o homem não pode *a si* próprio mover sem que leve consigo muitas formas de sua *própria* destruição, e de certo modo a vida arraste entrelaçada com a morte.

124. Primeira edição: "Ademais, a confiança não lhe estará a tal grau apoiada em meios externos, que, se subsistam, neles repouse seguro, se faltem, trema como se inteiramente desassistido."

Que outra *coisa*, pois, podemos dizer, quando nem nos esfriamos, nem suamos, sem perigo? Ora, para onde quer que nos volvamos, todas *as coisas* que estão ao derredor não só não se mostram dignas de confiança, mas até se afiguram abertamente ameaçadoras e parecem intentar morte inevitável. Se embarcamos em um navio, um passo estamos da morte. Se montamos um cavalo, no tropeçar de uma pata nossa vida periclita. Se andamos pelas ruas de uma cidade, quantas são as telhas nos telhados, tantos são os perigos a que nos expomos. Se um instrumento cortante está em nossa mão, ou na mão de um amigo, é evidente o risco que corremos. A quantos animais ferozes vemos, armados estão para nossa destruição. Ou se procuramos fechar bem o jardim cercado, onde nada senão amenidade se mostre, aí não raro esconderemos uma serpente. *Tua* casa, sujeita a incêndio constante, ameaça-te pobreza durante o dia, até mesmo sufocação durante a noite. *Tua* terra de plantio, como está exposta ao granizo, à geada, à seca e a outros flagelos, esterilidade te anuncia e, como resultado, a fome. Deixo de mencionar envenenamentos, emboscadas, assaltos, violência franca, dos quais parte nos assedia em casa, parte nos acompanha do lado de fora.

Em meio a estas dificuldades, porventura não deve o homem sentir-se em extremo miserável, como quem na vida *apenas* semivivo sustenta debilmente o sôfrego e lânguido alento, não menos que se tivesse uma espada perpetuamente a pender-lhe sobre o pescoço? Que digas que essas *coisas* raramente acontecem, ou, sem dúvida, nem sempre, nem a todos, de fato, jamais todas a um só tempo. Concordo. Todavia, quando somos avisados pelos exemplos de outros de que podem acontecer também a nós *e de que* nem se deve excetuar nossa vida mais que a deles, não é possível suceder que não temamos e nos arreceemos como se não houvessem de nos sobrevir. Portanto, que *de* mais calamitoso possas imaginar que esse *estado de* medrosa expectativa?

E não seria grande afronta à glória de Deus dizer que o homem, a mais excelente criatura de quantas existem, está exposto a qualquer golpe da cega e temerária sorte?[125] Mas aqui o propósito é falar apenas acerca da miséria do homem, *miséria* que haverá de sentir, se é relegado ao domínio da sorte.

11. A certeza da providência divina nos propicia jubilosa confiança em Deus e em sua operação

Mas quando essa luz da providência divina uma vez tenha refletido no homem piedoso, já não está apenas aliviado e libertado da extrema ansiedade e do temor de

125. Primeira edição: “Acrescenta que se não exime de contumélia para com Deus se [, porventura,] se diga que o homem, a mais nobre dentre as criaturas, entregou [Ele] a todos e quaisquer golpes cegos e temerários da Sorte.”

que era antes oprimido, mas ainda de toda preocupação. Pois assim como, com razão, se arrepia de pavor da sorte, também assim ousa entregar-se a Deus com plena segurança.

Afirmo que este é seu conforto: saber que o Pai celeste de tal modo mantém todas *as coisas* sob seu poder, a tal ponto *as* rege por sua soberania e arbítrio; de tal forma *as* governa por sua sabedoria, que nada acontece, a não ser por sua determinação; inclusive que ele é acolhido à sua proteção, confiado ao cuidado dos anjos; *não* pode ser atingido pelo dano nem pela água, nem pelo fogo, nem pelo ferro, senão até onde aprouver a Deus, *como* um moderador, dar-lhes licença. Ora, o Salmo [91.3-6] canta assim: "Porquanto ele te livrará do laço do caçador e da peste perniciosa; sob sua asa te protegerá e entre suas penas terás segurança; sua verdade te será por escudo; não te arrecearás do pavor noturno, nem da seta que voa de dia, da peste que perambula nas trevas, do mal que grassa ao meio-dia" etc. Do quê também emerge nos santos aquela confiança de gloriar: "O Senhor *é* meu ajudador" [Sl 118.6], "não temerei o que me possa fazer a carne" [Sl 56.4]; "o Senhor *é* meu protetor, de que me recearei?" [Sl 27.1]; "Se contra mim se estabelecerem acampamentos" [Sl 27.3]; "Se *eu* tiver de andar no meio da sombra da morte" [Sl 23.4], "não deixarei de nutrir animada esperança" [56.4].

Pergunto, pois, de que fonte tem *eles* tal confiança, que sua segurança nunca é abalada, senão porque, onde na aparência se vê o mundo a vaguear ao léu, sabem que, por toda parte, o Senhor opera, cuja atuação eles confiam que haverá de ser-lhes para o bem? Ora, se o bem-estar lhes é prejudicado, seja pelo Diabo, seja por homens celerados, na verdade aqui bem depressa, necessariamente, sucumbem, a não ser que se firmem pela lembrança e pela meditação da providência. Quando, porém, trazem à memória que o Diabo e toda a coorte dos ímpios são, de todos os lados, de tal maneira coibidos pela mão de Deus, como por um freio, que nem mesmo podem conceber qualquer malefício contra nós, nem *se* concebido podem arquitetar planos, nem se engendrado cabal planejamento *conseguem* mover um dedo para levá-lo a bom termo, a não ser quanto ele *o* haja permitido; aliás, a não ser quanto *o* haja *ele* mandado, não só serem mantidos acorrentados por seus grilhões, mas ainda por uma brida compelidos a render-*lhe* obediência – têm *os piedosos* onde à larga possam consolar-se. Ora, como do Senhor é armar-lhes a fúria e volvê-*la* e *dirigi-la* para onde lhe aprouver, assim também *cabe-lhe* estabelecer o modo e o limite, para que não se esbaldem freneticamente em função de seus desejos desbragados.

Firmado por esta convicção, sua jornada que, em certo lugar [1Ts 2.18], dissera haver sido impedida por Satanás, em outro [1Co 16.7] Paulo *a* fixa na permissão de Deus. Se apenas dissesse que o obstáculo fora de Satanás, teria parecido conferir-lhe excessivo poder, como se estivesse em sua mão contrariar até mesmo os própri-

os desígnios de Deus. Mas agora, quando a Deus estatui *como* árbitro, de cuja permissão dependem todos os caminhos, ao mesmo tempo evidencia que Satanás, seja o que for que articule, nada pode efetuar a não ser por seu arbítrio.

Do mesmo parecer é Davi, porquanto, em vista das variadas mudanças pelas quais a vida dos homens é posta constantemente a girar e, como que *em um torvelinho* a rodopiar, ele se acolhe a este abrigo: seus tempos estão na mão de Deus [Sl 31.5]. Poderia *ele* ter dito ou "o curso da vida", ou "tempo", no número singular; porém quis expressar pelo termo *plural*, "tempos", *ou, seja*, por mais instável que seja a condição dos homens, todas e quaisquer vicissitudes são divinamente governadas, sempre que, de momento em momento, ocorrem.

Por esta razão, Rezim, *rei da Síria*, e o rei de Israel, conjugadas as forças para a destruição de Judá, embora parecessem tochas acesas para assolar e consumir a terra, são chamados pelo Profeta de "tições fumegantes" [Is 7.4], que nada podem fazer senão exalar um pouco de fumaça.

Assim faraó, ainda que fosse a todos formidável, não só por *seus* recursos e poderio, mas ainda pelo vulto de *suas* tropas, é comparado [Ez 29.3, 4] a um animal de mui grande porte. Deus anuncia, portanto, que irá apanhar com seu anzol ao comandante e *seu* exército e arrastá-*los* para onde quiser.

Enfim, para que aqui não me demore por mais tempo, se prestares atenção perceberás facilmente que o extremo de todas as misérias é o desconhecimento da providência, e que a suprema bem-aventurança está posta em seu reconhecimento.

12. Sentido das passagens que falam de arrependimento por parte de Deus

No tocante à providência de Deus, até onde conduz à completa instrução e à *inteira* consolação dos fiéis, já que coisa alguma é suficiente para satisfazer plenamente a curiosidade dos homens fúteis, tampouco devemos querer satisfazê-los, já seria suficiente o que foi dito não fora umas poucas passagens que nos são apresentadas em contraposição *ao* que acima se expôs, parecendo acenar que em Deus o desígnio não se afigura firme e estável; ao contrário, parece mutável, segundo a disposição das coisas inferiores.

Em primeiro lugar, a providência de Deus é algumas vezes posta em xeque; por exemplo, *dizendo* que ele se arrependeu de *haver* criado o homem [Gn 6.6]; de *haver* elevado Saul ao trono [1Sm 15.11]; de que se haverá de arrepender do mal que infligirá a seu povo, assim que sentisse nele alguma mudança de atitude [Jr 18.8].

Em segundo lugar, fazem referência a algumas anulações de seus decretos. Por meio de Jonas, proclamara aos ninivitas que, decorridos quarenta dias, Nínive have-

ria de perecer. Todavia, à vista de seu arrependimento, imediatamente cedeu a uma sentença mais clemente [Jn 3.4, 10]. Pela boca de Isaías anunciara a morte de Ezequias, por suas lágrimas e preces foi movido a delongar [Is 38.1, 5; 2Rs 20.1, 5]. Muitos daqui argúem que Deus não fixou os afazeres humanos por um decreto eterno; ao contrário, para cada ano, dia e hora, um a um, decreta isto ou aquilo, segundo são os méritos de cada *indivíduo* ou conforme *o* julgue reto e justo.

Quanto ao ***arrependimento***, assim se deve admitir que não aplica a Deus nem ignorância, nem erro, nem incapacidade. Ora, se ninguém cede à necessidade de arrependimento de caso pensado e deliberado, não atribuiremos arrependimento a Deus, sem que, *por isso*, declaremos ou que *ele* ignora *o* que há de vir, ou que *ele* não *o* pode evitar, ou que se lança, precipitada e inconsideradamente, a uma decisão de que haja de prontamente arrepender-se. Isto, contudo, tão longe está da intenção do Espírito Santo, que na própria referência ao arrependimento nega que Deus seja movido por compunção, já que ele não é um homem para que se arrependa [1Sm 15.29]. E deve notar-se que no mesmo capítulo de tal modo se associam a ambos, *o arrependimento e a imutabilidade de Deus*, que *simples* comparação concilia mui adequadamente a aparência de discrepância. Toma-se figuradamente a mudança de que Deus tenha se arrependido de ter constituído rei a Saul. Pouco depois se acrescenta: "E também aquele que é a Força de Israel não mente nem se arrepende; porquanto não é um homem para que se arrependa" [1Sm 15.29]. Com tais palavras, claramente é confirmada a imutabilidade *e* sem qualquer figura.

Portanto, é indubitável que a determinação de Deus, na gestão das coisas humanas, é não só perpétua, mas ainda além de todo e qualquer arrependimento. E para que a constância não lhe fosse duvidosa, se vêem obrigados a dar testemunho em seu favor até mesmo os próprios adversários. Pois Balaão, muito a contragosto, teve de prorromper nesta exclamação: "Deus não é como o homem, para que minta, nem como filho do homem, para que se deixe mudar; e não pode acontecer que ele deixe de fazer tudo quanto disse, e tudo quanto falou tem que cumprir-se" [Nm 23.19].

13. Arrependimento em Deus é antropomorfismo pedagógico

Portanto, que significa o termo ***arrependimento*** *quando aplicado a Deus*? Exatamente *o* que *significam* todas as demais formas de expressão que nos descrevem Deus antropomorficamente. Ora, uma vez que nossa insuficiência não atinge sua excelsitude, a descrição que dele nos é apresentada tem de se acomodar à nossa capacidade, para que seja por nós entendida. Esta é, na verdade, a forma de acomodação: que se representa, não tal como é em si, mas como nós o sentimos.[126]

---

126. Primeira edição: "que tal se nos represente, não qual é em Si, porém, qual é passível de ser de nós apreendido."

Embora *ele* esteja além de todo estado passional, *no entanto* testifica que se ira contra os pecadores. Portanto, assim como, quando ouvimos que Deus se ira, não devemos imaginar que exista nele qualquer emoção, mas, antes, devemos considerar esta expressão *como* tomada de nosso prisma, porquanto é como se Deus exibisse o semblante de uma *pessoa* inflamada e irada sempre que exerce o juízo; assim também não devemos conceber outra *coisa* sob o vocábulo ***arrependimento*** senão a mudança de ação, porquanto os homens costumam, ao mudarem o curso da ação, atestar que estão insatisfeitos consigo *mesmos*. Logo, como qualquer mudança entre os homens é correção do que desagrada, mas a correção provém do arrependimento, por isso pelo termo ***arrependimento*** se entende *o* que Deus muda em suas obras. Entretanto, não se reverte nele nem o plano, nem a vontade, nem se oscila seu sentimento. Ao contrário, *o* que desde a eternidade previra, aprovara, decretara, leva adiante em perpétuo teor, por mais súbita que a variação pareça aos olhos dos homens.

14. A condicionalidade dos fatos na perspectiva da soberana providência de Deus

Tampouco a história sagrada mostra haverem sido anulados os decretos de Deus, quando narra haver ele perdoado aos ninivitas a destruição que já fora proclamada [Jn 3.10], e a Ezequias haver prolongado a vida, após *haver sido* anunciada sua morte [Is 38.5]. *Aqueles* que pensam assim se equivocam nestas predições, as quais, ainda que afirmem em termos absolutos, não obstante *à luz* do próprio desfecho se percebe que contêm em si tácita condição. Ora, por que o Senhor enviara Jonas aos ninivitas para que *lhes* predissesse a ruína da cidade? Por que, através de Isaías, anunciava a Ezequias a morte? Pois *ele* podia destruir tanto aqueles quanto este, sem anúncio de destruição. Portanto, teve em mira outra *coisa*, a saber: que, premunidos de sua morte, de longe a vissem chegando. Na verdade, não quis que perecessem; ao contrário, arrependidos, para que não perecessem. Portanto, o fato de Jonas vaticinar que após quarenta dias Nínive haveria de ser arrasada, ele o faz para que não fosse arrasada! A razão de a Ezequias cortar-se a esperança de uma vida mais longa é para que *ele* lograsse uma vida mais longa. Quem não percebe que, mediante ameaças desta ordem, o Senhor queria despertar ao arrependimento *àqueles* a quem infundia medo, para que escapassem ao juízo de que, por seus pecados, eram merecedores?

Se tal coisa procede, a natureza das coisas nos conduz a isto: que na ameaça inqualificada subentendemos tácita condição; *o* que, aliás, se confirma *à luz* de exemplos semelhantes. Repreendendo ao rei Abimeleque, porque havia tirado de Abraão a esposa, o Senhor faz uso destas palavras: “Eis que morrerás por causa da mulher que tomaste, pois *ela* tem marido” [Gn 20.3]. Entretanto, depois que ele se

desculpou, *o Senhor* fala deste modo: “Restitui a esposa ao marido, pois é profeta, e *ele* orará por ti para que vivas. Do contrário, sabe que certamente morrerás tu e tudo que tens” [Gn 20.7]. Vês como na primeira acariação lhe acicata mais incisivamente o espírito, para que o demovesse a restituir o que havia tomado; na outra, porém, exibe mais claramente seu propósito.

Uma vez que o sentido de outras passagens é semelhante, não há razão para deduzires delas que se haja anulado alguma coisa do desígnio prévio do Senhor, pelo fato de haver revogado *o* que *anteriormente* promulgara.[127] Pois o Senhor aplaina o caminho para sua eterna determinação quando, anunciando o castigo, exorta ao arrependimento *àqueles* a quem quer poupar, antes que algo varie em *sua* vontade, e certamente não em *sua* palavra, exceto que não exprime, sílaba a sílaba, *o* que entretanto é fácil de entender. Se realmente deva permanecer verdadeira esta afirmação de Isaías: “O Senhor dos Exércitos *o* deliberou, e quem *o* poderá anular? Sua mão *está* estendida, e quem a desviará?” [Is 14.27].

127. Primeira edição: “Uma vez que o sentido de outras passagens é semelhante, delas não infiras haver sido derrogada qualquer cousa do prévio desígnio do Senhor, pelo fato de que haja tornado írrito [o] que havia [anteriormente] promulgado.”

CAPÍTULO XVIII

DEUS DE TAL MODO USA AS OBRAS DOS ÍMPIOS E A DISPOSIÇÃO LHES VERGA A EXECUTAR SEUS JUÍZOS, QUE ELE PRÓPRIO PERMANECE LIMPO DE TODA MÁCULA

1. Eficiência, não permissividade, é a relação de Deus para com a ação dos ímpios

Uma questão mais difícil emerge de outras passagens, onde se diz que Deus, a seu arbítrio, verga ou arrasta todos os réprobos ao próprio Satanás. Pois o entendimento carnal mal pode compreender como, agindo por seu intermédio, *Deus* não contraia nenhuma mácula de sua depravação; aliás, em uma ação comum, seja *ele* isento de toda culpa, *e* inclusive condene, com justiça, a seus serventuários. Daqui *se* engendrou a distinção entre ***fazer*** e ***permitir***, visto que esta dificuldade a muitos pareceu inextricável, *ou, seja*, que Satanás e todos os ímpios estão de tal modo sob a mão e a autoridade de Deus, que *este* lhes dirige a malignidade a qualquer fim que lhe apraz e faz uso de *seus* atos abomináveis para executar seus juízos. E talvez fosse justificável a sobriedade destes a quem alarma a aparência de absurdo, não fora que, sob o patrocínio de uma inverdade, de toda nota sinistra tentam erroneamente defender a justiça de Deus.

Parece-lhes absurdo que, pela vontade e determinação de Deus, seja feito cego um homem que, a seguir, haverá de sofrer as penas de sua cegueira. Dessa forma evadem-se tergiversando que isso se dá apenas pela permissão de Deus, entretanto não por *sua* vontade. Mas é Deus mesmo que, ao declarar abertamente que ele é quem o faz, repele e condena tal subterfúgio.[128]

Que os homens não fazem coisa alguma sem que tacitamente Deus lhes dê permissão, e que nada podem deliberar senão o que ele de antemão determinou em si mesmo, e o que ordenou em seu conselho secreto, se prova à luz de testemunhos inumeráveis e claros.[129] O que do Salmo [115.3] citamos anteriormente – “Deus faz tudo quanto lhe apraz” –, é certo que se aplica a todas as ações dos homens. Se, como aqui se diz, Deus é o árbitro real das guerras e da paz, e isto sem qualquer

128. Primeira edição: “Declarando[-o], porém, [Ele] próprio, abertamente, que [é] Ele [que o] faz, a esse subterfúgio repudia.”

129. Primeira edição: “Que, aliás, nada perfaçam os homens, senão pelo secreto nuto de Deus, nem, com deliberar, qualquer cousa engendrem, a não ser [o] que [Ele] próprio já em Si haja decretado e de Sua secreta direção estabeleça, de inumeráveis e claros testemunhos se prova.”

exceção, quem ousará dizer que, desconhecendo-*o* ele ou mantendo-*se* passivo, são os homens *a elas* arrojados, ao acaso, como por um cego impulso?

Mas, mais luz haverá em exemplos especiais. Do primeiro capítulo de Jó sabemos que Satanás, não menos que os anjos que obedecem de bom grado, se apresenta diante de Deus para receber ordens. Certamente que isso *ele o faz* de maneira e com propósito diferentes, todavia de modo que não possa encetar algo, a não ser que Deus *o* queira. E visto que, entretanto, em seguida parece explicitar-se permissão absoluta para que aflija ao santo varão, daí ser verdadeira esta afirmação: "O Senhor *o* deu, o Senhor *o* tirou; como aprouve a Deus, assim se fez" [Jó 1.21], desta provação concluímos que Satanás e os salteadores perversos foram os ministros; Deus foi o autor. Satanás se esforça por incitar o santo a voltar-se contra Deus movido pelo desespero; os sabeus ímpia e cruelmente lançam mão dos bens alheios, roubando-os.[130] Jó reconhece que da parte de Deus fora despojado de todos os *seus* haveres e em pobre transformado, pois assim aprouvera a Deus.

Portanto, seja o que for que os homens maquinem, ou o próprio Satanás, entretanto Deus retém o timão, de sorte que lhes dirija os propósitos no sentido de executarem seus juízos. Deus quer que o pérfido rei Acabe seja enganado; para esse fim oferece seus préstimos ao Diabo. Por isso é enviado com um mandado definido: que seja um espírito mentiroso na boca de todos os profetas [1Rs 22.20-23]. Se a obcecação e insânia de Acabe é o juízo de Deus, desvanece-se o constructo imaginário da permissão absoluta, pois seria ridículo que o Juiz apenas permitisse *o* que queria que fosse feito, contudo não *o* decretasse e não determinasse a execução aos serventuários.

Propõem-se os judeus eliminar a Cristo; Pilatos e *seus* soldados condescendem a seu perverso anseio. Entretanto, os discípulos confessam em solene oração que todos *esses* ímpios nada fizeram senão *o* que a mão e o plano de Deus haviam decretado [At 2.28]. Como já antes Pedro pregara que "*Cristo* fora entregue pelo determinado desígnio e presciência de Deus", para que fosse morto [At 2.23], como se dissesse que Deus, a quem desde o começo nada foi oculto, cônscia e deliberadamente determinara *o* que os judeus vieram a executar, como, aliás, *o* reafirma em outra passagem [At 3.18]: "Deus, que predisse através de todos os seus profetas que Cristo haveria de sofrer, assim o cumpriu."

Absalão, poluindo o leito do pai mediante união incestuosa, perpetra abominável iniqüidade [2Sm 16.22]; no entanto, Deus declara ser isso obra sua, pois *estes* são os termos: "Tu *o* fizeste em oculto; eu, porém, farei isto às claras, e diante do sol" [2Sm 12.12].

---

130. Primeira edição: "Moureja Satanás por ao santo levar à insânia pelo desespero; a pilhagem, cruel e impiedosamente, os bens alheios, d[eles] se [lhe] apossam os Sabeus."

Jeremias declara ser obra de Deus tudo quanto de crueldade os caldeus praticaram na Judéia, por cuja razão Nabucodonosor é chamado "servo de Deus" [Jr 25.9; 27.6]. Reiteradamente, apregoa Deus que por seu assobio [Is 5.26; 7.18], pelo clangor de sua trombeta [Os 8.1], por *seu* império e mandado, os ímpios são incitados à guerra; ao assírio chama "vara de meu furor e machado que aciona em minha mão" [Is 5.26; 10.5]; a destruição da cidade santa e a ruína do templo denomina obra sua; Davi, não murmurando contra Deus, ao contrário, reconhecendo-*o* como justo Juiz, confessa também que de seu mandado provinham as maldições de Simei [2Sm 16.1]: "O Senhor", diz ele, "o mandou amaldiçoar." Mais vezes, *ainda*, ocorre na história sagrada que tudo quanto acontece procede do Senhor, como o cisma das dez tribos [1Rs 11.31]; a morte dos filhos de Eli [1Sm 2.34]; e muitíssimos *outros fatos* da mesma natureza. *Aqueles* que são *ao menos* medianamente versados nas Escrituras vêem que, para alcançar a brevidade, menciono apenas uns poucos exemplos dentre muitos, dos quais, no entanto, se faz mais do que evidente que dizem coisas sem nexo e pronunciam absurdos esses que no lugar da providência de Deus colocam a permissão absoluta, como se, assentado em uma guarita, aguardasse *ele* eventos fortuitos, e assim do arbítrio dos homens dependessem seus juízos.

2. A eficiência da providência divina na mente e coração de todos

No que tange a *estas* injunções secretas, *o* que Salomão declara do coração do rei [Pv 21.1], de inclinar-se para cá ou para lá conforme apraz a Deus, na verdade deve estender-se a todo o gênero humano e equivale a tanto como se dissesse que tudo quanto concebemos na mente é dirigido para seu fim pela inspiração secreta de Deus. E de fato, a não ser que operasse na mente dos homens interiormente, não se poderia com razão haver dito que retira a prudência dos lábios dos verazes e dos anciãos [Is 29.14; Jr 7.26]; que remove da terra o coração dos príncipes, para que vagueiem pelos ermos [Jó 12.24; Sl 107.40]. E a isto é pertinente *o* que se lê muitas vezes: os homens são atemorizados conforme o terror que lhes domina o coração [Lv 26.36]. Assim, do acampamento de Saul, sem que ninguém *o* percebesse, se retirou Davi, porquanto a todos acometera um sono de Deus [1Sm 26.12]. Nada, porém, mais claro se pode desejar que isto: tantas vezes declara que ele cega o entendimento dos homens e *os* fere de vertigem [Dt 28.21], embriaga-*os* de um espírito de torpor, *lhes* infunde loucura [Rm 1.28], endurece o coração [Ex 14.17, ***passim***]. Muitos, porém, lançam estes *fatos* à *conta da* permissão, como se, ao rejeitar aos réprobos, *Deus os* deixasse entregues a Satanás para que os cegasse. Todavia, uma vez que o Espírito Santo declara expressamente que cegueira e insânia são infligidas pelo justo juízo de Deus [Rm 1.20-24], essa solução se torna muitíssimo frívola.

Está escrito que *ele* endureceu o coração de faraó [Ex 9.12]; de igual modo, que

o fez pesado [Ex 10.1] e *o* enrijeceu [Ex 10.20, 27; 11.10; 14.8]. Alguns contornam essas formas de expressão através de sutileza insípida, porquanto *nessas referências* a vontade de Deus é posta *como* a causa do endurecimento, enquanto em outro lugar [Ex 8.15, 32; 9.34] se diz que o próprio faraó havia endurecido o coração. Como se, na verdade, se bem que de modos diversos, não se harmonizem perfeitamente bem entre si estes dois *fatos*: que o homem, quando é acionado por Deus, contudo ele, ao mesmo tempo, está *também* agindo. Eu, porém, lanço contra eles *o* que objetam, porque, se ***endurecer*** denota permissão absoluta, o próprio impulso da contumácia não estará propriamente em faraó. Com efeito, quão diluído e insípido seria interpretar assim, como se faraó apenas se deixasse endurecer! Acresce que de antemão a Escritura corta a asa a tais subterfúgios: "Mas eu", diz Deus, "lhe endurecerei o coração" [Ex 4.21].

Assim também dos habitantes da terra de Canaã diz Moisés que haviam saído à guerra, porque Deus lhes havia endurecido o coração [Js 11.20]. Exatamente *o* que é repetido por outro Profeta: "Volveu-lhes o coração para que odiassem a seu povo" [Sl 105.25]. De maneira semelhante, declara em Isaías [10.6] que haverá de enviar os assírios contra a nação enganosa e de dar-lhes preceitos para que tomem os despojos e saqueiem a presa. Não que a homens ímpios e obstinados queira ensinar a obedecer-*lhe* de espontânea vontade; ao contrário, porque haverá de os vergar para que executem seus juízos, exatamente como se no coração levassem gravadas suas injunções. Do quê transparece que haviam sido impulsionados pela determinação precisa de Deus.

Sem dúvida, confesso que freqüentemente Deus age nos réprobos pela interposição da ação de Satanás, contudo de modo que, por seu impulso, o próprio Satanás execute seu papel e avance até onde *lhe* foi concedido. Um espírito maligno atormenta a Saul; diz-se, porém, que é da parte de Deus [1Sm 16.14], para que saibamos que a insânia de Saul procedia da justa vingança de Deus. Diz-se ainda que o mesmo Satanás "cega o entendimento dos incrédulos" [2Co 4.4]; mas donde vem isso senão que do próprio Deus promana a operação do erro, para que creiam em mentiras *os* que se recusam a obedecer à verdade? [2Ts 2.11].

Conforme a primeira noção, *assim* se diz: "Se qualquer profeta houver falado enganosamente, eu, Deus, o enganei" [Ez 14.9]; conforme a segunda, porém, diz-se que *ele* próprio entrega os homens a uma disposição réproba e os lança a vis apetites [Rm 1.28], porquanto de sua justa vingança *ele* é o principal autor; Satanás, na verdade, é apenas seu ministro.

Como, porém, esta matéria terá de ser novamente tratada onde, no Segundo Livro, discutiremos acerca do livre ou cativo arbítrio do homem, creio ter agora dito sucintamente quanto a ocasião exigia. Seja esta a síntese: uma vez se diz que a vontade de Deus é a causa de todas as coisas, a providência é estatuída como mo-

deratriz em todos os planos e ações dos homens, de sorte que não apenas comprove sua eficiência nos eleitos, que são regidos pelo Espírito Santo, mas ainda obrigue os réprobos à obediência.

3. A vontade de Deus é una e soberana

Mas, visto que até aqui mencionei apenas *coisas* que são transmitidas na Escritura de forma clara e sem ambigüidade, é preciso ver *os* que não hesitam em tisnar os oráculos celestes de sinistras marcas de ignomínia, e de que gênero de censura fazem uso. Ora, se com falsa aparência de ignorância anelam ao louvor da modéstia, que de mais altivo se pode imaginar que opor à autoridade de Deus uma opiniãozinha *insignificante*: "Meu parecer é outro", ou: "Não *me* agrada abordar isso"? Se ao contrário se põem abertamente a maldizer, que proveito fruirão arremetendo-se contra o céu a cuspir?

Certamente não é novo o exemplo desta petulância, porquanto têm havido em todos os séculos homens ímpios e profanos que, de raivosa boca, ladrassem contra este aspecto da doutrina. Mas haverão de sentir realmente que é verdadeiro *o* que o Espírito proclamou outrora pela boca de Davi [Sl 51.4]: que Deus vence quando é julgado. Davi indiretamente espicaça a insânia dos homens nessa exorbitância tão desenfreada, visto que, de seu atoleiro, não só litigam contra Deus, mas ainda arrogam para si poder de condená-lo! Enquanto isso, adverte *ele* em termos breves, que as blasfêmias que vomitam contra o céu não atingem a Deus, senão que, dissipadas as nuvens de *suas* cavilações, ele faz brilhar sua *própria* justiça. Também nossa fé, já que *está* alicerçada na Sagrada Palavra de Deus, paira acima de todo o mundo [1Jo 5.4], de sua alturas despreza essas nuvens.

Ora, facilmente se refuta *o* que objetam, em primeiro lugar, *isto é, que* se nada acontece a não ser que Deus *o* queira, há nele duas vontades contrárias, porquanto, de seu desígnio secreto, decreta *o* que abertamente proibiu através de sua lei. Contudo, antes que *eu* responda, quero de novo prevenir os leitores de que esta cavilação não se volta contra mim; ao contrário, é contra o Espírito Santo que, de fato, ditou ao santo varão Jó esta confissão: "Como aprouve a Deus, assim se fez" [Jó 1.21]. Como fora despojado por ladrões, reconhece no dano e malefício que fizeram o justo azorrague de Deus.

Que *diz* a Escritura em outro lugar? "Os filhos de Eli não obedeceram ao pai, porque Deus os queria matar" [1Sm 2.25]. Proclama ainda outro Profeta: "Deus, que habita no céu, faz tudo quanto quer" [Sl 115.3]. E, com clareza suficiente, já mostrei que todas essas *coisas* que esses censores querem que aconteçam somente por sua permissão passiva, Deus é chamado o autor de todas elas. *Ele* testifica que cria a luz e as trevas, que forma o bem e o mal" [Is 45.7]; que nada de mau acontece que ele mesmo não *o* tenha feito [Am 3.6].

Rogo, pois, que digam se Deus exerce seus juízos porque *assim o* quer, ou a despeito de não o querer? Mas, da mesma forma que Moisés ensina [Dt 19.5] que, por eficiência divina, aquele que é morto pelo desvio acidental de um machado foi entregue à mão do que *o* fere, assim também diz à Igreja toda, em Lucas [At 4.28], que Herodes e Pilatos se mancomunaram para fazer *o* que a mão e o desígnio de Deus haviam decretado. E, com efeito, a não ser que Cristo houvesse sido crucificado porque Deus *assim o* quis, donde *teríamos* redenção?

Contudo, nem por isso Deus se põe em conflito consigo mesmo, nem se muda sua vontade, nem *o* que quer finge não querer; todavia, embora nele *sua vontade* seja uma só e indivisa, a nós parece múltipla, já que, em razão da obtusidade de nossa mente, não aprendemos como, de maneira diversa, o mesmo não queira e queira que aconteça. Paulo, onde disse que a vocação dos gentios era "um mistério escondido" [Ef 3.9], acrescenta, pouco depois [Ef 3.10], que nela manifestara a πολυποίκιλον [*pŏlypoíkilŏn – multifária*] sabedoria de Deus. Porventura porque, em decorrência da lerdeza de nosso entendimento, a sabedoria de Deus se afigura múltipla, ou, como *a* verteu o tradutor antigo, multiforme, deveríamos nós, por isso, sonhar no próprio Deus qualquer variação como se mudasse de plano ou divergisse de si mesmo?

Antes, quando não apreendemos como Deus queira que se faça *o* que proíbe fazer, venha-nos à lembrança nossa obtusidade, e ao mesmo tempo consideremos que a luz em que *ele* habita não em vão se chama inacessível [1Tm 6.16], já que de trevas é rodeada. Logo, de bom grado, aquiescerão a esta ponderação de Agostinho[131] todos os piedosos e despretensiosos: "Por vezes, com uma vontade boa, um homem quer algo que Deus não quer, como, por exemplo, se um bom filho quer que o pai viva, a quem Deus quer que morra; por outro lado, pode acontecer que, de má vontade, um homem queira o mesmo que, de boa *vontade*, Deus quer, como, por exemplo, se um filho mau queira que o pai morra, *e* isso também Deus queira. Isto é, aquele quer *o* que Deus não quer; este, porém, quer *o* que também Deus quer. E no entanto a piedade daquele, ainda que a querer *coisa* diferente, mais se coaduna com a vontade boa de Deus, do que a impiedade deste a *despeito de* querer o mesmo. Tanto importa que seja próprio ao homem querer, que *o seja* a Deus, e a que fim se inclina a vontade de cada um, de sorte que ou seja aprovada ou seja reprovada. Ora, mediante as vontades más de homens maus Deus executa *o* que quer de boa vontade.

Aliás, pouco antes *Agostinho* havia dito que, por sua revolta, os anjos apóstatas, e todos os réprobos, quanto respeita a *si* próprios, haviam feito *o* que Deus não queria; quanto, porém, *respeita* à onipotência de Deus, isto de modo algum teriam podido *fazer*, porque, enquanto *o* fazem contra a vontade de Deus, lhe é feita a vontade no que a eles se refere. Donde exclama: "Grandes *são* as obras de Deus,

131. *Inquirição a Lourenço,* capítulo 101.

excelentes em todas as suas vontades [Sl 111.2]; e assim, de maneira mirífica e inefável, não se faça, exceto por sua vontade, *o* que se faz mesmo contra sua vontade, porque não se faria se *ele* não *o* permitisse; nem *o* permite, como se de qualquer forma não *o* quisesse; ao contrário, porque *o* quer; mesmo *sendo* bom não permitiria que mal se fizesse, exceto que, onipotente, até em relação ao mal pudesse fazer bem.”

4. NÃO É PROCEDENTE INCRIMINAR A DEUS PELO FATO DE FAZER USO DOS ÍMPIOS PARA SEUS PROPÓSITOS MAGNOS

Desta maneira se resolve, ou, melhor, por si mesma se dissolve também outra objeção: Se Deus não só se serve da operação dos ímpios, mas inclusive *lhes* governa os desígnios e intenções, é *ele* o autor de todas as impiedades e, conseqüentemente, os homens são imerecidamente condenados, se estão a executar *o* que Deus decretou, uma vez que estão a obedecer-lhe à vontade.

Ora, erroneamente, eles confundem sua vontade com seu preceito, a qual de inúmeros exemplos transparece diferir dele desmedidamente. Pois, visto que, enquanto Absalão violou as concubinas do pai [2Sm 16.22], Deus quis com esse ato infamante punir o adultério de Davi, entretanto nem por isso preceituou ao filho celerado cometer o incesto, senão *que o preceituou* talvez com respeito a Davi, como *este mesmo* fala acerca das insultuosas acusações de Simei. Pois, enquanto confessa [2Sm 16.10] que aquele amaldiçoava por injunção de Deus, de modo algum *lhe* recomenda a obediência, como se aquele cão insolente estivesse obedecendo ao imperativo de Deus, mas, reconhecendo que a língua era o azorrague de Deus, se deixa pacientemente castigar.

Isto nos cabe realmente sustentar: enquanto por instrumentalidade dos ímpios Deus leva a bom termo *o* que decretou em seu juízo secreto, não são *eles* escusáveis, como se estivessem obedecendo a seu preceito, o qual deliberadamente violam em sua *desregrada* cupidez. Ora, visto que procede de Deus, e é regido por sua providência secreta *o* que os homens perversamente fazem, exemplo luminoso é a escolha do rei Jeroboão [1Rs 12.20], na qual se condena severamente a temeridade e insânia do povo, porque havia pervertido uma ordem sancionada por Deus e perfidamente se afastara da casa de Davi; e no entanto sabemos que *Deus* quisera que *Jeroboão* fosse ungido. Do quê se mostra também certa aparência de contradição nas palavras de Oséias, porquanto onde Deus se queixou [Os 8.4] de que aquele reino havia sido estabelecido sem seu conhecimento e contra sua vontade, em outro lugar [Os 13.11] proclama que, em sua ira, o havia dado ao rei Jeroboão.

Como se harmonizarão estas *afirmações*: que Jeroboão não havia reinado da parte de Deus; e, *por outro lado*, que havia sido constituído rei pelo mesmo *Deus*?

Obviamente, visto que o povo não pode apartar-se da casa de Davi sem alijar o jugo a si divinamente imposto, nem tampouco ao próprio Deus foi destruída a liberdade de assim punir a perfídia; contudo, em virtude de outro propósito, quer com justiça a defecção. Do quê também Jeroboão, além da expectativa, é impelido ao reino pela sagrada unção. Por esta razão, diz a história sagrada [1Rs 12.15] que foi suscitado por Deus um inimigo que despojasse o filho de Salomão de parte do reino.

Ponderem os leitores, diligentemente, a ambos *os aspectos*: porque aprouvera a Deus que o povo fosse governado sob a mão de um só rei, quando *o reino* se cinde em duas partes, *isto* acontece contra sua vontade, e todavia da vontade do mesmo *Deus* foi o princípio da separação. Ora, certamente que o Profeta, assim pela palavra como pelo sinal da unção, a Jeroboão, que nada disso estava a cogitar, incita à esperança do reino. Isto, *entretanto*, não se faz, seja sem o conhecimento, seja contra a vontade de Deus, que assim determinou se fizesse; e contudo de direito é condenada a rebelião do povo, já que, como Deus *fosse* contrário, se apartara dos descendentes de Davi.

Por esta razão, também acrescenta-se depois que Roboão desprezou altivamente as solicitações do povo: isto foi feito por Deus para que se confirmasse a palavra que havia proferido por intermédio de Abias, seu servo [1Rs 12.15]. Eis como, contra a vontade de Deus, se rompe a sagrada unidade; e, não obstante, como, por sua vontade, as dez tribos se alienam do filho de Salomão. Adicione-se ainda um outro exemplo similar: quando, anuindo o povo, ou, melhor, emprestando as mãos, são degolados os filhos do rei Acabe e exterminada toda sua descendência [2Rs 10.7]. Certamente com verdade refere Jeú nada haver caído por terra das palavras de Deus; ao contrário, pessoalmente fez *ele* tudo quanto falara por intermédio de seu servo Elias [2Rs 10.10]. E todavia, não sem causa, *Jeú* reprova aos cidadãos de Samaria que tivessem emprestado seu concurso: "Sois *vós*, porventura, justos?", diz *ele*. "Se, pois, *eu* conspirei contra meu senhor, quem matou a todos estes?" [2Rs 10.9].

A não ser que esteja enganado, já antes expliquei claramente como, em um mesmo ato, tanto se manifesta o delito do homem, quanto refulge a justiça de Deus. E aos espíritos comedidos será sempre suficiente esta resposta de Agostinho:[132] "Uma vez que o Pai haja entregado o Filho, e Cristo seu corpo, e Judas o Senhor, por que nesta entrega Deus é justo e o homem réu, senão porque, em um e o mesmo ato que praticaram, a causa em função da qual *o* praticaram não é uma e única?"

Mas se alguns se sentem mais embaraçados com o que ora dizemos, *ou, seja*, que em Deus não há nenhum consenso com o homem, onde este, pelo justo impulso daquele, faz *o* que não lhe é de direito, que os socorra *o* que em outro lugar adverte

132. *Epístola XLVIII (93), a Vicente*, capítulo 7.

o mesmo Agostinho:[133] "Quem *todo* não trema ante esses juízos em que Deus opera até mesmo no coração dos maus tudo quanto lhe apraz, contudo dando-lhes de conformidade com seus merecimentos?" E certamente que, na traição de Judas, atribuir a Deus a culpa do ato nefando, visto que *ele* próprio não só quis que o Filho fosse entregue, como inclusive *o* entregou à morte, em nada será mais lícito que transferir a Judas o louvor da redenção.

E assim o mesmo escritor pondera, com muito acerto, em outro lugar, que neste exame Deus não indaga o que os homens têm podido, ou o que têm feito, porém o que têm querido, de sorte que o que se leva em conta é o propósito e a vontade. Ponderem, por uns poucos instantes, *aqueles* para quem isso é por demais áspero, quão tolerável lhes é a impertinência, quando, porque lhes excede à compreensão, rejeitam matéria atestada por claros testemunhos da Escritura e acusam de vício que essas coisas sejam trazidas a público, as quais, a não ser que houvesse reconhecido serem proveitosas para se conhecer, Deus jamais haveria ordenado que fossem ensinadas através de seus profetas e apóstolos. Ora, nosso saber não deve ser outra coisa senão abraçar com branda docilidade, e certamente sem restrição, tudo quanto foi ensinado nas Sagradas Escrituras. Os que, porém, invectivam mais insolentemente, quando se evidencia sobejamente estarem eles a vociferar contra Deus, não são dignos de refutação mais extensa.

133. *Da Graça e do Livre-arbítrio, a Valente,* capítulo 20.